



TÉCNICO
LISBOA

**A habitação característica do Antigo Regime na encosta de Santana:
Tipologias e Modos de Habitar**

Volume I

Ana Costa Rosado

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura

Júri

Presidente: Prof^a Maria Alexandra de Lacerda Nave Alegre

Orientador: Prof. João Rosa Vieira Caldas

Vogal: Prof^a Maria Isabel Whytton da Terra Soares de Albergaria

Outubro 2013

Obrigada,

Ao Prof. João Vieira Caldas por me confiar um tema que lhe é tão caro e pelo bom aconselhamento.

Aos moradores que abriram as suas casas.

À Fundação INATEL, ao arquitecto Tiago Neiva e a todos os que disponibilizaram tempo, interesse e informação.

Ao Daniel, que é exemplo em tudo o que faz, e ao Diogo, grande companheiro, por contribuírem directamente para a chegada deste trabalho a bom porto.

À Sara, Inês A. e ao Ricardo pela companhia no saltitar de bibliotecas.

À Maria, pela amizade, partilha e apoio. Pelas histórias, conselhos e refeições.

À Inês e ao João, sempre presentes, com mais ou menos oceanos de distância.

Ao Bé, pela casa, e ao João Pedro, pela revisão.

Aos meus pais, por toda a paciência e patrocínio.

RESUMO

A questão da habitação e, em especial, da habitação corrente, foi durante muito tempo relegada para segundo plano pela História da Arquitectura. Ainda hoje são muitas as omissões neste campo de estudo, sobretudo nos períodos históricos anteriores ao século XIX, e são precisamente os edifícios desse período os mais propensos ao desaparecimento. Pretende esta tese documentar e analisar os modelos habitacionais lisboetas submetidos a essa condição temporal e que não se incluíam nos cânones pombalinos. Sendo uma investigação desta natureza demasiado extensa se feita à escala da cidade, delimitou-se o universo de estudo a uma área de construções homogéneas e identidade urbana – um bairro: a encosta de Santana –, procurando a identificação de tipos e variantes do modo de habitar, dentro de um espaço com as mesmas características morfológicas e cronológicas. O foco é dirigido à construção corrente, mas pretende-se uma análise completa da zona, pelo que serão incluídos todos os edifícios de habitação. Os casos identificados encontram-se num universo temporal que pode ir de final de seiscentos até início de oitocentos, mais incidentes na segunda metade do séc. XVIII, o que identifica a maioria das construções como contemporâneas à arquitectura pombalina mas com desenvolvimento autónomo – embora não necessariamente herméticas à sua influência.

Ainda que comprovando-se a indissociabilidade da construção corrente e erudita no tecido histórico orgânico de Lisboa, o foco na análise de habitação corrente plurifamiliar permitiu identificar cinco tipos de edifícios de traços comuns ao nível da distribuição espacial, lógica interna dos fogos e acessos verticais. Esses traços comuns poderão ser chaves na orientação de uma estratégia de adequação às necessidades contemporâneas de habitar durante um processo de reabilitação, objectivo crucial deste trabalho, já que é também sua finalidade a sugestão de formas de habitar, hoje, espaços concebidos no passado, preservando o essencial do seu carácter.

Palavras-chave:

Lisboa setecentista

Habitação corrente

Encosta de Santana

Tipologia

Reabilitação

ABSTRACT

The issue of housing and, particularly, the issue of common housing has been overlooked for long time by Architecture's History. Even nowadays there are still omissions in this field of research, mostly in the historical periods before the 19th century, while it happens that buildings before this period are the ones at most immediate risk of cease. It is the intention of the present thesis to record and analyse Lisbon's housing models under that time condition and that are not included in Pombaline canons. Being such a research too vast if conducted at the scale of the whole city, an area of common characteristics was drawn to include a group of fairly analogous constructions with urban identity – a neighbourhood: Santana's hill – where types and variations of a living way could be found in the context of identical time and morphological characteristics. While focused on common housing, a complete analysis of the area's habitation patterns is intended, so all housing building will be considered. The study cases were built between the late 16th century and the beginning of the 18th century, making some of them contemporaneous to Pombaline models and sensitive to its influence.

Despite the inseparability of common and erudite housing in Lisbon's organic historical urban tissue, the focus of analysis on plurifamiliar common housing made it possible to identify five types of building, regarding their functional distribution of dwellings and vertical accesses. These regular features can help to drawn a strategy of adaptation to modern living standards during a process of rehabilitation, a crucial point considering this work's goal in suggesting ways of living today in spaces build for the past, while keeping their essential character.

Palavras-chave:

18th century Lisbon

Common housing

Santana's Hill

Typology

Rehabilitation

ÍNDICE

I. Agradecimentos	
II. Resumo	
III. Abstract	
IV. Índice	
V. Índice de figuras	
VI. Lista de Abreviaturas e siglas	
1. INTRODUÇÃO	
1.1. Objecto de estudo	2
1.2. Motivação	2
1.3. Objectivo	3
1.5. Metodologia	4
1.6. Estrutura da tese	5
2. A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR EM LISBOA	
2.1. Estado de Arte	10
2.2. Evolução Tipológica	12
2.2.1. Idade Média	12
2.2.2. Sécs. XVI-XVII	13
2.2.3. Sécs. XVII-XVIII	14
2.2.4. Sécs. XVIII - início XIX	15
3. AS ENCOSTAS DE SANTANA	
3.1. Morfologia	20
3.2. História	24
3.2.1. Génese	24
3.2.2. Ocupação	26
3.2.3. Terramoto	28
3.2.4. Demolições na Mouraria	29

4. TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO NAS ENCOSTAS DE SANTANA	
4.1. Caracterização genérica	34
4.1.1. Mistura social no tecido urbano	34
4.1.2. Ruas e lotes	35
4.1.3. Elementos de construção e composição	36
4.2. Tipos de habitação corrente	40
4.2.0. Critérios	40
4.2.1. Tipo A	43
4.2.2. Tipo B	46
4.2.3. Tipo C	49
4.2.4. Tipo D	51
4.2.5. Tipo E	53
4.3. Os casos eruditos	56
5. ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO	
5.1. Enquadramento	64
5.1.1. O abandono do centro	64
5.1.2. Património e Reabilitação	65
5.1.3. Reabilitação urbana em Portugal	67
5.2. Uma Estratégia de Zona	71
5.2.1. Estado actual de protecção e conservação	71
5.2.2. Linhas de acção	74
5.3. A casa pré-pombalina no séc. XXI - como habitar?	77
6. CONCLUSÃO	
6.1. Amostragem	82
6.2. Considerações tipológicas	82
6.3. Protecção e Reabilitação	84
FONTES E BIBLIOGRAFIA	86

ÍNDICE DE FIGURAS

2. A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR EM LISBOA

Fig. 2.01. Prédio de andares de ressalto	12
<i>Fonte:</i> Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, <i>Prédios e vilas de Lisboa</i> , 1995	
Fig. 2.02. Prédio de fachada em bico	12
<i>Fonte:</i> Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, <i>Prédios e vilas de Lisboa</i> , 1995	
Fig. 2.03. Planta ‘tipo estreito’	13
<i>Fonte:</i> Hélder Carita, <i>Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar</i> , 1990	
Fig. 2.04. Planta ‘tipo em cruz’	13
<i>Fonte:</i> Hélder Carita, <i>Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar</i> , 1990	
Fig. 2.05. Planta tipo ‘esquerdo-direito’	14
<i>Fonte:</i> Hélder Carita, <i>Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar</i> , 1990	
Fig. 2.06. Palácio dos Marqueses de Minas	15
<i>Fonte:</i> Hélder Carita, <i>Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar</i> , 1990	
Fig. 2.07. Planta tipo ‘protopombalino’	15
<i>Fonte:</i> Maria Helena Barreiros, ‘Prédios de Rendimento entre o Joanino e o Tardopombalino’, 2010	

3. AS ENCOSTAS DE SANTANA

Fig. 3.01. Área de Estudo	20
<i>Fonte:</i> Adaptação sobre fotografia aérea <i>googlemaps</i>	
Fig. 3.02. Diagrama de Análise do Edificado	21
<i>Fonte:</i> João Seixas, <i>Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa – uma perspectiva censitária</i> , 2004	
Fig. 3.03. Diagrama de Análise do Edificado	21
<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.04. Diagrama de Análise Demográfica	22
<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.05. Diagrama de Análise Demográfica	22
<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.06. Fotografia aérea da colina de Santana	22
<i>Fonte:</i> Judah Benoliel, s/d, Arquivo Municipal de Lisboa	
Fig. 3.07. Planta mostrando as Cercas de Lisboa sobre planta da cidade de 1856/58	25
<i>Fonte:</i> Vieira da Silva, <i>A Cerca Fernandina</i> , 1948	
Fig. 3.08. Torre na Calçada do Jogo da Péla	25
<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 3.09. Torre de Santana, vista da Calçada Nova do Colégio	25
<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.10. Traçado da Cerca sobre fotografia aérea	26
<i>Fonte:</i> Baseado em: Vieira da Silva, <i>A Cerca Fernandina</i> , 1948	
Fig. 3.11. Placa de Foro	26
<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 3.12. Placa de Foro	26
<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.13. Placa de Foro	26
<i>Fonte:</i> idem	

Fig. 3.14.	Placa de Foro	26
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.15.	Pormenor da Gravura de G. Bráunio, 1593	27
	<i>Fonte:</i> Vieira da Silva, <i>A cerca fernandina de Lisboa</i> , 1948	
Fig. 3.16.	Pormenor da Gravura de G. Bráunio, 1572	27
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 3.17.	Trecho da Planta de João Nunes Tinoco	27
	<i>Fonte:</i> Vieira da Silva, <i>Plantas Topográficas de Lisboa</i> , 1947	
Fig. 3.18.	Planta da Paróquia de Nossa Sra. da Pena, 2ª metade do séc. XVIII	28
	<i>Fonte:</i> Arquivo Municipal de Lisboa	
Fig. 3.19.	Zonas atingidas pelo Terramoto	29
	<i>Fonte:</i> José-Augusto França, <i>A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina</i> , 1989	
Fig. 3.20.	Planta de Filipe Folque, 1856-58, mostrando a Mouraria	30
	<i>Fonte:</i> Filipe Folque, <i>Atlas da Carta Topográfica de Lisboa</i> , 1856-1858	
Fig. 3.21.	Planta de Silva Pinto, 1911, mostrando a Mouraria	30
	<i>Fonte:</i> Silva Pinto, <i>Levantamento da Planta de Lisboa</i> , 1911	
Fig. 3.22.	Planta da Cidade, 1954-58, mostrando a Mouraria	31
	<i>Fonte:</i> IGC, <i>Planta da Cidade</i> , 1954-58	
Fig. 3.23.	Fotografia Aérea	31
	<i>Fonte:</i> <i>googlemaps</i>	
Tab. 3.01.	Evolução de Parâmetros Demográficos	21
Tab. 3.02.	Parâmetros Demográficos em 2011	22

4. TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO NAS ENCOSTAS DE SANTANA 33

Fig. 4.01.	Distribuição de tipologias dentro da zona de estudo	34
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 4.02.	Portal. Calçada do Garcia, nº 2-10	35
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.03.	Portal. Calçada de Santana, nº 136-150	35
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.04.	Portal. Calçada de Santana, nº 24-26	35
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.05.	Moldura de janela em madeira	36
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.06.	Fachada. Calçada Nova do Colégio, nº 1-5	36
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.07.	Cantaria joanina. Rua do Convento da Encarnação, nº 26-30	36
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.08.	Parede de frontal. Largo do Convento da Encarnação, nº 1	37
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.09.	Cunhal facetado. Travessa de Santana, nº 2-4	37
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.10.	Cunhal facetado. Calçada do Garcia, nº 15	37
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.11.	Cunhal. Calçada de Santana, nº 12-14	37
	<i>Fonte:</i> idem	

Fig. 4.12.	Cunhal. Rua do Arco da Graça, nº 14-18	37
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.13.	Sacada seiscentista. Travessa do Adro, nº 13	38
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.14.	Sacada. Travessa do Convento da Encarnação, nº 17-19	38
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.15.	Grade em 'varão e nó'. Travessa do Forno do Torel, nº 13-23	38
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.16.	'Prateira'. Largo do Convento da Encarnação, nº 1	38
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.17.	Tecto 'encabeirado'. Rua do Arco da Graça.	39
	<i>Fonte:</i> Arq. Tiago Neiva	
Fig. 4.18.	Tecto em 'saia e camisa'. Travessa do Forno do Torel, nº 19	39
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 4.19.	Azulejos. Calçada de Santana, n 18 - 22.	39
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.20.	Pinturas murais. Calçada de Santana, n 18 - 22.	39
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.21.	Beirado duplo. Rua de Gaspar Trigo, n 12.	39
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.22.	Esquema de distribuição dos fogos no lote	40
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.23.	Esquema das hipóteses de organização espacial encontradas	41
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.24.	Travessa do Convento da Encarnação, nº 13-15. Alçado 1912	43
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.25.	Planta de referência. Calçada de Santana, nº 85-87.	43
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.26.	Fachada. Calçada de Santana, nº 121-123	43
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.27.	Degrau em pedra. Rua Martim Vaz, nº 76-78	44
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.28.	Calçada de Santana, nº 156-158. Plantas de reconstituição	44
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.29.	Calçada de Santana, nº 57-59. Plantas de reconstituição	45
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.30.	Calçada de Santana, nº 62-64. Plantas de reconstituição	45
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.31.	Planta de referência. Rua do Arco da Graça, nº 27-29	46
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.32.	Calçada de Santana, 88-90. Plantas actuais	46
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.33.	Rua Martim Vaz, 9-13. Plantas actuais	46
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.34.	Rua Martim Vaz, 76-78. Plantas actuais	47
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.35.	Calçada de Santana, 58-60 e Rua Martim Vaz, 21-23	47
	<i>Fonte:</i> idem	

Fig. 4.36.	Planta de implantação de seis dos sete casos	47
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.37.	Rua Martim Vaz, 76-78. Alçado actual	48
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.38.	Calçada de Santana, 88-90. Alçado actual	48
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.39.	Calçada de Santana, 202-206. Planta de reconstituição	49
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.40.	Planta tipo esquerdo-direito, Rua da Atalaia nos 108-112	49
	<i>Fonte:</i> Hélder Carita, <i>Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar</i> , 1990	
Fig. 4.41.	Rua Martim Vaz, nº 36.	50
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.42.	Rua Martim Vaz, nº 24-26. Planta de reconstituição	51
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.43.	Rua do Arco da Graça, nº 14-18. Planta de reconstituição	51
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.44.	Esquema de interiores	51
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.45.	Lg. do Convento da Encarnação, nº 2-6.	52
	<i>Fonte:</i> Arquivo Municipal de Lisboa	
Fig. 4.46.	Lg. do Convento da Encarnação, nº 2-6.	52
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 4.47.	Planta de reconstituição do prédio na Rua das Madres, nº 94	52
	<i>Fonte:</i> Joana Matoso, <i>Habituação corrente época pré-industrial em Lisboa: o Bairro da Madragoa</i> , 2013.	
Fig. 4.48.	Travessa da Arrochela, nº 6-22	53
	<i>Fonte:</i> Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, <i>Prédios e vilas de Lisboa</i> , 1995	
Fig. 4.49.	Tv. do Forno do Torel, 13-23. Planta de estado actual	54
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 4.50.	Tv. do Forno do Torel, 13-23	54
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.51.	Tv. do Forno do Torel, nº 2-10. Planta de reconstituição	55
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.52.	Tv. do Forno do Torel, nº 2-10.	55
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.53.	Calçada de Santana, nº 170-190.	56
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.54.	Palácio do Marquês de Tancos.	56
	<i>Fonte:</i> EGEAC	
Fig. 4.55.	Casa das Varandas.	57
	<i>Fonte:</i> Arquivo Municipal de Lisboa	
Fig. 4.56.	Calçada de Santana, nº 136-150	57
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 4.57.	Calçada do Garcia, nº 15-33	58
	<i>Fonte:</i> Adaptação de fotografia aérea <i>googlemaps</i>	
Fig. 4.58.	Arco fechado entre as escadas e o restaurante no rés-do-chão	58
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 4.59.	Alçado	58
	<i>Fonte:</i> idem	

Fig. 4.60.	Salão interior	59
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.61.	Planta do primeiro andar. Reconstituição e estado actual	59
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.62.	Alçado	59
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.63.	Alçado	60
	<i>Fonte:</i> idem	
Fig. 4.64.	Alçado	61
	<i>Fonte:</i> idem	
Tab. 4.01.	Esquema-síntese de tipos	41
Tab. 4.02.	Configuração espacial dos acessos verticais	41
Tab. 4.03.	Distribuição percentual dos tipos	42
Tab. 4.04.	Número de pisos dos casos de tipo 'em linha'	43
Tab. 4.05.	Configuração das escadas nos exemplos de tipo A	44
Tab. 4.06.	Dimensões do lote para casos de tipo B	46
Tab. 4.07.	Número de pisos dos casos de tipo B	48

5. ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO

Fig. 5.01.	Demolições para abertura da praça Martim Moniz: lugar onde existiu o palácio do Marquês de Alegrete	66
	<i>Fonte:</i> Eduardo Portugal, s/d, Arquivo Municipal de Lisboa.	
Fig. 5.02.	Demolições para abertura da praça Martim Moniz	66
	<i>Fonte:</i> Judah Benoliel, 195-, Arquivo Municipal de Lisboa.	
Fig. 5.03.	Planta de Classificação de Zonas Patrimoniais	70
	<i>Fonte:</i> Adaptado de: IGESPAR	
Fig. 5.04.	Planta de Classificação de Edifícios Patrimoniais	70
	<i>Fonte:</i> Adaptado de: CML	
Fig. 5.05.	Cç. Santana, nº 24-26. Edifício de habitação plurifamiliar joanino	73
	<i>Fonte:</i> Autora	
Fig. 5.06.	O mesmo edifício entre 1898 e 1908	73
	<i>Fonte:</i> Arquivo Municipal de Lisboa	
Fig. 5.07.	Mau exemplo: pintura de cantarias com cor pouco usual	75
	<i>Fonte:</i> Autora	
Tab. 5.01.	Custo médio de obra em centros históricos por m ²	69
	<i>Fonte:</i> 'Reabilitação de edifícios antigos: níveis de intervenção e custos médios', Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade, 2005	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMF	Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico
AML	Arquivo Municipal de Lisboa
Cç.	Calçada
cm	centímetro
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CS	Calçada de Santana
esc.	escala
GTL	Gabinete Técnico Local
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IIP	Imóvel de Interesse Público
Lg.	Largo
m	metro
MN	Monumento Nacional
MV	Martim Vaz (Rua)
NI	Não identificado
p.	página
pp.	páginas
RAG	Rua do Arco da Graça
R/C	rés-do-chão
séc.	Século
s/d	sem data
TCE	Travessa do Convento da Encarnação
Tv.	Travessa
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
UP	Unidade de Projecto
ZEP	Zona Especial de Protecção
ZP	Zona de Protecção

1. INTRODUÇÃO

1.1. Motivações

1.2. Objectivos

1.3. Delimitação do universo de estudo

1.4. Metodologia

1.5. Estrutura da tese

INTRODUÇÃO

01

A presente dissertação, realizada no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitectura, trata da habitação plurifamiliar corrente concebida durante o Antigo Regime, isto é, anterior à primeira industrialização. Procura-se com esta investigação, entender e documentar os tipos habitacionais lisboetas do ponto de vista da sua organização espacial, funcional e formal. Para tal, delimitou-se uma área do tecido urbano histórico de características morfológicas homogéneas – a encosta sul da colina de Santana – sobre a qual recairá o estudo desta tese.

1.1. MOTIVAÇÃO

A documentação sobre o modo pré-pombalino de edificar habitação corrente é, no mínimo, escassa. Durante muito tempo constou apenas de publicações sobre os bairros históricos de Lisboa, sem no entanto haver uma sistematização da informação técnica, ou um fio condutor que unisse/comparasse as características deste modo de fazer ao nível da cidade. À necessidade de registar um património pouco estudado e que constitui o grosso da malha urbana da Lisboa histórica, acresce a urgência que advém da cada vez mais intensa ameaça aos exemplares que ainda sobrevivem. Seja por destruição ou alteração, quando mais tempo passa, mais difícil é a recolha de informação.

Cresce também a necessidade de uma reabilitação cuidada dos centros históricos, o que só pode acontecer quando se possuir conhecimento rigoroso da matéria que se vai trabalhar. A constatação que a expansão urbana para a periferia causou danos graves no tecido das cidades – tanto com a desertificação e degradação do centro como com o alargamento difuso de subúrbios fracamente estruturados e construídos – levou à tomada de consciência que importa recuperar o centro – não só histórico – da cidade consolidada. Este processo de reabilitação dos centros urbanos é hoje projecto em todo o País, e tal é de saudar, mas importa que, ao fazer-se, se faça com conhecimento e rigor. Assim é fundamental haver um conhecimento profundo de todos os elementos que os constituem, conhecimento para o qual se espera que esta investigação contribua.

1.2. OBJECTIVOS

O principal objectivo desta investigação é conhecer a habitação plurifamiliar corrente do Antigo Regime através do estudo de uma área delimitada no tecido urbano histórico de Lisboa. Contudo, espera-se que esta dissertação seja uma peça de um amplo processo de informação e documentação da construção corrente no Antigo Regime feito à escala da cidade.

Pretende-se identificar e caracterizar os principais tipos usados, a partir da organização interna dos edifícios, das suas características formais – sobretudo do reflexo da composição interna na fachada –, características construtivas e implantação. Mais ainda, entender o uso do espaço interior – como era vivida a casa – e as técnicas de edificação empregadas.

Pensa-se que uma tal sistematização é não só útil para o entendimento da evolução da cidade mas também uma importante base de partida para uma correcta reabilitação do tecido histórico.

1.3. DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO

Para cumprir os objectivos enunciados delimitou-se uma área geográfica de estudo na encosta sul da colina de Santana, que compreende um conjunto de edifícios comparáveis em termos de escala e materialidade. Procura-se a identificação de tipologias e variantes do modo de habitar dentro de um espaço com as mesmas características morfológicas e cronológicas. A zona estende-se entre o Lg. de S. Domingos à Rua Câmara Pestana, e entre o Hospital de S. José a este e o Palácio da Independência e Convento da Encarnação a oeste, estruturando-se na Calçada de Santana e suas ruas radiais.

Em termos cronológicos, os limites estabelecidos foram o final do séc. XVII – já que dificilmente surgirão casos anteriores – e início do séc. XIX. Os exemplos são na sua maioria da segunda metade do séc. XVIII, e portanto contemporâneos à reconstrução pombalina mas produto de reconstrução casuística¹, ou seja, dando continuidade a tipos habitacionais e construtivos anteriores.

O foco é dirigido à construção corrente, mas pretende-se uma análise completa da zona, pelo que são incluídos todos os edifícios de habitação.

¹ Reconstrução feita sem o apoio da Casa do Risco das Obras Públicas. Mafalda de Magalhães Barros, *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, 2005, p. 67.

1.4. MÉTODOS

O processo de investigação far-se-á em três etapas distintas, divididas em pesquisa teórica, trabalho de campo e análise de informação.

A pesquisa realizar-se-á através de revisão bibliográfica para enquadramento dos temas da habitação corrente, evolução urbana de Lisboa e reabilitação. Este contexto geral servirá, numa primeira fase, de apoio na abordagem ao trabalho de campo e selecção dos casos de estudo.

O trabalho de campo inicia-se com a recolha de informação sobre os edifícios da zona no Arquivo Municipal de Lisboa, feita através da consulta dos processos de obra e fotografias antigas, permitindo definir uma primeira amostragem de 50 casos de interesse, baseada na quantidade de informação disponível e no estado de integridade de cada prédio. Serão excluídos casos que não cumpram os critérios de antiguidade e regularidade. Os casos que não cumprem o critério de antiguidade são aqueles de génese claramente posterior àquela que interessa estudar, ou seja, edifícios construídos de raiz a partir do início do séc. XIX ou de tal forma adulterados ao nível dos acessos e organização espacial que pouco ou nada é perceptível do estado original. Os casos que não cumprem o critério de regularidade são de tal forma excepcionais na sua implantação e características formais que o seu estudo muito dificilmente permitiria a visualização de um padrão. Segue-se o levantamento e fotografia dos casos no local, com visita e medições realizadas no interior dos prédios sempre que autorizado. A visita aos imóveis, inteiramente dependente da vontade dos seus proprietários/moradores, permite a observação directa dos fogos ou, pelo menos, da configuração dos acessos verticais. A impossibilidade no acesso poderá excluir mais casos cujo estudo, por falta de documentação e observação, seria inconclusivo. Os restantes dividem-se em três categorias: vistos e com desenhos, vistos mas sem desenhos e não vistos mas com desenhos de arquivo.

A informação obtida em campo e através de desenhos será trabalhada, através da elaboração de novas peças desenhadas para cada caso de estudo, com escala e estilo uniformes para todos os prédios considerados, possibilitando a sua comparação directa. Será reproduzido o estado actual dos edifícios e elaborada uma hipótese de reconstituição do estado original para cada, considerando as alterações documentadas nos últimos 100 a 125 anos, as visíveis *in loco* e as descritas pelos moradores. Toda a informação reunida sobre cada caso será agrupada em forma de ficha-síntese – apresentadas em anexo.

1.5. ESTRUTURA DA TESE

A dissertação divide-se em três partes, introdução, desenvolvimento e conclusão, correspondendo o conjunto das três a seis capítulos:

- 01 - INTRODUÇÃO

- 02 - A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR EM LISBOA

Enquadramento geral do tema da habitação urbana plurifamiliar corrente na cidade de Lisboa. Inclui o Estado da Arte com enumeração de autores com obra de relevo na área e uma breve descrição do que se pensa hoje ter sido a evolução tipológica da habitação no contexto concreto de Lisboa. Os tipos aqui identificados servirão de orientação para a análise dos casos da zona de estudo. O conteúdo é baseado nas fontes bibliográficas estudadas e é sobretudo descritivo.

- 03 - AS ENCOSTAS DE SANTANA

Aproximação à zona de estudo. Procura caracterizar-se a área delimitada no contexto da cidade actual, as suas especificidades e evolução, em termos do edificado, da demografia e da história. O entendimento da génese e desenvolvimento da zona é crucial para compreensão das características dos edifícios estudados. A informação apresentada resulta do cruzamento de dados de fontes primárias e documentais e observação *in loco*.

- 04 - TIPOLOGIAS HABITACIONAIS NAS ENCOSTAS DE SANTANA

Exposição dos tipos identificados, divididos em tipologias plurifamiliares correntes e tipologias eruditas, com destaque para as primeiras. Apresentação de características construtivas e urbanas comuns na zona e sua reflexão no surgimento de determinados tipos. Nasce da análise e comparação de 33 edifícios de habitação – 27 de habitação corrente, 4 de habitação erudita – dentro da zona.

- 05 - ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO

Reflexão sobre de teorias e métodos de reabilitação actualmente praticados para aplicação na zona de estudo. Análise de processos realizados e actuais classificações patrimoniais. Proposta de linhas de acção.

- 06 - CONCLUSÃO

Considerações finais. Revisão dos objectivos, desenvolvimento e resultado deste trabalho, e sua validade. Desenvolvimentos futuros.

No volume II de anexos, encontram-se as fichas-síntese elaboradas para cada caso de estudo.

2. A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR EM LISBOA

2.1. Estado de Arte

2.2. Evolução Tipológica

2.2.1. Idade Média

2.2.2. Sécs. XVI - XVII

2.2.3. Sécs. XVII - XVIII

2.2.4. Sécs. XVIII - início XIX

A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR EM LISBOA

Enumeração de autores e tipos que orientarão o estudo dos casos da encosta de Santana. Breve descrição da evolução tipológica da habitação plurifamiliar lisboeta.

02

2.1. ESTADO DE ARTE

Vários autores têm vindo a debruçar-se sobre a habitação plurifamiliar corrente dos sécs. XV a XVIII, resultando esta análise na identificação de hipóteses de tipos. Estas serviram numa primeira fase do trabalho de referência na identificação de casos de estudo na encosta de Santana e serão aqui apresentadas seguindo uma ordem cronológica.

Um dos primeiros a abordar este tema foi Hélder Carita, com um estudo aprofundado e rigoroso do Bairro Alto, '*Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*', publicado em 1990 e que ainda hoje é guia essencial do estudo da habitação corrente, não só por ser pioneiro, mas por apresentar extensa informação - da génese do bairro aos elementos construtivos, mostrando tipos e exceções - de forma consistente no todo do bairro e de forma bem sistematizada. Foi depois usado por Aguiar, Appleton e Cabrita como modelo para '*Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*', 1992, que aborda igualmente a temática da habitação corrente no Bairro Alto, embora, como o título indica, focado na teoria e métodos de reabilitação. A desvantagem destas obras é a de reflectir apenas um bairro da cidade, com forte sentido de unidade e com um início temporal bem definido. Isto pode significar que se encontram na cidade outros tipos que não foram utilizados neste bairro ou que a frequência com que se repetem neste contexto e a evolução que sofreram não seja necessariamente comum a toda a cidade pré-pombalina.

No estudo da habitação no contexto global da cidade são de destacar as obras *O Livro de Lisboa*, de 1994, coordenada por Irisalva Moita com cooperação de vários autores, e *Prédios e Vilas de Lisboa*, 1995, de Irene Buarque e Nuno Teotónio Pereira. O primeiro apresenta cenários de Lisboa ao longo da sua história, abordando a evolução do território construído, urbanismo e edificado. O segundo, igualmente dividido em vários períodos históricos, tenta identificar um ou dois tipos de prédio em cada um desses períodos, embora apenas com base na observação das características exteriores dos edifícios.

Os contributos de Maria Helena Barreiros sobre o prédio de rendimento joanino – '*Prédios de Rendimento entre o Joanino e o Tardopombalino*', *Património Arquitectónico, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 2010 – vêm trazer informação sobre o estado da evolução da habitação plurifamiliar nos períodos imediatamente anterior e contemporâneo ao Pombalino – 1725-1810 – apontando para soluções construtivas e de organização espacial de transição entre tipos medievais e pombalinos.

Ainda num contexto global de cidade, embora com base num número bastante inferior de casos, está a dissertação de Ana Rita Gonçalves - *Habitação plurifamiliar não-pombalina: casos de estudo em Lisboa entre os séculos XVII e XIX*, 2011 -, que se ocupa de edifícios construídos entre setecentos e oitocentos em várias zonas de Lisboa, como Graça, Santa Bárbara e S. Bento. Por associação de casos, apresenta combinações de características – disposição dos acessos

verticais, organização interior dos fogos – cuja repetição parece apontar para a definição de uma tipologia.

No seguimento desta investigação surge uma outra tese, de Joana Matoso, já em 2013: *A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do Bairro da Madragoa*. O espaço de estudo é limitado a uma área restrita, o bairro, e a análise de um vasto número de casos permite chegar a cinco tipos de casa, alguns na linha do que vinha a ser identificado desde o trabalho de Carita.

É curioso notar que as obras que melhor chegam à definição de tipos, através de um número de casos de estudo extenso, são ambas incidentes em entidades urbanas coesas: o Bairro Alto – Carita, 1990 – e a Madragoa – Matoso, 2013. A mesma análise sistemática não tem paralelo em zonas de tecido urbano orgânico e menos regrado, como é o caso de Santana, onde a génese temporal não é idêntica e a construção não foi orientada pelos mesmos princípios – uniformidade na implantação, por exemplo. A zona de Alfama foi amplamente estudada e documentada numa perspectiva de reabilitação, sobretudo pelo trabalho desenvolvido pela UP Alfama¹ mas tal não se traduziu numa análise tipológica consistente.

Sobre a Casa na Idade Média importa ainda referir a obra de Manuel Sílvio Alves Conde: *Construir, Habitar: A Casa Medieval* de 2011, que, através da consulta de fontes documentais de arquivo descreve a casa rural e urbana do Norte, Centro e Sul do país, as suas origens, organização espacial e materiais construtivos.

Quanto ao processo de reabilitação edifícios antigos, é imprescindível a obra de João Appleton: *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção*. Concretamente sobre o caso lisboeta, refira-se o já mencionado *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto* de autoria conjunta de Aguiar, Appleton e Cabrita e sobre a requalificação do tecido urbano, a publicação da CML *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, de 2005, coordenada por Mafalda de Magalhães Barros, que mostra muito da reabilitação efectuada em Lisboa de iniciativa camarária, descrevendo estratégias e exemplos de sucesso.

UP - Unidade de Projecto. Divisão da CML criada para intervir no tecido urbano degradado dos bairros históricos da capital². Existiam seis UP's - Alfama, Bairro Alto/Bica, Castelo, Mouraria, Madragoa/ S. Paulo, S. Bento coordenadas pelo Departamento de Reabilitação e Gestão das Unidades de Projecto.

¹ Augusto Clemente (coord.), *Reabilitação Urbana – Núcleos históricos (catálogo)*, 1993, pp. 57-72.

Mafalda de Magalhães Barros (coord.), *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, 2005, vol. 2, p. 73-74.

² Mafalda de Magalhães Barros (coord.), op. cit., vol. 2, p.63.

2.2. EVOLUÇÃO TIPOLOGICA

2.2.1. Idade Média

A habitação plurifamiliar, solução marcadamente urbana, conheceria a sua expansão no séc. XIV acompanhando o grande crescimento das cidades. A Idade Média foi época de consolidação de núcleos urbanos, embora ainda marcados por um carácter semi-rural devido ao prolongamento de hábitos rurais, como cultivo ou criação de gado, no interior dos limites da cidade. A casa corrente urbana manteria igualmente algumas semelhanças com a sua congénere rural, embora restrita a um espaço delimitado¹.

Anteriormente a esse desenvolvimento da urbe do séc. XIV seria possível distinguir dois modelos *arcaizantes*². Um primeiro modelo de casa térrea, filiado na tradição mediterrânica, apresentaria o espaço interior articulado com um pátio dianteiro destinado a apoio agrícola³ e, devido ao seu cunho rural, seria encontrado em Lisboa nas zonas periféricas.

Um segundo tipo - descrito por Conde e Aguiar, Appleton e Cabrita e que estes últimos consideram já de transição - apresentaria maior compromisso com a urbe, ao assentar no lote camarário destinado a habitação. O lote, rectangular e alongado, mediria um *chão*, com 30 palmos de largura por 60 palmos de comprimento⁴. A divisão do lote seria feita sensivelmente a meio, com a parte dianteira a ser ocupada pela casa e a posterior por quintal. As casas, ainda na sua maioria térreas⁵ – embora o uso do sobrado sobre a loja começasse a regularizar-se –, dispor-se-iam em banda e o seu interior era dividido de forma simples, em cruz. As paredes laterais seriam comuns a cada dois lotes edificados – parede meã –, unificando fisicamente cada prédio aos seus vizinhos.

Entretanto, as restrições espaciais da vida urbana levavam à verticalização progressiva da construção, sobretudo no centro da cidade. *‘A tradição mediterrânica da casa baixa prevaleceu em Lisboa até meados de Duzentos. O período seguinte, de grande crescimento da urbe, assistiu primeiro à preponderância da casa sobradada e depois ao crescimento exponencial da construção em altura.’*⁶ Embora a maioria das habitações fosse pequena e baixa⁷, no séc. XV era comum encontrar casas de três pisos em Lisboa, que rareavam no resto do país⁸. A divisão interior seria feita *‘transversalmente em dois ou três compartimentos base, chamados casa dianteira, câmara ou casa do meio e cozinha. (...) a compartimentação obedecia a três grande princípios: o da recepção e convívio, o do repouso e funções sexuais e o da confecção alimentar.’*⁹ Cada uma destas três

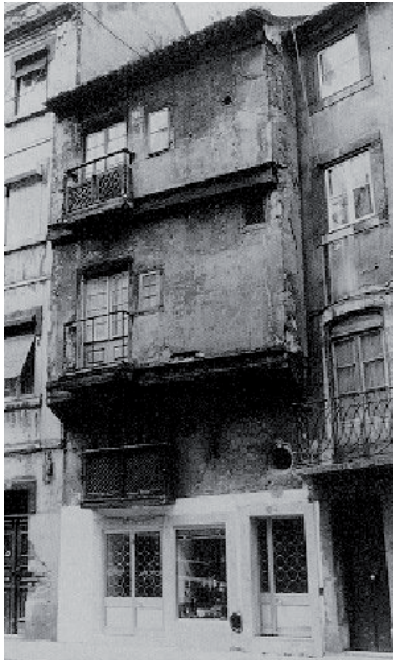


Fig. 2.01 - Prédio de andares de ressalto, Rua do Benfornoso nºs 101 -103, in *Prédios e vilas de Lisboa*, Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, 1995.



Fig. 2.02 - Prédio de fachada em bico, Rua dos Remédios nºs 1 -3, in *Prédios e vilas de Lisboa*, Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, 1995.

¹ Manuel Sílvio Alves Conde, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*, 2011, p. 97.

² Aguiar, Appleton, Cabrita, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1992, p. 46.

³ Referido com a designação ‘modelo medieval, semi-rural’. idem, p. 46.

⁴ Correspondendo, sensivelmente, a 6,75 m por 13,50 m.

⁵ Manuel Sílvio Alves Conde, op. cit., 2011, p. 98.

⁶ idem, p. 98.

⁷ A. H. de Oliveira Marques, ‘Depois da Reconquista – A Cidade na Baixa Idade Média’, *O livro de Lisboa*, 1994, p. 106.

⁸ Manuel Sílvio Alves Conde, op. cit., 2011 p. 98.

⁹ A. H. de Oliveira Marques, op. cit., 1994, p. 106.

divisões poderia ainda ser compartimentada com recurso a tabiques ou panos de armar.

Da tipologia genérica de casas sobradadas, poder-se-ão distinguir tipos específicos, com vários autores a indicar como mais frequentes em Lisboa os prédios andares de ressalto e os de telhado em bico. Estes casos poderiam, segundo J. M. Fernandes, provir de dois grandes grupos de influência, respectivamente: a arquitectura de madeira, com peças estruturais flexíveis proveniente do Norte europeu, e a arquitectura de alvenaria, assente em paredes portantes em pedra e argamassa, característica das zonas mediterrânicas. Em Lisboa, os dois tipos confluiriam, já que haveria exemplos de 'telhado em bico' com ressaltos em madeira e a estrutura de madeira das casas de andar de ressalto apoiaria geralmente num piso térreo em alvenaria¹⁰.

O uso de andares de ressalto teria vindo a ser desencorajado, chegando mesmo a ser proibido por deteriorar a qualidade do espaço público. Se no início os sobrados salientes não necessitariam de apoio, com o consentimento da extensão da consola até um terço da rua, tornar-se-iam necessárias estruturas de apoio vertical assentes no solo, que em muito complicariam a circulação. Muitos destes balcões, provenientes da tradição urbana islâmica, seriam estruturas de madeira com vãos tapados com gelsias que, para além de limitarem a passagem, facilitariam em muito a propagação de incêndios. No início do séc. XVI, D. Manuel proíbe a construção de novos balcões ou sacadas e ordena a demolição de todos os existentes a expensas dos proprietários¹¹. Mais, ordena igualmente que as fachadas das casas em madeira passem a ser feitas em tijolo, de forma plana e que, ao longo de um arruamento, estejam alinhadas¹².

2.2.2. Sécs. XVI-XVII

As tipologias *arcaizantes* definir-se-iam em modelos sólidos e em Quinhentos seriam facilmente identificáveis tipologias conhecidas como 'góticas'¹³. Carita, e mais tarde, Aguiar, Appleton e Cabrita, dividem a tipologia gótica em três tipos: o primeiro [fig. 2.03], estreito e comprido, seria um exemplo 'mais puro'¹⁴ do tipo gótico e caracterizar-se-ia por larguras de fachada estreita, com 3-4 m ou 6-7 m – que seriam medidas múltiplas do chão medieval –, escada de tiro de acesso aos pisos superiores encostada à parede meã e distribuição interior a ser feita transversalmente, com dois ou três compartimentos.

O segundo tipo [fig. 2.04] corresponderia a construções em pequenos lotes de forma quase quadrangular de um sobrado apenas. De afinidade com construções rurais dos arrabaldes, apresentaria pouca fenestração e irregulari-

¹⁰ José Manuel Fernandes, *Arquitectura Portuguesa – uma síntese*, 2000, p. 127; Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, *Prédios e vilas de Lisboa*, 1995, p. 23.

¹¹ Manuel Sílvio Alves Conde, op. cit., 2011, p. 102.

¹² Hélder Carita, *Lisboa Manuelina*, 1999, p. 182.

¹³ Aguiar, Appleton, Cabrita, op. cit., 1992 p. 46.

¹⁴ idem, p. 47.

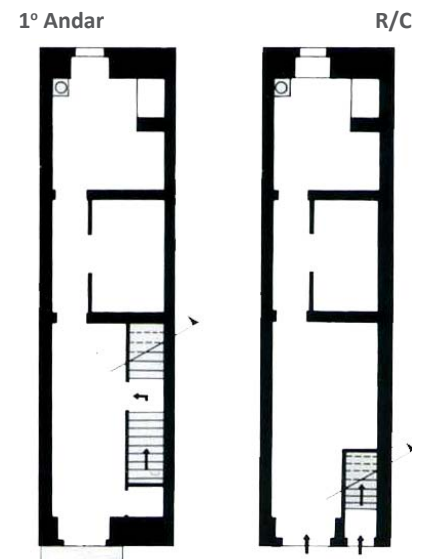


Fig. 2.03 - Planta 'Tipo estreito', Rua dos Mouros nºs 27 -29, in Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar, Hélder Carita, 1990.

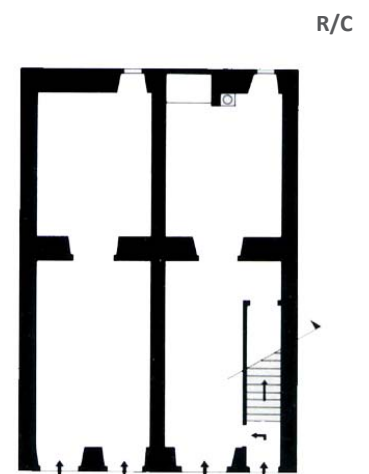
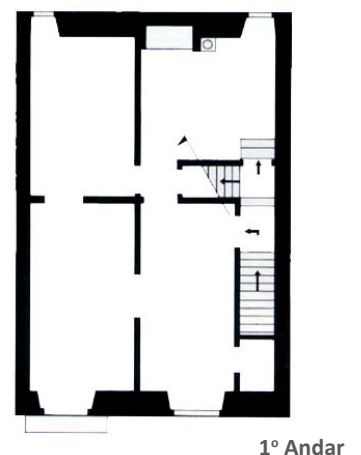
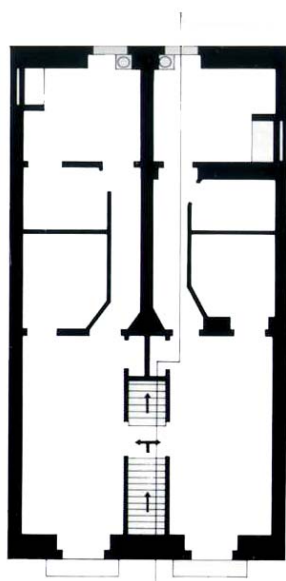


Fig. 2.04 - Planta 'Tipo em cruz', Rua da Rosa nºs 141 -143, in Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar, Hélder Carita, 1990.



1º Andar

Fig. 2.05 - Planta tipo esquerdo-direito, Rua da Atalaia n.ºs 108-112, in *Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar*, Hélder Carita, 1990.

dade na distribuição dos vãos, entendidos como elemento funcional de iluminação, e sem a função social das janelas de sacada. A divisão interna seria feita sob o esquema de 'cruz'. Este tipo seria, segundo Carita, '*mais versátil e sujeito a variações*'¹⁵ podendo mais tarde transformar-se em tipo estreito ou originar tipos de dois fogos por piso.

Um terceiro tipo resultaria da evolução de um destes dois tipos – ou ambos – em tipos de dois fogos por piso, já no séc. XVII¹⁶. Esta nova solução multifamiliar teria escada de tiro e entrada em posição central e dois fogos quase simétricos, esquerdo-direito, estreitos e compridos.

Tanto no primeiro como no segundo tipos existiriam dois acessos independentes, um para o piso térreo e outro, lateral, para a escada. Segundo Carita o primeiro tipo será o mais frequente no Bairro Alto¹⁷ e Matoso vem a demonstrar que é hoje o mais fácil de encontrar na Madragoa¹⁸. O primeiro tipo apresentaria já fachadas de carácter marcadamente urbano, ao contrário do segundo, com janelas de sacada nos vários andares e vãos regulares. A compartimentação interior seria feita através das três divisões transversais acima descritas, com variações em cada piso, já que a entrada estaria localizada progressivamente mais longe da fachada, conforme a escada de tiro subia.

2.2.3. Sécs. XVII-XVIII

Para além do aparecimento de edifícios com dois fogos por piso, este período vê a alteração de casas de tipo 'em cruz', através de aumento de pisos ou extensão do prédio em direcção ao logradouro¹⁹. Os antigos quintais vêem-se transformados em estreitos saguões, num abandono das marcas rurais que caracterizavam este modelo. Assim, a tendência é que os edifícios aproximadamente quadrangulares passem a ser esguios e compridos – primeiro tipo.

O aumento de pisos é sobretudo reconhecível nas alterações de configuração dos acessos verticais. A continuidade da escada de tiro primitiva seria interrompida, quer pela introdução de um novo lance perpendicular aos primeiros, quer por inserção de caixa de escada de lances opostos com patamar, inovação do séc. XVIII. Quando o acrescento de pisos acontecia em edifícios originalmente estreitos, um tipo menos propenso a variações já que, ao nível de estrutura interna, seria organizado de forma rígida em função das escadas, os novos acessos verticais seriam adicionados no último patamar das escadas de tiro – com dois ou três lances rectos – em forma de caixa de escada de lances opostos, cujo uso se generalizou com as obras de renovação pós-terramoto. Este sistema traria consigo a independência do desenho e composição da fachada em relação aos acessos verticais, a que antes se encontrava subjugado.

¹⁵ Hélder Carita, *Bairro Alto - Tipologias e Modos de Habitar*, 1990, p. 113.

¹⁶ Aguiar, Appleton, Cabrita, op. cit., p. 48.

¹⁷ Hélder Carita, op. cit., 1990, p. 113.

¹⁸ Joana Matoso, *A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do Bairro da Madragoa*, 2013, p. 96.

¹⁹ Hélder Carita, op. cit., 1990, p. 113 – 115.

Fora do âmbito da casa plurifamiliar, merece destaque pela sua uniformidade *quase estandardizada*²⁰ um tipo de casa urbana erudita característica do final de seiscentos. Este tipo, mais largo que alto, teria três pisos – piso térreo, andar nobre e último piso – e fachada sóbria. A notável uniformidade mencionada dever-se-ia ao facto de estar presente, mantendo características muito semelhantes, em todo o País. *‘Tão uniforme que se diria obrigatória’*²¹ indica Raúl Lino ao descrever este tipo, do qual dá como exemplos o antigo Palácio dos Marquês de Minas na Rua da Rosa, n.ºs 199-205 e o Palácio dos Saldanhas de Jesus – sem morada. Das suas características exteriores realce-se a importância do andar nobre sobre os demais, com friso a assinalar o pavimento e com os vãos abertos numa série de janelões de sacada iguais. As cantarias das janelas seriam direitas e sem decoração, exceptuando o lintel das janelas de sacada, encimado por cornija²². Também o gradeamento em ferro forjado exibiria linhas simples em *‘varão e nó’*²³, os cunhais seriam apilastrados e o remate da fachada feito em beirado de telha²⁴.

2.2.4. Sécs. XVIII – início XIX

No séc. XVIII, ganha destaque um modelo protopombalino resultante do aperfeiçoamento da tipologia de esquerdo – direito. Descreve Maria Helena Barreiros que este tipo, comum a diversas zonas da cidade pré-pombalina, teria geralmente rés-do-chão e dois andares e seria identificável pelo sistema de composição da fachada.

Esta apresentar-se-ia regular, com eixo de simetria coincidente com a entrada principal e os vãos de iluminação das escadas, também elas centrais. A cada lado do eixo, abrir-se-iam dois vãos – quatro por piso – correspondentes à sala principal de cada um dos fogos, esquerdo e direito. Num dos casos identificados [fig. 2.07] estão ainda presentes na composição da fachada características de construção seiscentista, como o friso que assinala o primeiro andar, o rebordo saliente das sacadas e as guardas de ferro em *‘varão e nó’*, que poderiam apontar para práticas construtivas anteriores ao Pombalino mas já não muito distantes.²⁵

Seriam os acessos verticais a trazer maior inovação com a circulação a passar a ser feita em espiral através de lances sobrepostos – um por nível – paralelos a uma passagem plana ou interrompida por um par de degraus que estabeleceria ligação entre o patamar de acesso às habitações e o início do seguinte lance. Geralmente, o acesso aos fogos far-se-ia através de entrada dupla, com uma porta a abrir directamente para a sala da frente – entrada social – e outra para o corredor ou casa intermédia – entrada de serviço – sistema que seria



Fig. 2.06 - Palácio dos Marquês de Minas. Rua da Rosa, n.ºs 199-205, in *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Hélder Carita, 1990.

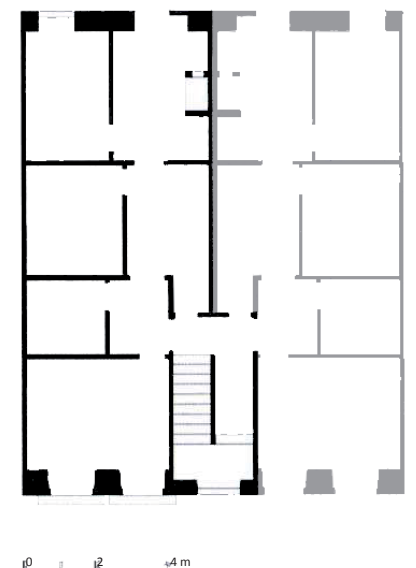


Fig. 2.07 - Planta 'Tipo Protopombalino', Rua do Século n.º 26, in *'Prédios de Rendimento entre o Joanino e o Tardopombalino'*. *Património Arquitectónico*, Maria Helena Barreiros, 2010.

²⁰ Raúl Lino, "O Estilo na Casa Portuguesa do Século XVII", *Revista Municipal*, n.º 16, 1943, p. 3.

²¹ idem, p. 4.

²² Hélder Carita, op. cit., 1990, p. 159.

²³ Maria Helena Barreiros, 'Prédios de Rendimento entre o Joanino e o Tardopombalino'. *Património Arquitectónico. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 2010, p. 18.

²⁴ Raúl Lino, op. cit., 1943, p. 5.

²⁵ Maria Helena Barreiros, op. cit., 2010, p. 18.

usado nos prédios de rendimento pombalinos.²⁶

Depois do terramoto de 1755, nem toda a reconstrução obedeceu a planos. Muitos prédios seriam parcialmente reconstruídos após o abalo, ou acrescentados com mais andares, podendo ter gerado ‘formas híbridas ou mistas’²⁷, cuja associação a um período exacto de construção ou a uma das tipologias anteriormente apresentadas é bastante difícil. Houve uma expansão rápida em direcção à periferia onde a urbanização seria feita através de prédios de andares que prolongavam tipologicamente os modelos vigentes antes do sismo. Estes casos híbridos continuariam, segundo Buarque e Pereira, a apresentar independência de acessos entre o fogo de rés-do-chão e a zona de escada, escada essa que poderia desenvolver-se junto à fachada, com aberturas nesta, ou seguindo ainda o modelo *de tiro*, penetrando no interior e libertando a frente para funções de habitação. Estes tipos de construção fora do plano pombalino contribuem para que se torne difícil precisar a data de construção dos edifícios do séc. XVIII, já que tipos teoricamente pré-pombalinos vêm o seu uso estendido até perto do séc. XIX²⁸.

²⁶ *idem*, p.20.

²⁷ Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, *op. cit.*, 1995, p. 17.

²⁸ Ana Rita Gonçalves, *Habitação plurifamiliar não-pombalina: casos de estudo em Lisboa entre os séculos XVII e XIX*, 2011, p. 12.

3. AS ENCOSTAS DE SANTANA

3.1. Morfologia

3.2. História

3.2.1. Gênese

3.2.2. Ocupação

3.2.3. Terramoto

3.2.4. Demolições na Mouraria

AS ENCOSTAS DE SANTANA

Localização, caracterização e entendimento da zona escolhida. O capítulo divide-se em duas partes, Morfologia e História. Procura-se descrever o local, as suas especificidades e evolução.

03

3.1. MORFOLOGIA

A zona de estudo da presente dissertação, adiante referida genericamente como encostas de Santana, corresponde à face sul da colina situada no centro da cidade de Lisboa – das muitas que definem a topografia acidentada do centro histórico lisboeta –, entre a baixa pombalina e os vales da Avenida da Liberdade, ou Valverde e da Avenida Almirante Reis, ou da Mouraria.



Fig. 3.01 - Área de estudo.

Os limites colocados, de forma a obter uma zona de estudo coesa em termos de tipologias, dimensão, antiguidade dos edifícios e mesmo urbanidade do conjunto, são, a Sul, o Largo de S. Domingos, a Norte, a Rua Câmara Pestana, a Este, o Hospital de S. José e o novo edifício do Martim Moniz¹, e a Oeste, a linha de meia encosta – que segue em parte pelo muro do Convento da Encarnação. Ou seja, estudar-se-á o edificado desenvolvido ao longo dos eixos estruturantes das Calçada do Garcia e Santana, da Rua do Arco da Graça, Rua de Martim Vaz, Rua do Convento da Encarnação e Travessas do Convento da Encarnação e de Santana.

¹ Uma nota em relação ao limite Este: tivesse o presente trabalho sido escrito antes de 1947 estaria incluído o edificado estruturado pelas travessas que desciam da Rua do Arco da Graça ao actual Largo de Martim Moniz, parte integrante e integrada deste contínuo urbano. Assim, a partir de sensivelmente um terço da Rua do Arco da Graça, a fronteira move-se para o eixo da via até aos terrenos do Hospital de S. José e só será considerada a banda Oeste.

Uma zona complementar é delimitada a norte desta área, nas zonas das Travessas do Torel e do Forno do Torel, por incluir construção de iguais características e contemporânea à seleccionada e que, felizmente, sofreu poucas alterações. Ainda que temporalmente coincidente com o edificado já delimitado, encontra-se separada espacialmente da área principal pelos terrenos do antigo Convento de Santana², não formando assim parte de um mesmo conjunto uniforme.

Uma pequena parte da zona próxima do limite Sul pertence à freguesia de Santa Justa e toda a restante área à freguesia da Pena. Para além de circundada por alguns dos principais eixos viários e praças da cidade, a zona encontra-se também entre equipamentos de grandes dimensões, como o hospital de S. José, a Faculdade de Ciências Médicas ou o Coliseu dos Recreios. No entanto, o difícil acesso causado pela combinação de uma malha apertada com um forte declive faz que seja um troço de cidade com pouca agitação, predominantemente residencial e com algum pequeno comércio local – mercearias e restaurantes, na sua maioria. Na Rua do Arco da Graça e na Calçada do Garcia, talvez por serem mais próximas da Mouraria, são visíveis vários estabelecimentos comerciais e restaurantes orientais.

Freguesia da Pena	População residente	Fogos	Recursos escolares		Indivíduos empregados
			Analfabetos	Sabem ler	
1911	12464	2482	5436	7026	-
1950	13573	-	2992	10581	-
2011	4486	3518	141	4345	1943

Tab. 3.01 - Evolução de vários parâmetros demográficos na freguesia da Pena ao longo dos séculos XX/XXI. Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

A fuga da população do centro histórico levou a uma drástica diminuição da população residente na freguesia da Pena, o que se traduz na existência de cada vez mais edifícios abandonados, levando a uma lenta mas presente degradação do edificado. Segundo dados da CML, no ano de 2001, 14% a 28%

² Posteriormente Instituto Bacteriológico Câmara Pestana e hoje faz parte da Faculdade de Ciências Médicas.

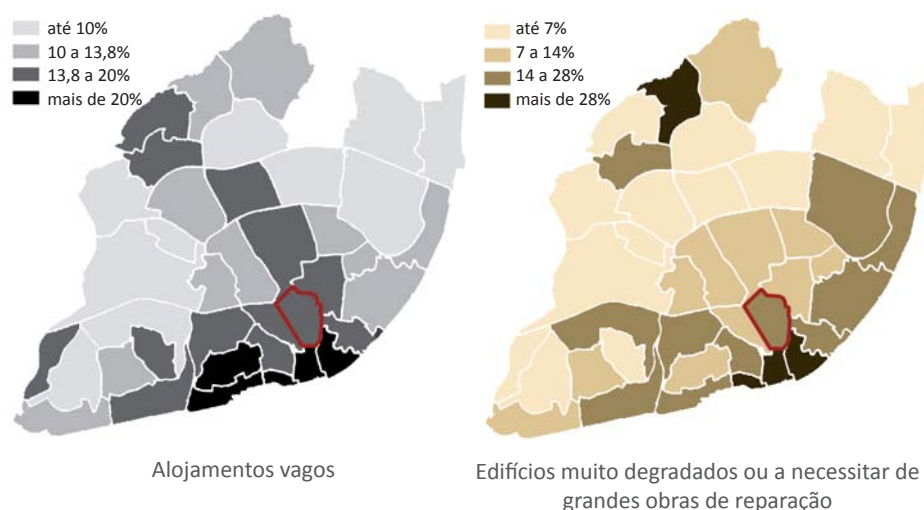


Fig. 3.02 e 3.03 - Diagramas de análise do edificado em *Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa – uma perspectiva censitária*, Lisboa: CML, 2004. INE, Censos 2001; tratamento: CML.

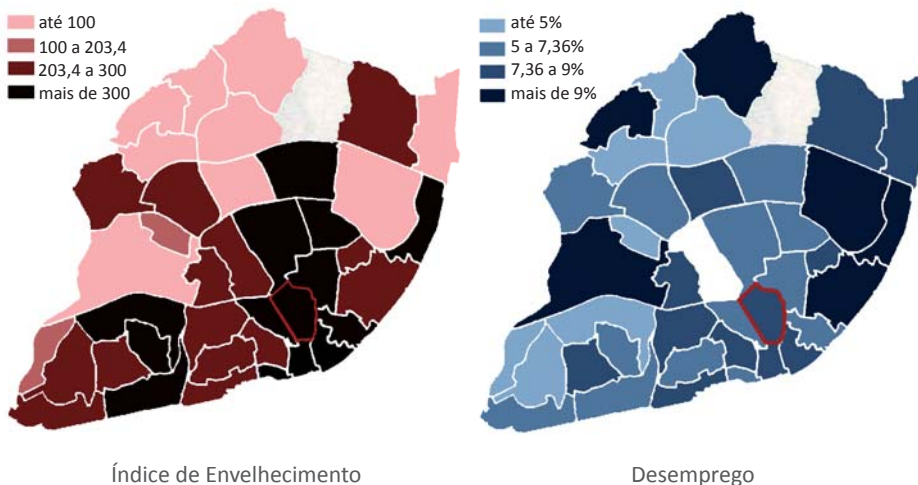
População			Famílias			Grupo socioeconómico		Recursos escolares				
0 - 24	25 - 64	> 64	Total	C/ 1 ou 2 pessoas	C/ 3 ou 4 pessoas	Empregados	Reformados / pensionistas	Analfabetos	1º ciclo	2º e 3º ciclos	Secundário	Superior
1061	2754	1107	2207	1638	483	1943	1212	141	1008	1120	707	948

Tab. 3.02 - Vários parâmetros demográficos na freguesia da Pena em **2011**.
 Fonte: *Recenseamentos Gerais da População, INE*.

das construções estavam muito degradadas ou a precisar de grandes obras de reparação.

Só na segunda metade do séc. XX, a freguesia perdeu cerca de nove mil habitantes, dois terços dos 13.573 que aí habitavam em 1950. A população não é, no entanto, uma muito envelhecida; está bem equilibrada pelos diversos escalões etários, tal como se distribui equitativamente por quatro graus de ensino. Na análise de zonas de Lisboa realizada pela CML, apresenta um índice de envelhecimento elevado, mas há que considerar que a zona analisada abrange um limite superior ao da freguesia. É nas actividades que se obtém um dado caracterizador: 89% da população activa trabalha no sector terciário – 1732 dos 1943 empregados.

Fig. 3.04 e 3.05 - Diagramas de análise da demografia em *Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa – uma perspectiva censitária, Lisboa: CML, 2004. INE, Censos 2001; tratamento: CML*.



O Índice de Envelhecimento é dado pelo número de pessoas idosas (+65 anos) por cada 100 jovens (0-14 anos).

Fig. 3.06 - Conjunto urbano coeso. Fotografia aérea do Martim Moniz e colina de Santana. Judah Benoliel, s/d.



3.2. HISTÓRIA

A construção na encosta Sul da colina de Santana remonta ao período da expansão de Lisboa para fora da Cerca Moura. Com a descida da cidade para a Baixa – ocupando o lugar do soterrado esteiro do Tejo – em direcção à água, ou para a Mouraria, a norte do Castelo, as suas fronteiras fixam-se, durante algum tempo, nos montes de Santana, S. Roque e S. Francisco¹. Por falta de referências, o exacto ‘quando’ do início do povoamento em Santana é difícil de indicar, mas estará compreendido num intervalo provável de tempo entre o reinado de D. Dinis [1279-1325] até ao de D. Fernando [1367-1383], ou, no limite máximo, até 1500, com D. Manuel I. Não que hoje se encontrem vestígios desta ocupação primitiva: a zona é das mais afectadas pelo terramoto de 1755, ficando dentro de uma isossista de grau 10 na escala de Mercalli. Talvez por isso, Norberto de Araújo refira nas suas *Peregrinações em Lisboa* que esta área não é de ‘Lisboa velha, mas do tempo de Lisboa velha’². A construção existente hoje é, na sua quase maioria, o resultante da reconstrução feita no pós-terramoto, com apontamentos mais antigos a sul, na Calçada do Garcia e início da Calçada de Santana, e com a zona norte a ser preenchida por edificado original dos sécs. XVIII-XIX.

Isossista é a linha fechada - imaginária - que delimita uma zona de igual intensidade sísmica.

3.2.1 Génese

O indício de ocupação mais antiga coloca a génese da área no tempo de D. Dinis e aparece numa leve referência de Norberto de Araújo: [referindo-se à cidade de Lisboa] ‘(...)se, antes, no tempo de D. Dinis, saindo da obscuridade da ‘idade média portuguesa’ ela se alargava para fora dos seus muros e se espreguiçava já pelos contornos de Sant’Ana e S. Francisco, rasteira ainda, blasfemando num ou noutro casario disperso caprichos de nobreza(...)’³. O quanto se estendia a cidade sobre a colina é largamente impreciso, podendo ir de algum casario a norte do Largo de S. Domingos, à completa definição da Calçada de Santana até ao futuro postigo, embora tal seja improvável.

É o levantamento da Cerca Fernandina em 1373-1375 que dá pistas mais exactas. A nova muralha dividia-se em dois lances, oriental e ocidental e cobria uma área mais de 6 vezes superior à cidade moura⁴. O Troço ocidental saía do Castelo de S. Jorge e descia ao vale da Mouraria, que atravessava no local do actual Largo do Martim Moniz, antes de subir a encosta leste da colina de Santana pela Calçada Nova do Colégio até ao cruzamento da Calçada de Santana com a rua Martim Vaz. Dai, descia ao vale da Avenida até à praça D. João da Câmara⁵. Não há razão aparente para que o traçado da muralha se desloque para formar um apêndice colina acima para incluir no seu interior uma zona desabitada. Es-

Poliorcética é o termo utilizado na arquitectura militar para designar as técnicas de ataque ou defesa de uma praça-forte.

¹ A. Vieira da Silva, *A cerca fernandina de Lisboa*, 1948, p. 15.

² Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, 1937, livro IV, p. 11.

³ idem, livro I, p. 11.

⁴ A. Vieira da Silva, op. cit., p. 18.

⁵ idem, p. 16.

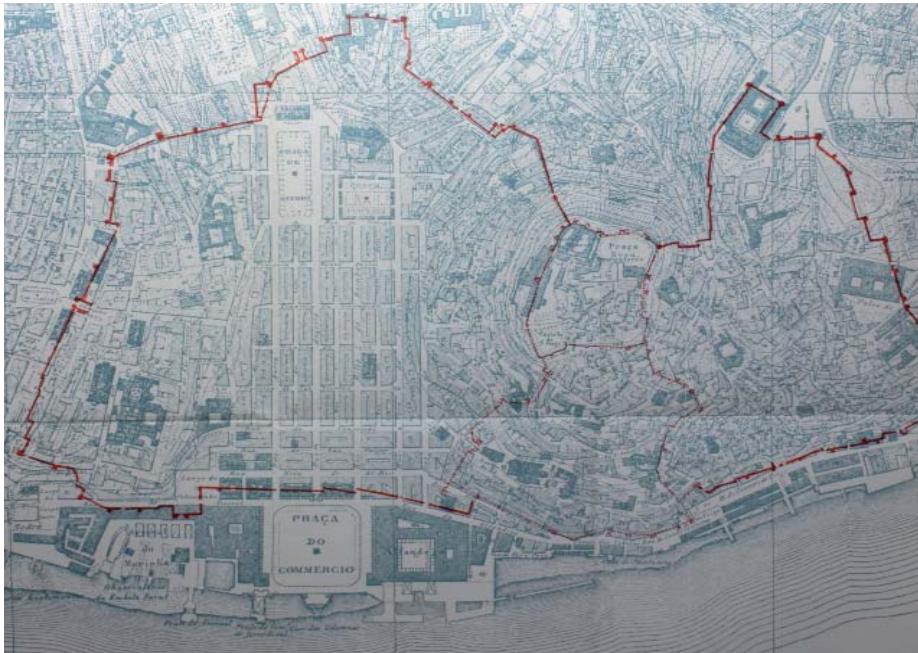


Fig. 3.07 - Planta mostrando as Cercas de Lisboa sobre planta da cidade de 1856/58, in *A Cerca Fernandina*, Vieira da Silva, 1948.

“No terreno definem-se assim duas bolsas que correspondiam já então à realidade da cidade como sítio mais ou menos densamente ocupado embora com largas clareiras urbanas a preencher.” José-Augusto França in *Lisboa: História Física e Moral*, 2008, pág. 87.

pecialmente um troço que é, na opinião de Vieira da Silva, fracamente projectado do ponto de vista da poliurcética. ‘Os pontos altos atingidos pela cerca, tais como os Montes de S. Roque e de Sant’Ana, ficavam dominados do campo que se estendia às suas frentes, do qual podiam ser batidos facilmente pelos tiros de armas de arremesso então usadas’⁶. Parece ser mais provável que a muralha tenha sido desenhada em redor da Lisboa construída à época e que interessava proteger, mesmo que dada alguma ‘folga’ e incluindo zonas de baixa densidade e mesmo terrenos de cultivo. Serão estas as razões económicas invocadas por Vieira da Silva para justificar o *não magistral* traçado da Cerca, o que parece significar que haveria, na encosta de Santana, edificado já consistente e em suficiente número para ser incluído dentro do limite da Lisboa fernandina.⁷

Assim, assumindo que havia construção consolidada até, pelo menos, ao início da Calçada de Santana no reinado de D. Fernando [1367-1383], de tal envergadura que justificasse a sua protecção, e sabendo que o ritmo da construção era lento, é exequível considerar que o início da urbanização das encostas de Santana acontece cerca de 50 anos antes do levantamento da Cerca, aproxi-

⁶ idem, p. 18.

⁷ São ainda hoje visíveis vestígios da Cerca em vários pontos entre a Calçada do Jogo da Péla e o Convento da Encarnação, tanto torres como troços de muralha. São as torres e torreões [*nomenclatura de Vieira da Silva*]: (1) a Torre do Jogo da Péla, situada perto do extremo oeste da Calçada com mesmo nome e hoje isolada de outras construções, consequência do mais recente plano de reconstrução do Lg. Martim Moniz, (2) a 1ª Torre na Calçada Nova do Colégio, situada num quintal privado e demolida até 7,30 m do solo, (3) a Torre de Sant’Ana, perto do entroncamento entre a Calçada Nova do Colégio e a Calçada de Santana, que foi atalaia de grande importância e ladeava o postigo de Sant’Ana – há acesso por um prédio da Calçada de Santana -, (4) e a Torre ao Norte do Mosteiro da Encarnação, que ladeava a oeste o postigo de Sant’Ana e aonde encostam edifícios da Calçada de Santana e Convento da Encarnação. Os troços de muralha são visíveis (5) na Calçada Nova do Colégio, entre os quintais das casas desta rua e as traseiras das casas da Rua Martim Vaz, um troço bastante curioso que ainda se conserva em toda esta extensão com altura e espessura primitivas e que na sua parte superior tem disposição em escadaria, consequência do declive acentuado do terreno, (6) na Calçada de Santana, onde se abria o postigo de Sant’Ana, pode ver-se a muralha sobranceira da demolição do postigo como muro divisorio de prédios, entre os nº 120 e 122, e Convento da Encarnação do nº 127. O troço de muralha que desce desde a torre (4) até às Portas de Santo Antão foi em parte usado para construção do Convento e deixou de ser visível.



Fig. 3.08 - Torre na Calçada do Jogo da Péla.

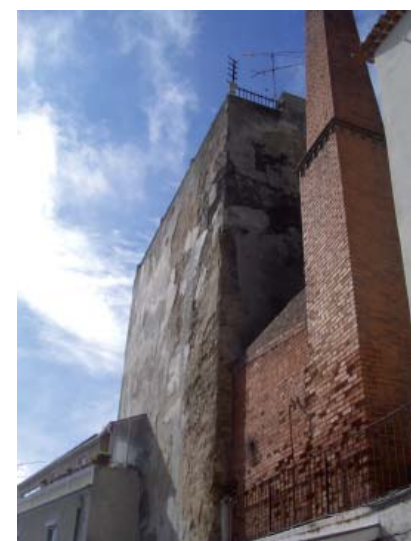


Fig. 3.09 - Torre de Santana, vista da Calçada Nova do Colégio.

Fig. 3.10 - Traçado da Cerca sobre fotografia aérea. Reconstituição baseada na hipótese de Vieira da Silva (1948). Esc: 1:2000.



madamente 1315-1320, i.e., final do reinado de D. Dinis, dando razão ao cenário de Norberto de Araújo.

A zona dentro da cerca fernandina estaria edificada – com uma ou outra clareira - no final do reinado de D. Manuel, já que este publica em 1500 o decreto sobre o ‘derrubamento de *todollos os ollivaez de muros a dentro*’. Esta medida surge inserida num conjunto de leis manuelinas que visavam combater os problemas da alta densidade de edificado na cidade de Lisboa intra-muros do final do séc. XV, e embora não seja explícito no corpo do decreto o objectivo de construir no lugar dos olivais derrubados, parece óbvio que a intenção é a de encontrar terrenos no interior da cidade para remediar a falta de habitação⁸.

3.2.2. Ocupação

Tanto é que no *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, feito em 1551, são mencionadas nas ‘Ruas, Travessa e Becos’ da freguesia de Santa Justa, a *Rua do postigo de santa Ana*, a *Travessa de Gaspar Trigo* e o *Beco de Martim Vaz*. Da Calçada do Garcia não há referência, mas tendo recebido o nome de Fernão Garcia no séc. XVII, é natural que tivesse outro topónimo. Surgem também uma *Rua das casas de dom Aleixo* e uma *Travessa de dom Aleixo*, uma provável referência a D. Aleixo de Meneses, aio de D. Sebastião e grande proprietário da zona. O Monte de Santana era lugar da quinta dos Meneses e muitos dos prédios aí edificados no séc. XVIII eram ainda seus foreiros, como atestam as pequenas lápides de inscrição “Meneses”, indicação de foro⁹. É um filho do mencionado D. Aleixo, de igual nome e que foi vice-Rei de Portugal no tempo de Filipe I, que vende à primeira Comendadeira de Nossa Sra. da Encarnação os terrenos para erecção do Convento que há-de ser concluído em 1630¹⁰.



Fig. 3.11, 3.12, 3.13, 3.14 - Placas de foro.

⁸ Hélder Carita, *Lisboa Manuelina*, 1999, p. 85.

⁹ Norberto de Araújo, op. cit., livro IV, pp. 27 -28.

¹⁰ idem, livro IV, p. 28.

A gravura de Jorge Bráunio¹¹, de 1593 – que supõe Vieira da Silva ser baseada numa hipotética planta da cidade que não chegou aos nossos dias¹² – mostra as encostas de Santana com bastante distorção, mas indica três ruas lineares que sobem em direcção ao postigo de Sant’Ana, e que correspondem às actuais Calçada de Santana, Rua Martim Vaz – paralelas – e à Rua do Convento da Encarnação, cujo traçado pode ter sido alterado aquando da construção do Convento. As casas aparentam pequenas dimensões e pouca altura, e as ruas ainda não estão preenchidas por casario até aos limites da Cerca. No alto do monte avista-se o Convento de Sant’Ana, cuja construção terminou em 1562.

Na primeira planta conhecida de Lisboa, a Planta de João Nunes Tinoco de 1650, vêem-se os arruamentos acima do Largo de S. Domingos no mesmo local, com o mesmo traçado, inflexões e largura que hoje apresentam. Embora nesta planta seja cortado o troço mais a norte da Cerca, aparecem a Calçada do Garcia, Escadinhas da Barroca, Travessa de Santana – antigo Beco das Cruzes – e Rua do Arco da Graça completas, e os começos da Calçada de Santana, Rua Martim Vaz, Travessa de Gaspar Trigo e Rua do Convento da Encarnação com sugestão da continuação do edificado para lá da moldura do desenho.

É natural que a consolidação e densificação do parque edificado se tenha processado de forma lenta, visto falarmos da área intra-muros mais afastada do rio. Ora numa cidade que vive em relação com o rio¹³, a zona mais afastada deste tende a ser pouco procurada para fixação de população. Como refere Irisalva Moita: *“Este rápido crescimento da cidade em direcção à foz do rio é compensado por uma certa contenção do crescimento noutras direcções, especialmente para Norte e, nessa direcção, a cidade permanecerá, ainda por muito tempo, no interior da linha da muralha (...) Não admira, pois, que (...) a vastíssima freguesia de Santa Justa (...) dê origem a quatro novas paróquias (...) contendo vastas zonas por urbanizar, tendo sido criadas mais pela necessidade de encurtar distâncias do que por pressão de um povoamento acelerado que, na realidade não se verificou nessa direcção.”*¹⁴ Aliando à baixa procura o facto de grande parte da zona ser pertença de senhores – os já mencionados Menezes, D. Henrique de Noronha – que aí tinham quintas, havia igualmente pouco interesse em criar oferta loteando terrenos, mesmo sob a forte pressão demográfica que se fazia sentir na Lisboa dos Descobrimentos¹⁵. Apesar da proximidade ao

¹¹ Na obra *Urbium Praecipuarum Mundi Theatrum Quintum*. Uma primeira versão de 1572 mostra a zona densamente construída no início da encosta mas apenas com leves apontamentos de edificado daí até ao Postigo. Desenho incompleto e terminado na segunda versão ou evolução da cidade?

¹² A. Vieira da Silva, *Plantas Topográficas de Lisboa*, 1947, p. 15.

¹³ O rio – como canal de comércio marítimo – é a grande fonte de rendimentos de Lisboa do séc. XVI e a população tende a fixar-se o mais próximo possível dele. O aumento populacional significará uma expansão ao longo da margem, com a urbanização de Sta. Catarina, Chagas e Santos, chegando o casario ao Restelo, ainda que restrito a uma faixa marginal. As famílias nobres seguem o exemplo de D. Manuel – que muda os paços reais para junto da Ribeira das Naus – e constroem novos palácios nas zonas ribeirinhas. *‘Morar na Ribeira passou a ser sinónimo de possuir elevado estatuto social’*. Irisalva Moita, *O livro de Lisboa* 1994, p.146..

¹⁴ idem, p. 142.

¹⁵ A construção de terrenos intra-muros, ordenada por D. Manuel em 1500 não foi inteiramente cumprida. Hélder Carita, op. cit. 1999, p. 182.

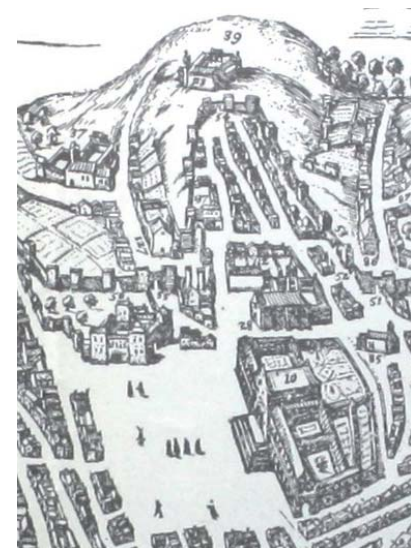


Fig. 3.15 - Pormenor da gravura de G. Bráunio (1593) mostrando o Rossio, o Hospital de Todos-os-Santos e o monte de Santana.

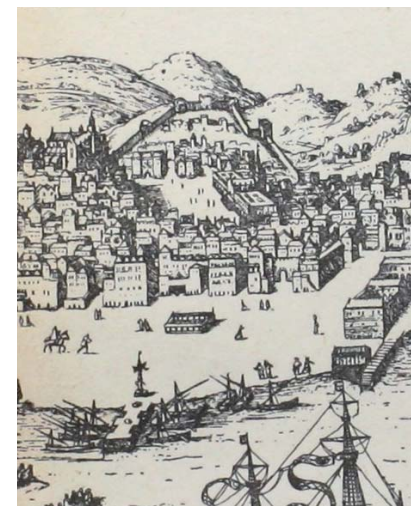


Fig. 3.16 - Pormenor da gravura de G. Bráunio, 1572.

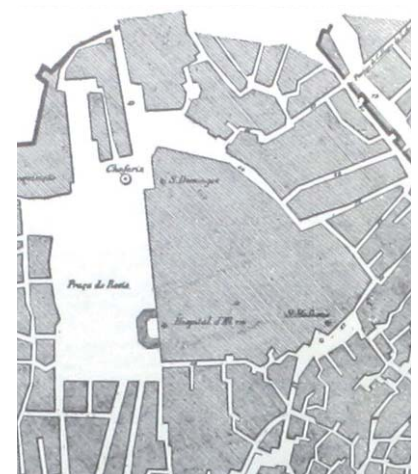


Fig. 3.17 - Trecho da planta de João Nunes Tinoco, mostrando o Rossio, o Largo de S. Domingos e o início das ruas da encosta de Santana.

Rossio, também não era zona de eleição para edificar da aristocracia já que a sua preferência tinha caído no recente e moderno Bairro Alto de S. Roque¹⁶ ou nas zonas ribeirinhas, e conta a tradição que Camões vem a morrer, miserável, numa das primeiras casas construídas fora do postigo de Sant’Ana. Lugar pobre, portanto, onde as casas eram térreas – algumas chegaram assim ao final do séc. XIX – ou de dois pisos, como a maioria das construções em Lisboa, e com quintais a estenderem-se nas traseiras¹⁷.

Se a Nobreza preferia outras paragens, as ordens religiosas encontravam aqui na periferia espaço para construção de casas religiosas de grande dimensão. Mosteiros e Conventos de grande importância vão ter aqui, a partir de meados do séc. XVI, um importante papel de consolidação urbana, ocupando vazios e criando pólos de atracção. O Convento de Sant’Ana é concluído em 1562 junto à já existente Ermida de Sant’Ana, no alto da colina, que é aproveitada pelas religiosas, não tendo desta forma que fundar igreja. A igreja passa a igreja paroquial aquando da elevação de Santana a freguesia, e aí é enterrado Camões em 1580. Em 1702 contabilizava 280 pessoas entre religiosas, noviças e criadas. Menos populoso, mas mais chamativo de gentes, o novo Colégio dos Jesuítas, o Colégio de Santo Antão-o-Novo é inaugurado em 1593 para substituir o Colégio da Mouraria, que se tornava demasiado pequeno. Este colégio, aberto gratuitamente a toda a juventude de Lisboa sem distinção de classes, tinha 1800 estudantes em 1598, e 54 religiosos residentes. Após o Terramoto abre como Hospital de S. José para colmatar a falta do Hospital de Todos-os-Santos¹⁸. Por último, em terrenos intra-muros, é erigido o Convento das Comendadeiras de Nossa Sra. da Encarnação em 1630, com 62 religiosas, encostado à Cerca Fernandina e usando uma das torres como mirante¹⁹.



Fig. 3.18 - Planta da paróquia de Nossa Sra. da Pena, 2ª metade do séc. XVIII, AMF.

Com a expansão para Norte e o aumento da densidade populacional, a área de Santana torna-se freguesia própria em meados do séc. XVI, aquando da divisão da mega-paróquia de Santa Justa, a que tinha pertencido desde a tomada de Lisboa. Instituída em 1564-69, a freguesia teve sede no Convento de Sant’Ana, do qual recebeu nome, até à edificação da Igreja própria de Nossa Senhora da Pena, em 1705 e conseqüente transferência. Conserva hoje o nome de freguesia da Pena.

3.2.3. Terramoto

Em 1755, e pela primeira vez na história, uma cidade com 275.000 habitantes era atingida por um terramoto de intensidade e magnitude – calculadas *a posteriori* – no último²⁰ grau das escalas modificada de Mercalli e de Richter.

¹⁶ Hélder Carita, op. cit., 1990, p. 29.

¹⁷ Irisalva Moita, op. cit., 1994, p.160.

¹⁸ Santana, Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, 1994, p. 857.

¹⁹ Norberto de Araújo, op. cit., livro IV, p. 14.

²⁰ Intensidade de X-XI na Escala Modificada de Mercalli (Destruidor - Catastrófico), cujo valor máximo é XII embora tal nunca tenha sido registado. Magnitude de, aproximadamente, 9 (entre 8,5 a 9,5) na Escala Aberta de Richter, em que o máximo valor registado foi de 9,6 em 1960, no Chile.

Aliado ao maremoto que se seguiu e aos múltiplos incêndios que deflagraram um pouco por toda a Baixa, alterou radicalmente a face de Lisboa.

A encosta Sul de Santana foi atingida por intensidades de valor IX e X já que ficou entre duas isossistas de grau X – a que incluía a zona da Baixa e passava à altura da Travessa de Santana e outra que atingiu a zona do Campo de Santana e atravessava a Calçada de Santana acima do Beco de S. Luís da Pena – o que significa estragos de elevadíssima ordem. Pereira de Sousa na sua obra *O Terramoto de 1755 em Portugal* classifica a Pena como ‘Freguesia arruinada’ e apresenta números alarmantes: das 5966 almas que a habitavam ficaram 1336²¹ – sem especificar se o número de perda apenas se refere aos mortos, ou também aos que fugiram para norte da cidade. O tecto da Igreja da Pena, que contava meio século de vida, abateu por completo, vitimando quem se encontrava dentro²². Já no Convento de Sant’Ana perderam a vida 16 pessoas com o abatimento da Igreja e duas alas de dormitórios, várias casas e oficinas.

Sobre o edificado corrente não nos chegaram informações detalhadas, mas pode assumir-se sem grande erro que não ficaram construções intactas. É largamente provável que muitos prédios tenham ruído ou sofrido danos suficientes para motivar uma reconstrução profunda do edificado local. A zona foi reparada/reconstruída de modo informal, à margem de planos governamentais, ou seja, sem receber qualquer alteração no traçado dos arruamentos ou regras estritas de concepção de edifícios. Dificilmente os proprietários reconstruíam de outra forma que não a reprodução – se não fiel, aproximada – do que antes existia.

É o século XIX que traz maiores modificações na morfologia dos traçados, com o incremento populacional – a freguesia da Pena conta, em 1911, com 12.462 habitantes – e os novos ideais de urbanismo higienista. A maioria dos edifícios recebe a adição de novos pisos, mansardas, sótãos habitados e não raras vezes, a fachada principal é completamente alterada. Em casos extremos, não frequentes mas não raros, os proprietários optam por demolir e construir de raiz novos prédios.

3.2.4. Demolições na Mouraria

O século XX traria consigo os inconstantes planos de reordenamento do vale da Mouraria que, entre outras consequências, causariam a desarticulação de Santana com a malha histórica da Mouraria e Castelo.

No final do séc. XIX, crescia a opinião de que a solução para as sempre presentes miséria, insalubridade e alta taxa de criminalidade nos bairros antigos – Alfama, Mouraria, e mesmo Bairro Alto eram os mais mencionados – se-

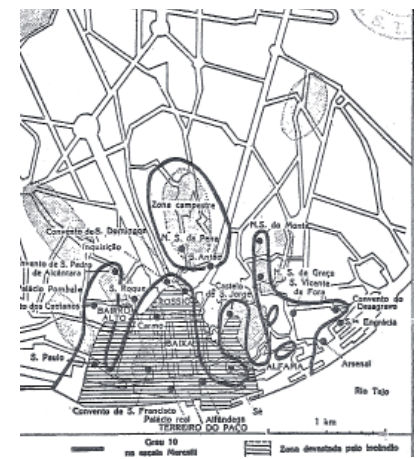


Fig. 3.19 - Zonas atingidas pelo Terramoto in FRANÇA, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, 1989, pág. 13.

²¹ Com 96 em barracas. F. L. Pereira de Sousa, *O terramoto de 1755 em Portugal*, vol. III, p. 522.

²² [O abatimento do tecto da Igreja de Nossa Sra. Da Pena] “...tirou a vida a muitas pessoas...”, *idem*, p. 683.

ria a destruição completa dos mesmos. Claro que tal plano não foi executado, mas não se pense que a valorização patrimonial pesou mais no desenlace dos acontecimentos que a falta de meios financeiros, a enormidade dos trabalhos e a incapacidade de construir novos bairros operários dignos²³. Mas a hipótese era considerada e foi a estratégia adoptada para a zona baixa da Mouraria, que tão inconvenientemente interrompia a ligação entre a Praça da Figueira e a Av. Almirante Reis. O desejo de uma estrutura viária funcional e eficaz esbarrava, ou melhor afunilava, no emaranhado de ruas estreitas da baixa Mouraria que, até 1937, acumularam condensação de tráfego e Faria da Costa propôs demolir para abrir uma praça de remate à Av. Almirante Reis²⁴.

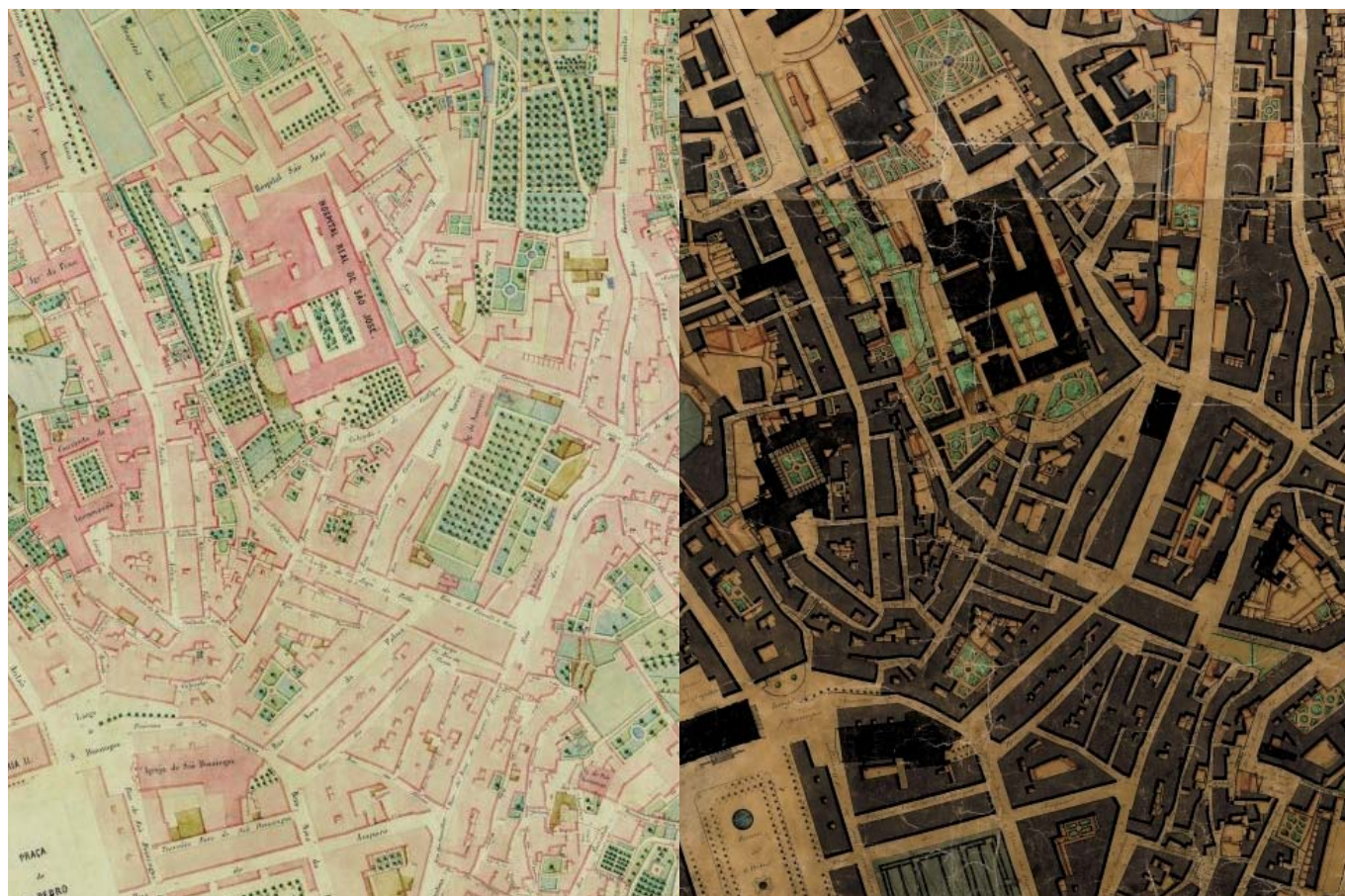
As décadas de 40 e 50 vêem desaparecer o Palácio do Marquês de Alegrete, a Igreja do Socorro e as Ruas do Socorro, da Mouraria, de S. Vicente à Bica, do Marquês do Alegrete, Silva e Albuquerque, Travessa da Palma, Travessa do Alegrete e Calçada do Jogo da Péla, deixando um vazio de área 1,5 vezes superior ao Rossio a que se atribuiu o nome de Largo do Martim Moniz. A obra fica anos sem remate, com avanços e recuos de projectos que levam à construção de

Fig. 3.20 - Planta de Filipe Folque, 1856-58, mostrando zona da Mouraria. De notar o contínuo da malha medieval que desce a encosta do Castelo, atravessa o vale e sobe por Santana.

Fig. 3.21 - Planta de Silva Pinto, 1911, mostrando zona da Mouraria. Abertura da Rua nova da Palma.

²³ Raquel Henriques da Silva, 'Desenvolvimento Urbanístico. Os novos bairros', *O livro de Lisboa*, 1994, pp. 405-424

²⁴ O Plano de Faria da Costa, designado por 'Plano de Remodelação da Baixa', vinha tentar resolver '...por forma definitiva os problemas de circulação na Baixa e o saneamento de uma grande zona de edificações antigas e insalubres, que se estende desde o Largo do Intendente até ao Rossio'. Através de um sistema de túneis que fariam a circular mais central de Lisboa e da ampliação e reestruturação da Rua da Palma, Largo Martim Moniz e zona de S. Lázaro, procurava-se facilitar a entrada na Baixa através da radial Av. Almirante Reis. In *Plano de Remodelação da Baixa – Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro*, 1950, p. 6.



edifícios desarticulados entre si e de baixa qualidade arquitectónica e estruturas provisórias que se arrastam durante décadas. São feitos novos concursos em 1975 e 1981, servindo este último para, segundo José-Augusto França “*tomar consciência da impossibilidade de dar solução urbana contra natura a uma zona ou área tradicional de carácter pequeno-burguês não mudado ou mutável na vida lisboeta.*”²⁵

Para lá da criação de um impasse urbano, o Largo do Martim Moniz vem trazer uma ruptura no tecido histórico Santana-Mouraria-Castelo, que tinha sabido entrosar-se ao longo dos séculos apesar da barreira da muralha Fernandina, isolando assim a malha densa do monte de Santana entre avenidas e praças urbanas de grande escala e importância na cidade. “*Com a destruição [do mercado] da Praça da Figueira e da Baixa da Mouraria, foi desencadeado um processo de desarticulação de toda aquela área da cidade, prejudicando o núcleo de actividades e funções que lhe davam vida e a caracterizavam, reforçando um processo de marginalização funcional, física e social.*”²⁶ Embora se refira à Mouraria, a constatação de M. Menezes pode ser aplicada à realidade de Santana, que na sua centralidade não é nem local de passagem, nem de fixação de gentes, atraindo pouca atenção da população lisboeta e perdendo habitantes a elevado ritmo, o que tem levado à degradação lenta, mas progressiva do espaço social e do parque edificado.

²⁵ José-Augusto França, *Lisboa: História Física e Moral*, 2008, p. 769.

²⁶ Marluce Menezes, *Mouraria, Retalhos de um Imaginário*, 2004, p. 58.

Fig. 3.22 - Pormenor da Planta da Cidade de 1954 - 58, IGC.

Fig. 3.23 - Fotografia aérea, 2012. Fonte: *googlemaps*.



4. TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO NAS ENCOSTAS DE SANTANA

4.1. Caracterização genérica

4.2. Tipos de habitação corrente

4.2.0. Critérios

4.2.1. Tipo A

4.2.2. Tipo B

4.2.3. Tipo C

4.2.4. Tipo D

4.2.5. Tipo E

4.3. A habitação erudita

TIPOLOGIAS de HABITAÇÃO nas ENCOSTAS de SANTANA

Caracterização geral do edificado. Definição de tipos de habitação corrente, descrevendo características e exemplos. Apresentação de casos de habitação erudita.

04

4.1. CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA

4.1.1. Mistura social no tecido urbano

A cidade de Lisboa, ao contrário de outras congéneres europeias, teve durante muito tempo o seu tecido urbano composto por edifícios correntes e nobres lado a lado, sem que houvesse zonamento de áreas de distinto cariz social. Houve a dado momento, como já atrás mencionado, uma predilecção da nobreza por zonas como a ribeira ou o Bairro Alto, mas sem que isso significasse a inexistência de construção nobre noutras áreas ou que tais zonas perdessem de algum modo o seu carácter popular. A vizinhança entre as várias classes sociais teve como consequência física a 'sujeição dos palácios aos traçados'¹ das ruas que os delimitavam, tornando a dimensão dos lotes relativamente modesta, equivalente à aglutinação de vários lotes correntes, não criando edifícios monumentais que quebrassem a continuidade da rua. Talvez também para evitar quebras na vivência do espaço urbano², era comum nas casas nobres que parte do piso térreo fosse destinada a comércio ou aluguer.

Sem ser excepção, a zona de Santana apresenta esta polaridade nos seus arruamentos, tanto nos de génese medieval – Cç. do Garcia, Rua do Arco da

¹ Leonor Ferrão, 'Lisboa Barroca - Da Restauração ao Terramoto de 1755', *O Livro de Lisboa*, 1994, p. 248.

² idem, p. 248.



Fig. 4.01 - Distribuição de tipologias dentro da zona de estudo.

Graça - como nos mais tardios – 2ª metade da Cç. de Santana, mostrando uma tendência de convivência que se manteve inalterada até à industrialização. Só a escala dos exemplos eruditos se altera com o tempo: dentro da Cerca a habitação erudita ocupava o equivalente a três ou quatro lotes correntes, enquanto fora desta já era possível a construção de palácios com dimensões realmente diferenciadoras.

No séc. XIX a malha urbana recebe um novo estrato de edifícios, com o aparecimento de alojamentos destinados a operários, fossem *pátios* ou vilas planeadas por proprietários. É exemplo, dentro da área de estudo, a vila da Rua Joaquina, construída nas traseiras da Tv. do Adro para os trabalhadores da Fábrica Ramiro Leão, aí situada. Os pátios, embora menos numerosos que nas zonas vizinhas da Mouraria ou da Graça, fizeram o seu aparecimento apesar de dentro da alta densidade da zona não haver praticamente interiores de quarteirão a ocupar. Os dois casos conhecidos tiveram utilização até ao segundo quartel do séc. XX.

4.1.2. Ruas e Lotes

Por ter uma génese orgânica, a malha intra-muros apresenta características ainda próximas daquelas que desenhavam a Lisboa de origem islâmica, como a grande irregularidade no traçado urbano, de ruas sinuosas e esquinas com ângulos incomuns. A acomodação deste ‘anárquico’³ urbanismo à acidentada morfologia dispõe as ruas em forma quase radial, acompanhando as curvas de nível da encosta, havendo muitas vezes necessidade de recorrer a degraus e ‘escadinhas’. Consequentemente, há grande irregularidade na implantação dos edifícios. Os lotes são desiguais tanto em área como em forma, e alguns nem são quadriláteros.

Os lotes regulares aparecem com a expansão do casario para Norte, estruturando-se no antigo caminho de saída da cidade em direcção a ermida de Sant’Ana. O caminho, hoje Calçada de Santana, seguia pela linha de festo da colina e era por isso bastante direito, havendo apenas uma ligeira inflexão entre dois lances rectos – coincidente com o local onde existia o Postigo de Sant’Ana. Na Calçada de Santana, que é ainda hoje o eixo principal e estruturante da área, e na paralela Rua de Martim Vaz a linearidade do desenho das ruas potencia o loteamento em parcelas regulares e de dimensões aproximadas, com frentes próximas dos 5 metros.

A zona intra-muros, marcadamente urbana, mostra uma densidade de construção claramente superior à zona norte da colina, onde um estado próximo do ruralismo se manteve até meados do séc. XVIII. Esta disparidade traduz-se nos tipos habitacionais encontrados: estreitos e compactos a sul, largos e mais baixos, a norte, ao redor do antigo convento de Santana. A urbanização tardia da metade norte da Calçada de Santana vai também permitir o aumento do tama-



Fig. 4.02 - Calçada do Garcia, nº 2 - 10.

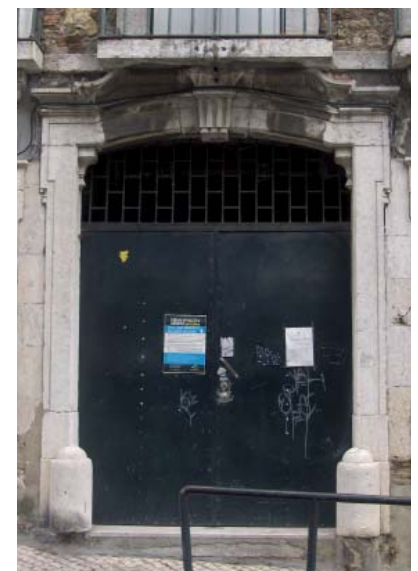


Fig. 4.03 - Calçada de Santana, nº 136 - 150



Fig. 4.04 - Calçada de Santana, nº 24 - 26

³ Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, 1937, livro IV, p. 13.



Fig. 4.05 - Moldura de janela em madeira. Cç. Nova do Colégio, nº 24 - 26.

nho médio dos lotes e a edificação de prédios de maiores dimensões, levando ao aparecimento de um número considerável de casas nobres.

4.1.3. Elementos de construção e composição

Elementos de fachada

Nos edifícios correntes, as fachadas mostram uma clara hierarquização entre a dianteira e o tardo. O protagonismo da fachada principal, mesmo nos casos mais pobres, é revelado através do uso de janelas de sacada, elemento caro à vivência social e às relações de vizinhança. Nas fachadas de tardo, adjacentes às áreas de serviço, abrem-se apenas vãos de cariz utilitário, necessários à iluminação e ventilação dos compartimentos traseiros, geralmente com dimensões inferiores aos vãos dianteiros.

As fachadas principais observadas na zona de estudo traduzem a grande variedade de tipos e tempos: podem ser tão estreitas que só se abra nelas um vão por piso, ou ter até 5 vãos alinhados. A maioria dos casos mostra grande irregularidade, com existência de zonas cegas sobre a porta de acesso às escadas, ou de pequenos óculos ou vãos quadrangulares de iluminação das escadas la-deando com janelas de peitoril ou sacada de grande dimensão. No rés-do-chão existem pelo menos dois vãos: a porta de acesso às escadas e a porta de acesso ao fogo do rés-do-chão, que tinha entrada independente. O forte declive que se faz sentir nas ruas mais a sul leva ao uso de meios-pisos e sobrelojas, que acrescentam desordem à disposição dos elementos na fachada [fig. 4.06].

Fig. 4.06 - Fachada na Calçada Nova do Colégio, nº 1-5. Note-se as pedras de soleira do séc. XVI-XVII reconhecíveis pela forte erosão e grande escorredor de água cavado na pedra (*Carita*).

Os vãos são quase sempre emoldurados por pedras de cantaria⁴, que desempenham funções estruturais e decorativas. Na habitação corrente, os elementos de pedra têm formas paralelepípedicas simples, com bordos em aresta viva. A espessura varia em altura nos edifícios, podendo ser outro sinal de acréscimo posterior de pisos. Nos pisos originais, as cantarias têm espessuras entre os 21 - 22 cm, enquanto nos pisos acrescentados diminui para 18 - 20 cm,

Fig. 4.07 - Cantaria joanina. Rua do Convento da Encarnação, nºs 26 - 30.

⁴ A exceção à regra encontra-se na Calçada Nova do Colégio, nº 24 [fig. 4.05].



medida que se teria generalizado na construção pombalina. As ombreiras das portas terminam sobre a soleira de pedra por inexistência generalizada de soco. Nos edifícios eruditos, a cantaria serve para denotar a qualidade construtiva do prédio, e até mesmo o poder económico do seu proprietário⁵, sendo trabalhada com formas e relevos ao gosto de cada época, como, por exemplo, as pedras de verga curvas introduzidas no séc. XVIII. Os trabalhos em pedra têm maior liberdade criativa principalmente nos portais das casas senhoriais, podendo ser encontrados na zona exemplos classicizantes a barrocos [fig 4.2, 4.3, 4.4].

Também as pedras de sacada mostram diferentes graus de trabalho dentro de um mesmo edifício. São comuns, sobretudo ao nível do 1º andar, as pedras com rebaixo seiscentistas [fig. 4.13] que evoluem depois para pedras de base mais curta que o topo [fig. 4.14], ou pedras lisas de maior espessura, usadas na normalização pombalina. O gradeamento também evoluiu da configuração em 'varão e nó' seiscentista [fig, 4.15], usada como suporte de gelsias, para formas mais intrincadas aquando da proibição do uso de materiais em madeira nas sacadas pelo Marquês de Pombal⁶.

Elementos construtivos

Na construção tradicional, as paredes de alvenaria são o elemento estrutural de maior relevo. A construção de casas contíguas, como aqui acontece, leva a que as empenas sejam paredes-meãs, ou seja, paredes estruturais comuns a dois edifícios vizinhos, tornando-os indissociáveis. Tal significa que intervenções ou danos estruturais num edifício causam instabilidade nos seus vizinhos, podendo levar ao colapso destes. Nas paredes portantes, geralmente fachadas e empenas, verificaram-se espessuras entre os 0,4 a 0,7 metros, por vezes existindo uma pequena redução entre as espessuras do rés-do-chão e dos restantes pisos. Em casos em que foi possível observar a constituição das paredes, encontraram-se paredes de frontal com estrutura reticulada de madeira preenchida com alvenaria de pedra miúda [Fig. 4.08]. O cunhal em pedra é outro

⁵ João Appleton, *Reabilitação de Edifícios Antigos*, 2003, p. 77.

⁶ Hélder Carita, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, 1990, p. 163.



Fig. 4.08 - Parede de frontal. Largo do Convento da Encarnação, nº1.

Fig. 4.09 e 4.10 - Cunhais facetados no R/C para facilitar a passagem de viaturas. Travessa de Santana nº 2-4. Calçada do Garcia, nº 15 - 33.

Fig. 4.11 - Cunhal na Calçada de Santana, nº 12 -16.

Fig. 4.12 - Cunhal na Rua do Arco da Graça, nº 14 - 18.





Fig. 4.13 - Pedra de sacada seiscentista. Travessa do Adro, nº 13.



Fig. 4.14 - Sacada. Tv. do Conv. da Encarnação, nº 17 - 29.



Fig. 4.15 - Grade em 'varão e nó'. Tv. do Forno do Torel, nº 13 - 23.



Fig. 4.16 - 'Prateira'. Largo do Convento da Encarnação, nº1.

elemento de estabilidade presente, sobretudo na zona mais antiga do núcleo. Surge tanto em casas senhoriais como em casas correntes e é normalmente um bom indicador da idade do edifício e de um posterior aumento de pisos, já que nestes casos o cunhal original não é continuado. Por vezes, é apontado um falso cunhal através do relevo da alvenaria, mas que tem apenas função decorativa [fig. 4.12].

Interiores

Os interiores são geralmente simples, baseados em três divisões, sala, quarto e cozinha. Os acabamentos são ainda hoje feitos em madeira, tanto nos pavimentos como no revestimento do tecto. Os tectos apainelados em 'saia e camisa'⁷ ou de forro 'encabeirado'⁸ são fáceis de encontrar [fig. 4.17 e 4.18]. Os revestimentos de parede são simples e sem decoração sendo, nas casas correntes, utilizados azulejos brancos na cozinha. Pontualmente surgem casos de pinturas murais decorativas tardias com motivos florais ou geométricos [Fig. 4.20]. O revestimento com silhares de azulejo decorado é quase exclusivo das habitações nobres.

É também frequente encontrar, ao nível do 1º andar, um pequeno compartimento ou despensa sobre o primeiro lance da escada de tiro. Este compartimento, junto à fachada principal, tem a particularidade de estar disposto em degraus, aproveitando a inclinação resultante do tecto da escada. Estes degraus poderiam ter tido a função de arrumação de louças à semelhança das prateiras das casas nobres⁹ [fig. 4.16].

Escadas

Dentro da construção vernacular foram identificados quatro tipos de escada: de tiro, em L, de lances sobrepostos e de lances opostos.

A escada de tiro, de tradição medieval, consiste na subida de um piso através de um lance recto contínuo e, geralmente, íngreme. O primeiro lance inicia-se logo após a porta de entrada e termina num curto patamar, através do qual se faz o acesso ao fogo do 1º andar e onde se inicia o seguinte lance, caso exista. Foram encontradas escadas de tiro com um a três lances rectos. Em caso de aumento de pisos no edifício, este tipo de escada dificilmente pode ter desenvolvimento, já que teria que ultrapassar a parede traseira. Assim, assiste-se ao aparecimento de outras configurações de escada que prolongam ou substituem as escadas de tiro.

A evolução mais imediata foi o acrescento de novo lance perpendicularmente ao(s) já existente(s) formando um L. Quando o número de pisos é ainda aumentado, pode ver-se acrescentado outro lance perpendicular, ficando a escada com forma de U ou S [vol. II – p. 23].

⁷ Tecto constituído por pranchas de madeira colocadas em fiadas sobrepostas. As pranchas têm larguras entre os 15 – 25 cm e espessuras de 1 ou 2 cm. João Appleton, op. cit., 2003, p. 65.

⁸ Forro em 'saia e camisa' com moldura.

⁹ Ana Rita Gonçalves, *Habitação plurifamiliar não-pombalina: casos de estudo em Lisboa entre os séculos XVII e XIX*, 2011, p. 24.

A solução de sobreposição de lances para optimização do espaço em área começa a ser utilizada talvez no início de setecentos, com o aparecimento do tipo de escada que M^a Helena Barreiros designa como ‘protobombalino’¹⁰. Aqui a transição entre os lances sobrepostos é feita através de um corredor que lhes é paralelo e que une o patamar de chegada de um lance e o patamar de arranque do seguinte. Este corredor pode ter um ou dois degraus para diminuir a extensão do lance principal. A subida é feita em espiral sempre junto à fachada principal, o que permite ter iluminação natural em toda a caixa de escada através da abertura de óculos ou janelas.

A utilização destes degraus paralelos ao lance pode ter sido embrião do aparecimento da escada de lances opostos com patamar intermédio¹¹, cujo uso se consolida com a reconstrução pombalina. Esta escada de lances opostos e sobrepostos – que para simplificação do texto, será mencionada como escada de lances opostos e patamar intermédio – é aquela que permite maior economia de área e maior autonomia em relação à fachada, podendo ser colocada em qualquer zona do edifício. A tendência será até de progressiva deslocação para tardoz. De ressaltar o facto de ter sido atribuído, na descrição de exemplos, igualmente o nome de escada de lances opostos a um tipo mais raro e antigo de escada, em que cada lance vence um piso e estão dispostos paralelamente [ver anexos – p. 107]. Para evitar confusões este caso será mencionado como escada de lances opostos sem patamar intermédio.

Coberturas

As coberturas apresentam hoje variadíssimas configurações e materiais, resultantes não só da necessidade de manutenção de um elemento tão sensível do edificado, como de um quase generalizado aumento de pisos verificado entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX. As ampliações em altura foram muitas vezes feitas com a transformação de sótãos em pisos habitáveis e adição de novas águas-furtadas [vol. II – p. 39] ou mansardas [vol. II – p. 59]. Também nesta época se procedeu a alterações no remate das fachadas, com o tradicional beirado a ser substituído por platibanda.

Ainda assim, predominam as coberturas em telha, de duas águas dispostas paralelamente à fachada. Admite-se que poderia ter existido maior número de casos de fachada em forma de empena, com duas águas perpendiculares à fachada, e tal hipótese foi explorada nas reconstituições. No entanto há que ter presente que o único exemplar encontrado que actualmente mostra esta configuração sofreu acrescento de pisos e já não se encontra no estado original. O remate dos telhados paralelos à fachada é feito em beirado, sendo o mais comum o beirado assente em cornija mas existindo casos de beirado duplo [fig. 4.21].



Fig. 4.17 e 4.18- Tecto ‘encabeirado’ e ‘saia e camisa’. Rua do Arco da Graça nº 45.e Tv. Forno do Torel, nº 19



Fig. 4.19- Azulejos. Calçada de Santana, nº 18 - 22



Fig. 4.20 - Pinturas murais. Calçada de Santana, nº 18 - 22

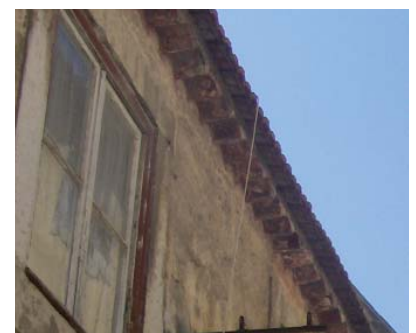


Fig. 4.21 - Beirado duplo. Rua de Gaspar Trigo, nº 12.

¹⁰ M^a Helena Barreiros, ‘Prédios de Rendimento entre o Joanino e o Tardopombalino’, 2010, p. 18-20.

¹¹ idem, p. 18.

4.2. TIPOS DE HABITAÇÃO CORRENTE

4.2.0. Critérios

Os **cinco** tipos identificados resultam do estudo de 33 edifícios, analisados, como já referido, através do cruzamento de dados obtidos por observação directa, levantamentos *in loco* e consulta de processos de obra no AML. Quatro edifícios são eruditos, deixando o universo dos casos de estudo de habitação corrente com 29 exemplares.

Sinteticamente, poderia considerar-se que a construção corrente do Antigo Regime se baseia num pequeno número de elementos-base, cuja associação repetida dá origem a tipos. Dentro destes elementos-base há depois variações, adaptações e associações pouco vulgares que originariam a grande diversidade de configurações espaciais e formais que se podem encontrar dentro da tipologia da casa corrente plurifamiliar pré-pombalina. São estes elementos: duas disposições interiores – em linha e frente/tardoz –, o número de fogos por piso – um ou dois - e quatro configurações de escada – tiro, em L, lanços opostos e lanços sobrepostos.

O primeiro critério de agrupamento a que foram submetidos os casos de estudo prende-se com a **lógica de funcionamento do edifício**, isto é, quantos acessos verticais existem no mesmo lote, e a quantos fogos estes dão acesso. Delimitaram-se três famílias de casos: os que apresentam uma escada por lote, em posição lateral, que dá acesso a um fogo por piso; os que têm igualmente apenas uma escada, mas em posição central, permitindo a existência de dois fogos por piso; e os que têm pelo menos duas escadas paralelas, servindo dentro do mesmo lote vários fogos dispostos lado a lado - em banda.

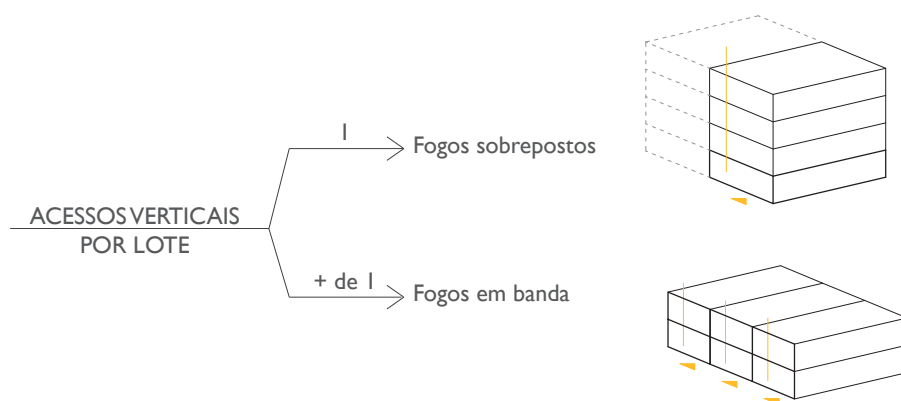


Fig. 4.22 - Distribuição dos fogos no lote e relação com os acessos verticais.

Dentro destas famílias existem ainda substanciais diferenças entre os vários casos, na disposição interior dos fogos e na configuração dos acessos verticais. O princípio da **divisão interior do fogo** revelou-se o mais inclusivo, já que mostra duas grandes famílias de lógica de vivência dos espaços presentes com mais ou menos clareza em todos os casos de estudo, e foi utilizado como segundo critério. O espaço interior, nos casos estudados, é sempre compartimentado ou 'em linha', com as várias divisões em sucessão linear perpendicularmente à

fachada ou ‘em frente/tardoz’, com as divisões encostados ou à fachada principal ou à fachada tardoz. Estas distribuições fazem-se independentemente do número de compartimentos existentes no fogo [Fig. 4.23]. A maioria dos casos tem três divisões, correspondendo directamente às três áreas funcionais da casa – social, privada e de serviço – embora haja casos com quatro e cinco divisões sem alteração da lógica de articulação do espaço.

Os tipos são então identificados consoante a família de edifício a que pertencem e que género de divisão interior possuem. Como na família dos casos em banda, a divisão interior é quase sempre feita em ‘frente/tardoz’, esta família só origina um tipo.

Lógica de funcionamento do edifício	Lógica de funcionamento do fogo	Tipo
	Em linha	A
	Frente e trás	B
	Em linha	C
	Frente e trás	D
	Frente e trás	E

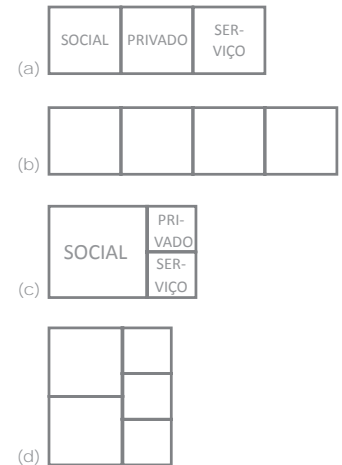


Fig. 4.23 - Esquema das hipóteses de organização espacial encontradas: a) três divisões em linha; b) mais de três divisões em linha; c) três divisões em frente e tardoz; d) mais de três divisões em frente e tardoz.

4.01 **Tab. 4.01** - Esquema síntese.

Quanto à configuração das escadas, esta não foi tida como critério pois está intimamente ligada à configuração interior dos fogos, com os tipos ‘em linha’ mais ligados a escadas de desenvolvimento longitudinal – de tiro – e os tipos em ‘frente/tardoz’ mais associados a escadas de lances sobrepostos – opostos e sobrepostos ou sobrepostos com corredor paralelo. Também a evolução dos edifícios ao longo do tempo, e sobretudo o aumento de pisos, leva à modificação da configuração dos acessos, havendo poucos casos onde a configuração e número de lances originais se mantém.

Tab. 4.02 - Configuração espacial dos acessos verticais: distribuição de 29 casos estudados em 6 categorias.

	Actualmente						
	De tiro	Em L	Lances opostos	Lances sobrepostos	Tiro + lances opostos	Tiro + lances sobrepostos	
Original	5	3	1	1	4	3	17
De tiro							
Em L		2	1		1		4
Lances opostos			2				2
Lances sobrepostos				6			6
	5	5	4	7	5	3	29

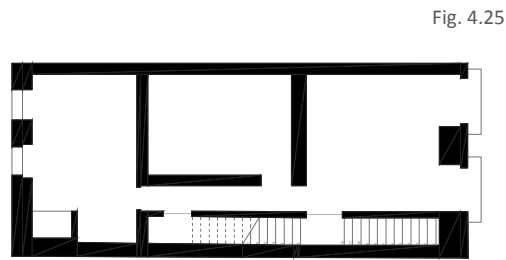
Os casos que não se enquadraram nestes tipos, nem mostraram pontos de contacto entre si para definição de um outro tipo, foram identificados como excepcionais e serão apresentados apenas em anexo [vol. II, pág.153].

Dentro da área de estudo, os tipos têm a seguinte distribuição percentual:

Tab. 4.03 - Distribuição percentual dos tipos para uma amostra de 29 casos de habitação corrente.

A	10	35 %
B	7	24 %
C	2	7 %
D	3	10 %
E	2	7 %
Casos de excepção	5	-

4.2.1. Tipo A



Tipo já identificado por diversos autores e referido por Hélder Carita como 'lote estreito'¹ [Fig. 4.25], aparenta ser um dos mais comuns em Lisboa. A zona de Santana não é exceção, já que este tipo se verificou em 35% da amostra.

É definido pela sua inserção num lote estreito e comprido, marcadamente urbano por ocupar pouca frente de rua, factor associado a altos índices de ocupação. A fachada é, conseqüentemente, mais alta que larga e não apresenta mais que duas janelas por andar. Originalmente seriam construções de dois ou três pisos, com a seguinte distribuição no universo de estudo:

Morada	Pisos Originais	Acrescentados	
		Primeira fase de acrescentos (*)	Mansardas e águas-furtadas ao gosto do séc. XIX
CS 57-59	2	2	-
CS 62-64	2	2	1
CS 85-87	3	2	-
CS 91-95	3	-	1
CS 115-119	2	-	1
CS 121-123	3	-	1
CS 156-158	2	1	-
MV 62-64	3	2	-
TCE 13-15	3	1	-
TCE 17-19	3	-	1

(*) Que pode, ou não, ser coincidente com as obras pós-terramoto.

Tem, normalmente, duas entradas ao nível do rés-do-chão: uma para o fogo autónomo do piso térreo, outra separada para a escada de acesso aos andares superiores. Recentemente têm sido feitas intervenções em que se abre a entrada do fogo do rés-do-chão no vestíbulo antes do início da escada, passando todos os acessos aos fogos a ser feitos pelo interior do prédio. Nestes casos, a antiga porta independente é transformada em janela de peitoril, embora muitas vezes as cantarias permaneçam inalteradas [fig. 4.26].

As escadas, devido à estreiteza da largura do lote, encostam sempre a

¹ Hélder Carita, *Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos*, 1990, p. 108.

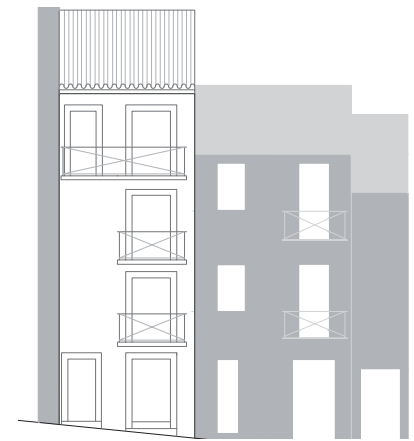


Fig. 4.24 - Travessa do Convento da Encarnação, 13-15. Alçado anterior a 1912, esc. 1:200.

Fig. 4.25 - Planta de referência. Calçada de Santana, 85-87. Planta de reconstituição do 1º andar. Escala 1:150.

Tab. 4.04 - Número de pisos dos casos de tipo 'em linha'.



Fig. 4.26 - Calçada de Santana, 121-123.



Fig. 4.27 - Primeiro degrau em pedra. Rua Martim Vaz, 76-78.

uma das empenas laterais. O primeiro lance é em tiro, podendo depois evoluir para outras configurações de acesso vertical, ou por falta de espaço ou por ser resultado de ampliações. Na zona foram encontrados casos de escada de tiro ininterrupta, de um ou dois lances de tiro interrompidos por lance perpendicular, de um ou dois lances de tiro atravessados por escada de lances opostos e casos de dois lances de tiro continuados em lances sobrepostos. O material utilizado é a madeira, com o primeiro degrau a ser muitas vezes em pedra.

Disposição de lances		
CS 57-59	1 de tiro	L
CS 62-64	1 de tiro	opostos
CS 85-87	2 de tiro	sobrepostos
CS 91-95	2 de tiro	L
CS 115-119	2 de tiro	sobrepostos
CS 121-123	3 de tiro	-
CS 156-158	1 de tiro	L
MV 62-64	2 de tiro	L
TCE 13-15	3 de tiro	sobrepostos
TCE 17-19	L	-

Tab. 4.05 - Configuração das escadas nos exemplos de tipo A.

O número de lances de tiro – até 3 – parece indicar o número de pisos originais do edifício, já que a disposição da escada teria tendência a ser alterada quando eram acrescentados pisos. Hélder Carita refere a possibilidade de inserção de lances perpendiculares aos originais em casos de alteração de edifícios do Bairro Alto no séc. XVII². No entanto estes lances em L podem também ser

² Hélder Carita, op. cit, 1990, pp. 113-115.

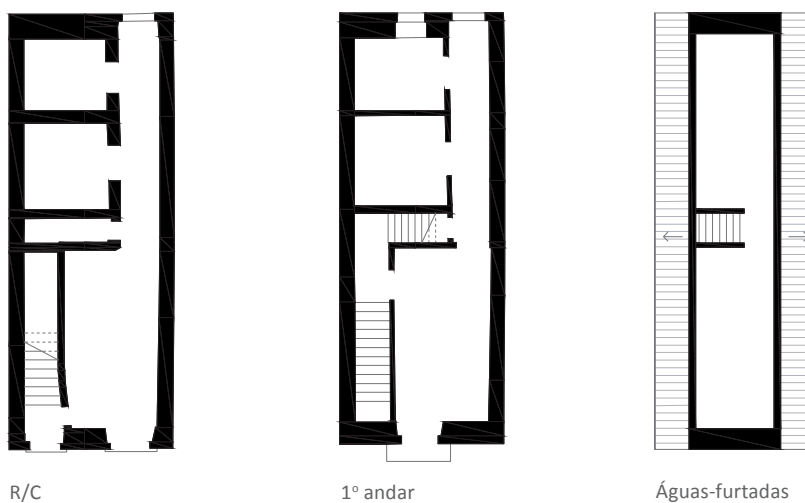


Fig. 4.28 - Calçada de Santana, 156-158. Plantas de reconstituição, esc. 1:200.

Fig. 4.28

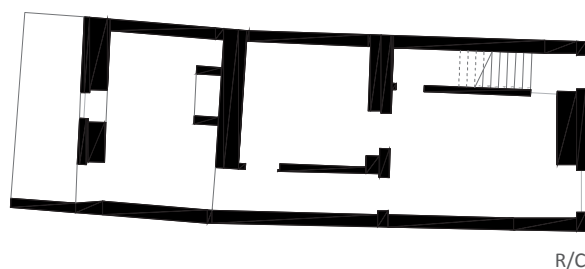
um indício da utilização de coberturas de duas águas perpendiculares à fachada, em prédios com piso térreo, sobrado e águas furtadas, já que o lance paralelo à fachada permitiria chegar ao sótão em zona com suficiente pé-direito.

Dos casos analisados, três dos quatro que teriam originalmente dois pisos poderiam ter tido essa configuração. Esses três apresentam um primeiro lance de tiro, imediatamente seguido por lance em L. Esse lance poderia dar acesso, a partir do interior do fogo do primeiro andar, às águas-furtadas, cenário que foi explorado na reconstituição dos edifícios Calçada de Santana 57-59 [Fig. 4.29] e Calçada de Santana 156-158 [Fig. 4.28]³. No prédio da Calçada de Santana 62-64 [Fig. 4.30] também há indícios desta hipotética configuração, já que teria dois pisos originais com a escada disposta em L numa primeira fase de vida do edifício, mas, por não haver outros dados que indiquem o estado primitivo, não se arriscou uma reconstituição tão profunda.

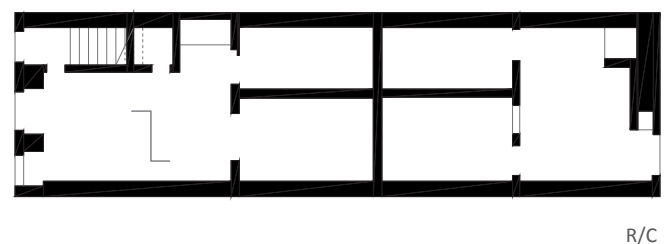
No interior do fogo, a compartimentação é feita em três ou quatro divisões alinhadas perpendicularmente à fachada. Nota-se, nas divisões uma *progressiva especialização das áreas funcionais*⁴, da fachada principal ao tardo com a sala, ou espaço social, situado impreterivelmente junto à fachada principal e o espaço de serviço – cozinha e mais tarde sanitários – a tardo. Entre eles fica a zona privada, do quarto ou alcova, que pode ser encontrada dividida em dois compartimentos.

³ Para mais detalhe consultar Anexos - volume 2, pp. 17 - 19 e 41 - 43.

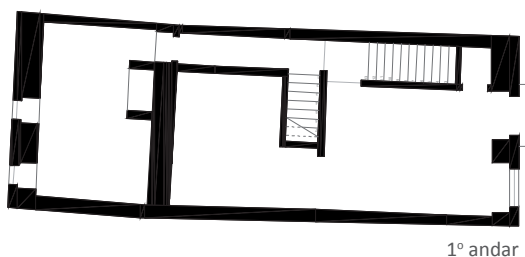
⁴ Aguiar, Appleton e Cabrita, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1992, p. 48.



R/C

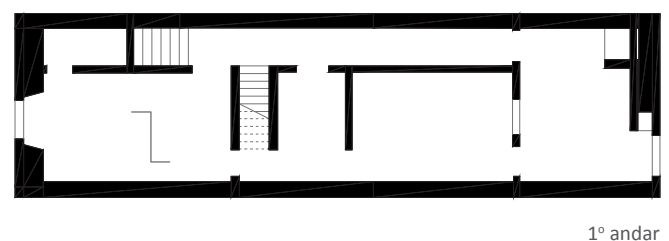


R/C



1º andar

Fig. 4.29



1º andar

Fig. 4.30

Fig. 4.29 - Calçada de Santana, 57-59. Plantas de reconstituição, esc. 1:200.

Fig. 4.30 - Calçada de Santana, 62-64. Plantas de reconstituição, esc. 1:200.

4.2.2. Tipo B

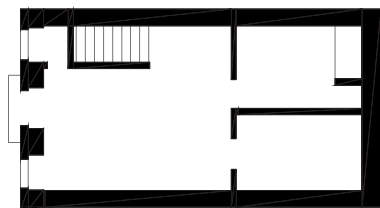


Fig. 4.31 - Planta de referência.
Rua do Arco da Graça, 27-29. Planta de reconstituição do 1º andar. Escala 1:200.

Tal como no anterior tipo ‘em linha’, os casos inseridos neste tipo são edifícios de um fogo por piso com escada lateral. No entanto a compartimentação interior é feita em sistema de frente-trás, com o espaço social junto à fachada e as zonas privada e de serviço dispostas lado a lado a tardoz. As divisórias são simples, bastando duas paredes perpendiculares - em forma de T – para definir as três divisões.

Esta compartimentação parece estar relacionada com as dimensões do lote: estreito e geralmente pouco profundo, mostrando formas próximas do quadrado especialmente se comparado com a implantação alongada do tipo anterior. Tais medidas não são de estranhar já que em lotes com comprimentos entre os 7 e os 9 metros seria muito difícil acomodar três divisões em linha.

Tab. 4.06 - Dimensões do lote para casos de tipo B.

Morada	Largura x profundidade [m]
LCE 1	4 x 7.6
RAG 27-29	5 x 9.5
CS 58-60	5 x 7.9
traseiras MV 21 – 23	5 x 7.95
MV 9 -13	6.1 x 9.25
CS 88-90	4.9 x 8.5
traseiras MV 39 – 41	4.9 x 6.75
MV 72-74	3.65 x 8.95
MV 76-78	4.9 x 8

Fig. 4.32 - Calçada de Santana, 88-90. Plantas actuais do R/C, 1º e 2º andares.

Fig. 4.33 - Rua Martim Vaz, 9-13. Plantas actuais do 1º e 2º andares.

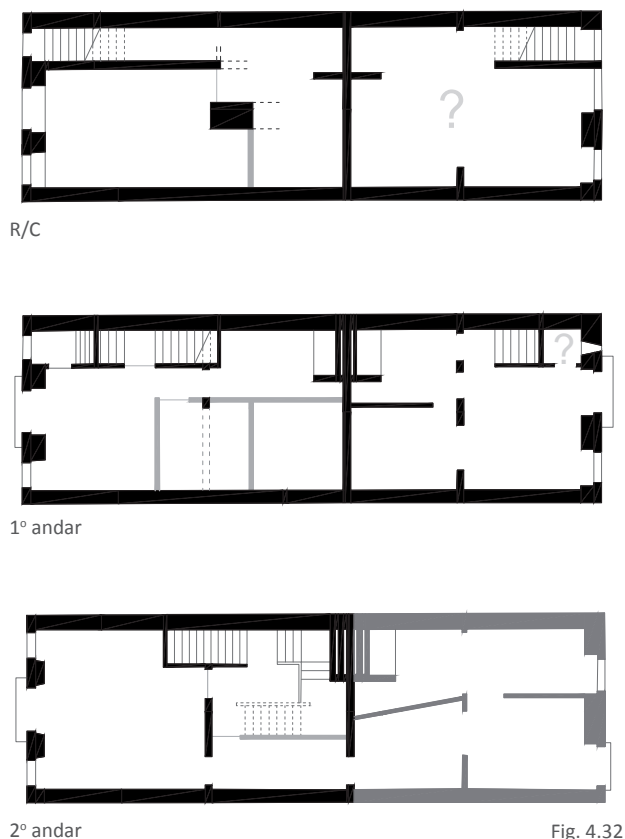


Fig. 4.32



Fig. 4.33

■ Paredes originais ■ Ampliação

Este loteamento e a consequente implantação dos casos ‘em T’ encontram-se sobretudo na zona mais antiga da área de estudo, no espaço que teria sido intra-muros. Nesta zona de grande densidade construtiva, os lotes – mesmo aqueles ocupados por edifícios notáveis – são irregulares em forma e dimensões, adaptando-se, claro, à irregularidade do traçado medieval das ruas. Os mais regulares são aqueles que estão dispostos entre duas ruas paralelas, casos da Tv. de Santana e Rua do Convento da Encarnação, e Calçada de Santana e Rua Martim Vaz [Fig. 4.36]. Aí, duas filas de lotes quadrangulares encostam ‘costas com costas’, com a respectiva frente para uma das duas ruas limítrofes.

Muitos dos pequenos prédios aproximadamente quadrangulares que ficavam entre a Calçada de Santana e a Rua Martim Vaz foram depois unidos num só prédio estreito e o acesso aos pisos elevados passou a ser feito exclusivamente por porta na Calçada de Santana, embora os R/C continuem separados com acesso autónomo pelas suas respectivas ruas. É disto exemplo o prédio na Calçada de Santana 88 – 90 [Fig. 4.32], cujas traseiras na Rua Martim Vaz 39-41 já foram prédio independente. Os prédios da Calçada de Santana 58-60 e Rua Martim Vaz 21-23 [Fig. 4.35], simétricos mas perfeitamente divisíveis, são tratados como um só pelo registo camarário e partilham a cobertura.

Tal como no tipo anterior, os edifícios seriam originalmente de dois ou três pisos.

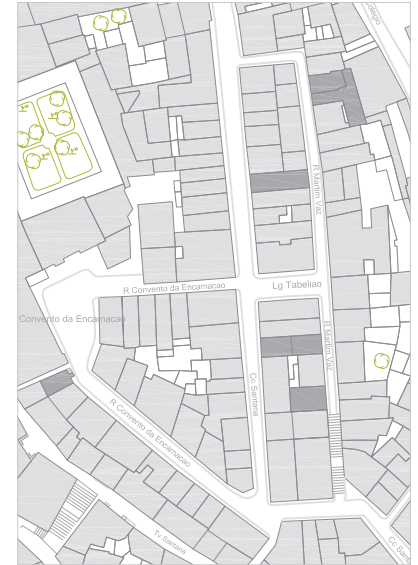
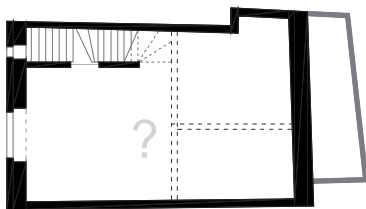


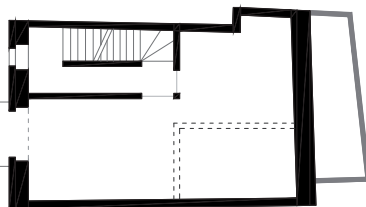
Fig. 4.36 - Planta de implantação de seis dos sete casos. Esc. 1:2000.

Fig. 4.34 - Rua Martim Vaz, 76-78. Plantas actuais do 1º, 2º e 3º andares.

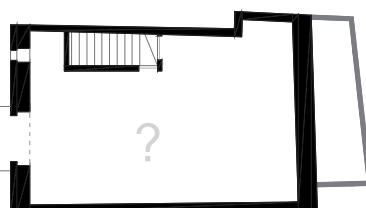
Fig. 4.35 - Calçada de Santana, 58-60 e Rua Martim Vaz, 21-23. Plantas actuais do 2º e 3º andares e cobertura.



1º andar

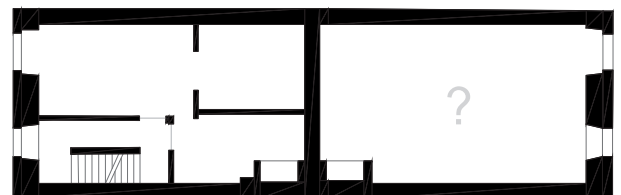


2º andar

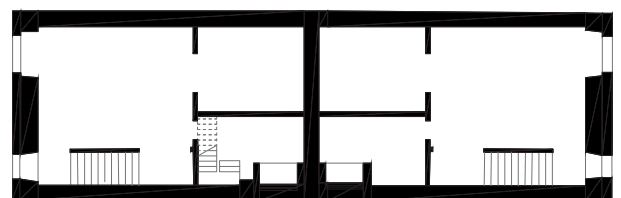


3º andar

Fig. 4.34



2º andar



3º andar



Cobertura
Fig. 4.35

Tab. 4.07 - Número de pisos dos casos de tipo B.

Morada	Originais	Acrescentados	
		Primeira fase de acrescentos	Mansardas e águas-furtadas ao gosto do séc. XIX
LCE 1	2	-	-
AG 27 -29	2	2	1
CS 88-90	3	-	2
(traseiras MV 39 – 41)	2	1	2
MV 9-13	3	-	1
CS 58-60	3	1	-
(traseiras MV 21-23)	3	1	-
MV 72-74	3	1	-
MV 76-78	2	2	1

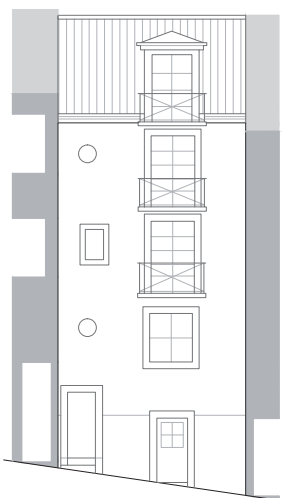


Fig. 4.37 - Rua Martim Vaz, 76-78. Alçado actual, esc. 1:200.

Não havendo espaço em profundidade para a colocação de três divisões em sequência, observa-se a disposição das áreas privada e de serviço ocupando todo o tardo da casa. Assim, a escada, que numa primeira fase de vida do edifício poderia ser apenas de um lance de tiro, não pode continuar a desenvolver-se em profundidade, como no tipo anterior, já que eliminaria uma das divisões traseiras. Esta configuração é então propícia ao surgimento de escadas de lances sobrepostos com corredor paralelo já que mais facilmente se retiraria área à sala para criação de uma estreita passagem e fazer o prolongamento da escada sempre junto à fachada principal, ganhando espaço dentro do fogo e iluminação nos acessos. Quando os edifícios sofreram alterações – o que aconteceu a todos⁵ em certo momento, coincidente ou não com as obras pós-terramoto⁶ – e essas alterações não resultam num acréscimo em área, a escada transforma-se em escada integralmente de lances sobrepostos – nos casos da Calçada Santana 58-60 ou Rua Martim Vaz 9-13 [Fig. 4.33] – ou de tiro + lance sobreposto – claro exemplo na Rua Martim Vaz 76-78 [Fig. 4.34].

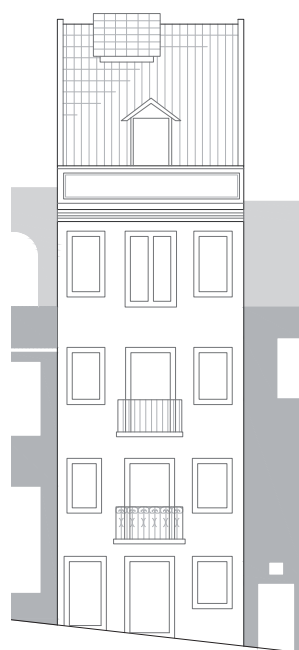


Fig. 4.38 - Calçada de Santana, 88-90. Alçado actual, esc. 1:200.

Esta configuração espacial tem a vantagem de permitir aberturas em todas as divisões, quando no modelo anterior os quartos – encostados à parede-meia – não tinham janelas.

Tal como no modelo anterior, em casos de maiores dimensões de fogo, a zona de descanso pode dividir-se em dois quartos, como é visível no exemplo da Rua Martim Vaz, 9-13 [Fig. 4.33].

⁵ Excepção feita ao Largo do Convento da Encarnação nº1, que permanece quase imutável desde setecentos.

⁶ Embora não seria de estranhar que fosse: 1) sabendo que a zona sofreu um elevado grau de destruição, as recuperações teriam sido mais próximas da reconstrução do que do reparo e 2) a solução de escada de lances sobrepostos é uma solução muito próxima temporalmente do Pombalino, e faria sentido a sua utilização na reconstrução com melhoramento dos edifícios destruídos no Terramoto.

4.2.3. Tipo C

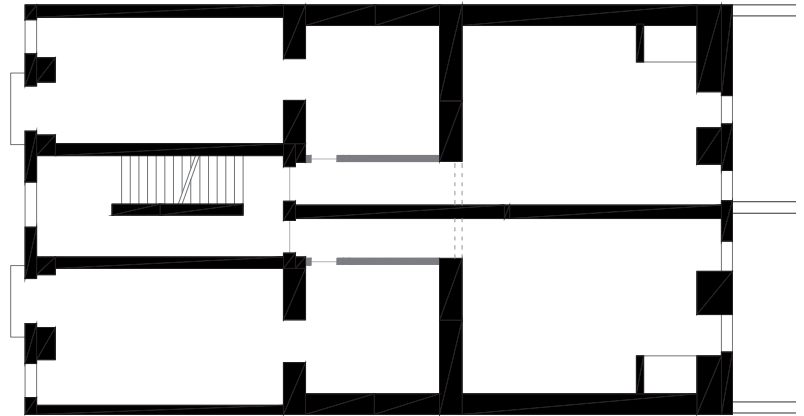


Fig. 4.39

O tipo C corresponde ao tipo de edifício com escada central e dois fogos por piso, em que a disposição das divisões dentro do fogo é feita em linha, sendo portanto uma duplicação do tipo A. Encontraram-se apenas dois exemplares dentro da área de estudo, mas é possível fazer a associação destes com prédios deste tipo identificados noutras zonas da cidade.

É exposto nas publicações sobre o Bairro Alto aqui referenciadas⁷ que a duplicação de fogos surge no séc. XVII, sendo assim as soluções de dois fogos por piso posteriores às de lote estreito com escada lateral – os dois tipos anteriores. Os primeiros casos de duplicação de fogos teriam escada de tiro e, tal como no tipo A, essa escada teria evoluído para outras configurações em caso de acrescento de pisos, por falta de espaço em comprimento. Prédios com esta configuração podem ser encontrados no Bairro Alto, Bica ou Madragoa [fig. 4.40].

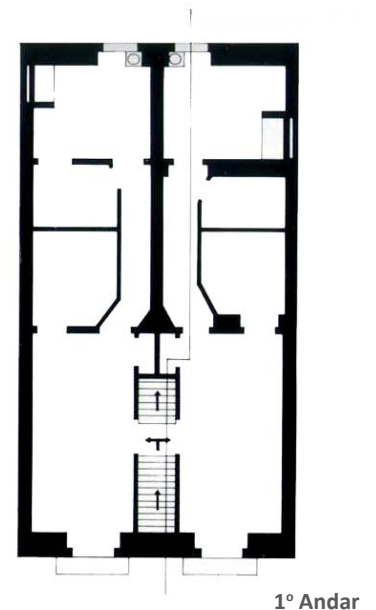
Nos exemplos encontrados, na Calçada de Santana, nº 202-206 [vol. II, p.95] e Rua Martim Vaz, nº 36 [vol. II, p.101] a escada é integralmente de lanços sobrepostos com corredor paralelo, sendo este corredor plano em todos os pisos.

O edifício da Calçada de Santana, de grande dimensões quando comparado com os casos até agora descritos – aprox. 11 x 18 m – mostra alguma erudição na sua construção, com grande simetria e regularidade tanto no desenho da fachada como da planta dos pisos [fig. 4.39]. Em muitos aspectos é análogo aos casos identificados por M^ª Helena Barreiros como ‘protopombalinos’⁸, prédios provavelmente da primeira metade do séc. XVIII com fachada simétrica, onde dois vãos por fogo ladeiam a janela de iluminação da caixa de escada, que se encontra em posição central, e se desenvolve através de lanços sobrepostos com corredor paralelo a fazer a ligação entre os patamares. Não há, no entanto, sinais de existência de duplo acesso aos fogos, outra característica apontada por M^ª Helena Barreiros, embora a configuração espacial o pareça sugerir. Apesar das

⁷ Hélder Carita, op. cit, 1990. Aguiar, Appleton, Cabrita, op. cit., 1992.

⁸ Maria Helena Barreiros, op. cit, 2010, p.20. São mencionados edifícios na Rua do Século, no Largo do Rato e na Rua de Santa Marta.

Fig. 4.39 - Calçada de Santana, 202-206. Planta de reconstituição do 2º andar. Escala 1:200.



1º Andar

Fig. 4.40 - Planta tipo esquerdo-direito, Rua da Atalaia nºs 108-112, in Bairro Alto - *Tipologias e Modos de Habitar*, Hélder Carita, 1990.

divisórias acrescentadas em diferentes épocas, é visível na planta a lógica interna de três compartimentos em linha, situados entre espessas paredes-mestras.

O segundo caso, na Rua Martim Vaz, tem dimensões mais modestas [fig. 4.41] e a particularidade de ser atravessado por um corredor central de acesso ao quintal, já que aí funcionou um pátio de habitação operária conhecido como o 'pátio do José António'. Este corredor repete-se nos pisos superiores, permitindo que exista um acesso pela sala dianteira quando o patamar de chegada da escada se situa a tardoz. A disposição deste corredor central deixa em aberto uma possível existência primitiva de escada de tiro central de acesso aos dois fogos do primeiro andar, quando o edifício tinha apenas dois pisos. O acrescento de terceiro piso e mansarda ocorre já no final do séc. XIX, mas as adaptações a pátio com abertura de corredor contínuo e hipotética remoção da escada para fora do eixo central – retirando espaço ao fogo direito – já tinham acontecido⁹.

⁹ AML, obra nº 36177, processo 5491 - 1ª Rep - 1891, consultado a 1 de Março de 2013.

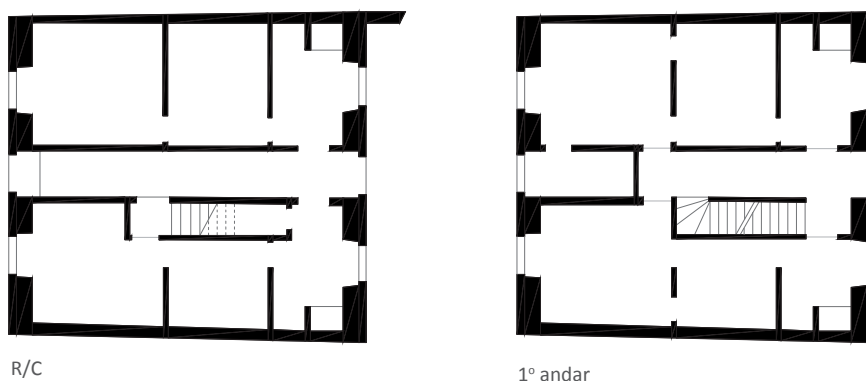


Fig. 4.41 - Rua Martim Vaz, nº 36.
Planta de rés-do-chão e 1º andar.
Escala 1:200.

4.2.4. Tipo D

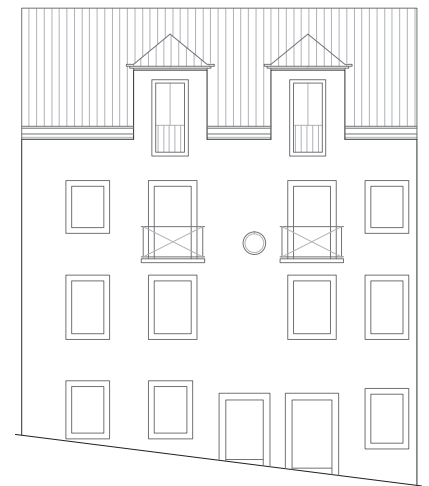
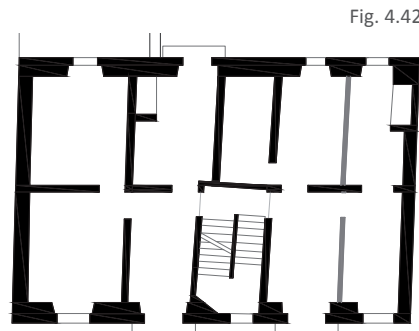


Fig. 4.42 - Rua Martim Vaz, nº 24 - 26. Planta de reconstituição do 2º andar. Alçado. Escala 1:200.

Os casos de tipo D são, como anteriormente referido, três casos de dois fogos por piso servidos de escada central, com compartimentação interna feita em frente-trás. Dois destes casos são de gaveto. Apesar das múltiplas semelhanças entre si, parecem ter tido génese temporal distinta o que se manifesta na complexidade da planta: em dois dos casos, o número de divisões aumenta para quatro compartimentos – nos casos de tipo B era quase sempre de três – havendo um aumento da proporção da área privada dentro do fogo¹⁰. Outra indicação da distinta época de construção é o tipo de escada, que não se repete em nenhum destes três casos, estando cada um dos tipos encontrados associado a um momento diferente na evolução dos acessos verticais: lanços de tiro opostos sem patamar, lanços sobrepostos ‘protopombalinos’ e lanços opostos com patamar intermédio.

O primeiro caso encontrado, sito na Rua do Arco da Graça nº 14-18 [vol. II, p. 107], mostra com clareza a duplicação de fogos de tipo B. Passando uma linha imaginária de simetria sobre a planta são visíveis dois casos de paredes divisórias dispostas em T, com sala junto à fachada e quarto e cozinha a tardoz [fig. 4.43]. Até a escada foi concebida através de uma relação de simetria, já que se apresenta de lances opostos paralelos, com apenas um lance contínuo por piso. O patamar de acesso aos fogos encontra-se alternadamente no interior do prédio ou junto à fachada, sem que isso altere a configuração interior dos fogos: a entrada é sempre feita pela sala, e não existem portas de serviço.

O segundo exemplo, na Rua Martim Vaz, nº 24-26 [vol. II, p. 111], parece ser de génese posterior, já que a escada, igualmente de lanços opostos, evoluiu para uma configuração de lanços ‘opostos e sobrepostos’ com patamar intermédio [fig. 4.42]. No entanto a irregularidade com que são desenhados os lanços e patamares faz parecer que se trata de um caso de experimentação de uma nova solução¹¹, e/ou talvez uma reconstrução tosca do pós-terramoto. O facto de o

¹⁰ No tipo B, o único caso de quatro compartimentos [fig. 4.33, p. 46] tinha dois quartos resultantes da subdivisão da área privada, mantendo-se as principais paredes divisórias dispostas em T [Fig. 4.44, a)] Nestes casos de tipo D a configuração interior passa a ter duas paredes divisórias cruzadas, já que o segundo quarto é acrescentado junto à fachada dianteira, fazendo com que a proporção da sala dentro do fogo diminua [Fig. 4.44, b)].

¹¹ A hipótese que a utilização de escadas de lances opostos fosse feita de forma experimental ainda antes da reconstrução pós-terramoto é avançada por Joana Matoso, *A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do Bairro da Madragoa*, 2013, p. 46.

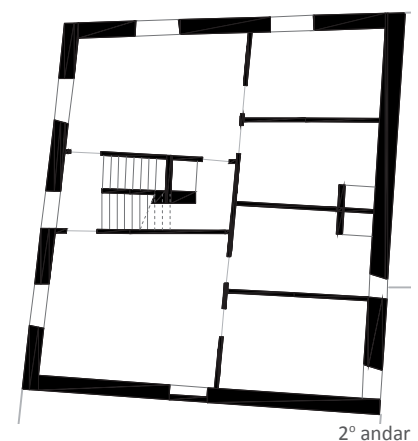
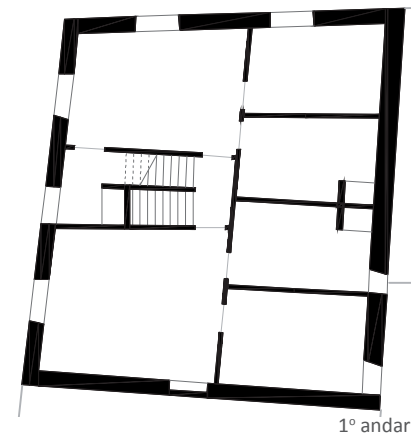


Fig. 4.43 - Rua do Arco da Graça, nº 14 - 18. Planta de reconstituição do 1º e 2º andares. Escala 1:200.

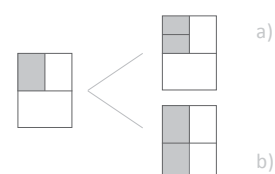


Fig. 4.44 - Esquema de interiores.



Fig. 4.45 - Lg. do Convento da Encarnação, nº 2 - 6. Fotografia AML.

primeiro lanço ser de tiro poderia indicar que o prédio teria na origem apenas dois pisos. O fogo esquerdo têm quatro divisões dispostas em frente-trás, com dois quartos, um ladeando a sala – na frente – e outro a cozinha – atrás –, enquanto o direito tem actualmente cinco compartimentos, que poderiam ter sido apenas três, dispostos segundo a mesma lógica.

O último caso, de todos o que parece ser de edificação mais culta, é o prédio do Largo do Convento da Encarnação, nº 2 – 6 [vol. II, p. 115]. A fachada é larga e marcada pela regularidade e simetria, com cinco eixos verticais. Nos eixos laterais e de simetria abrem-se janelas de peitoril e nos dois restantes há janelas de sacada. Dois frisos assinalam os pavimentos do 1º e 3º andares [fig. 4.45]. A escada é de lanços sobrepostos com corredor paralelo onde três degraus ajudam a diminuir a extensão do lanço principal que é aqui bastante curto. A configuração interior em frente-tardoz volta a afastar-se formalmente da do tipo B, com os fogos a terem três e quatro divisões – fogo direito e esquerdo, respectivamente – tal como no caso anterior [fig. 4.46]. Actualmente possuem mais um compartimento, a casa de banho, que foi adicionada junto ou dentro da cozinha. Os quartos são, como seria lógico – mas não acontece no caso anterior –, as divisões mais afastadas da entrada.

É notória a semelhança destes casos com outros identificados na Madragoa por Joana Matoso sob a designação de ‘tipo 3’¹², em especial com o edifício sito na Rua das Madres, nº 94 [fig. 4.47]. Este exemplar tem implantação semelhante ao caso do Largo do Convento da Encarnação, nº 2-6, em lote rectangular de gaveto com a fachada principal e a entrada na frente larga; a disposição das divisões no interior dos fogos é idêntica à encontrada na Rua do Arco da Graça, nº 14 -18, com as paredes divisórias em T e a chaminés encostadas à parede divisória interior; a fachada com vãos irregulares tem parecenças à do prédio da Rua Martim Vaz, nº 24-28 – notem-se as sacadas apenas no 2º andar – e a sua configuração de escada é igual à deste exemplo – na posição, disposição dos lanços, iluminação configuração do patamar e acesso aos fogos – recaindo sobre ele a mesma suspeita que seria originalmente de dois pisos, sendo o terceiro um acrescento.

Fig. 4.46 - Lg. do Convento da Encarnação, nº 2 - 6. Planta do estado actual do 2º andar. Escala 1:200.

Fig. 4.47 - Planta de reconstituição do prédio na Rua das Madres, nº 94 in *A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do Bairro da Madragoa*, Joana Matoso, 2013.

¹² Joana Matoso, op. cit, 2013, p. 149-150.

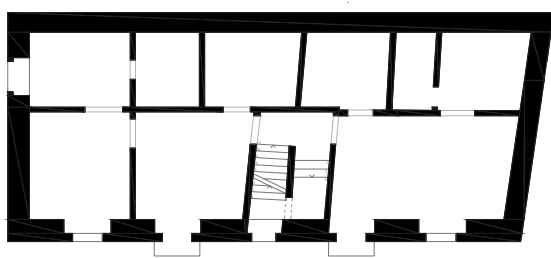


Fig. 4.46

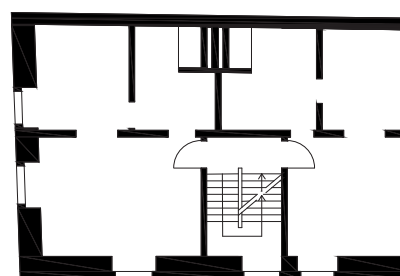


Fig. 4.47

4.2.5. Tipo E - Em banda ou correnteza



Fig. 4.48 - Travessa da Arrochela, nºs 6 - 22 in *Prédios e Vilas de Lisboa*, Irene Buarque e Nuno Teotónio Pereira, 1995.

Refere-se ao prédio baixo e alongado que Buarque e Pereira identificam como muito representativo do período pré-terramoto. Estas soluções eram características ‘de zonas de periferia que as novas construções iam conquistando terreno às hortas e campos de cultura’¹³, onde, libertos da pressão demográfica e construtiva da cidade intra-muros, os lotes adquiriam proporções mais largas e profundas e não havia necessidade de construção em altura. Os exemplos encontrados na zona do Torel, enquadram-se bem nessa definição, já que na altura da erecção do Convento de Sant’Ana o edificado terminava na Cerca Fernandina, e esta era uma zona de muito baixa densidade¹⁴. O prédio uno era compartimentado em módulos mais ou menos regulares, dispostos em banda, sucedendo-se entradas alternadas para os fogos do rés-do-chão e para as escadas para o 1º andar [fig. 4.48].

No entanto existe um outro modelo de características semelhantes a este e que deve ser mencionado, o modelo do século XVIII de alojamento de operários ou funcionários¹⁶. Das duas variantes identificadas em *Prédios e Vilas de Lisboa*, é de destacar aquela, presente nas habitações para artífices de lã mandadas edificar pelo Marquês de Pombal nas Amoreiras e no alojamento para funcionários do Palácio de Belém, que é composta pela ‘adição de pequenas unidades de dois pisos, com dois ou quatro fogos no total, que se alinham ao longo de uma rua’¹⁷, muito semelhante aos casos aqui encontrados. A lógica de fogos horizontais sobrepostos em rés-do-chão e primeiro andar, com acessos independentes e de agrupamento modular é, portanto, uma que se vai repetindo por vários períodos e será ainda usada em vilas operárias durante a industrialização.

O prolongamento desta solução no tempo faz que a génese destes dois exemplares seja incerta. No primeiro caso, da Travessa do Forno do Torel, nº 13-23 [vol. II, p. 121] exemplar de grande integridade, existem ainda gradeamentos de sacada em ‘varão e nó’ seiscentistas com cinco varões, o que pode ser um in-

¹³ Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, *Prédios e vilas de Lisboa*, 2004, p. 58

¹⁴ Para Vanda Pereira de Matos, estes exemplares construídos na Travessa do Forno do Torel identificam-se com um subtipo de *casa salaia*, pelo uso de alvenaria de pedra e de volumes cúbicos, que teria influência na concepção de modelos da arquitectura chã dos sécs. XVI-XVII.

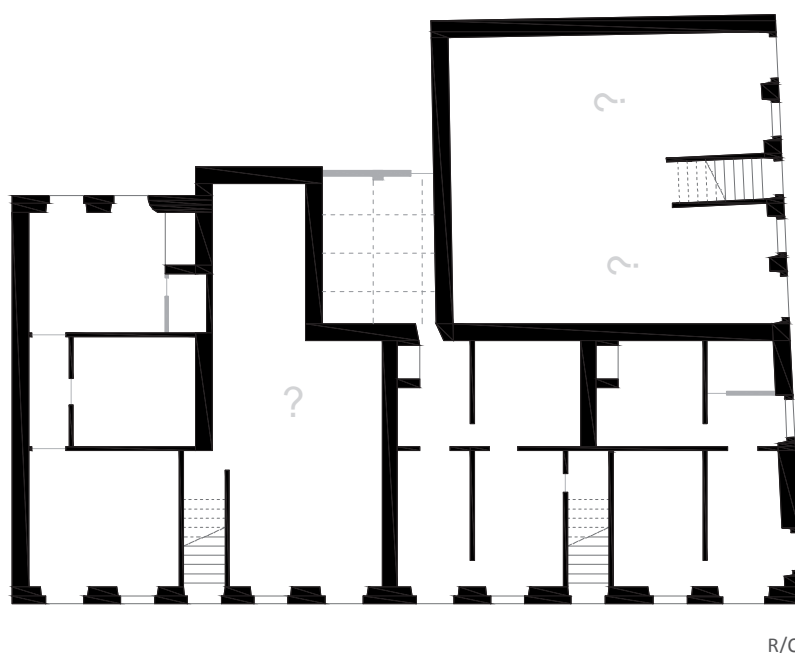
¹⁶ Buarque e Pereira apenas designam como ‘correnteza’ este último modelo de habitação em banda. Considerou-se nesta dissertação que a terminologia se pode aplicar a qualquer modelo de habitação em banda de dois pisos.

¹⁷ Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, op. cit., p. 179.

dício da sua origem. Este exemplo é composto por três módulos, cada um deles com quatro fogos – dois no rés-do-chão e dois no 1º andar – em redor de uma escada de tiro central. Os fogos do R/C são independentes, com entrada feita directamente pela rua [fig. 4.49].

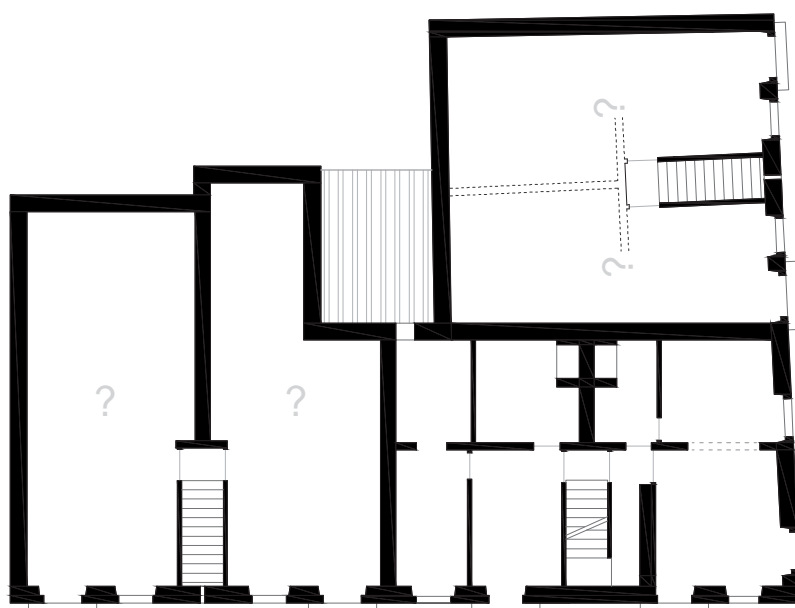
Já o segundo caso, na Travessa do Forno do Torel, nº 2 – 10, resulta da junção de dois módulos distintos: um de apenas dois fogos sobrepostos, onde a escada só serve um fogo do 1º andar, e outro de escada de tiro central que dá acesso a dois fogos [fig. 4.51]. Em ambos os casos, o acesso ao sótão é feito através de um lanço de tiro sobreposto ao primeiro.

Fig. 4.49 - Tv. do Forno do Torel, 13 - 23. Planta de estado actual do R/C e 1º andar. Escala 1:200.



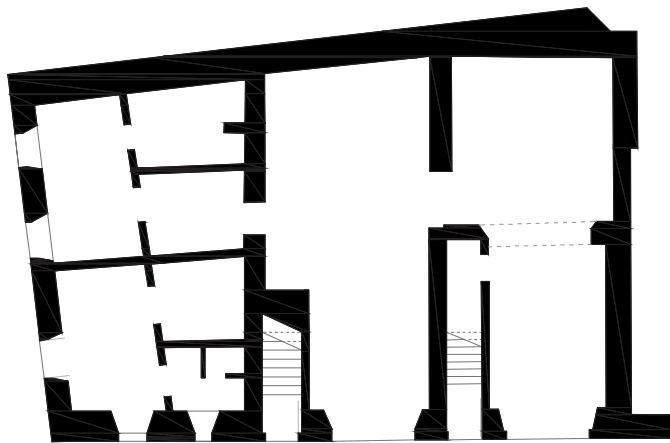
R/C

Fig. 4.50 - Tv. do Forno do Torel, 13 - 23.



1º andar

A compartimentação interior é feita, no primeiro caso, tanto em lógica ‘frente/tardoz’ como ‘em linha’ dependendo da configuração do fogo. Nos casos de ‘frente/tardoz’ existem quatro divisões, enquanto nos ‘em linha’ o número se reduz para três. No segundo exemplo houve uma grande alteração do espaço interior, podendo apenas ver-se a compartimentação original nos dois pequenos fogos de rés-do-chão com acesso pela Travessa do Torel, em que as paredes divisórias se dispõem em T.



R/C



1º andar

Fig. 4.51 - Tv. do Forno do Torel, nº 2 - 10. Planta de reconstituição do R/C e 1º andar. Escala 1:200.

Fig. 4.52 - Tv. do Forno do Torel, 2 - 10.



4.3. OS CASOS ERUDITOS

Dentro da arquitectura erudita são identificáveis na zona de estudo duas tipologias de edifício: a casa nobre unifamiliar e o prédio de rendimento de habitação colectiva. Esta última tipologia coincide com os edifícios de arquitectura joanina encontrados, casos da Calçada de Santana nº 24-26 e nº 136-150, já que o seu próprio aparecimento se relaciona com o advento do barroco. Já as casas nobres de habitação individual estão conotadas com a arquitectura classicizante característica da transição entre os sécs. XVII e XVIII. Foram analisados na zona de estudo quatro casos de habitação erudita, três de traça característica da segunda metade de seiscentos¹ e outro de arquitectura joanina.

A construção erudita dita de ‘seiscentos’ refere-se a um tipo de casa urbana marcada pela uniformidade e regularidade da sua fachada, com distintas configurações em planta, e que Raúl Lino caracterizou como *quase estandardizada*² por se apresentar com iguais características um pouco por todo o País. É identificada por uma fachada plana composta por um conjunto de vãos iguais entre si que, ao nível do andar nobre, se abrem em janelas de sacada. Estas assentam sobre friso saliente que assinala o pavimento e que são quase sempre encimadas por um entablamento simplificado³. O protagonismo do andar nobre confere regularidade a todo o conjunto, mesmo quando este resulta de alterações feitas a casas de génese anterior, em que os pisos térreos e intermédios mostram vãos dispersos e sem regularidade⁴. Outras características presentes nas fachadas deste tipo são os cunhais apilastrados, as guardas das varandas em ferro tipo ‘varão e nó’ ou o remate da fachada em cornija e beirado. A existência de entrada nobre é também elemento comum e encontra-se por vezes em posição central. É no portal que o trabalho de cantaria ganha espaço

¹ Período extensível até ao primeiro quartel de setecentos. Pedro Durand, *A Casa Nobre Pré-joanina em Lisboa – Caso de Estudo: o Palácio do ‘Bichinho de Conta’*, 2012, p. 2.

² Raúl Lino, ‘O Estilo na Casa Portuguesa do Século XVII’, 1943, p. 3.

³ Pedro Durand, op. cit., 2012, p. 18.

⁴ idem, p.17.

Fig. 4.53 - Calçada de Santana, nº 170-190.

Fig. 4.54 - Palácio do Marquês de Tancos. Foto Egeac.



para maior complexidade e individualização, embora muitas vezes tal seja feito mantendo linhas sem opulência, de acordo com o momento austero do período pós-Restauração em que esta arquitectura se insere⁵. Aliás, parte da uniformidade de estilo pode ser explicada pela vontade das famílias nobres em afirmar o seu estatuto social na cidade⁶ como pertencentes a um mesmo grupo social, a nobreza de corte, para quem a austeridade da casa seria sinónimo da antiguidade e gravidade da família que a habitava⁷.

Este período construtivo tem o seu fim com o surgimento do barroco, no segundo quartel de setecentos e do qual a Casa Ludovice [1747] é exemplo máximo de prédio de habitação. Este estilo é também designado por *joanino*, por se ter desenvolvido durante o reinado, e com o apoio, de D. João V, acompanhando a mudança de regime para o absolutismo, em que a velha nobreza assiste ao seu declínio, vendo a sua influência governativa dissipar-se com a crescente centralização do poder régio. Tal facto pode ajudar a explicar a diminuição da construção de iniciativa privada, numa época em que a situação económica do País prosperava, com a chegada de ouro do Brasil. Na habitação, em paralelo com a tipologia palaciana, surge uma forma híbrida de casa erudita multifamiliar entre o palácio e o prédio de rendimento⁸ em que o piso nobre se destinava a moradia do proprietário, sendo os demais pisos para aluguer. Este modelo afasta-se do palácio urbano na sua configuração ao *alto*, mais próxima de uma forma cúbica que da forma paralelepipedica – ao *baixo* – apresentada pelas casas nobres. A fachada deste tipo apresenta grande exuberância, dentro do espírito barroco, sobretudo no trabalho das cantarias dos vários tipos de janela e portal.

⁵ idem, p. 20.

⁶ idem, p. 65.

⁷ Leonor Ferrão, 'Lisboa Barroca – da Restauração ao Terramoto de 1755', 1994, p. 244.

⁸ idem, p. 275.



Fig. 4.55 - Casa das Varandas. Foto AML.



Fig. 4.56- Calçada de Santana, nº 136 - 150.



Fig. 4.57 - Calçada do Garcia, nº 15-33. Fotografia aérea.



Fig. 4.58 - Arco fechado entre as escadas e o restaurante no rés-do-chão, nº 29-31.

Calçada do Garcia, nº 15 – 33

Este prédio de génese muito antiga ocupa grande parte do lado poente da Calçada do Garcia, acompanhando as muitas inflexões do sinuoso traçado da rua. A sua implantação é muito irregular, tanto devido ao desenho medieval da rua, como pelo forte declive do terreno no arranque da colina de Santana, traduzindo-se isso tanto na forma pouco ortodoxa dos dois corpos que compõem o edifício como na diferença de três pisos entre os alçados sul e norte [fig. 4.59].

À edificação primitiva de pequenos troços independentes onde proliferam meios-pisos e sobrelojas foi adicionado um piso nobre, que atravessa ao mesmo nível toda a extensão do edifício. Este piso nobre terá sido acrescentado ou, mais provavelmente, adaptado na segunda metade de seiscentos, pois apresenta janelas de sacada iguais, embora de espaçamento irregular, assentes sobre friso contínuo. O portal é o elemento mais trabalhado, mas ainda com linhas depuradas, bastando-lhe um entablamento sobre o vão para ganhar protagonismo.

Actualmente o acesso à escadaria é feito por uma porta ao lado do portal e a escada inicia-se após curto vestíbulo, sem haver lugar para um espaço de recepção no piso da entrada, situação que resulta de uma compartimentação, não muito antiga, do rés-do-chão. Anteriormente, o portal – hoje acesso a um restaurante – daria entrada num largo vestíbulo através do qual se acederia à escada, situada do lado esquerdo após um arco em pedra [fig. 4.58]. As escadas, em pedra, têm dois lances opostos com patamar intermédio e lambril em azulejo. Foi acrescentado um pequeno lanço em madeira e um segundo patamar intermédio sobre o primeiro lance em pedra para possibilitar o acesso às escadas para o último piso, situadas atrás da caixa de escada principal.

Anexos - vol. II, p. 153

Fig. 4.59 - Alçado. Escala 1:300.



4.55

Prédio de esquina ao Martim Moniz⁹

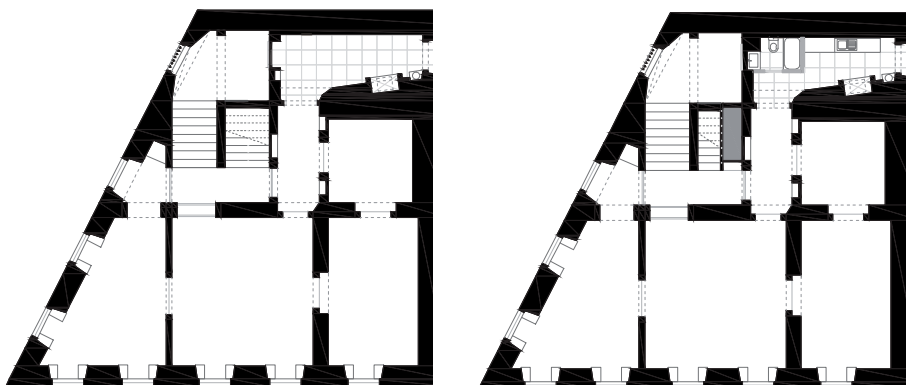
Esta casa nobre apresenta grande regularidade no desenho das fachadas, tendo o portal, trabalhado, no eixo de simetria. O piso térreo é muito alto, compensando a subida do terreno ao longo do alçado sul, e hoje recebe estabelecimentos comerciais. O piso nobre é o último – sob a cornija, já que o sótão foi largamente ampliado e pode ser considerado piso –, notório pelo friso horizontal e pela presença de janelas de sacada.

A entrada é feita através de um amplo vestíbulo, colocado entre duas lojas autónomas. No fundo do vestíbulo iniciam-se as escadas, em pedra, com dois lanços opostos até ao primeiro andar. Originalmente, outro lanço em pedra com a mesma largura dos primeiros ligava o patamar do 1º andar ao andar nobre. Este lanço foi posteriormente dividido em duas partes para acréscimo de escada em madeira de acesso ao sótão pelo exterior dos fogos [fig. 4.61]. No interior, destacam-se os lambris de azulejo em praticamente todas as divisões dos dois pisos de habitação, os tectos com forro em ‘saia e camisa’ e conversadeiras nas janelas de peitoril do primeiro andar [fig. 4.60].

⁹ Por pedido do proprietário não será indicada a morada exacta.



Fig. 4.60 - Salão interior. Azulejos de padrão da época de construção.



1º piso - Original

1º piso - Actual

Anexos - vol. II, p. 157

Fig. 4.61 - Planta do primeiro andar. Reconstituição do estado original e do estado actual. Escala 1:300.

Fig. 4.62 - Alçado este. Escala 1:300.



Calçada de Santana, nº 170 – 190

Ocupado desde 1946 pela FNAT, hoje Fundação Inatel, tem-lhe sido atribuído erradamente o nome 'Palácio Camarido' – este situava-se na Rua das Pi-coas e foi demolido em 1939. A Fundação Inatel tem efectuado várias alterações à propriedade, sendo a mais relevante a construção de um novo edifício nas traseiras do lote, que se une ao corpo do palácio através de um 'bloco-ponte'. Esta junção levou à demolição de paredes-mestras na fachada posterior do edifício principal, quiçá a maior alteração ao estado original do projecto, seguido da introdução de corredor central entre os salões do primeiro andar.

O palácio original é composto por um volume rectangular de três pisos, com o piso nobre a ocupar o primeiro andar. A fachada palaciana contrasta com as dos anteriores casos pela sua extensão, abrindo-se um conjunto regular de doze janelas de sacada no piso nobre, a cada uma das quais corresponde uma pequena janela ao nível do mezanino superior. Este segundo andar, que serviu de dormitório e escritórios ao Inatel, teria sido o andar destinado à vida doméstica da família que decorria em ambiente fechado¹⁰, contrastando com os salões de recepção do piso nobre. A entrada é feita para um vestíbulo largo, no fundo do qual se inicia o primeiro dos dois lances opostos da escada em pedra, após um arco também em pedra e alinhado com o eixo de simetria do portal.

Anexos - vol. II, p. 161

Fig. 4.63 - Alçado. Escala 1:300.

¹⁰ Fernando Castelo-Branco, *Lisboa Seiscentista*, 1990, p. 49.



Calçada de Santana, nº 136 – 150

Este último exemplo de habitação erudita insere-se na tipologia joanina de prédio de rendimento, em que nalguns casos parte do edifício se destinava a habitação do proprietário e parte para alugar. Neste caso em concreto, a propriedade era dos Menezes, senhores foreiros da zona. A gravação na pilastra central atesta-o: 'MENEZES ANO 1760'. Tendo esta família palácio próprio, a construção deste prédio não proviria da vontade de estabelecer casa, mas sim de explorar terrenos já na sua posse através de um prédio de rendimento.

A distribuição dos fogos aponta para este cenário: nos primeiro e segundo andares dois fogos de dimensões equivalentes ladeiam a escada de tiro central, que um auto de vistoria de 2010¹¹ indica ser em pedra. Nem no tratamento da fachada, nem na compartimentação interna está assinalado um piso nobre, havendo portanto homogeneidade nas características das casas. No terceiro e último piso de habitação, que provavelmente foi acrescentado, a configuração dos fogos mantém-se, alterando-se apenas a escada, que passa a funcionar num sistema de lanços opostos. O facto de ser o último piso, diferenciado dos restantes no tratamento de fachada – apenas tem pequenas janelas de peitoril – e no acesso, pode indicar que se destinaria a inquilinos de menores rendimentos.

A data inscrita na fachada poderá remeter para a data de conclusão do imóvel, ou para obras efectuadas após o terramoto.

¹¹ Auto de vistoria do processo de obra nº 1459. O estado de avançada degradação do imóvel levou à sua interdição, impossibilitando uma visita ao interior e recolha de imagens.

Anexos - vol. II, p. 165

Fig. 4.64 - Alçado. Escala 1:300.



5. ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO

5.1. Enquadramento

5.1.1. O abandono do centro

5.1.2. Património e Reabilitação

5.1.3. Reabilitação urbana em Portugal

5.2. Estratégia de zona

5.2.1. Estado actual de conservação e protecção

5.2.2. Linhas de acção

5.3. A casa pré-pombalina no séc. XXI – como habitar?

ESTRATÉGIAS DE REABILITAÇÃO

Evolução e pertinência das acções de reabilitação urbana. Conservação e protecção dos tecidos urbanos históricos em Portugal, com destaque para a zona de estudo. Reflexão sobre a correcta adequação de casa pré-pombalina a novas formas de habitar, aliando integridade e conforto.

05

5.1. ENQUADRAMENTO

5.1.1. O abandono do centro

‘Vejam-se as centenas de milhares de fogos devolutos existentes (nem todos degradados), não só nas chamadas zonas históricas ou “Baixas”, mas no conjunto dos tecidos consolidados das nossas cidades, traduzindo-se num gigantesco desperdício em termos de capital fixo, num país de fracos recursos. Veja-se a destruição, por uma construção desregrada, de enormes áreas de solos com excelente aptidão agrícola, num país onde estes escasseiam. Vejam-se os colossais investimentos públicos em infra-estruturas e equipamentos, sempre tardios e insuficientes, para servir as novas expansões urbanas (...)’

Nuno Teotónio Pereira, 2005

Até ao advento da industrialização, a cidade viveu enquanto entidade densamente construída, de cariz compacto, onde lentas expansões, mais ou menos planeadas, acompanhavam o crescimento populacional e oscilavam consoante os momentos de prosperidade vividos. O núcleo transformava-se e refazia-se, com adição e subtracção de elementos, assistindo ao passar dos tempos, dos gostos e das civilizações, coexistindo e sobrepondo-se nele – figurativa e literalmente – várias camadas da marca da história dos seus habitantes. O momento de ruptura associado à industrialização traduz-se na cidade em necessidade de expansão rápida para albergar o célere crescimento do número de habitantes, resultante do aumento populacional e de fluxos migratórios internos. Em Lisboa, a um primeiro momento de densificação populacional segue-se uma política de crescimento através de novos bairros estruturados em *boulevards*, podendo ter a cidade mais que duplicado a sua área entre 1850 e 1950. Mas o crescimento populacional fez-se exponencialmente e exponencialmente se desenvolveu o tecido urbano. A partir dos anos 80 de século XX, esgotada a capacidade dos planos pré-segunda guerra, a nova construção periférica foi feita de forma tão intensa que nem chegava a ser planeada. Da cidade estruturada chega-se à cidade difusa mas desprovida de centralidades, causando a estranha separação entre área de habitar e área de viver.

O nascimento de áreas periurbanas consagradas quase exclusivamente à habitação, deixando a maioria das actividades terciárias no centro, conduziu a um vasto número de situações danosas nas dinâmicas sociais da cidade, entre outras à obrigatoriedade de deslocações pendulares por parte dos moradores, num consumo diário de tempo e energia pouco sustentável. Enquanto isto, o núcleo que durante tanto tempo comportou sozinho a designação de ‘cidade’ estagna. Os séculos de mutação e auto-regeneração de um tecido transformado por catástrofes naturais e vontades humanas dão lugar a tempos de uma lenta, mas progressiva degradação física, motivada pelo abandono demográfico e pela deslocação do centro administrativo e económico para fora dos núcleos que, por oposição à cidade-nova mais bem preparada para hábitos de vivência actuais, são apelidados de *históricos*.

A classificação *histórica*, embora elogiosa, parece matizar a sua desadequação à noção de cidade nascida nos últimos duzentos anos. É histórica, já passou; serve para visitar, mas não para morar. No entanto, no re-apoderamento desta extraordinária riqueza edificada pode estar a solução para muitos dos problemas que hoje afectam a cidade moderna. A grande variedade tipológica e os séculos de ajustamento poderão atestar a adaptabilidade da cidade *antiga* a novas vivências e urge a sua reabilitação, hoje impulsionada por planos administrativos e uma gradual tomada de consciência da sociedade civil neste sentido. Em 2013, a premissa da reabilitação do centro é já inquestionável, mas a forma correcta de o fazer deve ser amplamente pensada e cuidada, sob o risco de perdermos o que hoje é claro ser o nosso património comum.

5.1.2. Património e Reabilitação

‘Porquê este intervalo de quatrocentos anos entre a invenção do monumento histórico e a da cidade histórica? Porque é que esta última teve de esperar tanto tempo para ser pensada enquanto objecto de conservação na sua totalidade, não redutível à soma das partes?’

Françoise Choay, 1992

Nem sempre foi atribuído ao tecido urbano um valor patrimonial. Esta classificação, por ser conferida sempre *a posteriori*, só pode surgir com a inevitável ruptura com o passado que significou a industrialização. O nascimento da cidade nova definiu a cidade antiga, a emergência de novas escalas viárias e parcelares tornou, por efeito de contraste, a cidade antiga objecto de investigação¹. Até lá, a percepção de cidade mantinha-se a par das noções de comunidade, herança familiar mas não de espaço, factor que aliado à escala e complexidade da urbe contribuiu, segundo Choay, para retardar a *objectivação e historização do espaço urbano*.

A percepção da dualidade entre cidade do passado e cidade do presente não significou, no imediato, o desejo de preservação da primeira. As ideias de património urbano histórico e sua protecção advêm de anos de desenvolvimento de valores e conceitos patrimoniais e urbanos que são cristalizados na obra de Giovannoni. Este autor, de grande influência na redacção da Carta de Atenas de 1931, cunha, nos anos 30 do séc. XX, o termo ‘património urbano’, atribuindo ao conjunto urbano antigo valores artísticos e históricos, a par dos monumentos históricos, mas também um valor de utilização – *‘«uma cidade histórica constitui em si um monumento» mas ela é ao mesmo tempo um tecido vivo*’². Também o monumento histórico, até aqui receptor exclusivo de protecções patrimoniais, vai passar a ser entendido inserido dentro do seu contexto urbano ou não estivesse a própria natureza do núcleo histórico no diálogo entre arquitectura maior e vernacular. Operações de limpeza das áreas de envolvimento de monumentos,

‘Enquanto figura de museu, a cidade antiga ameaçada de desaparecimento é concebida como um objecto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, tal como as obras conservadas num museu, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica perde a sua historicidade’

Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, 2ª ed., 2010, p. 204.

¹ Françoise Choay, *Alegoria do Património*, 1992, p.193.

² idem, p. 210.

comuns em Portugal nos anos 40, foram então desencorajadas nas recomendações para salvaguarda patrimonial das Cartas de Atenas e, mais tarde, de Veneza. Esta última, em 1964, expande o conceito de património a sítios urbanos e rurais, compostos pelo conjunto das grandes criações e obras mais modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural³.

Até aos anos 70 do séc. XX, as operações sobre o património urbano dividiam-se em acções de preservação e conservação de 'conjuntos histórico-artísticos' ou operações de renovação urbana do tecido 'menor'. As segundas, ainda com afinidades no pensamento higienista oitocentista e advogadas pelos CIAM, procuravam a substituição do tecido histórico indiferenciado, muitas vezes degradado e insalubre, por conjuntos morfológicos modernos. Tendo na abertura do Largo Martim Moniz, em Lisboa, um exemplo tardio, estas intervenções conduziam não só à destruição patrimonial, como à desagregação de contínuos urbanos e de populações. Já as primeiras, embora realizadas sobre zonas muito exclusivas de grande carga histórica, privilegiavam a manutenção integral da imagem do edificado e da morfologia urbana⁴, através de operações de restauro e conservação. Procurou-se não só recuperar a imagem dos locais como mantê-la, evitando transformações futuras, conferindo-lhes um papel museológico estagnante. Apesar destes pontos hoje criticáveis, intervenções como as de York, Carcassone ou, em Portugal, Monsaraz, tiveram a vantagem de fornecer exemplos e de divulgar estratégias de reabilitação na opinião pública e poder político⁵. Outras, como a operação parisiense no bairro do Marais, contribuíram para a percepção das consequências sociais que um programa de reabilitação do edificado pode trazer para as populações residentes: por falta de rendimentos

Fig. 5.01 - Demolições para abertura da praça Martim Moniz: lugar onde existiu o palácio do Marquês de Alegrete. Fotografia Eduardo Portugal, s/d, AMF.

Fig. 5.02 - Demolições para abertura da praça Martim Moniz. Judah Benoliel, 195-, AMF.

³ Mafalda de Magalhães Barros, 'Por amor das cidades...para um novo paradigma de cidade', *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, 2005, p.21.

⁴ Aguiar, Appleton, Cabrita, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1992, p. 24.

⁵ idem, p.24.



que suportem os novos custos de vida associados à valorização da zona histórica, os antigos moradores são levados a sair, rompendo-se os laços afectivos e de vizinhança da comunidade do bairro.

Hoje, procura-se então que a intervenção sobre os núcleos históricos articule as vertentes de reabilitação física das construções e a intervenção de apoio social, com vista à completa recuperação da área intervencionada, tanto social, como económica e funcional. Promove-se a reutilização dos edifícios contra o congelamento museológico já que ‘o grande mal do edificado é mesmo o abandono’⁶. O apoio das acções de reabilitação num corpo legislativo estruturado e criado para o efeito têm permitido a delimitação de áreas críticas e a definição regras de preservação, reduzindo casos de demolição e adulteração de imóveis de interesse. A classificação é mesmo um dos instrumentos mais usados para proteger imóveis ou, mais recentemente, conjuntos urbanos, embora o interesse público na conservação não se esgote nos casos listados.

As intervenções em imóveis devem ser pautadas pelas definições hoje aceites de restauro e reabilitação seguindo os princípios, postulados pela Carta de Cracóvia de 2000, de ‘intervenção mínima’ e ‘reversibilidade das intervenções’. Procura-se que, quando as acções de conservação já não são suficientes para evitar a degradação do edifício, as obras efectuadas respeitem a integridade do exemplar ao mesmo tempo que acrescentos efectuados sejam visivelmente assinalados, deixando intacta a autenticidade da obra arquitectónica.

5.1.3. Reabilitação urbana em Portugal

Em Portugal, as práticas de conservação e restauro de património existiram durante todo o século XX, embora sobretudo focadas em edifícios de carácter monumental. Durante o período do Estado Novo iniciaram-se experiências de conservação de conjuntos urbanos, na linha do restauro de zonas ‘histórico-artísticas’, com vista à manutenção da ‘traça primitiva’ do edificado. Estas operações, que conheceram casos de sucesso em aglomerados de pequena escala como Marvão e Almeida, eram realizadas com excessiva rigidez operativa, já que a iniciativa e controlo eram da exclusiva responsabilidade do estado e o final desejado – restituição de um estado anterior – levava a custos de obra de tal forma elevados que este método não poderia ser aplicada a todo o território, levando à escolha de apenas alguns casos onde trabalhar⁷. Nos anos 70 e 80 iniciam-se Planos de Recuperação de Centros Históricos um pouco por todo o país, privilegiando a elaboração de planos directores e de pormenor e a constituição de equipas de trabalho multidisciplinares – os Gabinetes Técnicos Locais (GTL’s) – que englobavam aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais no projecto de reabilitação urbana. Projectos como o da reabilitação dos centros históricos de Guimarães ou de Évora foram feitos de modo exemplar num contexto nacional e europeu, tendo ambos sido reconhecidos como ‘Património da Humanidade’ após este esforço de reabilitação integrada.

⁶ António Miranda, Helena Pinto Janeiro, ‘Identidade e Conservação do Património: algumas reflexões’, *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, 2005, p. 143.

⁷ Aguiar, Appleton, Cabrita, op. cit., 1992, p. 29.

A necessidade da participação nos projectos de conservação e reabilitação urbana de outros agentes que não o Estado levou à criação de incentivos fiscais e programas de apoio à intervenção de privados sobre os seus imóveis. Estes teriam, segundo a lei vigente⁸, obrigatoriedade de proceder a obras de conservação periódicas sobre os seus edifícios – cada 8 anos – mas, como atesta o elevado grau de degradação dos tecidos históricos, escusaram-se a esta responsabilidade face a diminuição de rendimentos obtidos pelo arrendamento desses edifícios. Esta situação, causada em grande parte por políticas de congelamento dos valores de arrendamento face à elevada especulação sentida em vários momentos do séc. XX, fez que houvesse grande desfasamento entre as rendas e os encargos das obras de conservação⁹ e justificou a criação de programas de financiamento camarários. O mais importante, o RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados – participa a fundo perdido ou financia a recuperação de edifícios particulares, tendo sido as suas possibilidades sido alargadas através outros programas para casos específicos de edifícios como: casos de reabilitação dentro de áreas urbanas antigas – programa REHABITA –, imóveis em regime de propriedade horizontal – RECRIPH –, ou concessão de apoios financeiros especiais – SOLARH – a agregados familiares de fracos recursos.

A tomada de consciência da importância da reabilitação urbana e dos edifícios tem passado não só pela crescente consciencialização patrimonial como pela importância atribuída às questões ambientais e de sustentabilidade. A percepção da falência do modelo urbano de expansão contínua renovou o interesse pelo centro, tal como a necessidade de economizar recursos despertou a atenção sobre a reabilitação de edifícios. Esta permite não só a poupança de recursos ambientais como economia de custos, já que uma obra de reabilitação profunda custa em média menos 155€/m² que a construção nova¹⁰. Um estudo feito pela CML em 2004 comparou custos de obras realizadas no centro histórico consoante seis níveis de reabilitação, com e sem reconstrução de estrutura e construção nova [Tab. 5.01]. Os resultados, ao contrário da ideia generalizada que a reabilitação é mais cara que a construção nova, mostraram que ‘qualquer obra de reabilitação, mesmo de reabilitação profunda, que não implique a demolição integral do interior do edifício, é menos onerosa do que uma obra de construção nova.’¹¹ Esta informação deveria ser suficiente para dissuadir práticas de reconstrução integral com manutenção de fachada, tão prejudiciais para a integridade dos sítios.

A obra de reabilitação deve ter em atenção a adequação dos trabalhos às práticas tradicionais de construção utilizadas na construção de edifícios antigos, e que se foram perdendo a partir do advento do betão armado¹², orientadas para um pequeno número de materiais como a madeira, usada na estrutura e

Reabilitação ligeira

Obra de conservação para prevenir problemas de insegurança e insalubridade. Inclui reparação de sistemas de águas, reparação geral das coberturas, reparação de patologias nos rebocos e pintura e elementos metálicos.

Reabilitação média

Inclui as operações acima referidas acrescentando a reparação ou substituição de elementos de carpintaria – escadas, soalhos ou tectos – reforço de elementos estruturais, reparação dos paramentos interiores, exteriores e cobertura. Remoção de tabiques e melhoria de equipamentos sanitários.

Reabilitação profunda

Intervenção generalizada em todo o edifício, quer em partes comuns, quer no interior dos fogos. Resolução de patologias estruturais, intervenção integral nos vários elementos construtivos, substituição de redes e sistemas de drenagem, substituição generalizada dos elementos de carpintaria e execução de novos revestimentos.

⁸ Decreto-Lei nº 555/99, alterado em 2001.

⁹ Aurelina Viegas, *Análise da aplicação do RECRIA a núcleos históricos. O caso da Madragoa*, 2008, p. 25.

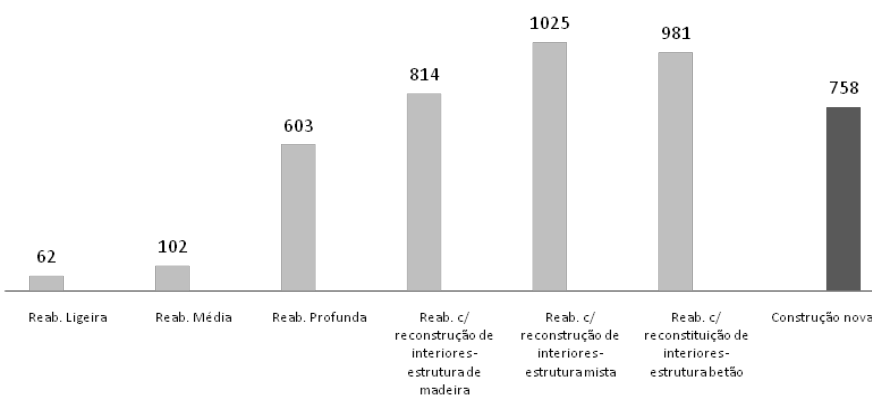
¹⁰ Susana Pina, ‘Reabilitação de edifícios antigos: níveis de intervenção e custos médios’, *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, 2005, p. 146.

¹¹ Susana Pina, op. cit., 2005, p. 146.

¹² João Appleton, *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção*, 2003, p. 9.

pavimentos, a pedra e as argamassas de areia e cal aérea. Assim, a reabilitação deve procurar a compatibilização de técnicas de construção e de materiais novos e existentes através de soluções inovadoras entre as práticas de hoje e o saber de ontem.

Custo médio de obra em centros históricos por m²*



Tab. 5.01 - Custo médio de obra em centros históricos por m². Fonte: 'Reabilitação de edifícios antigos: níveis de intervenção e custos médios', *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, 2005, p. 149.

* Não foram incluídos custos de demolição do existente, que seguramente encareceriam ainda mais a construção nova.

Fig. 5.03 - Planta de Classificação de Zonas Patrimoniais segundo o IGESPAR. Volume II, p. 12.

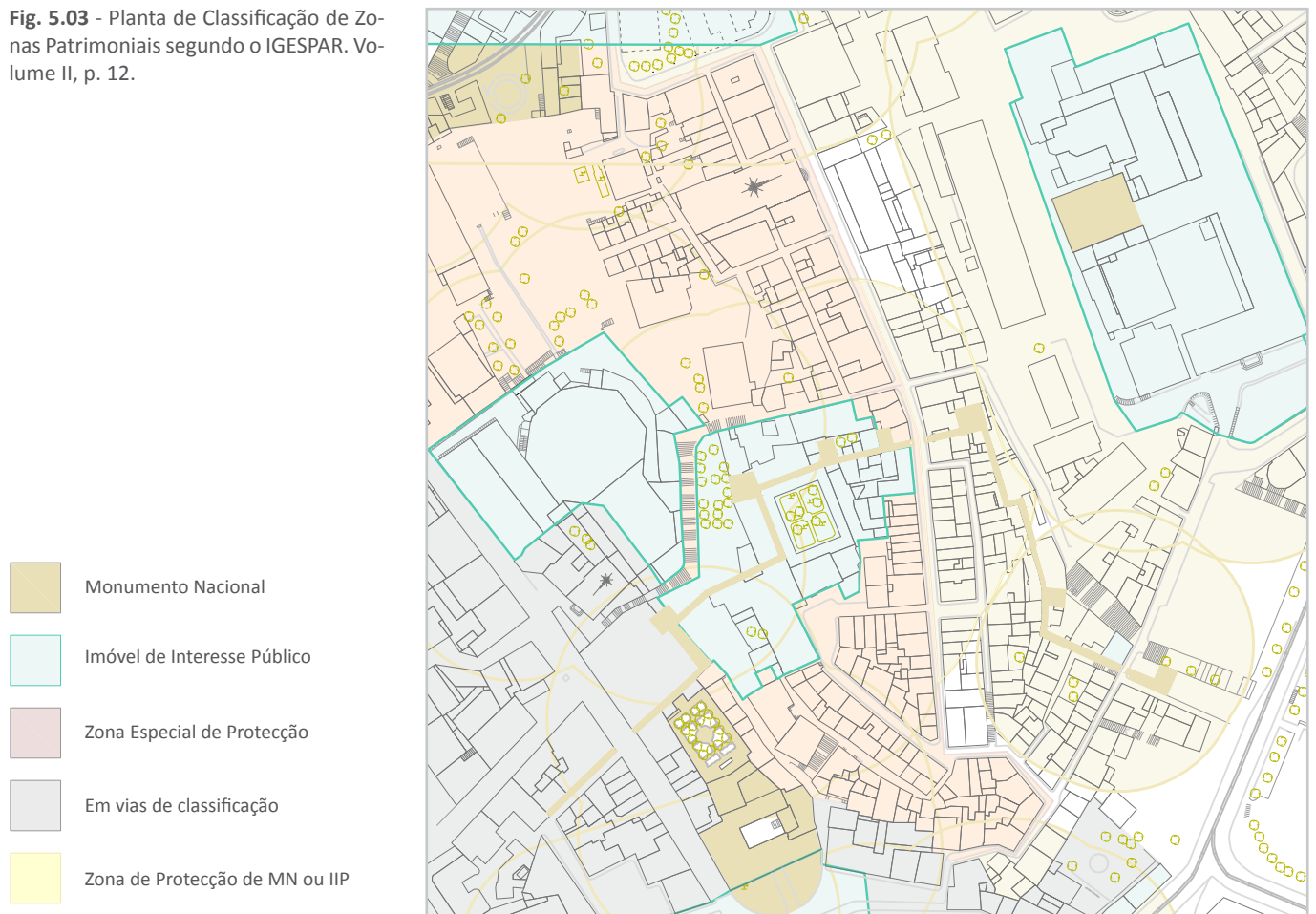
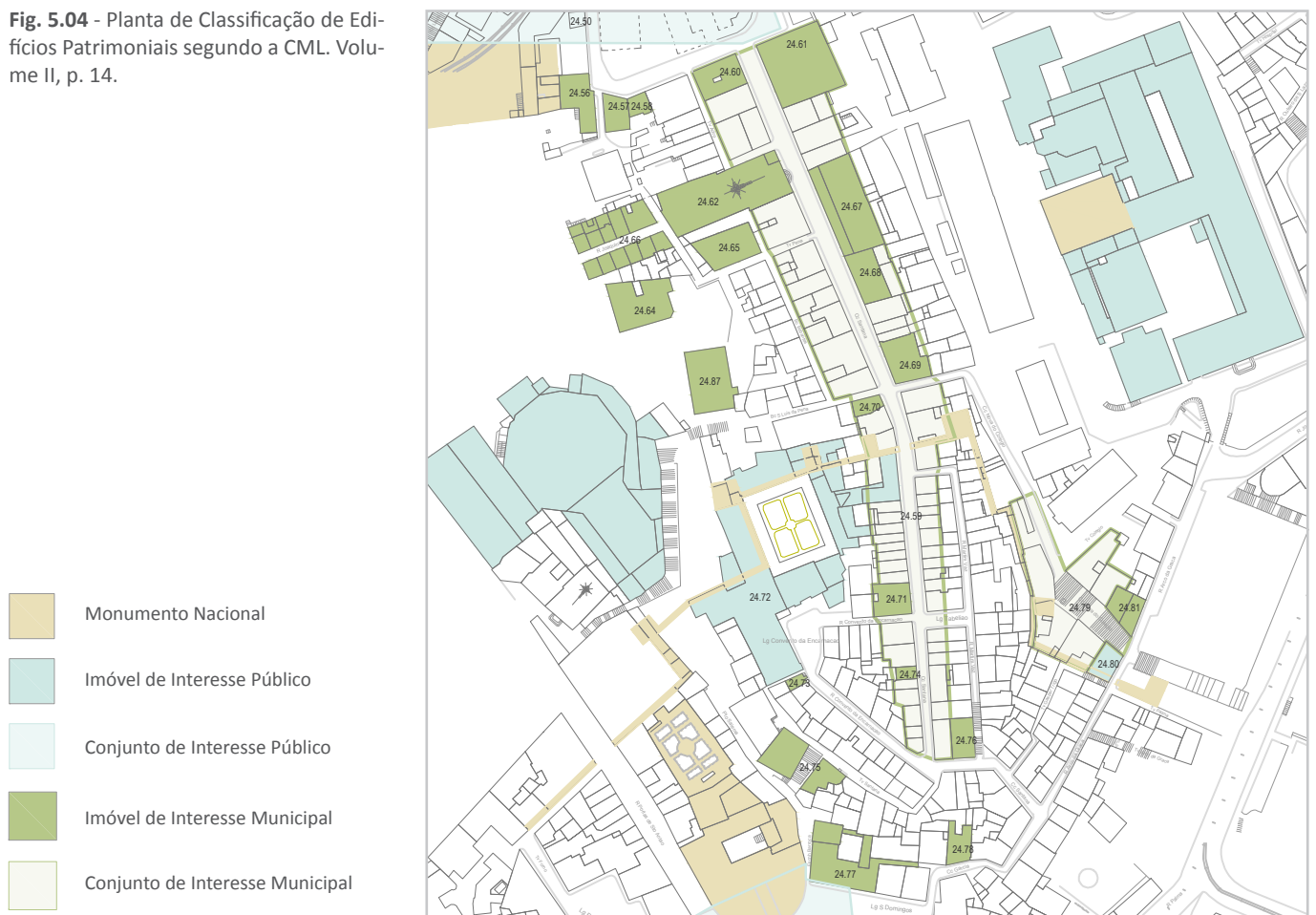


Fig. 5.04 - Planta de Classificação de Edifícios Patrimoniais segundo a CML. Volume II, p. 14.



5.2. UMA ESTRATÉGIA DE ZONA

5.2.1. Estado actual de protecção e conservação

‘As cidades históricas e os povoados no seu contexto territorial representam uma parte essencial do nosso património universal, e devem ser vistos como um todo com as estruturas, espaços e factores humanos normalmente presentes no processo de contínua evolução e mudança. (...) Os edifícios que constituem as zonas históricas podem não apresentar por si um valor arquitectónico especial, mas devem ser salvaguardados como elementos de conjunto, pela sua unidade orgânica, dimensões particulares, características técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, insubstituíveis dentro da unidade orgânica da cidade’

Carta de Cracóvia 2000: Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído

A zona de estudo, por estar situada em posição central no tecido antigo de Lisboa, encontra-se abrangida por várias classificações patrimoniais, na sua maioria decorrentes da imediata vizinhança de grande número de obras arquitectónicas valorizadas como património nacional [Fig. 5.03]. Contam-se entre os Monumentos Nacionais (MN) o Palácio dos Condes de Almada no Largo de S. Domingos, o Teatro Nacional D. Maria II e a Igreja de S. Domingos imediatamente a sul da área delimitada, a capela do Hospital de S. José a leste e o ascensor do Lavra a oeste. Dentro da área de estudo foram classificados MN os vestígios da Cerca Fernandina [capítulo 3, p. 25]. Enquanto Imóvel de Interesse Público (IIP) estão classificados em redor da zona de estudo o Hospital de S. José, o Coliseu dos Recreios e os Conjuntos do Campo dos Mártires da Pátria¹³ e da Baixa Pomalinalina¹⁴ e de dentro da área o Convento da Encarnação e a Casa Nobre na Rua do Arco da Graça, nº 39-43. Todos estes imóveis e conjuntos são circundados por uma Zona de Protecção (ZP) de 50 metros de raio, para protecção das características da sua envolvente. Para além destes casos, foi considerada pelo IGESPAR como Zona Especial de Protecção a vertente poente da colina de Santana, até ao ascensor do Lavra, salvaguardando a envolvente deste MN, do Convento da Encarnação e do Coliseu dos Recreios. A Câmara Municipal identifica ainda um largo número de edifícios relevantes, do ponto de vista formal, para a cidade no Plano Director Municipal [Fig. 5.04].

Como acontece em grande parte do tecido histórico de Lisboa, a maioria dos edifícios correntes não está inserida dentro de uma classificação patrimonial mas devido à existência de grande número de edifícios singulares ou conjuntos considerados Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público acaba por ser protegida por inclusão numa, ou mais, Zonas de Protecção [Fig. 5.03]. Dentro de ZP's, a alteração de características exteriores fica proibida, não podendo a Câmara Municipal conceder licenças de obra para 'construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e,

¹³ '(...) também denominado «Campo Santana», incluindo as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco.' Decreto n.º 2/96, DR n.º 56, de 06/03/1996.

¹⁴ 'Delimitações: N – Travessa e Largo de São Domingos e Largo D. Joao da Câmara; S - Rua da Alfandega e Rua do Arsenal até a Praça do Município.' Decreto n.º 95/78, DR n.º 210, de 12-09-1978.

em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente¹⁵. No entanto as ‘meras’¹⁶ obras de alteração no interior estão excluídas de parecer técnico, significando que embora a aparência exterior esteja salvaguardada para manter o enquadramento de um edifício de relevo, a gramática arquitectónica e decorativa dos interiores fica exposta a qualquer tipo de adulteração. Tal premissa é hoje largamente aceite como inadequada, já que contraria a noção de unidade da obra arquitectónica, entendida na indissociabilidade entre exterior e interior, a preservar no seu conjunto. Embora se entenda perfeitamente a necessidade de adaptações positivas como casos de adequação de edifícios a novos usos ou de melhorias de condições de habitabilidade em edifícios habitacionais, estas devem ser feitas procurando minimizar os danos para elementos interiores denotativos de gostos e sensibilidades¹⁷ das diferentes épocas. A desregulamentação sobre interiores é especialmente insensata quando se observa que no contexto da arquitectura portuguesa houve tradição em ‘mostrar escondendo’¹⁸, fazendo corresponder ao exterior sóbrio e despojado um interior decorado com detalhe através de elementos como lambris de azulejo, tectos em madeira trabalhados, estuques, pinturas decorativas, etc., mais ou menos ricos consoante o estrato social a que correspondia o edifício, mas sempre um valor a preservar.

Dentro desta linha de pensamento, as entidades administrativas têm vindo recentemente a dar preferência à classificação de conjuntos arquitectónicos sobre edifícios individuais, dando destaque à importância da coerência do conjunto sobre o valor pontual de um edifício relevante. À extensiva lista de imóveis pertencentes ao Inventário do Património Municipal foram acrescentados, aquando da publicação do actual PDM¹⁹, conjuntos urbanos de interesse, ficando abrangidos nesta categoria, dentro da zona de estudo, os edifícios da Calçada de Santana, 31 a 207 e 32 a 216 [Fig 5.04, 24.59] e os da Rua do Arco da Graça, 39 a 51 e Calçada Nova do Colégio, 3 a 27 e 2 a 6 [Fig. 5.04, 24.79]. Valorizou-se nestes casos a riqueza morfológica ao longo dos perfis das ruas patente nas diferentes tipologias, épocas e estilos que convivem harmoniosamente no tecido urbano histórico, e da qual a Calçada de Santana, devido à sua lenta consolidação, é um excelente exemplo. O valor do conjunto, e mais concretamente do conjunto abrangido pela área de estudo, reside exactamente na articulação de diferenças temporais e tipológicas, num todo coerente mostrando a imagem de cidade como foi concebida por diferentes gerações e a sua evolução.

Considera-se que, embora estas classificações de conjuntos representem uma evolução positiva da protecção dos núcleos históricos por englobarem edifícios que sem outra protecção que não a de ZP’s só valeriam pela sua ‘casca’, são ainda insuficientes para a salvaguarda de um património contínuo. Concretamente sobre a zona de estudo, que foi delimitada por apresentar ca-

¹⁵ Decreto-Lei 107/2001, art. 43º.

¹⁶ idem.

¹⁷ António Miranda, Helena Pinto Janeiro, op. cit., 2005, p.135.

¹⁸ Leonor Ferrão, op. cit., 1994, p.244.

¹⁹ Plano Director Municipal da Cidade de Lisboa, 2012.

racterísticas morfológicas similares em todo o seu conjunto, é difícil entender a escolha das zonas agora listadas excluindo vizinhos – o prédio ao lado, o prédio em frente – similares em volumetria, época e mesmo tipologia. Porque não a classificação do *bairro*?

Não sendo excepção à realidade lisboeta, o edificado que compõe a zona de estudo encontra-se *envelhecido*, havendo poucos casos de obras em excelente estado de conservação. De um modo geral, pode considerar-se a linha da Cerca Fernandina como referência, acima da qual se encontram imóveis de dimensões consideráveis, prédios de rendimento de gama alta ou tipologias palacianas em bom estado de conservação, e abaixo da qual proliferam os pequenos edifícios de rendas baixas, havendo aqui vários casos de edifícios devolutos e muitos a necessitar de obras de beneficiação. De notar que é na metade norte da Calçada de Santana que há mais concentração de exemplares classificados como imóvel de interesse municipal [Fig. 5.04]. Sendo o estado de conservação de um imóvel relacionável com o valor auferido pelas respectivas rendas, é natural que os pequenos prédios de rendimento se encontrem mais necessitados de manutenção, após décadas de congelamento do valor da renda. A falta de meios económicos para conservar agrava o estado de degradação do imóvel, fazendo que necessite uma intervenção mais profunda e onerosa, para a qual não há meios, num ciclo vicioso que tende a terminar com a ruína do edifício.

Para contrariar este ciclo foram criados os programas municipais de apoio financeiro e técnico anteriormente mencionados, dos quais o RECRIA foi o único a ser utilizado na zona de estudo – já que não sendo Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbanística estava excluída do programa REHABITA. Embora tenha permitido combater a deterioração de alguns prédios, este programa tinha o inconveniente de atender às questões de salvaguarda apenas da perspectiva exterior, já que o parecer técnico do IGESPAR só era pedido em casos de edifícios classificados ou dentro de zonas de protecção – ZP e ZEP - e o parecer era emitido em função da defesa do edifício classificado e não do edifício localizado na ZP²⁰. Mais ainda, tinha um carácter pontual, tanto no espaço, como no tempo, já que não havia um controlo posterior do estado de conservação do edifício intervencionado ou de compromisso dos beneficiados em cumprir com as directrizes das entidades administrativas, sendo comuns os casos de edifícios com obras recentes com novas patologias construtivas e alterações de fisionomia como adição de estores ou aparelhos de ar condicionado nas fachadas²¹.

Faltou a esta zona um programa global de reabilitação do edificado, na linha dos programas realizados pelas Unidades de Projecto (UP's), que pudesse de forma mais ampla que o permitido pelo RECRIA intervir num número significativo de imóveis e delinear estratégias de manutenção da fisionomia do conjunto. Foi constituído um gabinete de Santa Marta na última fase de vida dos Gabinetes Locais e Unidades de Projecto – após 2005 –, agora extintos e integrados em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), neste

²⁰ Aurelina Viegas, op. cit., 2008, p.56.

²¹ idem.

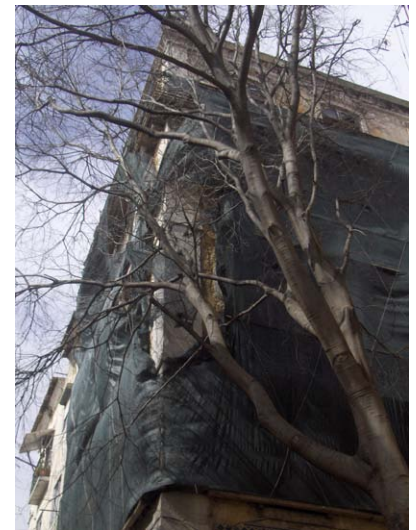


Fig. 5.05 - Cç. Santana, nº 24-26. Edifício de habitação plurifamiliar joanino classificado como imóvel de interesse municipal. Apresenta elevado grau de degradação.

Fig. 5.06 - O mesmo edifício (*dir.*) entre 1898 e 1908. AMF.

caso, na UOPG do Centro Histórico. O curtíssimo tempo de vida do Gabinete de Santa Marta não permitiu a aprovação de estatutos ou regulamentos nem a intervenção coordenada na colina de Santana, ao contrário do que aconteceu nos restantes bairros que compõem a UOPG - Bairro Alto e São Paulo, Baixa, Castelo e Alfama e Mouraria. Assim, deveria haver dentro da UOPG do Centro Histórico um especial cuidado na delimitação de um plano para a Pena, embora a vastidão da área sob a sua alçada e dos objectivos propostos²² não o faça crer.

5.2.2. Linhas de acção

Uma reabilitação sólida de grande alcance não é exequível se feita sem a colaboração da sociedade civil. As Câmaras Municipais, por muito empenho colocado em estratégias de reabilitação, não podem assegurar todo o processo de regeneração de uma cidade. Em Lisboa, o grosso das iniciativas continua a ser camarário e há que passar para a sociedade civil a necessidade/urgência da reabilitação e deixar claras as suas vantagens para que a preservação dos centros históricos passe a ser um processo natural na vida da cidade e não uma imposição administrativa. Para assegurar uma iniciativa privada de qualidade há duas acções a realizar pelas autoridades administrativas: **sensibilizar para a correcta conservação** e manutenção do edificado e **aclarar intenções** do que se pretende na reabilitação e os requisitos para o fazer.

Conservação

É constantemente mencionado mas importa repetir que a forma menos onerosa de conseguir um bom estado de conservação e integridade do edificado histórico é através da realização frequente de obras de manutenção. Nesse sentido, seria importante assegurar que a realização de pequenas obras como reparos de coberturas, renovação de canalizações ou sistemas de esgotos danificados, e manutenção de fachadas, obrigatória por lei a cada 8 anos, era cumprida e feita de forma correcta. Sabendo que o controlo municipal é tremendamente difícil dada a vastidão do parque habitacional lisboeta, há que incentivar os proprietários a fazê-lo sem necessidade de intimações, recorrendo à implementação de incentivos fiscais, por exemplo.

²² Segundo o actual PDM são Objectivos/Termos de referência para a UOPG do Centro Histórico:

- a) Promover a Praça do Comércio como a porta da Cidade na sua articulação com o rio, incrementando a criação de novas áreas comerciais, de funções lúdicas e turísticas e valorizando arquitetónica e paisagisticamente a Frente Ribeirinha enquanto fachada do Tejo, particularmente entre Santa Apolónia e o Cais de Sodré;
- b) Dimensionar a oferta de estacionamento visando suprir carências preexistentes;
- c) Valorizar o eixo histórico “sétima colina”;
- d) Revitalizar a zona da Baixa e da Colina do Castelo, com o incremento de funções culturais e o acréscimo de dotação de espaços públicos qualificados e de percursos pedonais;
- e) Promover o incremento e reabilitação da função habitacional;
- f) Garantir a continuidade ciclável ao longo do rio entre o Cais do Sodré e St^a Apolónia;
- g) Valorizar o Conjunto Urbano Singular Cais do Sodré / Jardim das Amoreiras (Sétima Colina), o Conjunto Urbano Singular Convento de Jesus / R. do Século, parte do Conjunto Urbano Singular Av. da Liberdade / Alto do Parque, parte do Conjunto Urbano Singular Portas de Santo Antão/S. Sebastião, o Conjunto Urbano Singular Campo dos Mártires da Pátria, o Conjunto Urbano Singular do Campo de Santa Clara, e parte do Conjunto Urbano Singular do Caminho do Oriente.

A correcta conservação do edificado histórico está ao alcance de todos os proprietários e empreiteiros, desde que bem informados das regras de preservação dos imóveis. Compete às autoridades administrativas divulgar e incentivar a adopção de práticas simples de conservação durante uma obra de reabilitação como²³:

- Não pintar cantarias;
- Não uniformizar a pintura do soco com a da fachada;
- Utilizar rebocos afagados, lisos, pintados a cal ou tintas à base de água em vez do cada vez mais popular reboco rugoso;
- Evitar a substituição de caixilhos de madeira por outro material como o alumínio;
- Não substituir portadas de madeira por estores – sobretudo se a caixa do estore ficar visível;
- A colocação de aparelhos de ar condicionado deve ser feita, se possível, na fachada virada para o saguão. Quando tal é impossível, pensar o seu embutimento na parede.

Estas indicações ajudam à manutenção da imagem cuidada do edifício. No interior as indicações de conservação são menos lineares, mas nem por isso menos importantes. Deve procurar-se a preservação de pavimentos e tectos em madeira e evitar a sua remoção a menos que estejam em completo estado de degradação – o qual a conservação deve prevenir - e proceder a reparações imediatas em canos entupidos ou fissuras que levem a infiltrações de água, de forma a minimizar os danos causados.

Lembrar que aspectos do habitar e experienciar as construções não são comuns a todos os povos que compõem o hoje cada vez mais multicultural tecido social dos centros históricos, e na tentativa de embelezamento da casa seguindo outros padrões podem existir situações danosas à correcta conservação dos edifícios. Desde o uso da cor à vivência do espaço público, muitos são os factores distintos a várias culturas e formas de habitar e para os quais se deveriam focar acções de sensibilização de conservação do edificado para moradores.

Clareza de intenções

Muito do antagonismo entre proprietários ou moradores e a Câmara Municipal, perceptível até na realização de simples levantamentos como o que suporta esta dissertação, é motivado pela incompreensão das intenções da autoridade. Por exemplo, em relação aos regulamentos de obras em zonas classificadas como patrimoniais há grande desinformação, resultado do número vasto de classificações – monumentos, imóveis de interesse público e municipal, zona de protecção de imóveis, zona especial de protecção, conjunto de interesse público e municipal – atribuídas tanto pelo IGESPAR como pela Câmara, e com diferentes regras no que respeita à conservação dos imóveis por elas abrangidos. O problema criado pela delimitação de zonas é a natural exclusão da área exterior,

²³ António Miranda, Helena Pinto Janeiro, op. cit., 2005, p.135.



Fig. 5.07 - Mau exemplo: pintura de cantarias com cor pouco usual na Rua do Convento da Encarnação.

o que leva a que edifícios próximos, ou mesmo vizinhos, de iguais características morfológicas tenham distintos níveis de protecção. Esta desigualdade de obrigações faz que proprietários de edifícios classificados ou dentro de áreas mais restritivas se sintam lesados pelas limitações impostas na renovação e, claro demolição, dos seus edifícios quando outros 'podem fazer, aparentemente, tudo o que querem'²⁴.

Não só nestas situações se esgota a diferença de posições entre os proprietários/moradores e a autoridade camarária, devido ao desconhecimento de quais as regras existentes. Quantas situações não existem de obras ilegais feitas à revelia da autoridade motivadas pela vontade, e mesmo necessidade, de alterar casas temendo que a câmara não autorize? Seria de grande importância deixar claro que a interdição de obras que, apesar de feitas sem maldade, põem em risco a integridade e mesmo a segurança do edifício – a abertura de vãos ou nichos em paredes-mestras sem reforço estrutural é, infelizmente, situação normal – parte da necessidade de preservação do edificado e não de uma vontade luciferina das autoridades competentes em prejudicar a vida e o conforto dos habitantes do centro. Claro que para correcta transmissão de intenções, e assim assegurar a colaboração das populações residentes no processo de reabilitação dos núcleos históricos, é necessário uma própria aclaração dessas intenções e assegurar que a apreciação de projectos de alteração é feita seguindo os mesmos critérios.

Se se quer de facto preservar as qualidades de **conjunto** do centro histórico, porque não delimitá-lo no seu todo e estabelecer regras gerais de conservação para toda essa área? Assegurar-se-ia a igualdade de circunstâncias de proprietários e talvez se evitassem operações de demolição integral, ou com manutenção de fachada, que corroem a unidade do tecido construído.

Também na adaptação de fogos a novas necessidades do habitar urge a concepção de linhas orientadoras que possam servir de guia a reparações e ajustamentos feitos por pequenos proprietários e moradores. Claro que cada edifício é um caso e tem as suas particulares características, mas sabendo que, por exemplo, os edifícios anteriores ao séc. XIX não têm casa de banho concebida de raiz, não seria prudente estabelecer estratégias de como e onde a sua implantação pode ser feita? Em muitos casos, um sanitário foi adicionado em expansão sobre o logradouro. É este procedimento vantajoso por evitar alterações na compartimentação original ou danoso por implicar perdas de luz e ventilação naturais no fogo? A ampliação de áreas de fogo deve ser procurada para facilitar a adaptação destes a novas necessidades ou deve ser desencorajada a ocupação de logradouros em zonas já tão densamente construídas? São apenas exemplos de pontos em que uma estratégia pensada e coerente, feita com base num estudo sustentado da composição tipológica dos conjuntos urbanos, poderia ser mais facilmente transmitida à população cidadina, criando hábitos de reabilitação cuidada e informada sem que fosse necessário a intervenção omnipresente e impositiva da autoridade.

²⁴ António Miranda, Helena Pinto Janeiro, op. cit., 2005, p. 136.

5.3. A CASA PRÉ-POMBALINA NO SÉC. XXI – COMO HABITAR?

A concepção da habitação sofreu grandes alterações no decorrer dos séculos. Apesar de adaptações realizadas durante os sécs. XIX e XX, os espaços concebidos para um modo de viver setecentista revelam hoje, ainda, grande desadequação às necessidades contemporâneas de habitar. A grande questão da reabilitação destes espaços coloca-se: como proceder à sua adequação sem formular uma casa inteiramente nova?

O modo de habitar está relacionado com a própria percepção do que é a esfera privada e o espaço público. A maior diferença na concepção do habitar entre os sécs. XVI-XVIII e os dias de hoje prende-se com a transição de funções que se consideravam públicas para o domínio privado, como por exemplo, a higiene. O uso de equipamentos públicos como banhos, lavadouros ou fornos de uso colectivo, ou a própria noção de higiene explicam a inexistência de certos serviços no interior da casa, que não só não eram considerados necessários como retirariam espaço considerável à área total. Mesmo as dimensões que hoje vemos como mínimas, eram consideradas suficientes, se atendermos que o mobiliário então usado era menos numeroso e volumoso – por exemplo, havia o hábito de sentar sobre tapetes e esteiras, e as cadeiras rareavam²⁵.

Hoje procura-se maior privacidade dentro da casa, o que não é compatível com a existência de divisões interligadas. Também os padrões de higiene e salubridade levam à adição impreterível de casa de banho e ao repúdio de divisões interiores. Procura-se a articulação de divisões através de corredores ou vestíbulo, soluções que começaram a surgir ainda no séc. XVIII nos tipos de fogos com divisões em sequência.

As opções de adequação dos espaços terão sempre que passar pelo acréscimo de funções em falta e pela tentativa de aumento da área do fogo. Nas ampliações feitas durante oitocentos e início de novecentos, a resolução desses dois pontos passava pela mesma acção: acrescentar uma estrutura leve sobre parte do saguão para criar varandas onde instalar os sanitários. Hoje, a ampliação do fogo em direcção ao saguão é contestada por prejudicar a ventilação e iluminação naturais da casa. Para cada tipo de edifício haverá questões particulares a resolver: os tipos de um fogo por piso e escada lateral têm áreas muitos vezes exíguas, onde não parece ser possível adicionar casa de banho, ao que acresce no tipo A – o tipo mais frequente – a existência de divisões interiores. Também para cada tipo haverá soluções mais respeitadoras da lógica de funcionamento interior: a junção horizontal de dois fogos é possível em tipos de dois fogos por piso – C e D –, enquanto a junção vertical – transformação em duplex – é a única possível em situações de um fogo por piso – A e B. Uma solução inadequada a qualquer tipo de edifício é a demolição de paredes interiores originais, desvirtuando os espaços interiores²⁶.

²⁵ Vanda Matos, *Subsídios para o estudo do edifício de rendimento em Lisboa*, 2003, p. 176.

²⁶ Ou, em caso de paredes de frontal, a remoção da alvenaria em pedra e deixando à vista a estrutura de madeira. Esta acção, não rara nos dias de hoje, pode contribuir para a sensação de desafogo do espaço, mas têm consequências estruturais sérias.

De forma geral, deve procurar-se a inclusão de sanitários junto à cozinha, para desenvolvimento de um correcto projecto de redes e instalações. Quando existem divisões interiores – tipos A e C – é aconselhável utilizar essas zonas para inclusão dos WC's ou de compartimentos de arrumação, libertando as fachadas para divisões de convívio, trabalho ou descanso²⁷. Por exemplo, em intervenções efectuadas pela UP de S. Bento entre 2002 e 2011²⁸, as estratégias seguidas passaram pela remoção das galerias a tardoz, adaptação de compartimentos interiores a casa de banho e união de sótãos – que se tinham tornado pequenos fogos independentes e mal iluminados – aos pisos abaixo como forma de aumento de área habitável²⁹.

Qualquer uma destas hipóteses de reorganização dos fogos, ou outras que se considerem eficientes, só poderão ser efectivamente recomendadas e aplicadas após ser submetidas a estudos técnicos de várias vertentes da edificação, para compreensão dos efeitos das alterações realizadas no comportamento estrutural e térmico dos edifícios. Convém ter presente que a antiguidade destes edifícios significa estruturas fragilizadas e possivelmente comprometidas, e materiais desgastados e susceptíveis de anomalias, como infiltrações, fazendo com que alterações efectuadas nas paredes portantes ou outros elementos estruturais possam ter efeitos nefastos. Seria ainda importante analisar, num conjunto de casos de exemplo, quais as consequências de cada estratégia de intervenção no que toca a humidade acumulada ou modificações na ventilação e iluminação naturais no fogo.

²⁷ Ana Rita Gonçalves, *Habitação plurifamiliar não-pombalina: casos de estudo em Lisboa entre os séculos XVII e XIX*, 2011, p. 105.

²⁸ As intervenções da UP S. Bento foram consideradas por Ana Rita Gonçalves, op. cit., *discretas e pragmáticas*, com respeito pelas pré-existências, constituindo um bom exemplo de acção. Outras UP's, como a de Alfama, propuseram reabilitações muito mais intrusivas que, pela radical transformação dos acessos verticais e demolição de paredes-mestras, desvirtuam interiores de edifícios – como na Rua dos Cegos, 2-6. Mafalda de Magalhães Barros, op. cit., 2005, vol. 2, p. 83.

²⁹ Ana Rita Gonçalves, op. cit., 2011, p. 102.

6. CONCLUSÃO

6.1. Amostragem

6.2. Considerações tipológicas

6.3. Protecção e Reabilitação

CONCLUSÃO

Considerações finais sobre objectivos alcançados, resultados e futuras aplicações destes. Validade do estudo desenvolvido e possíveis continuações futuras.

06

Com a análise um grupo de edifícios de génese anterior a meados séc. XVIII num conjunto urbano consolidado, foi possível a concretização de três objectivos fundamentais: o **registo** de exemplares de modos de construir e viver anteriores ao advento da arquitectura pombalina, e das suas adaptações a distintas necessidades até aos dias de hoje; a **identificação de cinco tipos** de edifício de habitação corrente, mostrando que mesmo a construção não erudita, entre os séc. XVI-XVIII, era pautada por princípios gerais; e a **constatação do carácter de adaptabilidade** dos edifícios, tornando possíveis reabilitações feitas hoje com respeito pelo carácter fundamental dos mesmos.

6.1. AMOSTRAGEM

Os resultados obtidos dependem dos casos de estudo que foi possível estudar durante um ano – Outubro 2012/Setembro 2013 – e embora se considere a amostra de edifícios estudada significativa, outros casos poderiam ter originado resultados ligeiramente diferentes. De momento, a amostra reflecte 37% dos edifícios enquadrados cronologicamente no período desejado, ou seja, 33 casos em 90 identificados, podendo ser considerada representativa do edificado local. Para obtenção de resultados absolutos, o ideal seria a continuação deste trabalho, tentando obter uma amostra que rondasse os 70% de casos vistos entre os possíveis.

As razões da exclusão do universo de análise dos restantes exemplares considerados ‘de interesse’ prendem-se com a inexistência de informação de arquivo e com a impossibilidade de recolha de dados no interior. Uma futura continuação desta recolha de informação poderia passar por fazer o levantamento dos prédios não vistos e tentar uma colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa para aceder aos edifícios de sua propriedade.

A análise de um número significativo de casos permitiu a identificação de tipos fundamentada num número sólido de exemplos, validando o estudo efectuado e os resultados obtidos. Estes devem ainda, para concretização de todo o seu potencial informativo, ser lidos em cruzamento com outros dados recolhidos em diferentes zonas da cidade para formulação de conclusões globais à escala de Lisboa, e quem sabe, futuramente, do País.

6.2. CONSIDERAÇÕES TIPOLOGICAS

A análise de um tecido urbano histórico consolidado, como aquele caracterizado nesta dissertação, revela uma enorme diversidade tipológica, na sua composição. É na absoluta falta de zonamento, expressa na coexistência de arquitectura corrente e erudita, através de casas nobres, de prédios correntes e edifícios singulares – igrejas, conventos, ...– que consiste a riqueza da malha urbana do centro, encontrando-se nessa diversidade a sua verdadeira expressão

de urbanidade. Assim, o conhecimento profundo que hoje se tem sobre arquitectura erudita contrasta com a pouca informação existente sobre construção corrente, e foi por isso que se procedeu a um estudo direccionado para as tipologias de habitação com especial enfoque em edifícios correntes.

Dentro da arquitectura corrente, a comparação de exemplos revelou cinco tipos distintos de prédio de habitação. Constatou-se que três dos tipos – A, B e E – têm origens mais antigas, sendo os tipos A e B uma solução marcadamente urbana e o tipo E um seu contemporâneo rural. Tal é visível nas características exteriores dos edifícios, com os tipos A e B a revelar exiguidade na implantação, com larguras de fachada inferiores à profundidade do lote e altura de dois a três pisos. Estas características são próprias da construção dentro de uma cidade limitada por muros, ao que acresce a composição da fachada por janelas de sacada, elemento social potenciador de relações de vizinhança e claramente urbano. Os exemplos de edifícios de tipo E, pelo contrário, desenvolvem-se em lotes mais largos que profundos e têm altura máxima de dois pisos, marcas próprias de zonas semi-rurais sem pressão demográfica.

No interior, a lógica do funcionamento dos fogos é comum aos três tipos, com a compartimentação a ser efectuada com base nas três zonas funcionais essenciais de uma casa: social, privada e de serviços, traduzindo-se nas divisões de sala, quarto e cozinha. A disposição dos compartimentos varia consoante o lote podendo ser feita ‘em linha’, nos casos em que o lote é muito estreito e comprido – tipo A – ou em ‘frente/tardoz’ quando o lote tem proporções mais próximas ao quadrado – tipo B. No tipo E a distribuição mais frequente é em ‘frente/tardoz’, já que os lotes são largos e, portanto, não são necessárias grandes profundidades, podendo no entanto existir pontualmente fogos com disposição ‘em linha’.

De génese posterior, que alguns autores apontam situar-se no séc. XVII, são os tipos C e D, evolução directa dos tipos A e B através da duplicação de fogos num piso. Estes edifícios são conseqüentemente mais largos e apresentam variações na configuração espacial da escada que, numa posição central, tem mais liberdade de mutação que a rígida escada de tiro lateral. A compartimentação interna torna-se igualmente mais complexa, com a subdivisão de zonas, não sendo incomuns os casos de quatro ou mesmo cinco divisões por fogo.

O aparecimento de tipos de dois fogos por piso não significou a não continuação de utilização de tipos de um fogo por piso. Esta solução prolongou-se no tempo, sendo estes os casos mais frequentes de edifício: em conjunto os tipos A e B representam 59% dos casos correntes estudados. A grande percentagem de casos de tipo A – 35% – tinha sido igualmente notada no Bairro Alto por Aguiar, Appleton e Cabrita¹ e na Madragoa por Joana Matoso², parecendo indicar que este foi entre os sécs. XVI e XVIII o tipo de eleição de construção habitacional em Lisboa. É, no entanto, o tipo mais rígido funcionalmente fazendo

¹ ‘...levando a pensar – face ao elevado número de exemplos –, que se está em presença do arquétipo geral que presidiu à construção do Bairro.’ Aguiar, Appleton, Cabrita, op. cit., 1992, p. 48.

² 50% dos casos estudados nessa dissertação equivalia a tipo A ou B. Joana Matoso, op. cit., 2013, p.81.

que a sua adaptação em obras de reabilitação seja especialmente difícil. Urge então uma estratégia pensada de adaptação de edifícios deste tipo, atendendo ao elevado número de exemplares e às suas características intrínsecas.

Uma última nota referente ao loteamento da cidade: a medida de *chão* medieval de 25 a 30 palmos de largura não foi aplicada a todas as áreas da cidade. A sua presença nas primeiras urbanizações modernas fora da Cerca Fernandina, como o Bairro Alto ou a Bica, leva a crer que poderia ter sido aplicada em vastos planos urbanos delineados, mas não na malha de expansão lenta da cidade, como é o caso do tecido urbano de Santana. Aqui, os lotes correntemente designados como ‘estreitos’ têm aproximadamente 5 metros de largura, o que corresponderia a 22 palmos, uma medida inferior à largura do chão, e que não é sua múltipla ou submúltipla.

6.3. PROTECÇÃO E REABILITAÇÃO

Espera-se com o presente trabalho contribuir com informação relevante para o desenvolvimento de estratégias de adaptação adequada de fogos do núcleo histórico às necessidades actuais de conforto e higiene. Estas directrizes devem ser delineadas consoante o tipo de edifício, que esta tese procurou categorizar, já que diferentes características dimensionais, de distribuição de fogos ou compartimentação interior terão, necessariamente, soluções distintas. Qualquer solução proposta feita com base no estudo arquitectónico do tipo de edifício, e aceite do ponto de vista da preservação dos espaços fundamentais ao carácter patrimonial, deve ainda ser complementada por estudos técnicos relativos às alterações no comportamento estrutural e térmico do edifício – questões de infiltrações, humidades e ventilação natural são fulcrais – que as alterações introduzidas podem criar. Só assim se poderá concretizar uma estratégia sólida e sustentável de reocupação habitacional do centro histórico.

Quanto à própria noção de *centro histórico*, parece conveniente aclarar os seus limites dentro da cidade e definir uma única classificação para este tecido coerente em tempo e morfologia, ao contrário da actual profusão de classificações patrimoniais, em zonas, conjuntos, edifícios singulares, definidas tanto por autoridades centrais como municipais, com distintos regulamentos a ser aplicados no espaço de alguns metros de diferença. O estado actual de protecção através de listagem de património relevante exclui, por definição, não só edifícios a preservar como troços consideráveis de tecido urbano consolidado, deixando sem protecção, ou com níveis de protecção distintos, partes de cidade de igual relevância patrimonial, contribuindo muito pouco para a transmissão de informação correcta a todos os agentes intervenientes na reabilitação da malha urbana. Se o mesmo nível de protecção fosse conferido a toda a zona considerada histórica, poderia proteger-se efectivamente o valor de **conjunto** do centro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Recenseamentos Gerais da População, de 1878 a 2011, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Decreto-Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Diário da República, nº 209.

Decreto-Lei nº 555/99, alterado em 2001, 4 de Junho, Diário da República, nº 129.

Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, publicado em Diário da República a 30 de Agosto de 2012.

Cartografia Histórica

CARVALHO, Eugénio dos Santos e, *Planta topográfica da Cidade de Lisboa arruinada e também segundo o novo Alinhamento dos Architétos* [1758]. Escala 1:1600. Lisboa: Arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral.

CLARKE, W.B., *Lisbon (Lisboa)* [1833]. Escala 1:13 000. Published under the Superintendence of the Society for the Diffusion of Useful Knowledge. London: Chapman & Hall, 1844.

Configuração de partes das fortificações antigas da cidade de Lisboa... [1761]. Escala 1:2210. Lisboa: CML.

FOLQUE, Filipe – *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa* [1856-1858]. Escala 1:1000.

Instituto Geográfico e Cadastral – *Planta da Cidade* [1954-1958]. Escala 1:1000.

Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785. Escala 1:11700. Lisboa: Almanach para o anno de 1796.

Planta da Cidade de Lisboa [1871]. Escala 1:10000. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral.

Planta da Cidade de Lisboa em 1855. Escala 1:16800. Lisboa: Almanak Histórico, calendário para o anno de 1856.

Planta da Parrochia de N. Snr^a da Pena [1770]. Escala ca 1:3350. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Planta Topographica da Cidade de Lisboa... [anterior a 1780]. Escala 1:5000. Lisboa: Arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral.

PINTO, Silva – *Levantamento da Planta de Lisboa* [1904 - 1911]. Escala 1:1000.

REVEREND, Carlos Ignácio de – *Planta geométrica do Bairro de Andalus com seus confinias* [1756]. Escala gráfica. Lisboa: Museu da Cidade.

TINOCO, João Nunes – *Planta da cidade de Lxa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro...* [1650]. Escala ca 1:3000. Lisboa: Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, 1884.

Fotografia

Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa, acervo da Calçada de Santana, Largo do Martim Moniz, Rua do Arco da Graça e Rua Martim Vaz.

Processos de Obra

Núcleo Intermédio do Arquivo Municipal de Lisboa

Rua do Arco da Graça

- 2 a 4: Obra nº 28030
- 6 a 12: Obra nº 27726
- 14 a 18: Obra nº 33548
- 3 a 11: Obra nº 13268
- 13 a 17: Obra nº 12034
- 19 a 21: Obra nº 21745
- 23 a 25: Obra nº 9653
- 27 a 29: Obra nº 28731
- 31 a 33: Obra nº 36115
- 35 a 37: Obra nº 32937
- 45 a 51: Obra nº 16607
- 53 a 59: Obra nº 15929
- 61 a 65: Obra nº 18391
- 67 a 73: Obra nº 36118
- 83 a 85: Obra nº 2140

Largo de S. Domingos

- 18 a 20: Obra nº 9219

Calçada Garcia

- 2 a 10: Obra nº 26011
- 3 a 7: Obra nº 14120
- 9 a 13: Obra nº 12761
- 12 a 18: Obra nº 31377
- 15 a 25: Obra nº 39554
- 27 a 33: Obra nº 21913
- 34 a 42: Obra nº 13365
- 44 a 48: Obra nº 16619

Calçada Nova do Colégio

- 1 a 13: Obra nº 24987
- 2: Obra nº 1962
- 4: Obra nº 41670

- 6: Obra nº 24828
- 15 a 27: Obra nº 33331
- 16 a 22: Obra nº 33201
- 24 a 28: Obra nº 33239
- 37 a 41: Obra nº 1599
- 101 a 103: Obra nº 13895
- 102 a 104: Obra nº 41555
- 105 a 107: Obra nº 9891
- 106 a 108: Obra nº 44591
- 109 a 113: Obra nº 25509

Calçada de Santana

- 12 a 16: Obra nº 30567
- 17 a 21: Obra nº 37785
- 18 a 22: Obra nº 33955
- 23 a 25: Obra nº 24926
- 24 a 26: Obra nº 246
- 31 a 33: Obra nº 242
- 28 a 36: Obra nº 34743
- 35 a 37: Obra nº 43152
- 38 a 42: Obra nº 20159
- 39 a 45: Obra nº 37600
- 44 a 56: Obra nº 243
- 47 a 51: Obra nº 36006
- 53 a 55: Obra nº 42387
- 57 a 59: Obra nº 33009
- 58 a 60: Obra nº 14807
- 61 a 67: Obra nº 1834
- 62 a 64: Obra nº 417
- 66 a 68: Obra nº 20242
- 69 a 73: Obra nº 31540
- 74 a 76: Obra nº 25034
- 75 a 83: Obra nº 15716
- 84 a 86: Obra nº 38133
- 85 a 87: Obra nº 44689
- 88 a 90: Obra nº 10264
- 91 a 95: Obra nº 2133
- 97 a 99: Obra nº 43817
- 98 a 100: Obra nº 3370
- 110 a 114: Obra nº 17588
- 115 a 119: Obra nº 5398
- 116 a 120: Obra nº 25085
- 121 a 123: Obra nº 43239
- 122 a 130: Obra nº 416
- 131 a 137: Obra nº 27222
- 132 a 134: Obra nº 2629
- 139 a 141: Obra nº 1835
- 136 a 150: Obra nº 1459
- 143 a 147: Obra nº 20155
- 152 a 158: Obra nº 31458
- 155: Obra nº 39135
- 159 a 165: Obra nº 6674
- 160 a 164: Obra nº 29591
- 166 a 168: Obra nº 38662
- 167 a 169: Obra nº 33233
- 170 a 190: Obra nº 1832
- 175 a 179: Obra nº 37601
- 181 a 187: Obra nº 35056
- 189 a 195: Obra nº 247
- 192 a 196: Obra nº 1833
- 199: Obra nº 8394
- 202 a 206: Obra nº 8691
- 208 a 216: Obra nº 245

Rua Martim Vaz

- 4 a 6: Obra nº 29503
- 3 a 7: Obra nº 38938
- 8 a 10: Obra nº 33130

- 9 a 13: Obra nº 5434
- 14 a 16: Obra nº 33251
- 17: Obra nº 22917
- 18: Obra nº 14751
- 24 a 26: Obra nº 43841
- 33: Obra nº 39001
- 43 a 45: Obra nº 17584
- 47 a 55: Obra nº 33129
- 48 a 50: Obra nº 44059
- 52 a 56: Obra nº 30221
- 58 a 60: Obra nº 19517
- 59 a 61: Obra nº 58338
- 62 a 64: Obra nº 19283
- 66 a 68: Obra nº 44197
- 72 a 74: Obra nº 48556
- 76 a 78: Obra nº 33128
- 80 a 82: Obra nº 33127
- 84 a 86: Obra nº 21785
- 88 a 92: Obra nº 37858
- 23 a 25: Obra nº 29807
- 24 a 28: Obra nº 9287
- 27: Obra nº 3499
- 34 a 42: Obra nº 44754
- 44 a 48: Obra nº 45082

Rua do Convento da Encarnação

- 1 a 11: Obra nº 9230
- 4 a 10: Obra nº 44243
- 12 a 16: Obra nº 40665
- 13 a 17: Obra nº 29221
- 18 a 24: Obra nº 8941
- 19 a 21: Obra nº 44261
- 23 a 27: Obra nº 26308
- 26 a 30: Obra nº 41429
- 29 a 43: Obra nº 37468
- 45 a 53: Obra nº 31680
- 55 a 59: Obra nº 35965
- 61: Obra nº 39273

Largo do Convento da Encarnação

- 2 a 6: Obra nº 12070
- 7 a 9: Obra nº 37593

Travessa do Forno do Torel

- 1 a 3: Obra nº 5213
- 2 a 10: Obra nº 25020
- 5 a 11: Obra nº 8717

Travessa do Convento da Encarnação

- 9 a 11: Obra nº 10905
- 13 a 19: Obra nº 38136
- 14 a 18: Obra nº 33243
- 21 a 23: Obra nº 28165

Travessa Santana

- 1 a 5: Obra nº 31457
- 4 a 6: Obra nº 46890
- 7 a 9: Obra nº 44103
- 8 a 12: Obra nº 17381
- 11 a 13: Obra nº 2371
- 14 a 16: Obra nº 41191
- 15 a 17: Obra nº 38802
- 19 a 21: Obra nº 33670

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José, APPLETON, João, CABRITA, António Reis, **Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto**, Lisboa: CML/LNEC, 1992.

APPLETON, João, **Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção**, Amadora: Edições Orion, 2003.

APPLETON, João A. Silva, **'A construção de edifícios em Portugal no século XVIII: de Mafra à reconstrução de Lisboa'**, *Colóquio Comemorativo dos 25 anos do Memorial do Convento*, Mafra, 2007.

ARAÚJO, Norberto de, **Peregrinações em Lisboa**, livro I, III e IV, Lisboa: Veja Editora, 1937.

ARAÚJO, Norberto de, **Inventário de Lisboa**, Lisboa: CML, 1944-56.

AUGUSTO, Clemente (coord.), **Reabilitação Urbana – Núcleos históricos (catálogo)**, Lisboa: CML, Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993.

BARREIROS, Maria Helena, **'Prédios de Rendimento entre o Joanino e o Tardopombalino'**. *Património Arquitectónico*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa: SCML, 2010, vol.2, tomo I, pp. 16-39

BARROS, Mafalda de Magalhães (coord.), **Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade**, Lisboa: CML, 2005.

BRANDÃO, João, **Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552**, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

BUARQUE, Irene, PEREIRA, Nuno Teotónio, **Prédios e vilas de Lisboa**, Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

CARITA, Hélder, **Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos**, 2ª ed., Lisboa: CML, 1994.

CARITA, Hélder, **Lisboa Manuelina**, Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CASTELO-BRANCO, Fernando, **Lisboa Seiscentista**, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

CASTILHO, Júlio de, **Lisboa Antiga – Bairros Orientais**, 2ª ed., Lisboa, 1902, vol. IV.

CHOAY, Françoise, **A Alegoria do Património**, 2ª ed., Lisboa: Edições 70, 2010.

CHOAY, Françoise, **Questões do Património**, Lisboa: Edições 70, 2011.

CLEMENTE, Augusto (coord.), **Reabilitação Urbana (catálogo)**, Lisboa CML: Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993.

CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*, Braga: CITCEM, 2011.

DIAS, Marina Tavares, *Lisboa Desaperecida - 1*, 7ª ed., Lisboa: Quimera Editores, 1991.

DIAS, Marina Tavares, *Lisboa Desaperecida - 4*, 3ª ed., Lisboa: Quimera Editores, 2000.

DURAND, Pedro, *A Casa Nobre Pré-Joanina em Lisboa - Caso de estudo: o Palácio do "Bichinho de Conta"*, Dissertação para Mestrado em Arquitectura, Lisboa: IST, 2012.

FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura Portuguesa – uma síntese*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

FERRÃO, Leonor, *'Lisboa Barroca – da Restauração ao Terramoto de 1755', O livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 246-280.

FRANÇA, José-Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, 3ª ed., Lisboa: Biblioteca Breve, 1989.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa, Urbanismo e Arquitectura*, 5ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa – História Física e Moral*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

GAMEIRO, Roque, *Lisboa Velha – cem aquarelas e desenhos*, 2ª ed., Lisboa: Veja, 1992.

GONÇALVES, Ana R., *Habitação plurifamiliar não-pombalina: casos de estudo em Lisboa entre os séculos XVII e XIX*, Dissertação para Mestrado em Arquitectura, Lisboa: IST, 2011.

LINO, Raúl, *'O Estilo na Casa Portuguesa do Século XVII', Revista Municipal*, nº 16. Lisboa: CML, 2º Trimestre 1943, pp. 3-6.

LOURENÇO, Luís, *Livro primeiro de tombo das propriedades foreiras à Camara desta muy insigne Cidade de Lisboa, Documentos para a História da Cidade de Lisboa*, Lisboa: CML – Publicações comemorativas do VIII centenário da tomada de Lisboa aos mouros, 1950, vols. I e II.

LOPES, Bárbara, *'Homens e Pedras – a Identidade a Reencontrar', Reabilitação Urbana – Núcleos históricos (catálogo)*, Lisboa: CML, Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1993.

MACEDO, Luís Pastor de, *Lisboa de Lés-a-lés*, Lisboa: CML, 1942, vols. I e III.

- MARQUES, A. H. do Oliveira, '**Depois da Reconquista – A Cidade na Baixa Idade Média**', *O livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 89-113.
- MATOS, Alfredo, PORTUGAL, Fernando, **Lisboa em 1758 – Memórias Paroquiais de Lisboa**, Lisboa: Coimbra Editora, 1974.
- MATOS, Vanda Pereira de, **Subsídios para o estudo do edifício de rendimento em Lisboa: século XVI à 1ª metade do século XVIII**, Dissertação para Mestrado em Arquitectura, Lisboa: UTL - Faculdade de Arquitectura, 2003.
- MATOSO, Joana Parracho, **A habitação corrente da época pré-industrial em Lisboa: o caso do Bairro da Madragoa**, Dissertação para Mestrado em Arquitectura, Lisboa: IST, 2013.
- MENEZES, Marluci, **Mouraria, Retalhos de um Imaginário**, Oeiras: Celta Editora, 2004.
- MIRANDA, António, JANEIRO, Helena Pinto, '**Identidade e Conservação do Património: algumas reflexões**', *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, Lisboa: CML, 2005, p. 134 – 145.
- MOITA, Irisalva (coord.), **O livro de Lisboa**, Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- MURTEIRA, Helena, **Lisboa da Restauração às Luzes**, Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- NOGUEIRA, M. Sá, RODRIGUES, T., SANTOS, P. Braga, **Lisboa Setecentista vista por estrangeiros**, 2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1996.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, **Lisboa em 1551 – Sumário**, Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- Plano de Remodelação da Baixa – Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro**, Lisboa: II Congresso das Capitais, 3ª Secção - Urbanização, 1950.
- PEREIRA, Paulo (coord.), **Intervenções no Património: 1995 – 2000**, Lisboa: IPPAR – Ministério da Cultura, 1997.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, '**Prioridade à reabilitação, finalmente na ordem do dia**', *Conservação e Reabilitação Urbana: uma nova cultura de cidade*, Lisboa: CML, 2005.
- ROSSA, Walter, **Além da Baixa – Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista**, Lisboa: IPPAR, 1998.
- SANTANA, F., SUCENA, E. (dir.), **Dicionário da História de Lisboa**, Sacavém: Carlos Quintas & Associados, 1994.
- SEIXAS, João (coord.), **Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa – uma perspectiva censitária**, Lisboa: CML, 2004.
- SILVA, A. Vieira da, **As freguesias de Lisboa**, Lisboa: CML, 1943.

SILVA, A. Vieira da, ***Plantas Topográficas de Lisboa***, Lisboa: Publicações Comemorativas do VII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, 1947.

SILVA, A. Vieira da, ***A cerca fernandina de Lisboa***, Lisboa: CML, 1948.

SILVA, Raquel Henriques da, **'Desenvolvimento Urbanístico. Os novos bairros'**. *O livro de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 405-424.

SOUSA, F. L. Pereira de, ***O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico***, Lisboa: Tipografia do Comércio, 1919-1932.

VIDAL, Angelina, ***Lisboa antiga e Lisboa moderna***, Lisboa: Gazeta de Lisboa, 1900.

VIEGAS, Aurelina, ***Análise da aplicação do RECRIA a núcleos históricos. O caso da Madragoa***, Dissertação para Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído, Lisboa: IST, 2008.



TÉCNICO
LISBOA

**A habitação característica do Antigo Regime na encosta de Santana:
Tipologias e Modos de Habitar**

Volume II - Anexos

Ana Costa Rosado

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura

Júri

Presidente: -

Orientador: Prof. João Rosa Vieira Caldas

Vogal:

Outubro 2013

I. CARTOGRAFIA

Gravura de Lisboa em 1593 _____	6
Planta do Tinoco, 1650 _____	8
Plano de Remodelação da Baixa _____	10
Planta de Classificação do IGESPAR _____	12
Planta de Classificação da CML _____	14

II. CASOS DE ESTUDO

HABITAÇÃO CORRENTE _____	19
Casos de Tipo A _____	21
Casos de Tipo B _____	63
Casos de Tipo C _____	93
Casos de Tipo D _____	105
Casos de Tipo E _____	119
Casos de Excepção _____	129
 HABITAÇÃO ERUDITA _____	 151

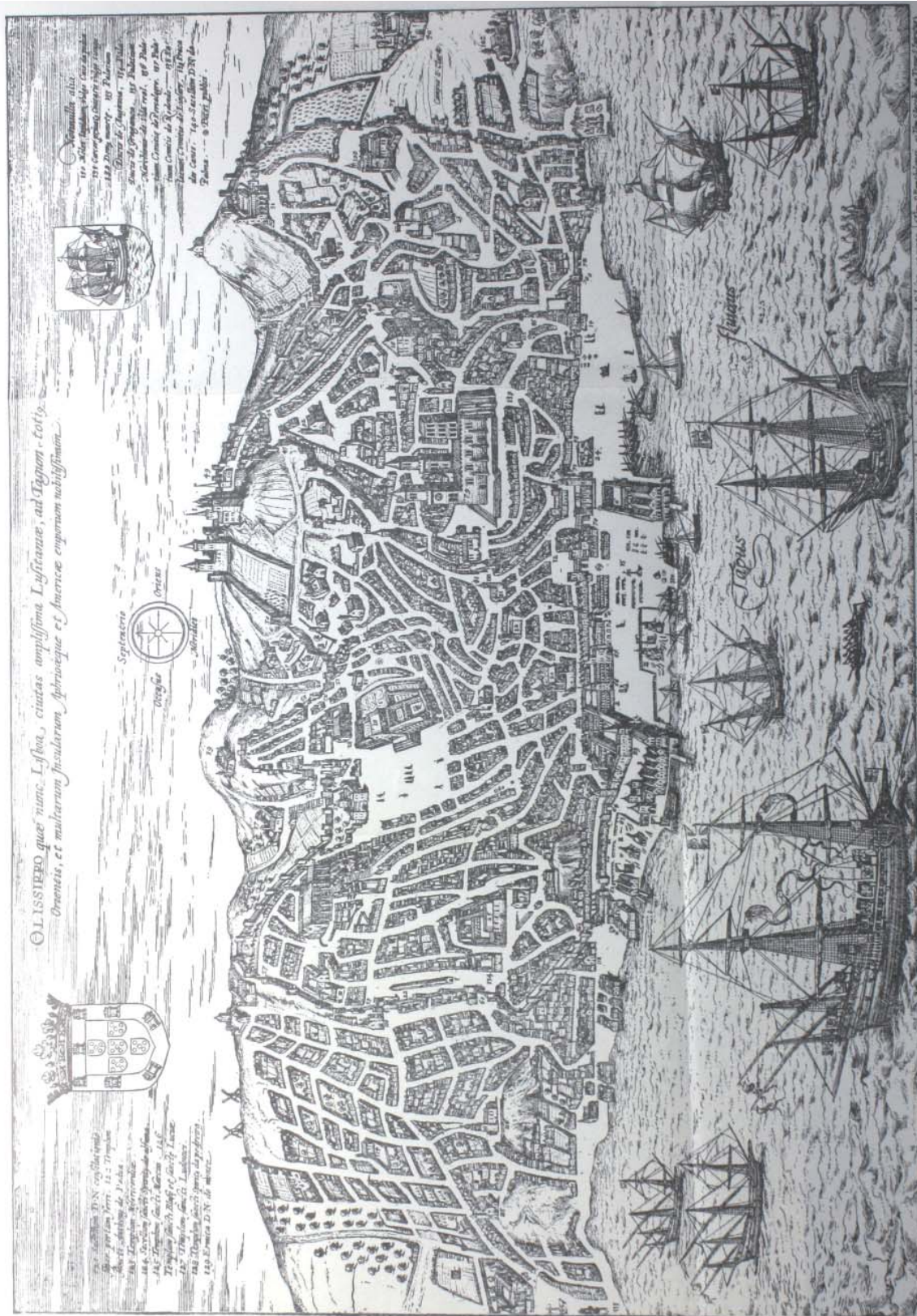
CARTOGRAFIA



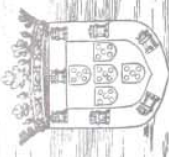
Gravura de Lisboa em 1593.

Autoria de George Bravnio Agrippinate e publicada na obra *Urbium Praecipuarum Mundi Theatrum Quintum*.
In A. VIEIRA DA SILVA, *A cerca fernandina de Lisboa*, 1948.

VISTA DE LISBOA NOS FINS DO SÉCULO XVI



⊙ L'ASSIÉRO que' nunc Lisboa, ciuitas amplissima, Lybianae, ad Tagyon - totius Orientis, et miliarum Incolarum Aphrosique et Aethiopiae eorum nobilissimum.



142. Lisboa D.N. con. (1494)
 143. Lisboa D.N. con. (1494)
 144. Lisboa D.N. con. (1494)
 145. Lisboa D.N. con. (1494)
 146. Lisboa D.N. con. (1494)
 147. Lisboa D.N. con. (1494)
 148. Lisboa D.N. con. (1494)
 149. Lisboa D.N. con. (1494)

150. Lisboa D.N. con. (1494)
 151. Lisboa D.N. con. (1494)
 152. Lisboa D.N. con. (1494)
 153. Lisboa D.N. con. (1494)
 154. Lisboa D.N. con. (1494)
 155. Lisboa D.N. con. (1494)
 156. Lisboa D.N. con. (1494)
 157. Lisboa D.N. con. (1494)
 158. Lisboa D.N. con. (1494)
 159. Lisboa D.N. con. (1494)



160. Lisboa D.N. con. (1494)
 161. Lisboa D.N. con. (1494)
 162. Lisboa D.N. con. (1494)
 163. Lisboa D.N. con. (1494)
 164. Lisboa D.N. con. (1494)
 165. Lisboa D.N. con. (1494)
 166. Lisboa D.N. con. (1494)
 167. Lisboa D.N. con. (1494)
 168. Lisboa D.N. con. (1494)
 169. Lisboa D.N. con. (1494)
 170. Lisboa D.N. con. (1494)

Planta do Tinoco, 1650.

'Planta da cidade de Lxa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro...' Autoria de João Nunes Tinoco.

In A. VIEIRA DA SILVA, Plantas Topográficas de Lisboa, 1947.

'A planta de Tinoco reveste-se de particular importância, uma vez que constitui a mais antiga carta de Lisboa até hoje conhecida. Levantada no decorrer das guerras da Restauração, com o intuito de avaliar o estado das muralhas da cidade, representa, apesar dos seus objectivos puramente militares, um importante resumo da história urbana da capital.'

Museu da Cidade

Plano de Remodelação da Baixa, 1950.

Autoria de João Faria da Costa

In Plano de Remodelação da Baixa – Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro, 1950.

‘É designado por ‘Plano de Remodelação da Baixa’ o plano parcial de urbanização, que tende a resolver por forma definitiva os problemas de circulação na Baixa e o saneamento de uma grande zona de dificações antigas e insalubres, que se estende desde o Largo do Intendente até ao Rossio.’

Memória Justificativa, p. 6.








0.1

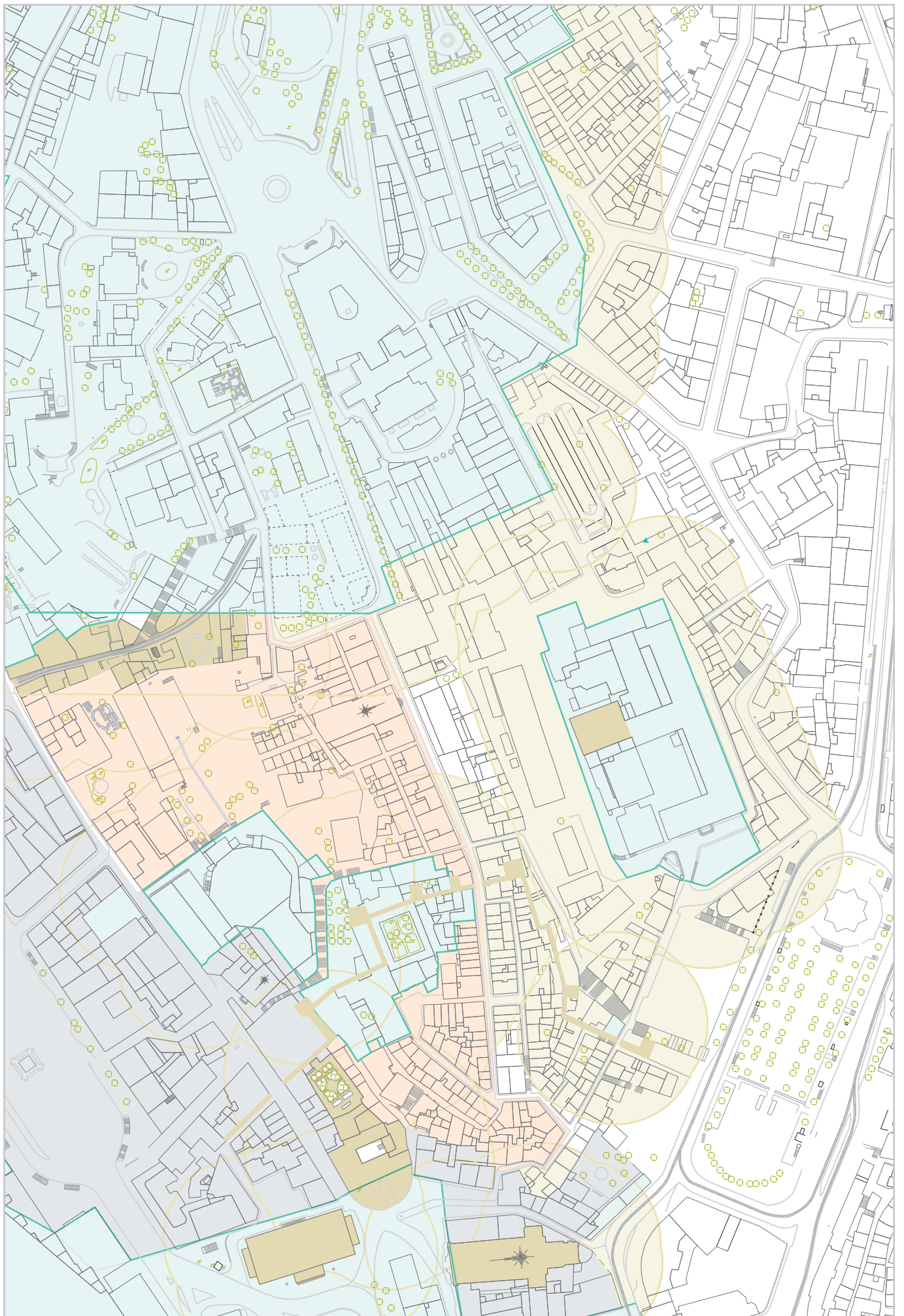


0.2

0.1 - Nós de distribuição de trânsito. Esquema dos túneis
0.2 - Planta de Apresentação

Planta de Classificação de Zonas Patrimoniais segundo o IGESPAR

	Monumento Nacional
	Imóvel de Interesse Público
	Zona Especial de Protecção
	Em vias de classificação
	Zona de Protecção de MN ou IIP



Planta de Classificação de Edifícios Patrimoniais segundo a CML

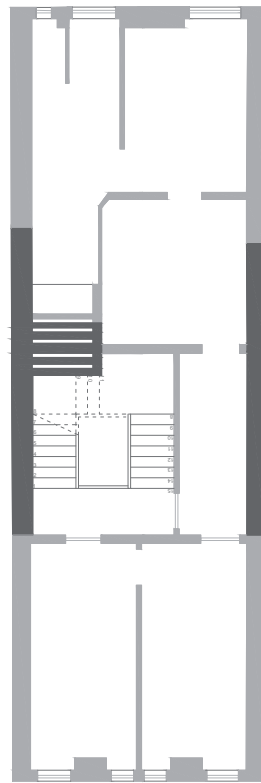
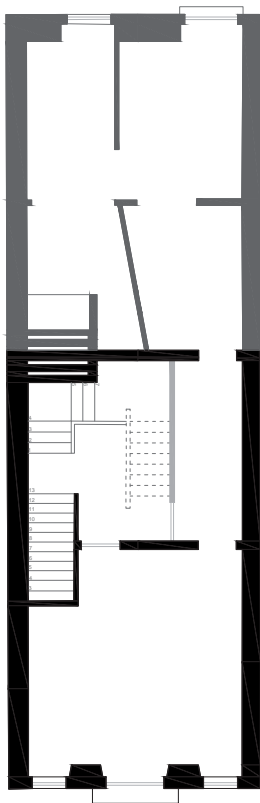
	Monumento Nacional
	Imóvel de Interesse Público
	Conjunto de Interesse Público
	Imóvel de Interesse Municipal
	Conjunto de Interesse Municipal

Lista de imóveis do Inventário Municipal do Património assinalados na planta

- 24.47** Palácio Silva Amado / Campo dos Mártires da Pátria, 1-2; Trav. do Torel, 2-4; Rua Júlio de Andrade, 2A
- 24.48** Edifício de habitação plurifamiliar / Trav. do Torel, 7-17; Trav. do Forno do Torel, 13-23
- 24.49** (Antigo) Convento de Santa Ana, vestígios / Rua Câmara Pestana; Trav. do Torel, 1 - Instituto Bacteriológico Câmara Pestana
- 24.50** Edifício de habitação unifamiliar com mirante / Rua Câmara Pestana, 41-45
- 24.56** Edifício de habitação unifamiliar / Rua Câmara Pestana, 23
- 24.57** Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo / Rua Câmara Pestana, 19-21
- 24.58** Edifício de habitação plurifamiliar / Rua Câmara Pestana, 5-17; Trav. do Adro, 25-27
- 24.59** Conjunto arquitectónico / Calçada de Santana, 31 a 207 e 32 a 216
- 24.60** Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar / Calçada de Santana, 205-211; Rua Câmara Pestana, 1 e Trav. do Adro, 8; Rua Câmara Pestana, 3
- 24.61** Palácio / Calçada de Santana, 208-216; Rua do Instituto Bacteriológico, 8
- 24.62** Igreja da Pena / Calçada de Santana
- 24.64** (Antigo) Palacete Ramiro Leão / Trav. da Pena, 5A
- 24.65** (Antiga) Engomadoria Ramiro Leão (fachada) / Trav. da Pena, 2-8; Beco do Birbantes, 41
- 24.66** Vila Serra Fernandes / Rua Joaquina, 1 a 8 e 9 a 14 (Acesso: Trav. da Pena, 15 A)
- 24.67** Palácio / Calçada de Santana, 170-190 - INATEL
- 24.68** Casa nobre / Calçada de Santana, 166-168C
- 24.69** Casa nobre (fachada) / Calçada de Santana, 136-150; Calçada Nova do Colégio, 30-38
- 24.70** Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada de Santana, 139-141; Beco de S. Luís da Pena, 1-3 - Casa onde morreu Luís de Camões
- 24.71** Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada de Santana, 75-83; Trav. do Convento da Encarnação, 2-10
- 24.73** Edifício de habitação plurifamiliar / Largo do Convento da Encarnação, 1; Rua do Convento da Encarnação
- 24.74** Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada de Santana, 57-59 - Prédio de duas águas com fachada de bico: ver 24.74
- 24.75** Conjunto de dois edifícios de habitação plurifamiliar / Escadinhas da Barroca, 3-3D e 8-8C
- 24.76** Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada de Santana, 24-26; Rua Martim Vaz
- 24.77** (Antigo) Palácio Regaleira / Largo de S. Domingos, 14-15B; Escadinhas da Barroca, 2-2D
- 24.78** Edifício de habitação plurifamiliar / Calçada do Garcia, 9-13
- 24.79** Conjunto arquitectónico / Rua do Arco da Graça, 39 a 51 e Calçada Nova do Colégio, 3 a 27 e 2 a 6
- 24.81** Casa nobre / Rua do Arco da Graça, 45-51
- 24.87** (Antiga) Fábrica Ramiro Leão (fachada) / Trav. da Pena, 5; Beco de S. Luís da Pena, 16

CASOS DE ESTUDO





LEGENDA
das peças desenhadas

-  Paredes originais
-  Ampliação - 2ª fase
-  Ampliação - 3ª fase

Exemplo

Implantação dos casos de estudo
1:1500



HABITAÇÃO CORRENTE

Tipo A	10	35 %
Tipo B	7	24 %
Tipo C	2	7 %
Tipo D	3	10 %
Tipo E	2	7 %
Casos de exceção	5	-



Casos de Tipo A

Lote estreito e comprido, com três ou quatro divisões alinhadas perpendicularmente à fachada e escadas de tiro – que podem ou não evoluir para outras formas de acesso vertical – encostadas a uma das empenas laterais. O espaço social situa-se impreterivelmente junto à fachada principal e o espaço utilitário – cozinha – a tardo, com uma ou duas alcovas entre eles.

Processo de obra
33009



Planta de localização
1:1000

Lote: 5,20 x 8,50 (m)

Pisos: 4

Tipo: Lote estreito e comprido

Escada: Em 'L'

Compartimentos: Três divisões em linha

Cobertura: De duas águas em 'bico'

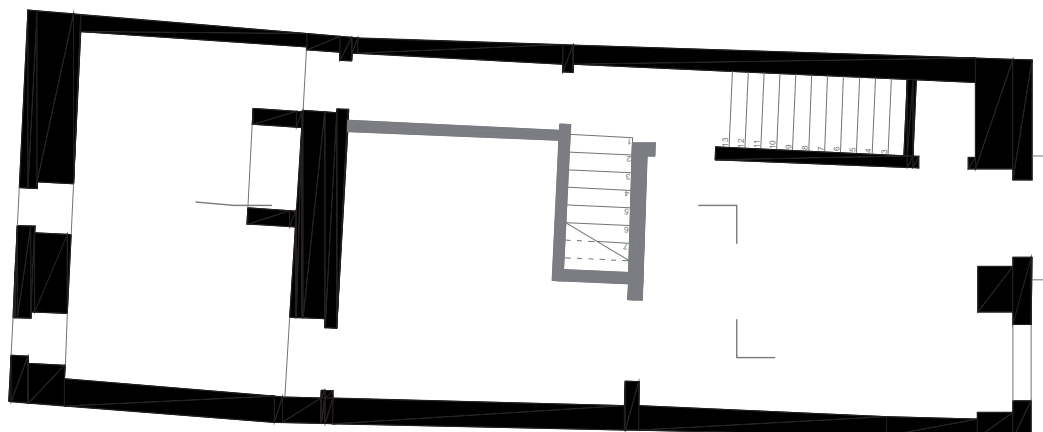
Breve descrição

Fachada: Destaca-se no conjunto urbano pela sua configuração de fachada em bico. Apresenta dois vãos por piso, com duas portas no R/C e janela de peitoril + sacada nos pisos elevados. No sótão abre-se apenas uma janela em posição central. Nota-se a diminuição de espessura das cantarias do 1º para o 2º andar. Os acessos verticais dividem-se em três tramos de um lance por piso, perpendiculares entre si, uma descontinuidade que parece também indicar que os dois últimos níveis são acrescento posterior.

Interior:

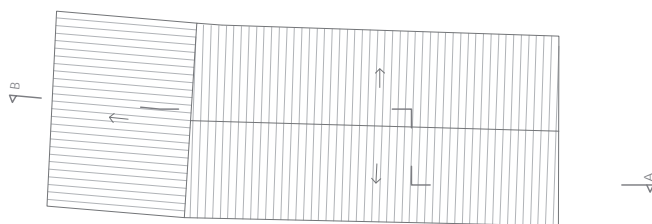
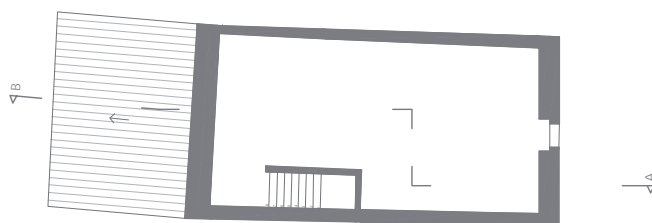
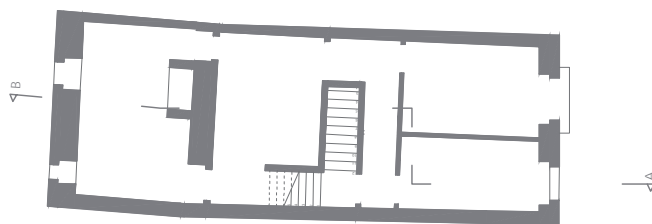
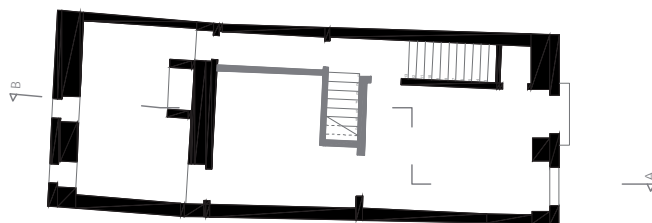
Alterações documentadas:

Projecto de transformação de sótão em piso habitado não realizado, em 1923.

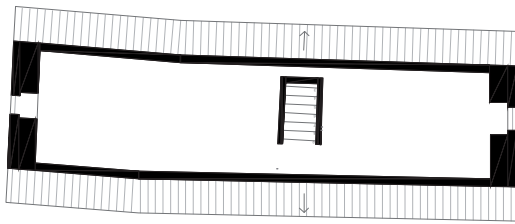
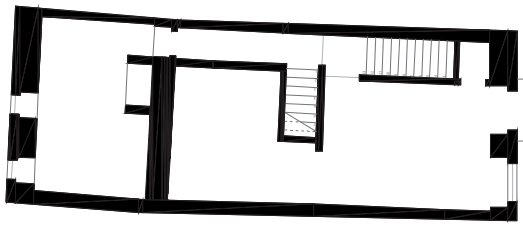
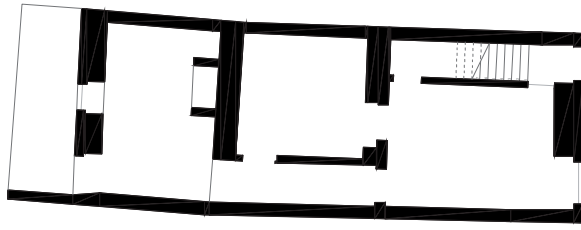




Interior
Escadas
15 de Junho 2013

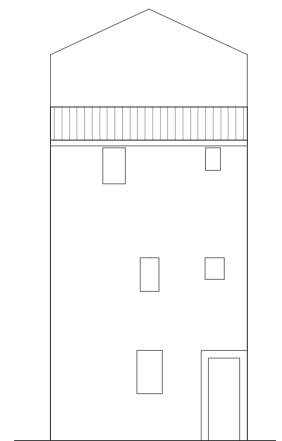
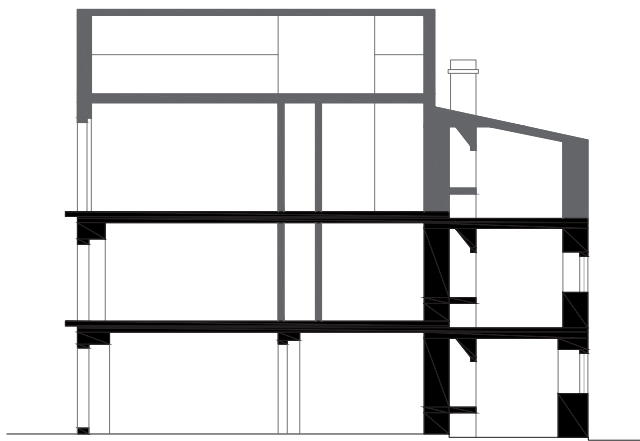
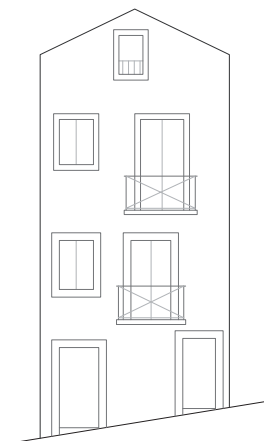


Estado Actual - Plantas dos andares e cobertura
1:200



Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

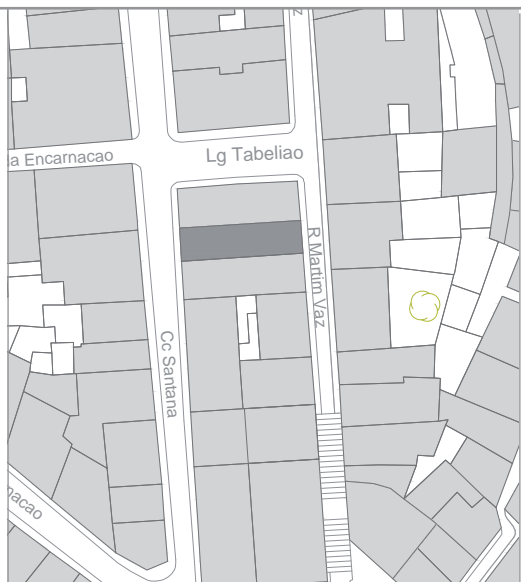
Plantas
1:200



Hipótese de reconstituição do estado original - Corte AB e alçados actuais
1:200

CALÇADA de SANTANA, 62 a 64

Processo de obra
417



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,40 x 16 (m)

Pisos: 4 pisos anteriores a 1920; 5 + sótão actualmente

Tipo: Um fogo por piso, desenvolvimento linear dos compartimentos.

Escada: Duas disposições. De tiro, encostada à empena esquerda do R/C ao 1º andar; de dois lances paralelos com patamar intermédio e bomba retangular - com maiores dimensões no último piso - pós 1920 -, em posição central e encostada à empena direita do 1º ao 4º andares.

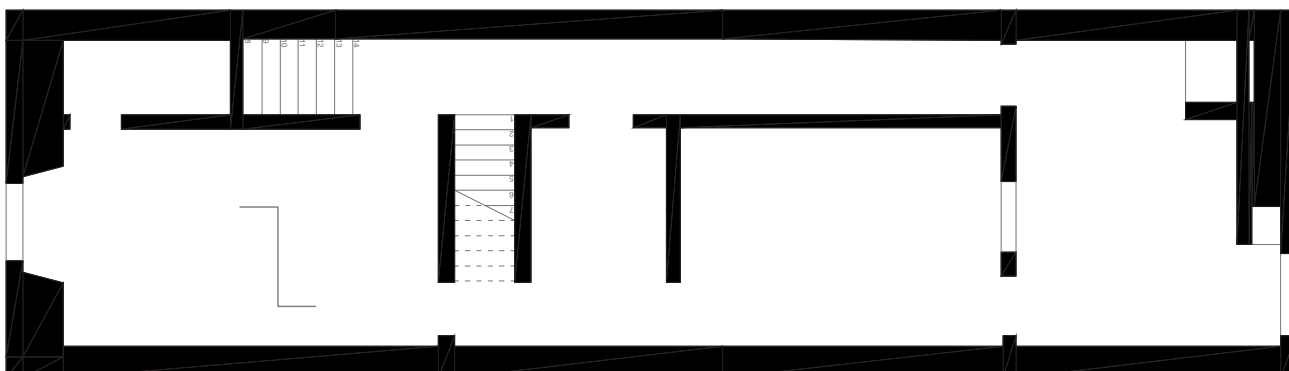
Compartimentos: Lote estreito, quatro compartimentos dispostos em linha, perpendicularmente à fachada.

Cobertura: Mansarda, duas águas.

Breve descrição

Fachada: Fachada esguia, com um vão por piso. Actualmente revestida a azulejo de cor azul. R/C ocupado por espaço de restauração, porta de acesso aos fogos encostada à empena esquerda. Os vãos dos pisos elevados encontram-se dispostos ao longo de um eixo deslocado do eixo de simetria. O primeiro andar apresenta uma janela de peitoril, enquanto os 2º e 3º andares têm uma janela de sacada cada. Duas janelas na mansarda. A fachada posterior - Rua de Martim Vaz, 25 - apresenta o mesmo número de vãos por piso, encostados à empena direita do edifício, embora aqui todas as janelas sejam de peitoril. O R/C, embora já muito transformado, encontra-se dividido a meio, com uma metade ocupada por fogo habitado com acesso pela Rua Martim Vaz.

Alterações documentadas: Acrescento de piso amansardado de 1921, seguindo-se a alteração da frente de loja em 1950. Há, no entanto, a forte possibilidade que o edifício original fosse composto por dois pisos apenas, sendo o segundo andar um acrescento. Factores que o indicam são a mudança de configuração e localização dos acessos verticais a partir do 1º andar e a alteração do tipo de janela - de peitoril para sacada - a partir do segundo andar.



1:100

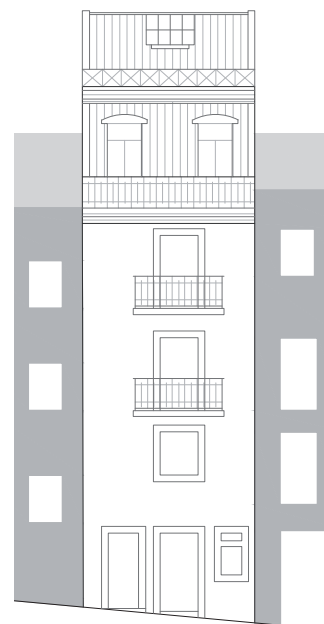
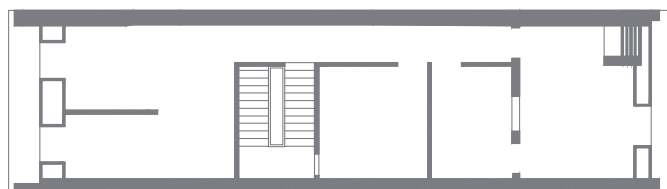
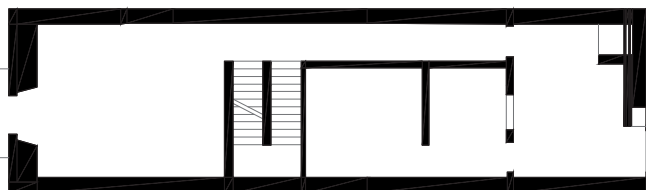
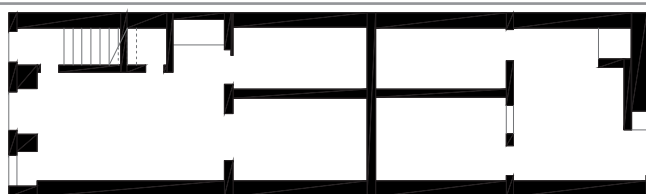
Hipótese de reconstituição do estado original - 1º andar

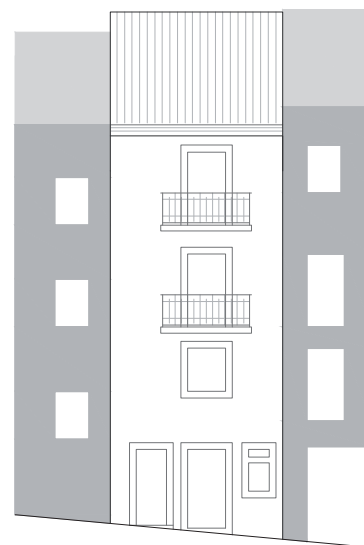
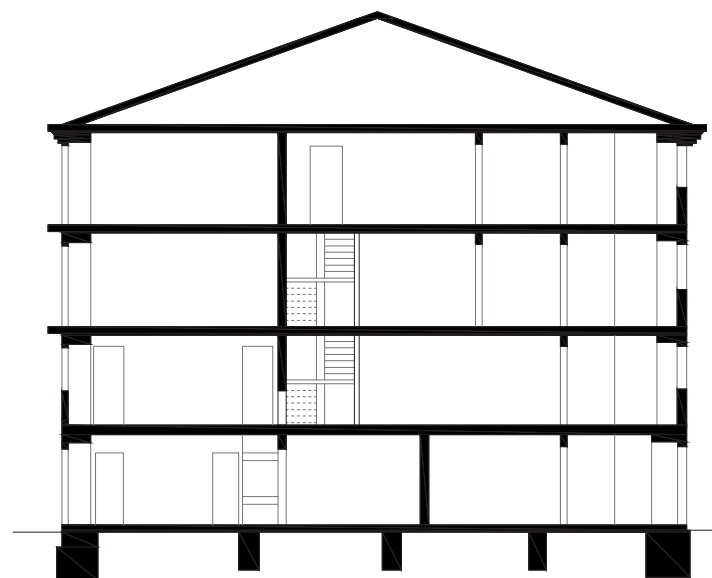
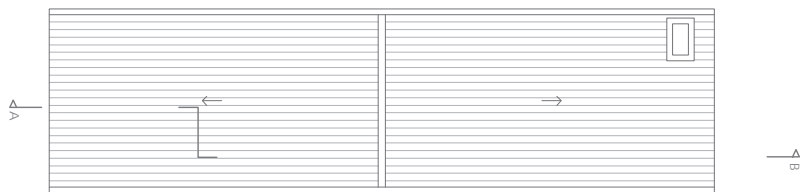
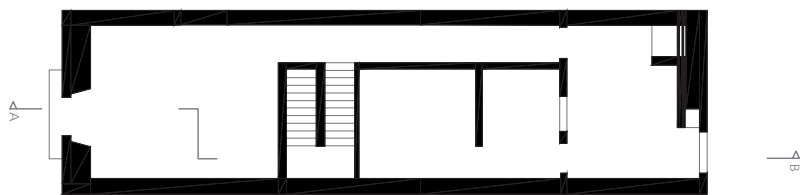
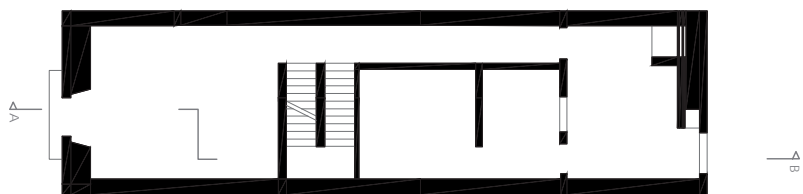
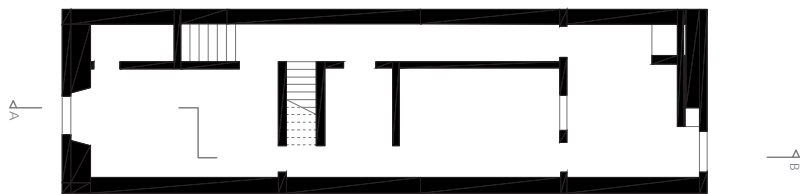
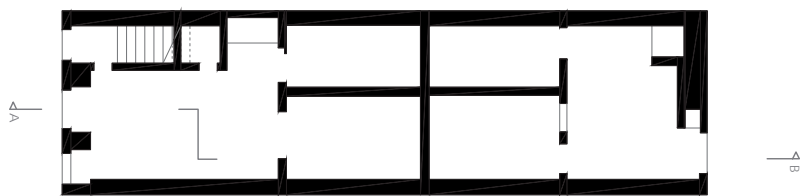
CALÇADA de SANTANA, 62 a 64



Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

Fachada tardoiz
03 de Outubro 2012





1:200

Hipótese de reconstituição do estado anterior a 1920 - Plantas dos andares e cobertura | Corte | Alçado

CALÇADA de SANTANA, 85 A 87

Processo de obra
44689

Planta de localização
1:1000



Lote: 4,95 x 12,15 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote estreito, escadas de tiro junto à empena lateral.

Escada: De tiro até ao 2º andar; de lances sobrepostos com corredor paralelo a partir desse piso.

Compartimentos: Três compartimentos em profundidade.

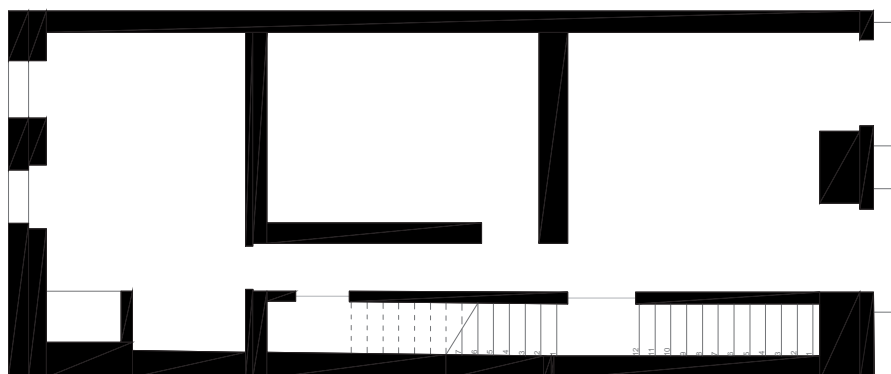
Cobertura: Duas águas.

Breve descrição

Fachada: Regular, com duas janelas de sacada por piso. No R/C abrem-se três vãos - porta de acesso às escadas encostada à esquerda, acesso independente ao fogo do R/C ao centro e janela de peitoril - com a particularidade de ter lintel curvo. Painel de azulejos sobre a porta lateral.

Interior: Compartimentos em disposição linear, com sala principal junto à fachada, quarto intermédio e cozinha nos fundos.

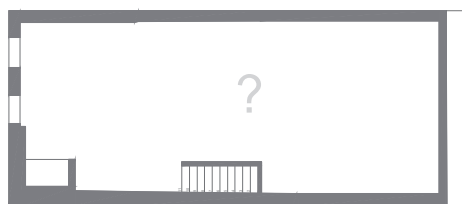
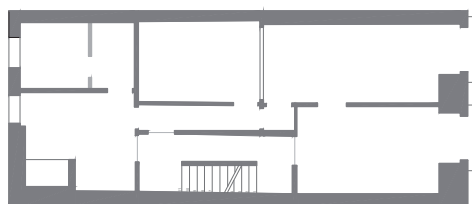
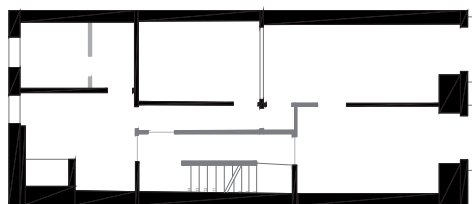
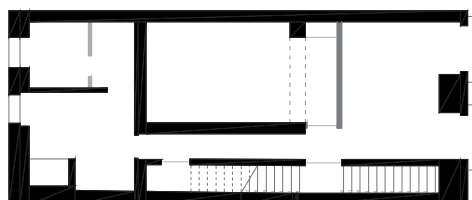
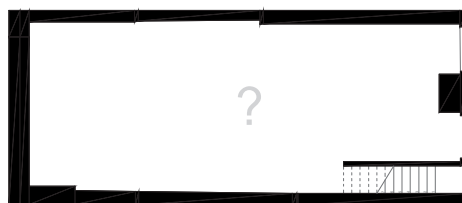
Alterações documentadas: Construção de platibanda em 1915, continuamente remodelado até 2013.

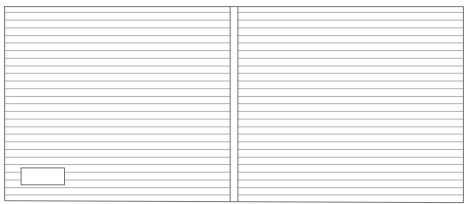
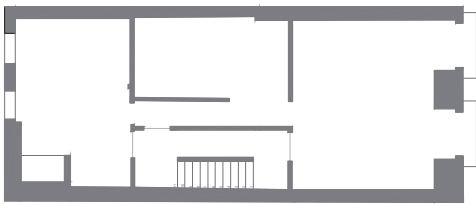
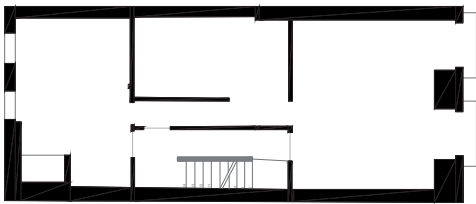
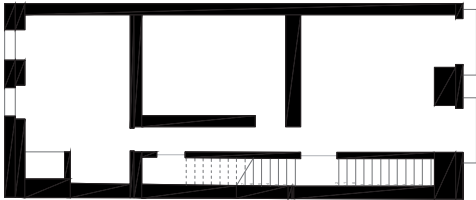
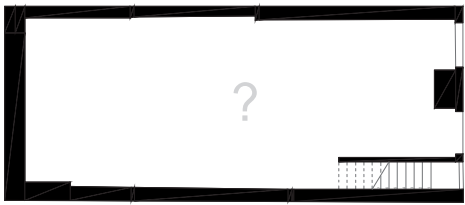


1:100

Hipótese de reconstituição do estado original - 1º andar

Anexos . 31





CALÇADA de SANTANA, 91 a 95

Processo de obra
2133

Planta de localização
1:1000



Lote: 4,80 x 12,10 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote estreito, desenvolvimento linear dos compartimentos

Escada: De tiro até ao segundo andar; a partir deste em lances perpendiculares

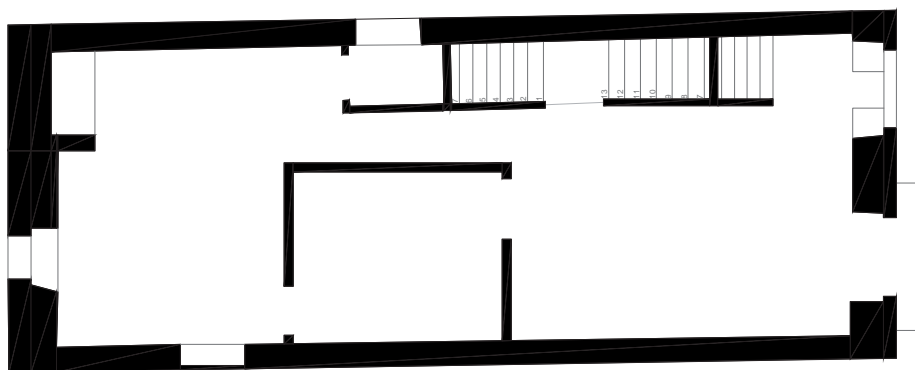
Compartimentos: Três compartimentos dipostos em linha, perpendicularmente à fachada principal. WC's acrescentados posteriormente

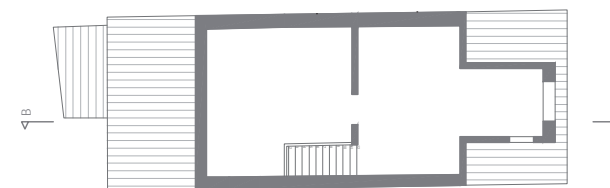
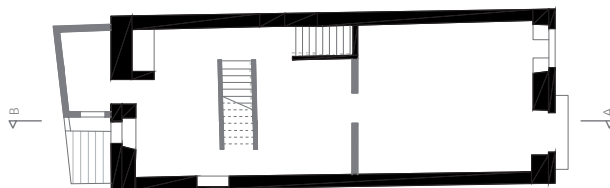
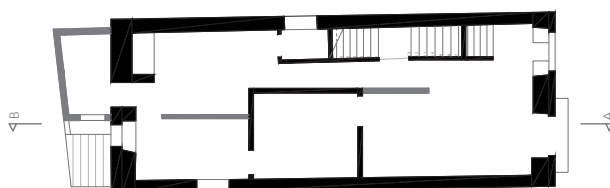
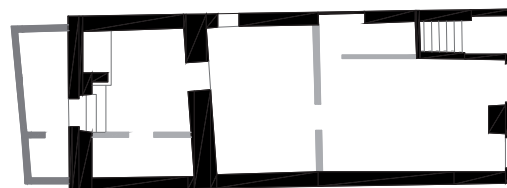
Cobertura: Duas águas com águas-furtadas

Breve descrição

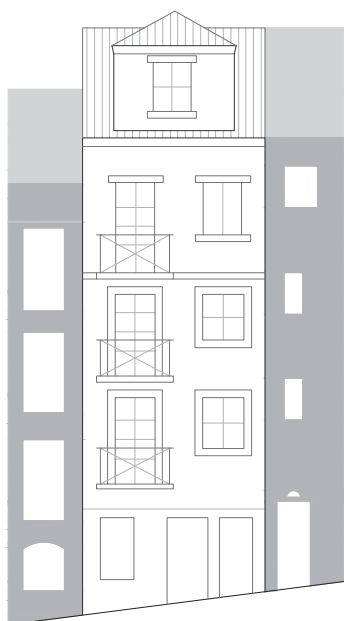
Fachada: Fachada larga com dois vãos por piso com janela de sacada + peitoril em todos os pisos elevados. A frente do R/C foi bastante alterada. Os vãos do 3º andar - mais recente - têm diferente estilo de cantarias.

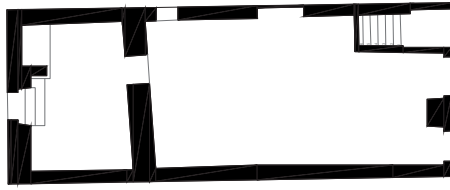
Alterações documentadas: -



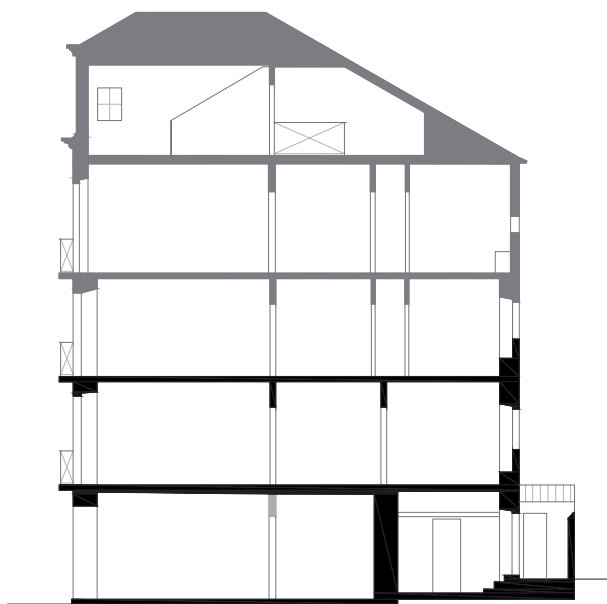
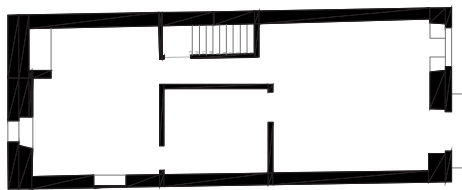
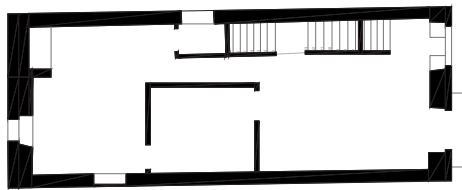


Alçado actual
1:200





Hipótese de reconstituição do estado original
Plantas dos andares
1:200



Estado actual - Corte AB
1:200

Centro
Fachada principal



CALÇADA de SANTANA, 115 a 119

Processo de obra
5398



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,40 x 9,80 (m)

Pisos: 3 até 1930; 3 + sótão actualmente

Tipo: Lote estreito, divisões lineares

Escada: De tiro, um lance por piso até ao 2º andar. Do 2º para o 3º andar, escada de um lance com corredor paralelo

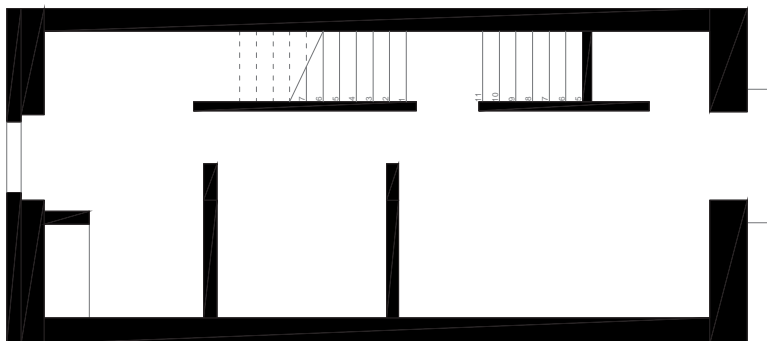
Compartimentos: Três módulos em linha

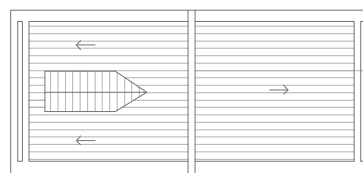
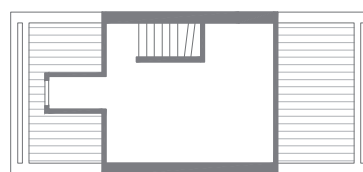
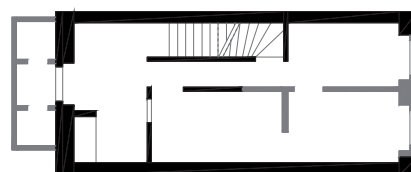
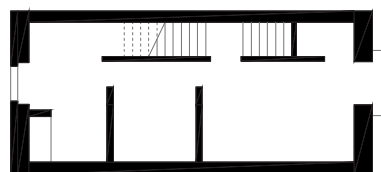
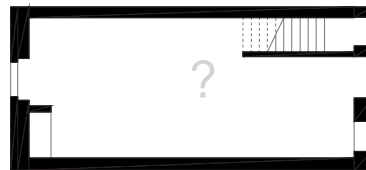
Cobertura: Duas águas

Breve descrição

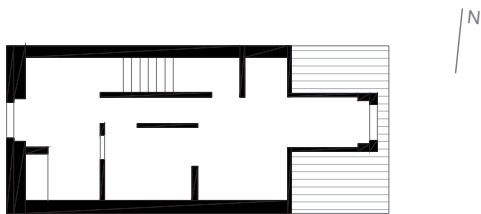
Fachada: Fachada esguia e simétrica. Duas portas e uma janela de peitoril no R/C, uma janela de sacada no 1º andar e duas de peitoril do 2º andar, todas com cantaria em pedra de grossa espessura. Um pequeno óculo surge ao nível do 1º andar, sobre a porta de acesso à escada. Remate em platibanda. Está actualmente pintada de verde.

Alterações documentadas: Acrescento de novo sótão habitado em 1930. Consequente alteração da fachada com introdução de platibanda.

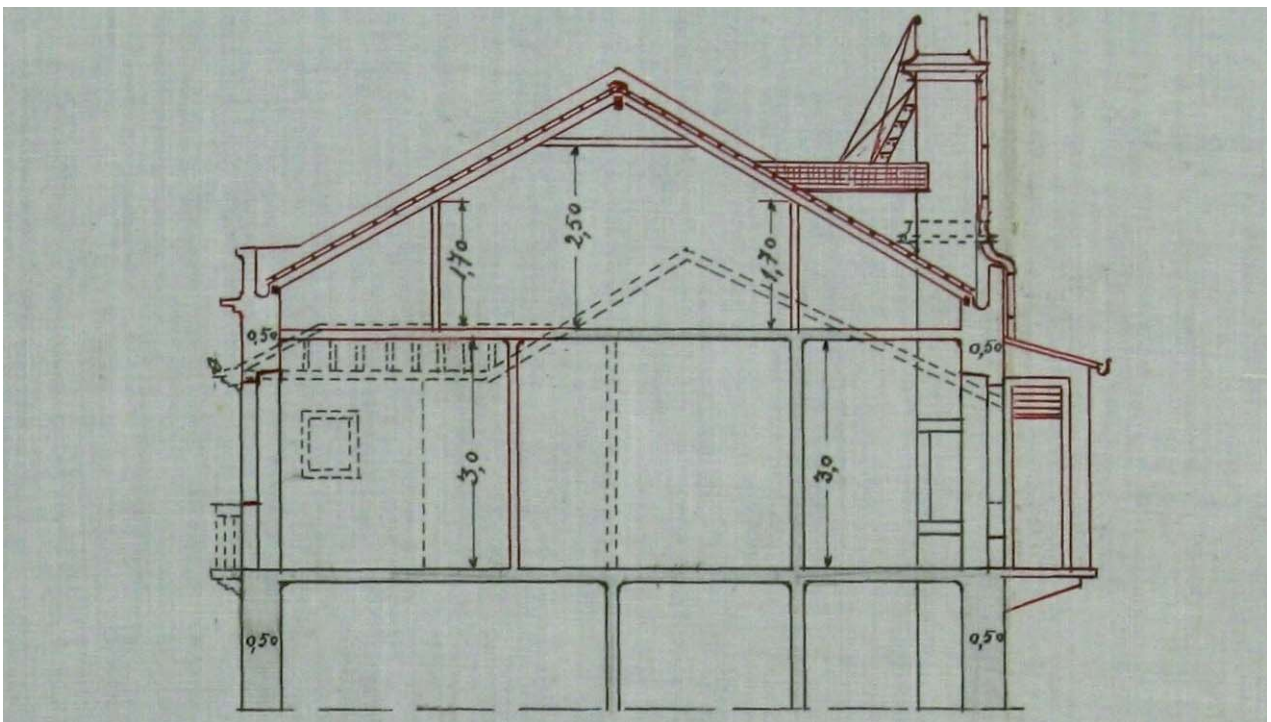




1:200
Alçado actual



Reconstituição - 3º andar anterior a 1930
1:200



Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1930. Consultados a 11 de Outubro 2012.

CALÇADA de SANTANA, 121 a 123

Processo de obra
43239



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,50 x 9,90 (m)

Pisos: 3 + sótão

Tipo: Lote estreito

Escada: De tiro

Compartimentos: ?

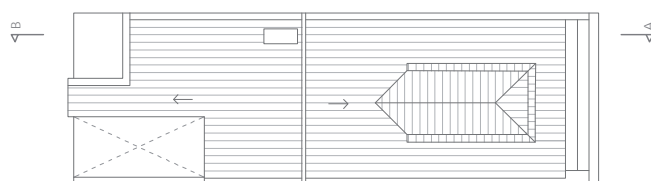
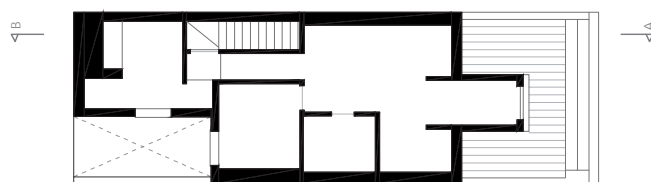
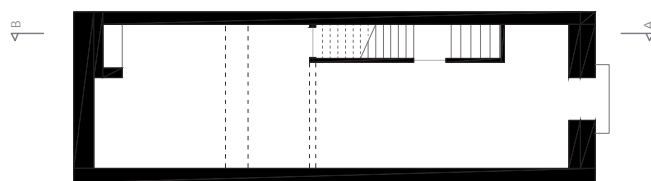
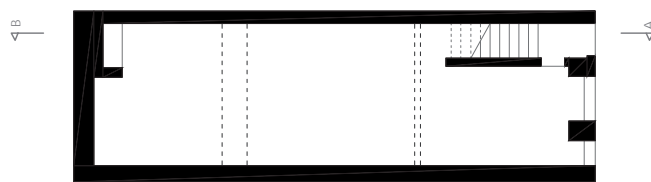
Cobertura: Duas águas com trapeira

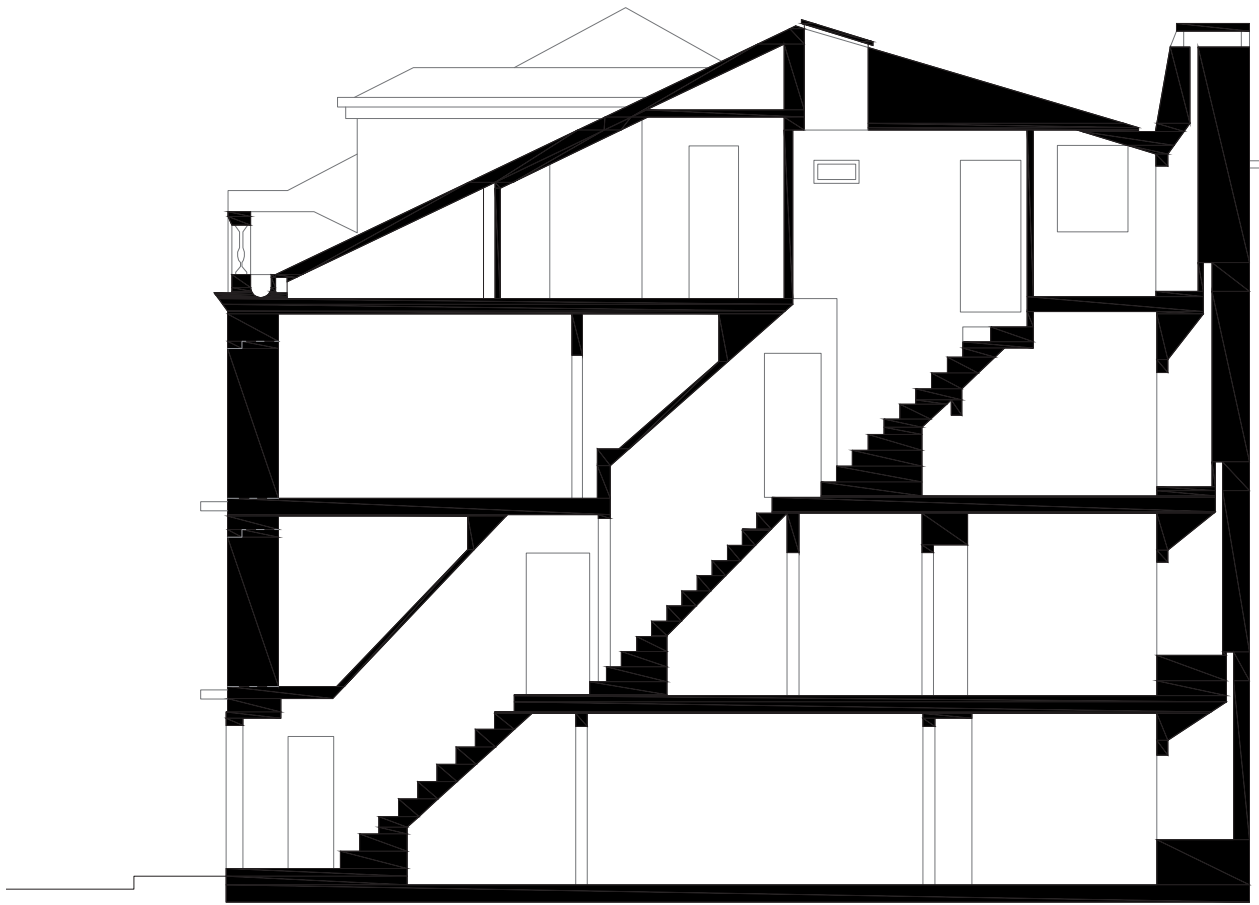
Breve descrição

Fachada: Esguia e simétrica, com uma janela de sacada por piso nos andares superiores. No piso térreo abre-se a porta de acesso à escada, lateral, e duas janelas de peitoril. Uma destas terá sido entrada independente para o fogo do R/C. Óculo de iluminação de escada sobre a porta. Remate em balustrada.

Alterações documentadas: Não há alterações documentadas.





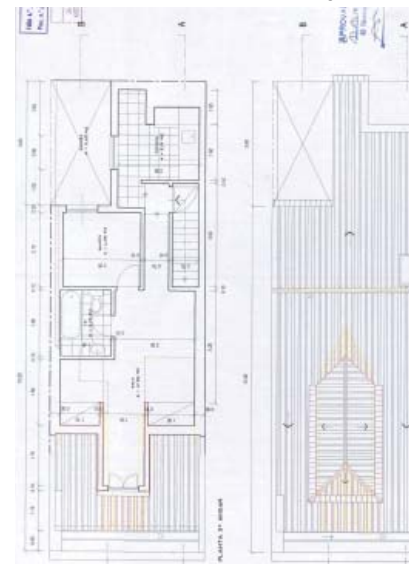


Corte AB - estado actual
1:100

Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 2002.
Consultados a 14 de Março 2013.



Alçado actual
1:200



CALÇADA de SANTANA, 156 a 158

Processo de obra
31458



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,55 x 13,40 (m)

Pisos: 4

Tipo: Lote estreito

Escada: Em 'L' até ao 2º andar; lance paralelo até ao 3º

Compartimentos: Dispostos em linha

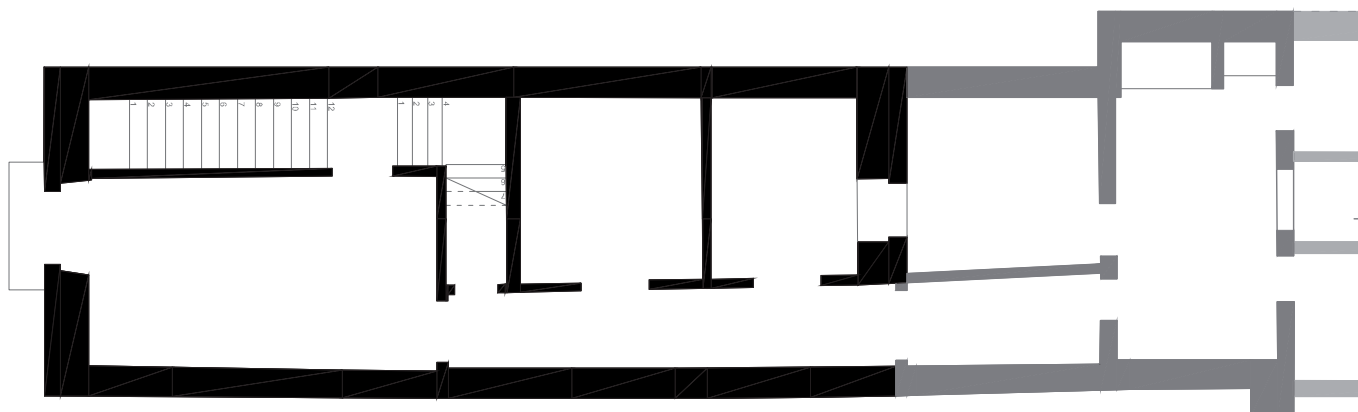
Cobertura: Duas águas com trapeira

Breve descrição

Fachada: Fachada muito estreita com apenas um vão por piso. Termina em trapeira, de acrescento posterior. No R/C foi aberto um portão aquando da sua adaptação a garagem.

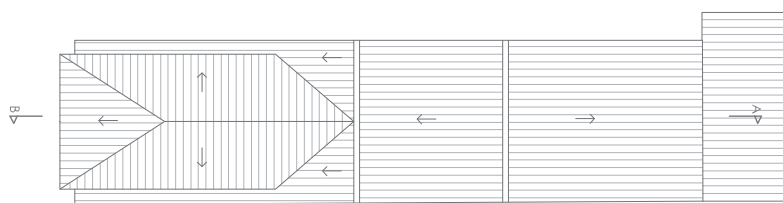
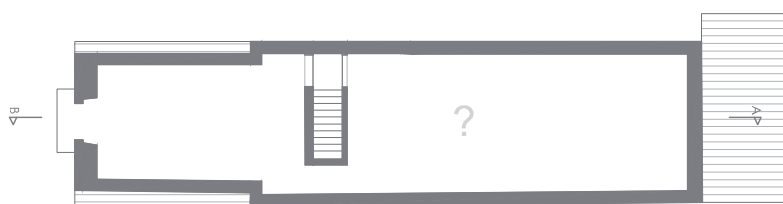
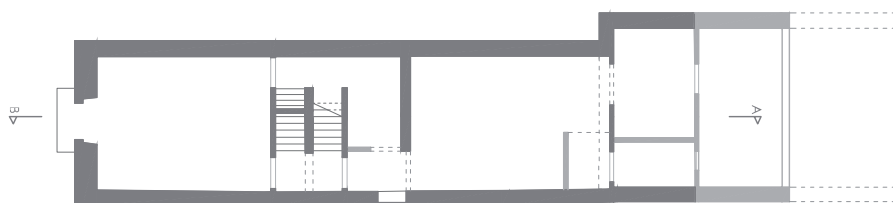
Interior: No interior são facilmente visíveis várias fases de ampliação. A organização espacial é feita seguindo a lógica de sala junto à fachada principal, cozinha a tardoz e entre estes espaços dois a três compartimentos interiores alinhados, ladeados por corredor estreito.

Alterações documentadas: Instalação de WC's no 1º andar em 1957.

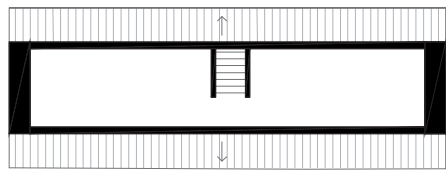
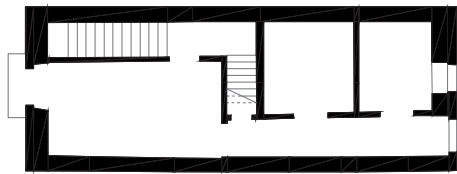


1:100

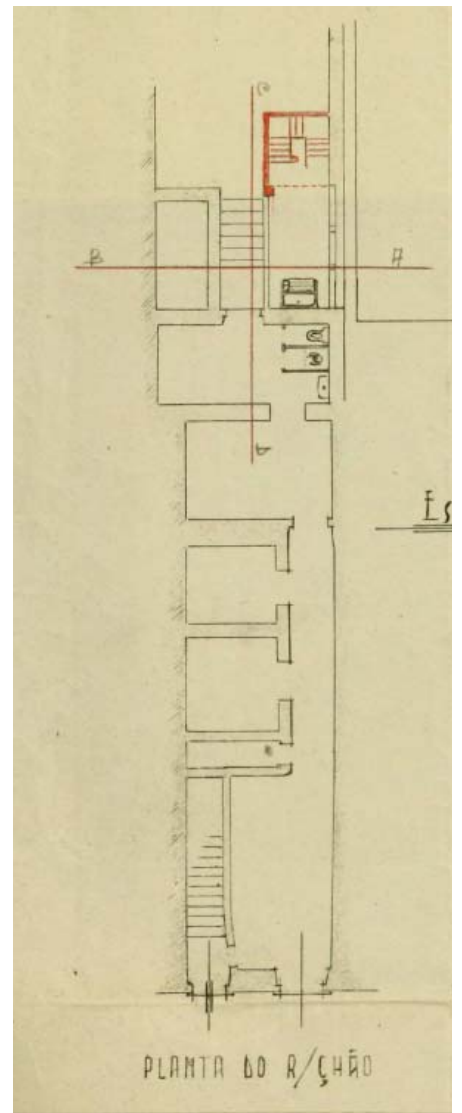
Estado actual - 1º andar



Estado actual - Plantas dos andares e cobertura
1:200

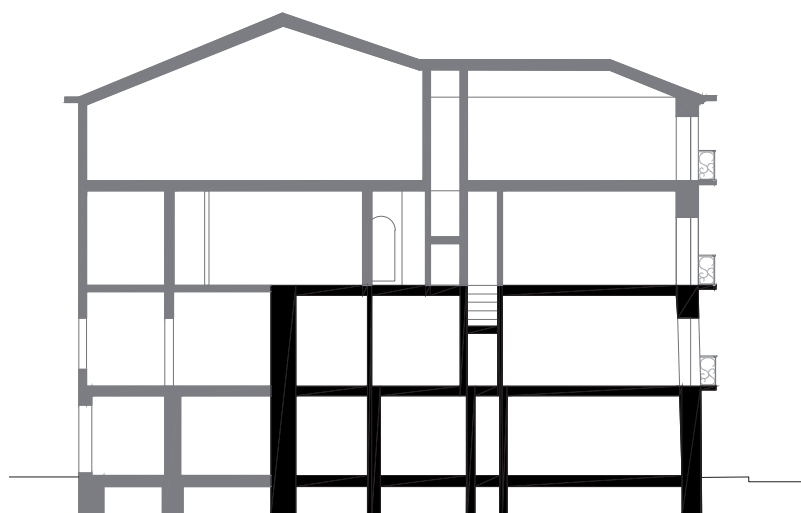


Hipótese de reconstituição do estado original - Plantas dos andares
1:200



Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1957.
Consultados a 14 de Março 2013.

Estado Actual - Corte
1:200



Alçado
1:200



RUA MARTIM VAZ, 62 a 64

Processo de obra
19283

Planta de localização
1:1000



Lote: 4,90 x 11,90 (m)

Pisos: 5

Tipo: Lote estreito, escadas encostadas à empena

Escada: Primeiro lance em tiro

Compartimentos: ?

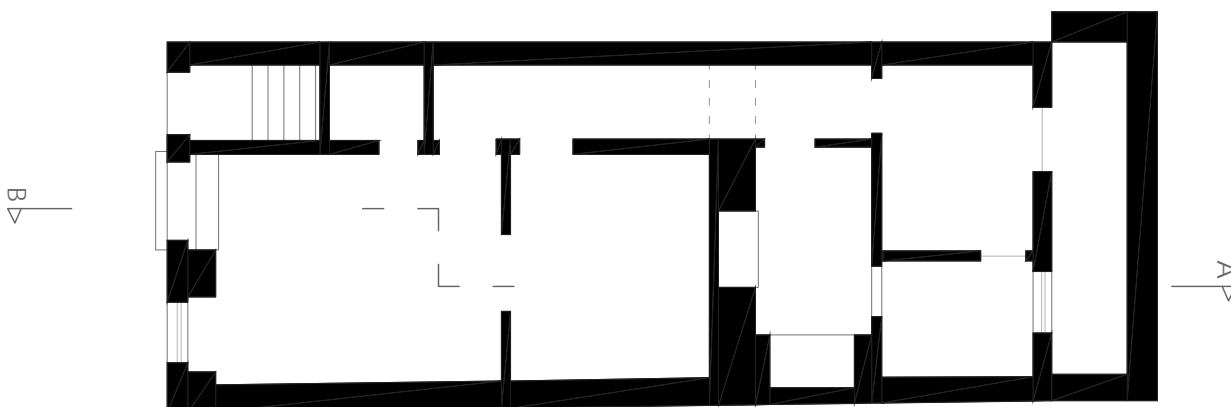
Cobertura: Duas águas

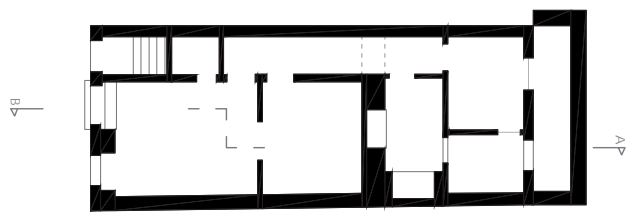
Breve descrição

Fachada: Fachada muito estreita com aberturas irregulares. Um eixo central é sempre ocupado por janelas, que são de sacada nos 1º e 2º andares, e de peitoril nos dois últimos. Surgem à direita destas, nalguns pisos, janelas de peitoril ou óculos de iluminação. Do lado esquerdo, sobre a porta de acesso às escadas, é visível uma pequena placa de indicação de foro e um óculo de iluminação.

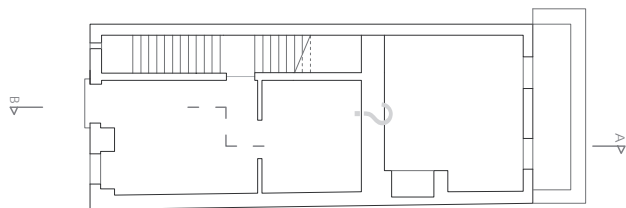
Interior: Visitou-se o Rés-do-chão.

Alterações documentadas: Não há alterações documentadas.

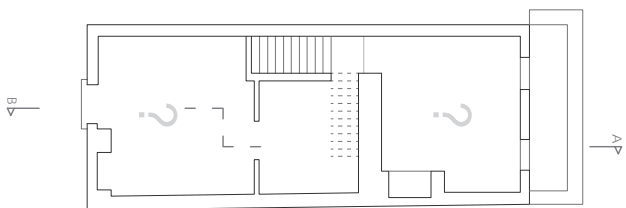




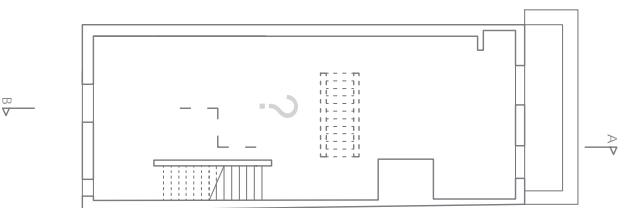
RÉS DO CHÃO



1º ANDAR



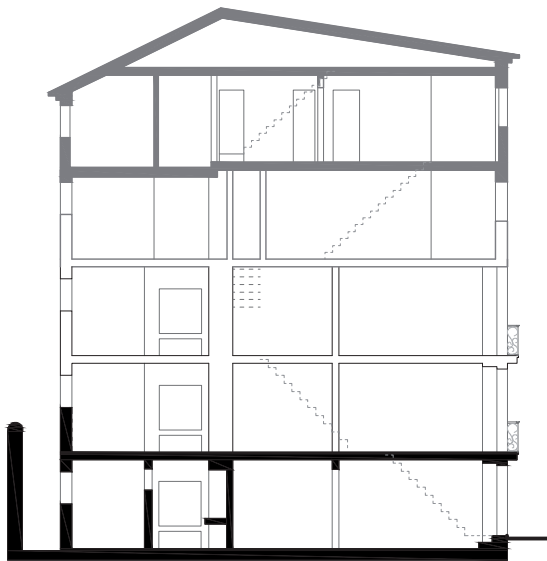
2º ANDAR



3º ANDAR



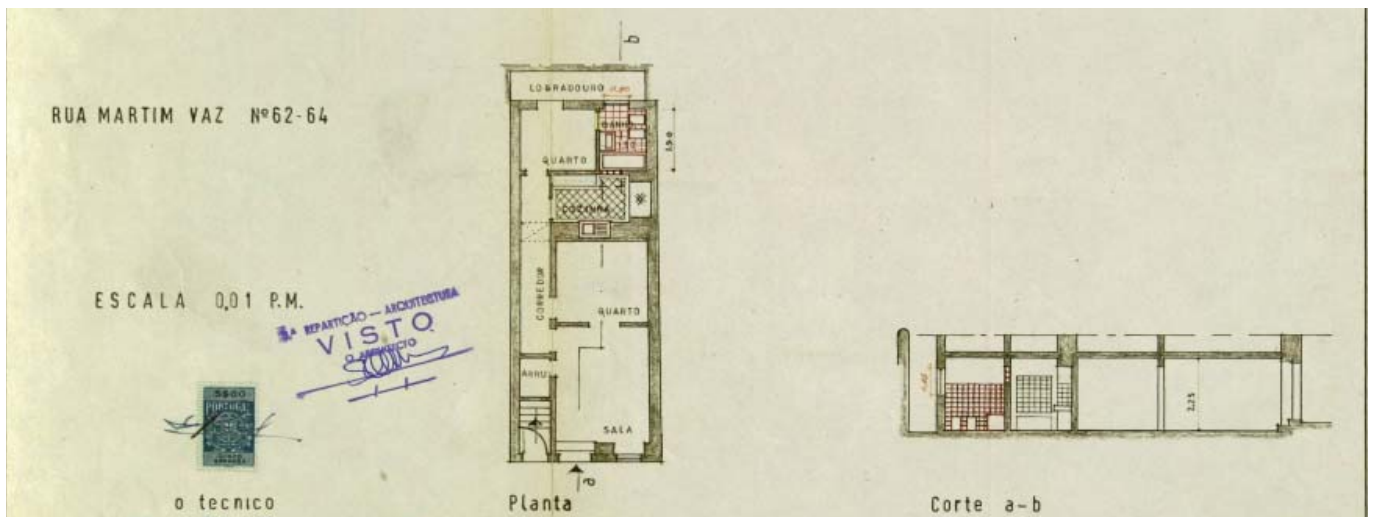
4º ANDAR



Corte AB
1:200



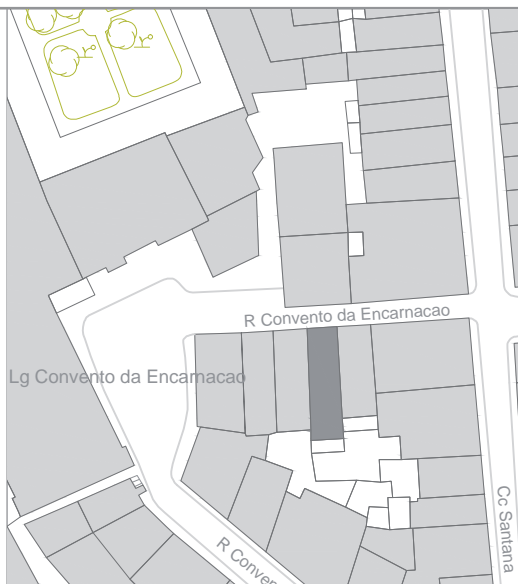
Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal



Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1964. Consultados a 28 de Fevereiro 2013.

TRAVESSA do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 13 a 15

Processo de obra
38136



Planta de localização
1:1000

Lote: 3,90 x 14,80 (m)

Pisos: 4

Tipo: Lote estreito, com divisões em sequência linear.

Escada: De tiro, encostadas à empena esquerda, com dois lances e patamar até ao 1º andar e um lance por piso a partir deste.

Compartimentos: Quatro divisões dispostas em linha perpendicularmente à rua, com a divisão principal - e maior - encostada à fachada principal, dois compartimentos interiores e cozinha junto à parede traseira.

Cobertura: Duas águas.

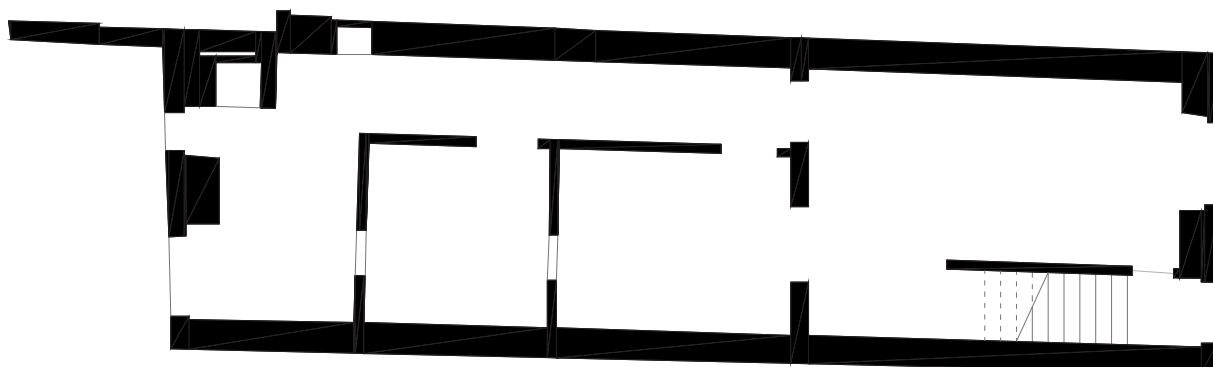
Breve descrição

Fachada: Fachada esguia e assimétrica. Até 1912, abriam-se duas portas no R/C, uma janela de sacada nos 1º e 2º andares à direita do eixo de simetria, e duas no 3º andar. As duas janelas do 3º andar são de dimensões diferentes e abrem para uma estreita varanda. A zona da parede correspondente, no interior, às escadas era cega até 1912, quando foram abertas duas janelas de peitoril, uma no 1º e outra no 2º andar.

Interior: Sobre a disposição interior, acresce ao já referido a existência de uma varanda em cada piso na parte posterior do edifício, com acesso através da cozinha, onde foram instalados os WC's.

Alterações documentadas:

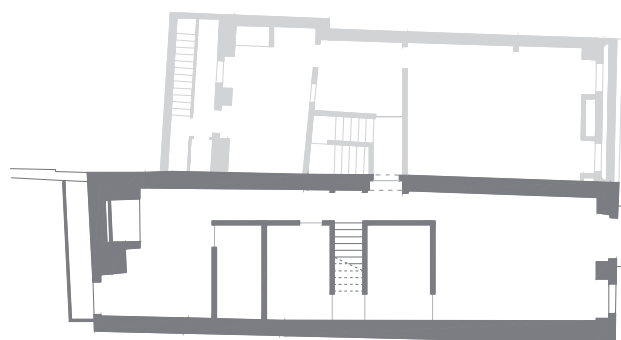
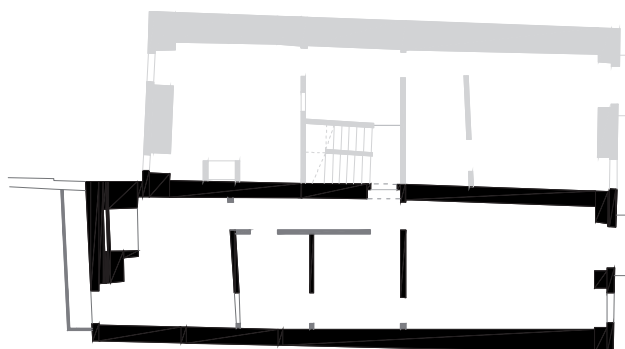
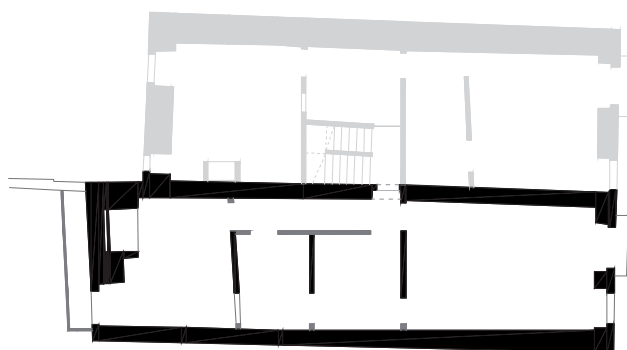
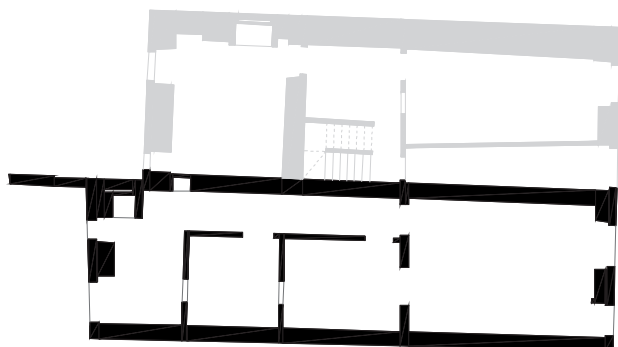
Fundido ao prédio vizinho, nº 17 a 19, em 1912, o que leva ao desaparecimento das escadas, feito o acesso ao fogos através das escadas do edifício nº 17. A organização dos fogos mantém-se, com a vantagem do aumento de área resultante do desaparecimento das escadas.

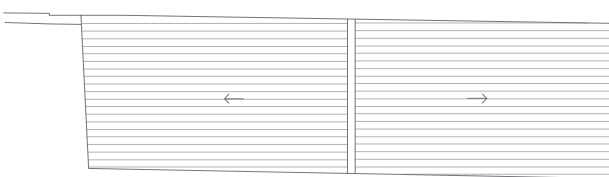
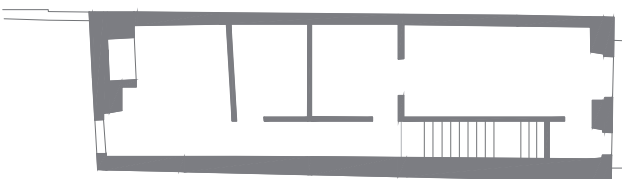
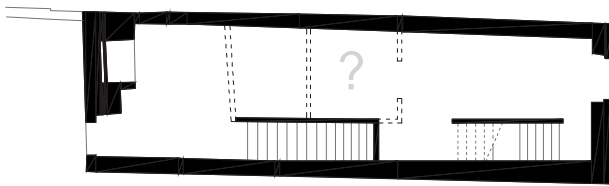
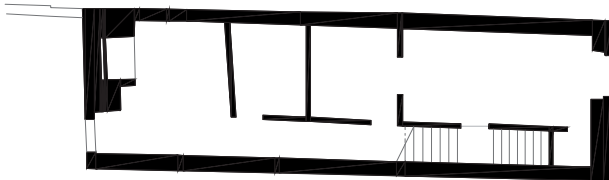
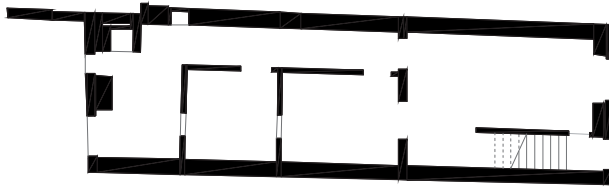


1:100

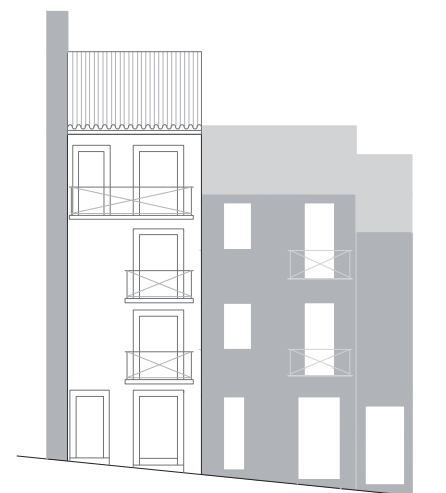
Hipótese de reconstituição do estado original - R/C

Anexos . 55





Centro
Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal



TRAVESSA do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 17 a 19

Processo de obra
38136



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,50 x 13,40 (m)

Pisos: 3 até 1913, 4 actualmente.

Tipo: Lote estreito, com divisões em sequência linear.

Escada: Em L

Compartimentos: Três divisões dispostas em linha perpendicularmente à rua.

Cobertura: Mansarda.

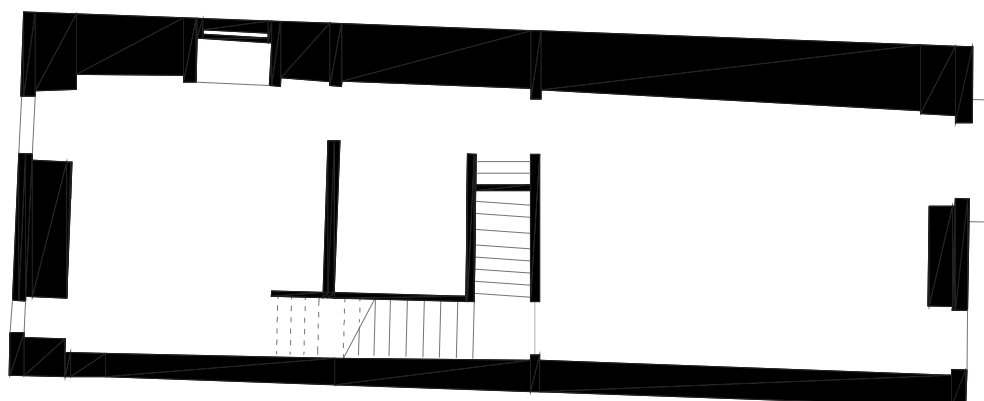
Breve descrição

Fachada: Até 1912, a fachada apresentava-se com duas portas desiguais e conjunto de janela de peitoril e janela de sacada nos dois pisos elevados. A cantaria em pedra destaca-se pela sua elevada espessura. A pedra de sacada da janela do primeiro andar é trabalhada com mais detalhe que a do 2º andar. Em três pontos são visíveis elementos metálicos de ancoragem.

Interior: A partir de 1913, com o acrescento de mansarda, o escoamento de águas é feito por um tubo de queda colocado no eixo central da parede. Os vãos do terceiro piso foram alterados, apresentando agora proporções mais esbeltas.

Alterações documentadas

Fundido ao prédio vizinho, nº 13 a 15, em 1912. São construídas escadas de dois lances paralelos e patamar, com bomba rectangular, junto à empena esquerda, o que leva ao desaparecimento de uma das divisões interiores dos fogos. Estas escadas cederam com um abalo sísmico em 1944 e assim a configuração actual poderá não corresponder aquela aqui desenhada. Acrescento de um piso amansardado e alterações nos vãos do 3º piso em 1913.

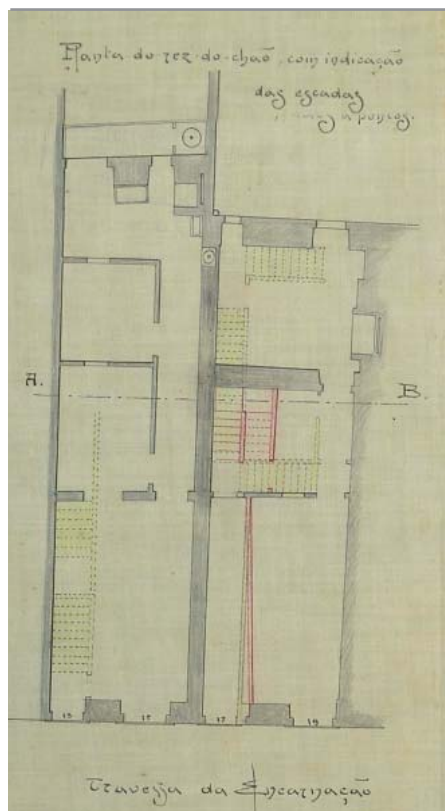


1:100

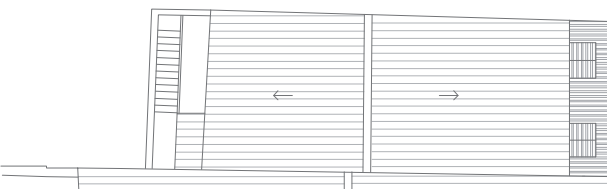
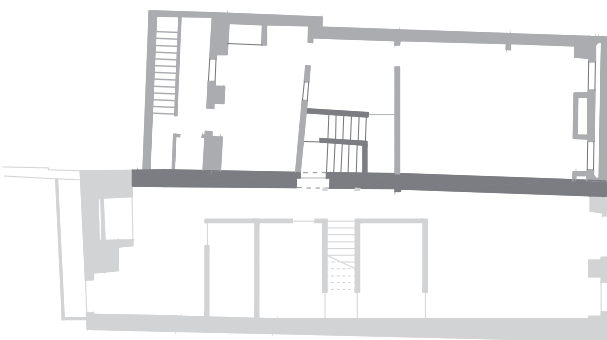
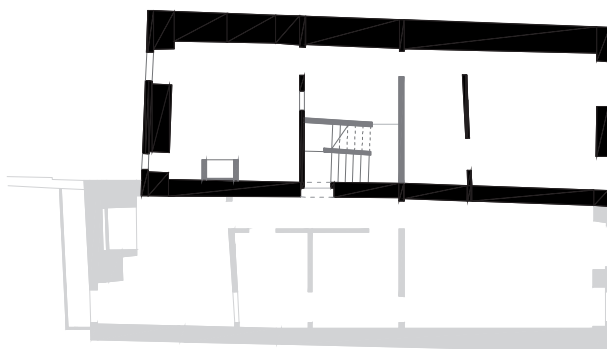
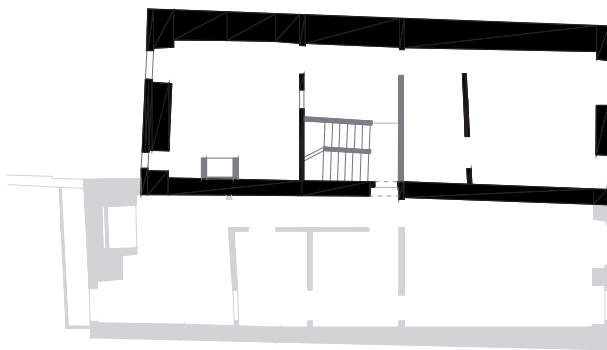
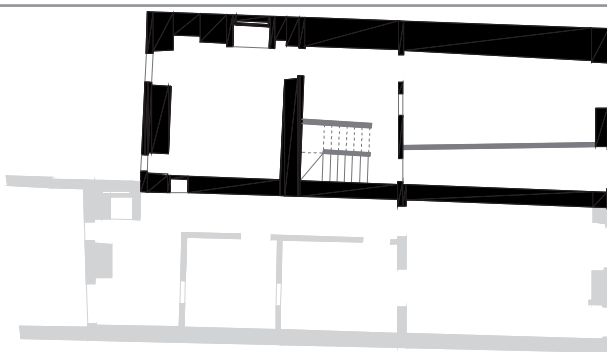
Hipótese de reconstituição do estado original - 1º andar

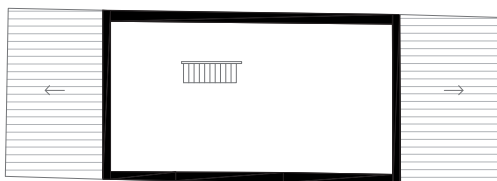
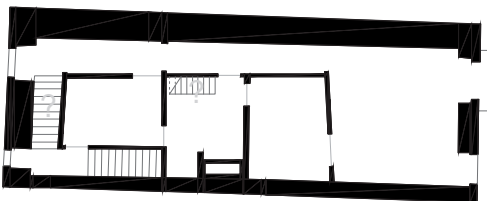
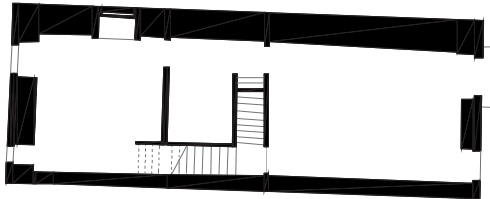
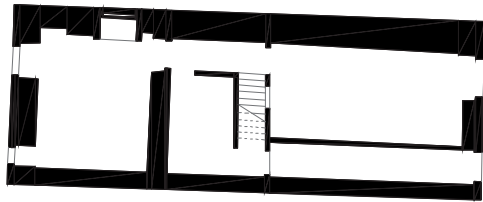
Z

TRAVESSA do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 17 a 19

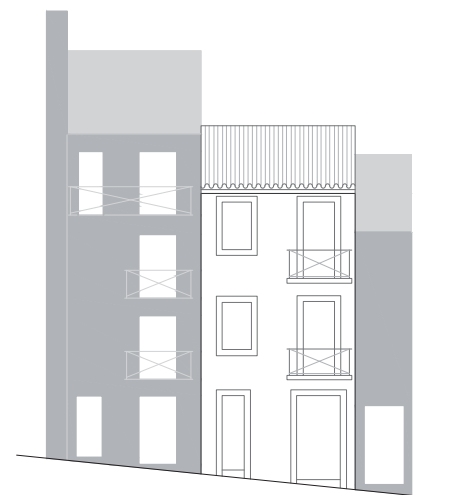


Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1912. Consultados a 12 de Outubro 2012.





Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal





Casos de Tipo B

O tipo B define casos de compartimentação de lotes pequenos e de forma aproximada ao quadrado em três divisões. Contrariamente ao tipo anterior, as três divisões não são alinhadas, mas sim dispostas duas lado a lado a tardoz e a sala, maior, junto à fachada principal. As paredes divisórias, formam, então um T. Tem maior ocorrência nas zonas mais antigas do núcleo urbano.

LARGO do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 1

Processo de obra
39273



Planta de localização
1:1000

Lote: 4 x 7,60 (m)

Pisos: 2 + sótão

Tipo: Em 'T'

Escada: De tiro, inicia-se no exterior

Compartimentos: Três divisões em frente-trás

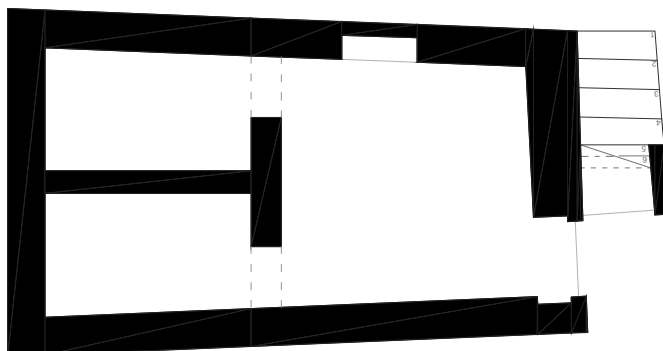
Cobertura: Duas águas, com trapeira

Breve descrição

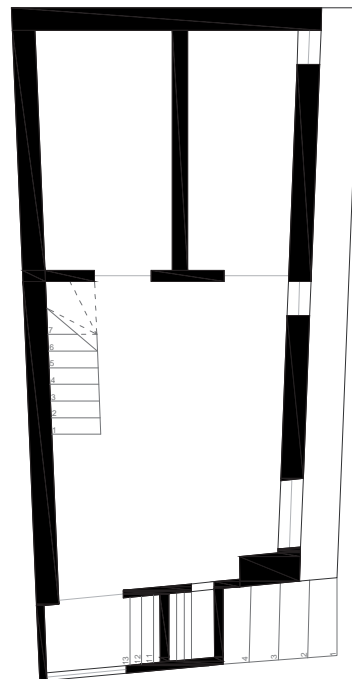
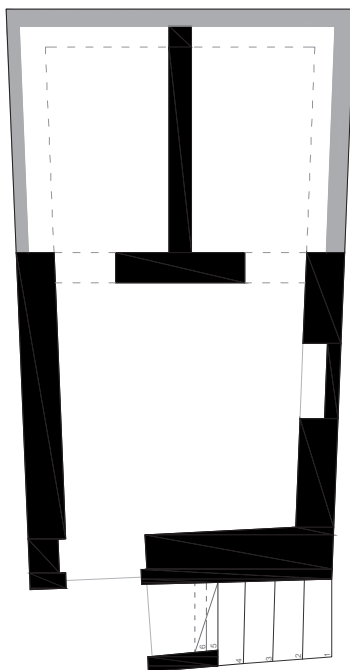
Fachada: Exemplar único na zona, em antiguidade e configuração, é referido em diversas publicações sobre a história de Lisboa. Composto volumetricamente por um corpo paralelepípedo onde se sobrepõem dois fogos e um corpo avançado em relação à fachada do anterior, por onde se faz o acesso ao fogo elevado. Este corpo avançado tem forma de paralelepípedo vertical, em posição central, ladeado por uma marquise em consola com janela de caixilhos e geloseia de madeira.

Interior: Os fogos, de pequena dimensão, dividem-se em três compartimentos: sala principal junto à entrada, dois compartimentos posteriores.

Alterações documentadas: A primeira entrada do processo de obra é de 1929, e desde aí apenas há relatos de reparações de canalizações e outros assuntos menores.

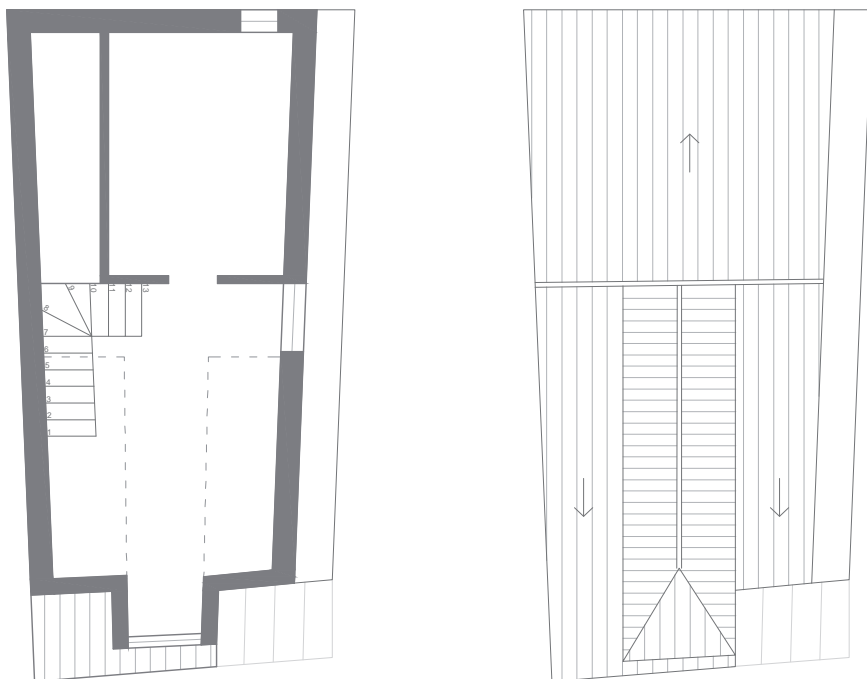


LARGO do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 1



Estado actual
Plantas dos andares e cobertura
1:100





'Casas do Largo do Convento da Encarnação'
Gravura de Roque Gameiro
s/d

Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

RUA do ARCO da GRAÇA, 27 a 29

Processo de obra
28371



Planta de localização
1:1000

Lote: 5 x 9,5 (m)

Pisos: 5

Tipo: paredes divisórias em T

Escada: De tiro até ao 1º andar

Compartimentos: Planta dividida em três partes, com uma divisão principal junto à fachada e duas a tardoz - cozinha e quarto

Cobertura: ?

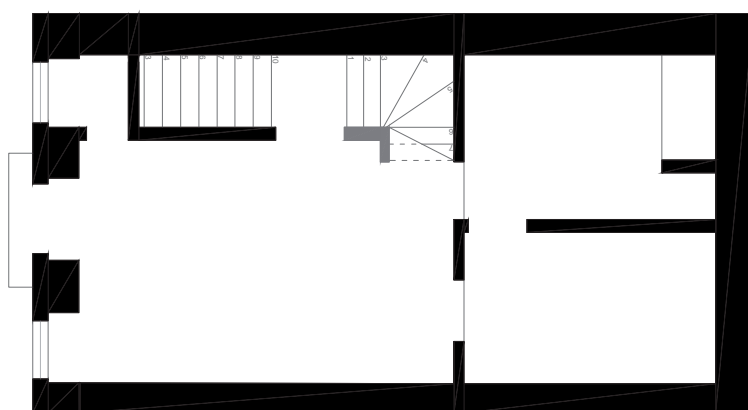
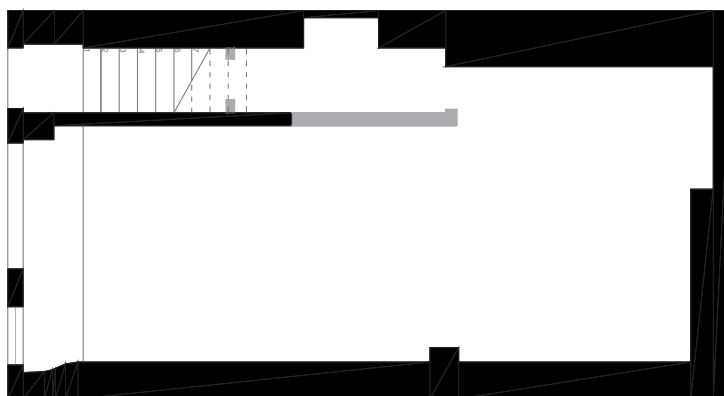
Breve descrição

Fachada: Interessam apenas os dois primeiros pisos - aliás os únicos documentados - já que os andares superiores são acrescento posterior, revelado pela mudança de configuração da escada e desenho das cantarias. Assim, a fachada é simétrica, com janela de sacada central, ladeada por duas de peitoril. O R/C encontra-se muito alterado.

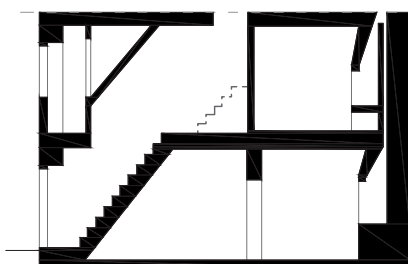
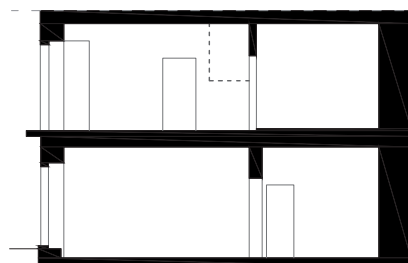
Alterações documentadas: Alterações ao R/C em 1948 e programa RECRUA em 1992



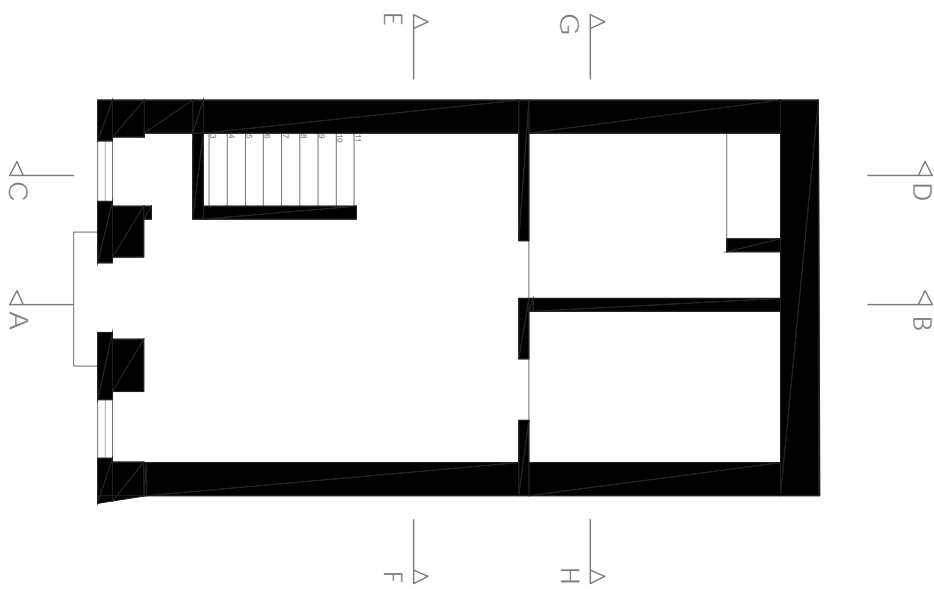
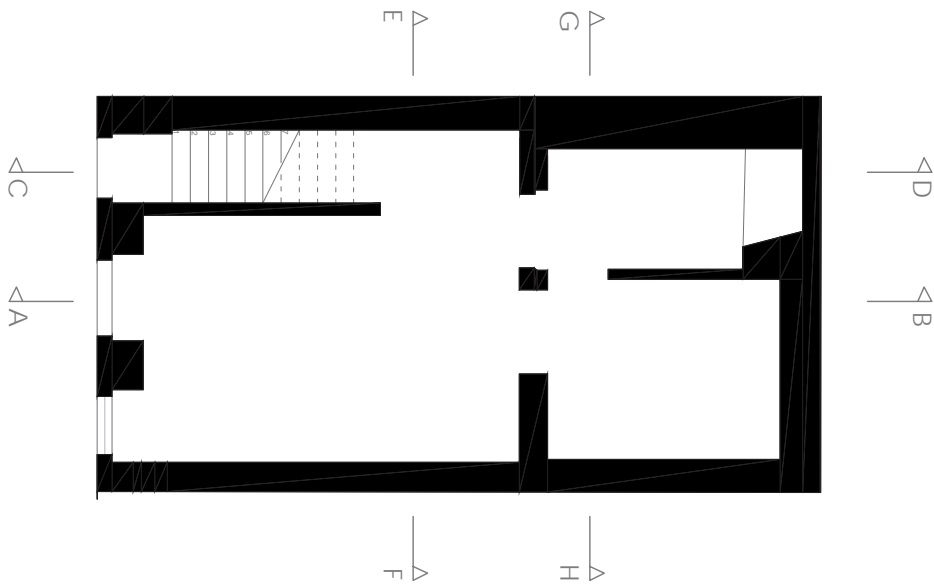
1:100
Estado actual - Alçado



Estado actual - Plantas do R/C e 1º andar
1:100

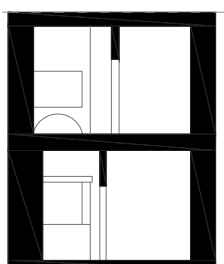
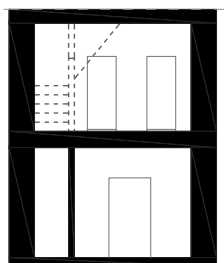


Corte AB
Corte CD
1:200

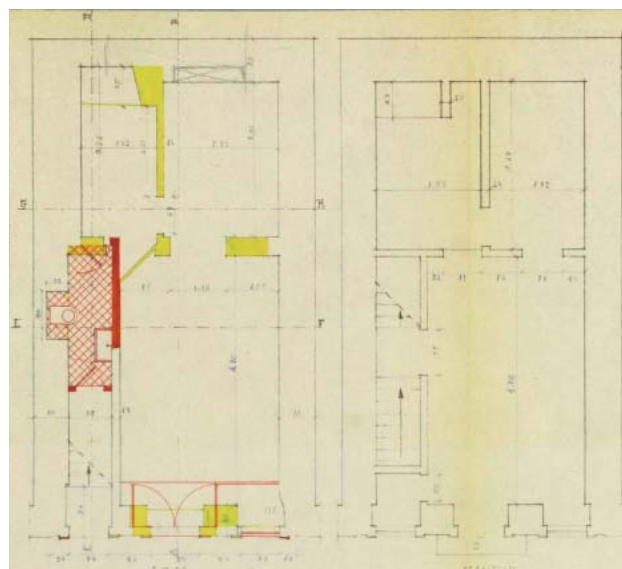


Hipótese de reconstituição do estado original - Plantas do R/C e 1º andar
1:100

Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1948.
Consultados a 1 de Março 2013.



Corte EF
Corte GH
1:200



CALÇADA de SANTANA, 88 a 90

Processo de obra
10264



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,9 x 15,30 (m)

Pisos: 3 até 1910; 4 + sótão, actualmente.

Tipo: Paredes divisórias em T, embora já muito alterado.

Escada: De tiro até ao segundo andar, a partir daí de três lances com bomba rectangular.

Compartimentos: Divisão do edifício a meio; dois fogos divididos 'em T' a cada lado.

Cobertura: Duas águas com trapeiras.

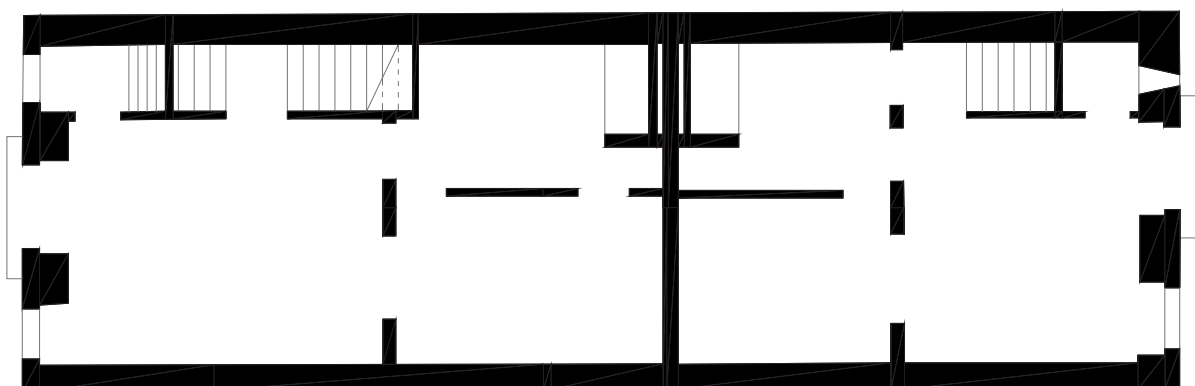
Breve descrição

Fachada: Totalmente renovada em 1910, encontra-se forrada a azulejo e com vãos emoldurados por canelarias de pouca espessura.

Interior: Lote estreito, acesso para duas ruas. Dois fogos independentes até ao 2º andar, o que parece indicar terem sido dois prédios distintos.

Alterações documentadas:

Forrado a azulejo em 1939, piso do R/C rebaixado em 1956. Obras ilegais no R/C em 1957.



1:100

Hipótese de reconstituição do estado original - 1º andar

CALÇADA de SANTANA, 88 a 90

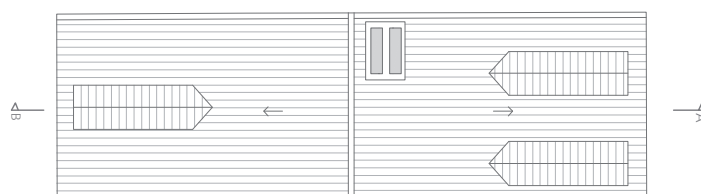
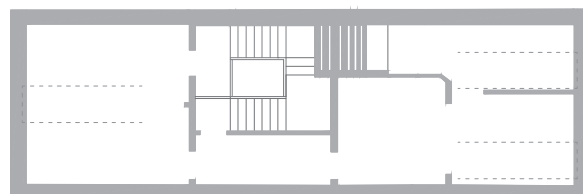
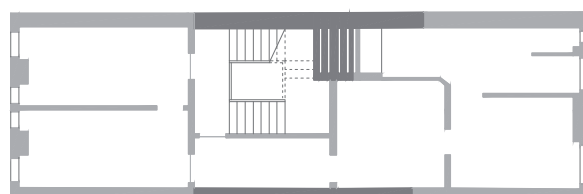
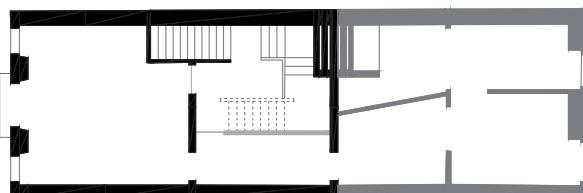
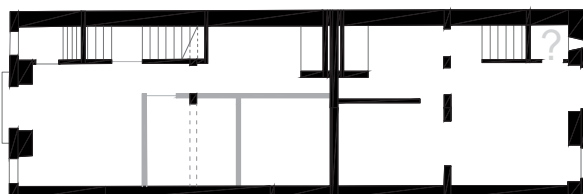
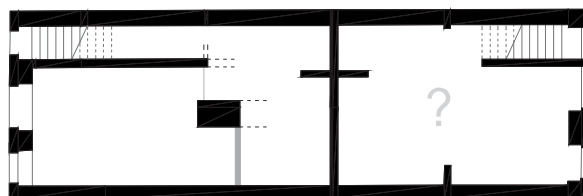


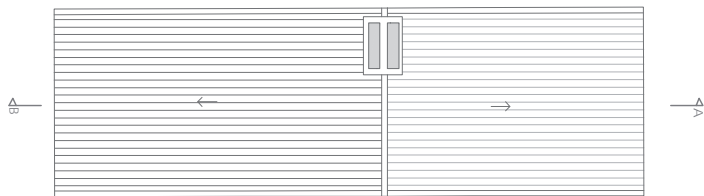
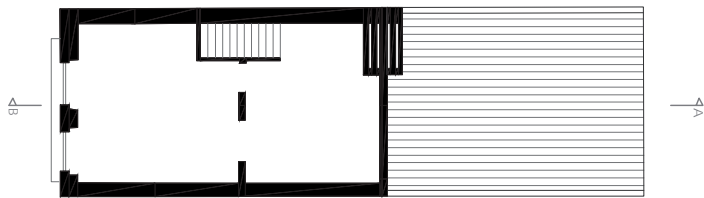
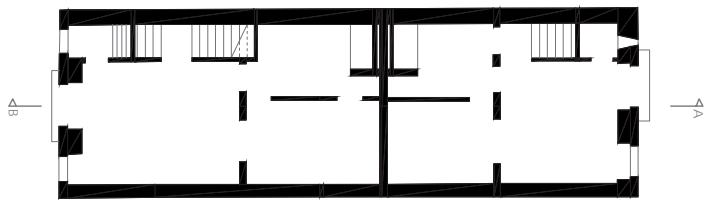
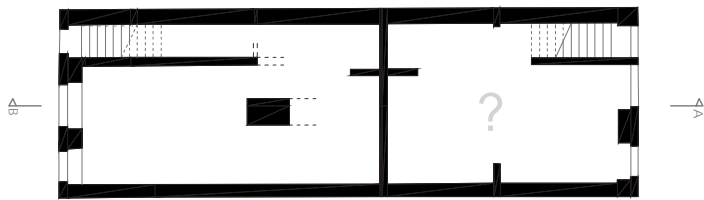
Fachada tardoz
03 de Outubro 2012



Interior
21 de Março 2013

Estado actual
Plantas
1:200



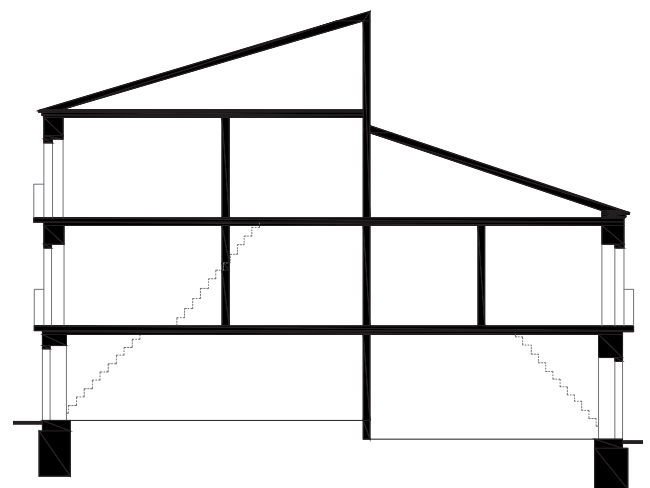


Direita
 Autor NI; entre 1898 a 1908;
 Arquivo Fotográfico Municipal

Hipótese de reconstituição do estado original
 Plantas
 1:200



Corte e Alçados da Calçada de Santana 88-90 e Rua Martim Vaz 39-41
 1:200



Processo de obra
5434



Planta de localização
1:1000

Lote: 6,10 x 9,25 (m)

Pisos: 4

Tipo: Lote quadrado, paredes divisórias dispostas em T

Escada: De lances sobrepostos, com corredor paralelo

Compartimentos: Quatro divisões em frente-trás

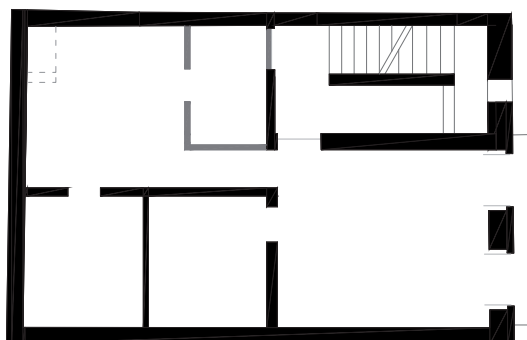
Cobertura: Duas águas

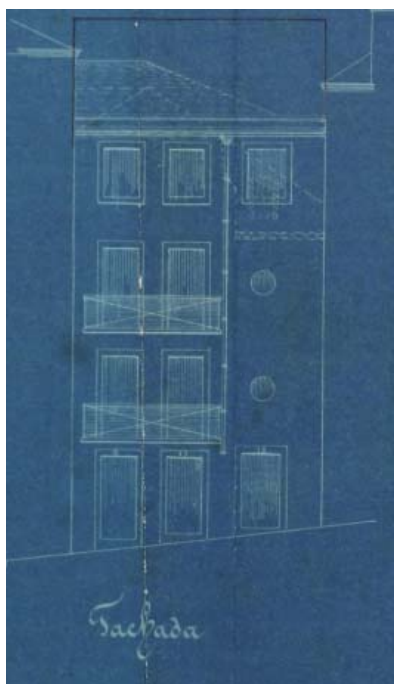
Breve descrição

Fachada: Larga, com remate em platibanda e bastante assimétrica. Entrada independente para o fogo do R/C em posição central e porta das escadas lateral. Sobre a porta das escadas abrem-se dois óculos. Nos primeiro e segundo andares encontram-se duas janelas de sacada unidas por varanda corrida. O último piso difere ao mostrar três janelas de peitoril.

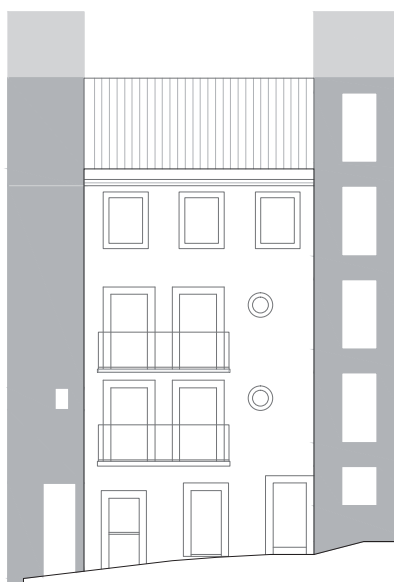
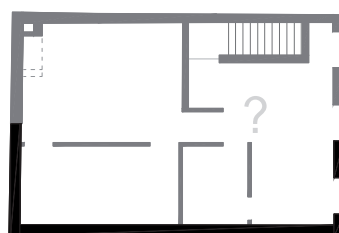
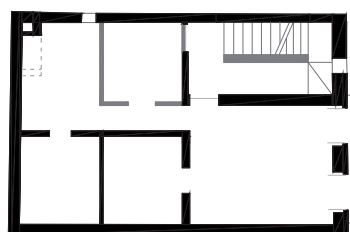
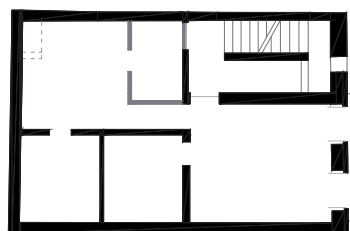
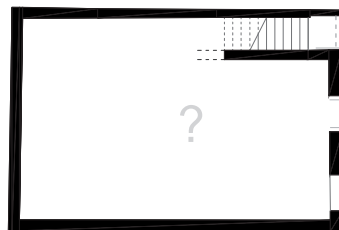
Interior: A caixa de escada encontra-se junto à fachada principal, iluminada por óculos. O acesso aos fogos faz-se directamente para a sala, embora já tenha havido entrada de serviço - bloqueada pelo acrescento de WC's na área da cozinha. Os tectos mantêm-se de *saia e camisa*.

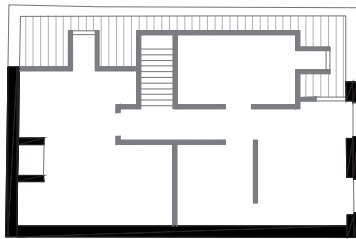
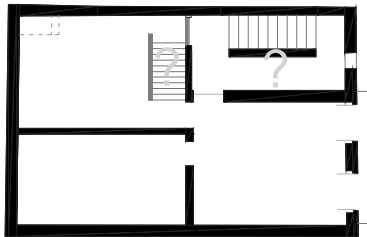
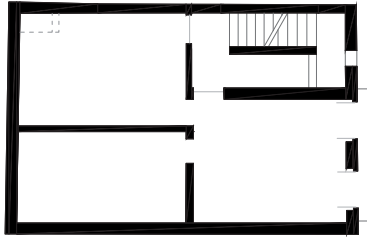
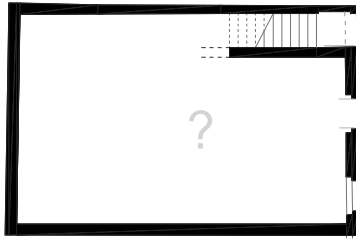
Alterações documentadas: *Não há alterações documentadas.*





Desenhos Processo de Obra,
Arquivo Municipal, 1895.
Consultados a 27 de Fevereiro 2013.





Hipótese de reconstituição
do estado original
Plantas
Alçado
1:200

Interior
Detalhe da escada
Tecto saia e camisa
15 de Junho 2013



CALÇADA de SANTANA, 58 a 60

Processo de obra
14807



Planta de localização
1:1000

Lote: 5 x 15,85 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote dividido a meio; casas em 'T'

Escada: De lances sobrepostos com corredor paralelo

Compartimentos: Três, um junto à fachada principal, dois posteriores

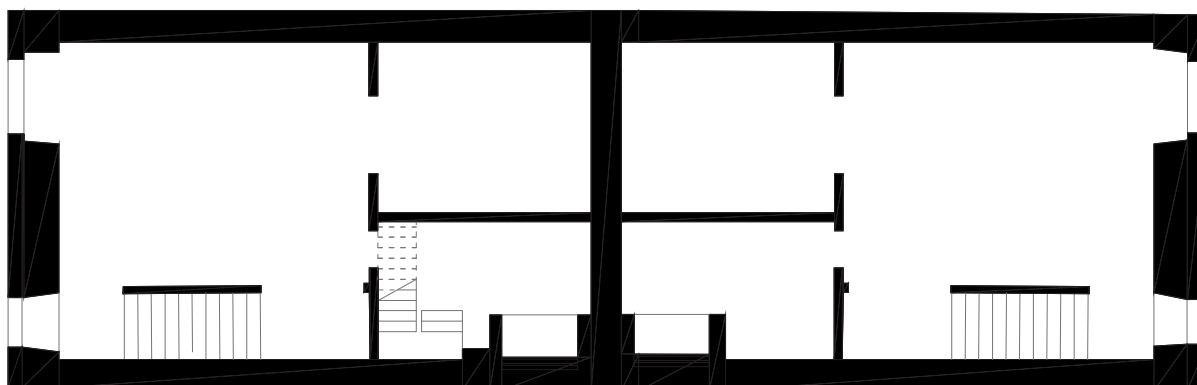
Cobertura: De duas águas, actualmente

Breve descrição

Fachada: Assimétrica com duas zonas muito distintas: à esquerda abrem-se, alinhadas, as janelas principais dos fogos - duas de sacada e uma de peitoril - e à direita, sobre a porta de acesso aos pisos elevados, surgem pequenas janelas e óculos de iluminação das escadas. O remate é feito em platibanda sobre cornija. O R/C foi muito alterado. A fachada tardoz, na Rua Martin Vaz 21-23, reproduz exactamente o mesmo esquema de vãos, exceptuando no R/C, onde ainda conserva as entradas primitivas. Pode presumir-se que os dois edifícios terão a mesma disposição interior, com escada de lances sobrepostos e corredor paralelo.

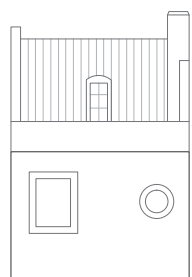
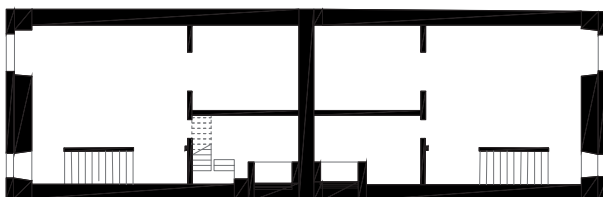
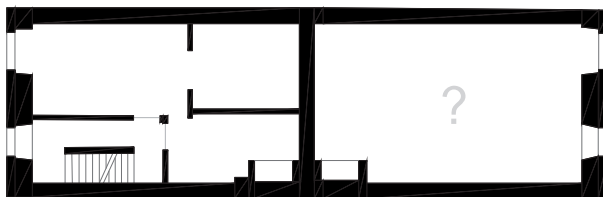
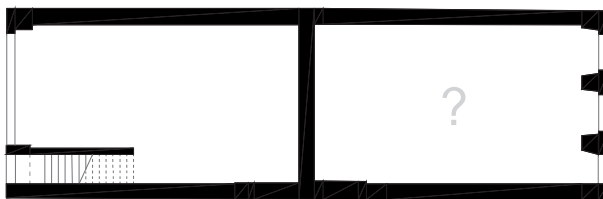
Interior:

Alterações documentadas: Alteração de cobertura em 1939.





Interior
Escada
15 de Junho 2013

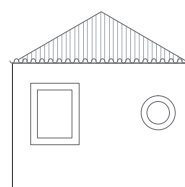
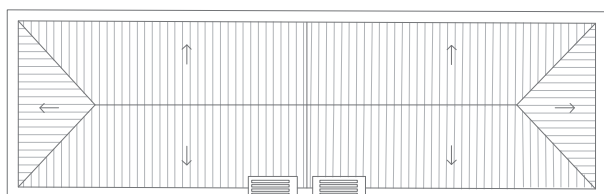




Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal



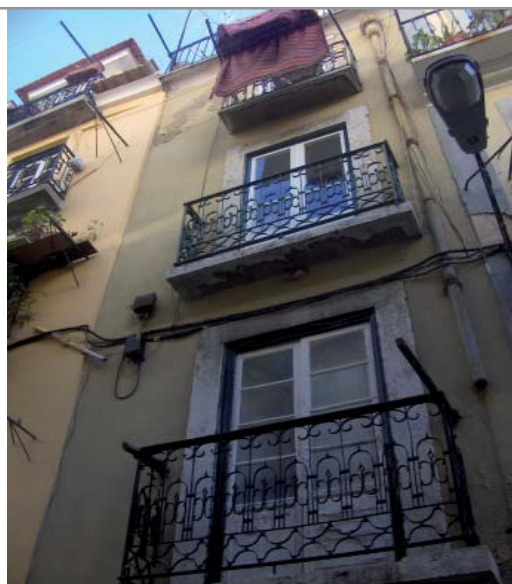
Fachada tardoz
Rua Martim Vaz, 21-23
15 de Junho 2013



Planta de cobertura anterior a 1939 | Alçado parcial
1:200

RUA MARTIM VAZ, 72 a 74

Processo de obra
48556



Planta de localização
1:1000

Lote: 3,00 x 9,50 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote estreito, escada junto à empena

Escada: De tiro, no corpo principal

Compartimentos: Dispostos em linha, no corpo principal

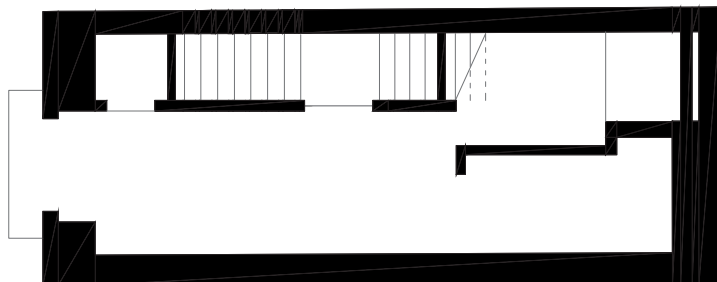
Cobertura: Mansarda

Breve descrição

Fachada: Muito estreita, com espaço para apenas 1 vão por piso, sendo este janela de sacada. O fogo do R/C tem entrada independente.

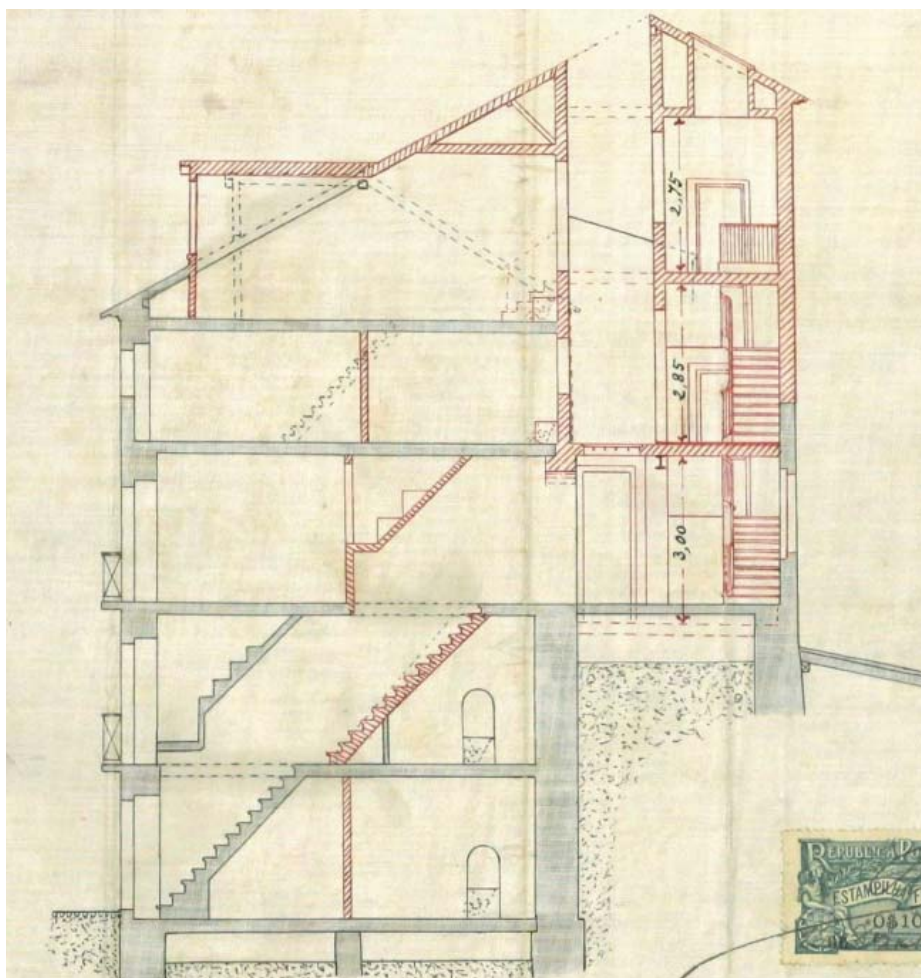
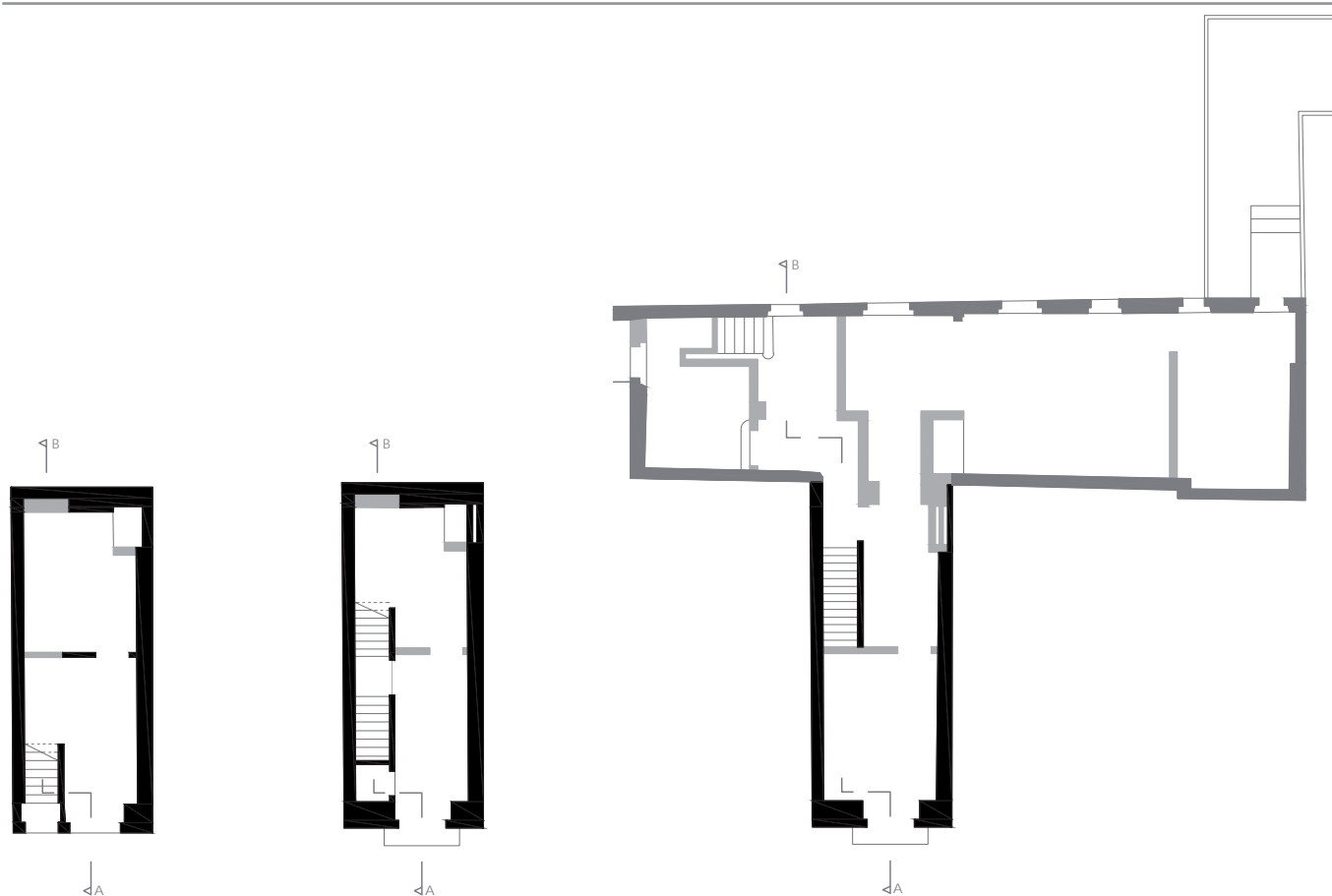
Alterações documentadas:

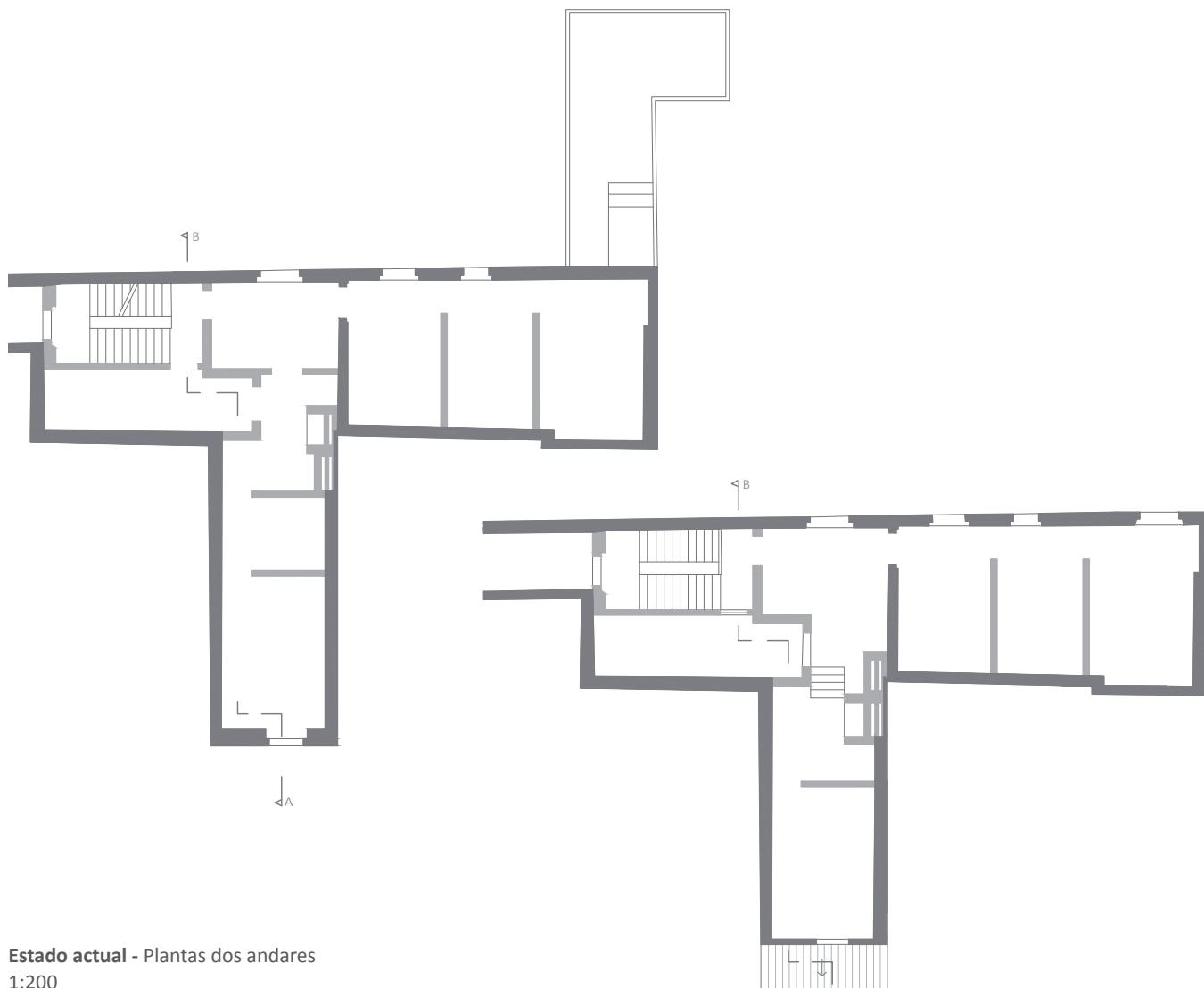
Em 1914 foi acoplado a um edifício traseiro, existente sobre a muralha, alterando-se radicalmente a disposição dos fogos e as relações verticais. A escada, que era de tiro até ao segundo andar e continuava num sistema de lances sobrepostos, passa, a partir do 2º andar, a desenvolver-se a tardo, com lances paralelos e patamar intermédio e com bomba rectangular. Os fogos passam a estar dispostos em 'L', duplicando a sua área.



1:100

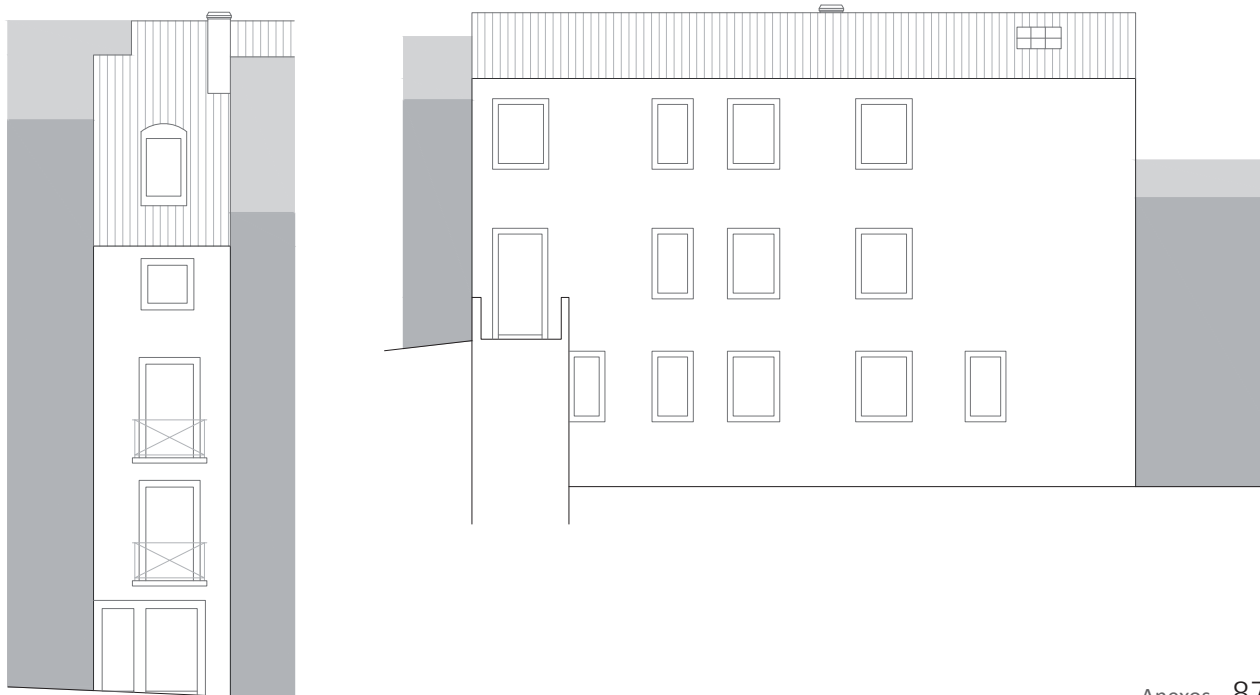
Hipótese de reconstituição do estado original - 1º andar





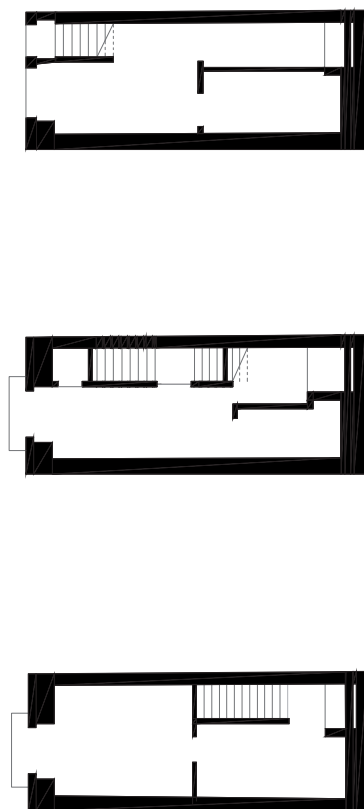
Estado actual - Plantas dos andares
1:200

Alçados principal e tardoz
1:200

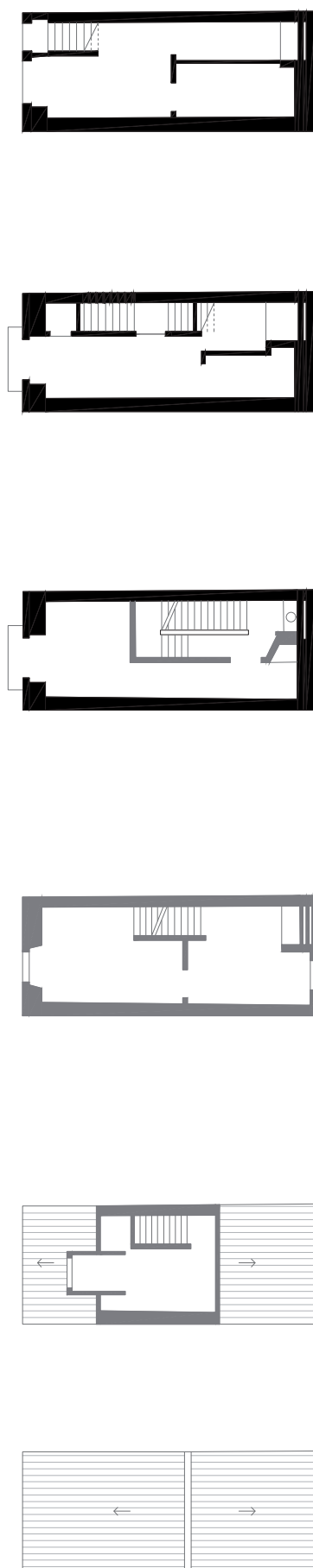




Hipótese de reconstituição do estado original
1:200



Reconstituição do estado anterior às alterações de 1914
1:200



Centro
Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

RUA MARTIM VAZ, 76 a 78

Processo de obra
33128



Planta de localização
1:1000

Lote: 4,90 x 8 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote estreito, paredes divisórias em T

Escada: De tiro, até ao segundo andar; de lances sobrepostos nos andares superiores

Compartimentos: ?

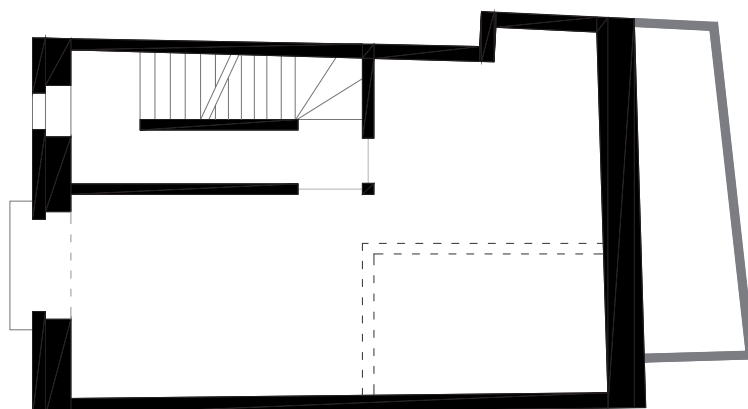
Cobertura: Duas águas com trapeira

Breve descrição

Fachada: Estreita, com um vão principal por piso ladeado por pequenos óculos de iluminação da escada. remate de fachada em beirado sobre cornija, interrompido pela introdução de trapeira. Elementos metálicos de ancoragem à altura do 2º andar e placa de foro sobre a porta do fogo do R/C.

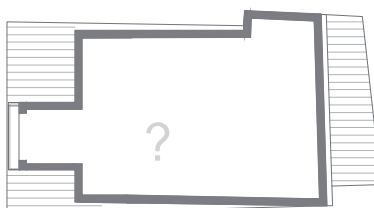
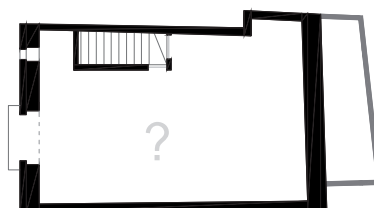
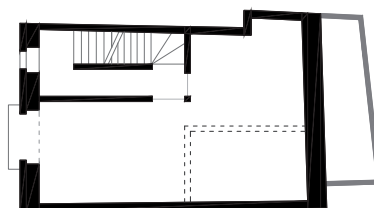
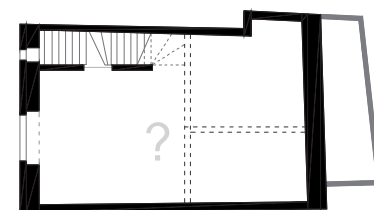
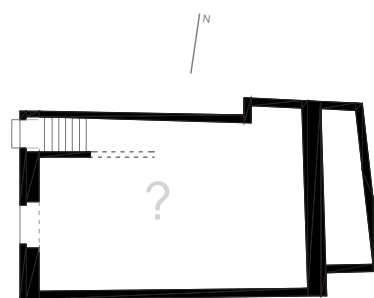
Interior: A evolução da escada releva uma ampliação antiga do edifício, que originalmente teria dois andares, servidos por escada de tiro - de degraus muito irregulares - a que foram acrescentados dois pisos + águas furtadas com trapeira. A partir do segundo andar a escada passa a desenvolver-se em lances sobrepostos com corredor paralelo plano. *Não foi possível visitar o interior dos fogos.*

Alterações documentadas: Não há alterações documentadas.



1:100

Estado Actual - 2º andar



Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal



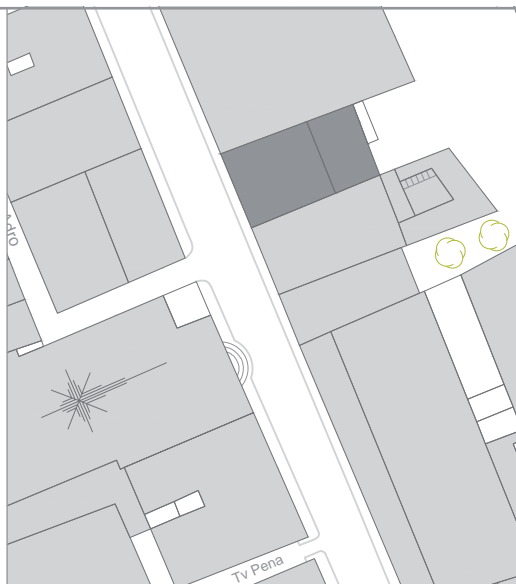
Alçado e Corte parcial
1:200

Interior
Escada e corredor
14 de Junho 2013



CALÇADA de SANTANA, 202 a 206

Processo de obra
8691



Planta de localização
1:1000

Lote: 10,80 x 18,70 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote rectangular, escadas centrais, dois fogos por piso

Escada: Um lance por piso, lances sobrepostos

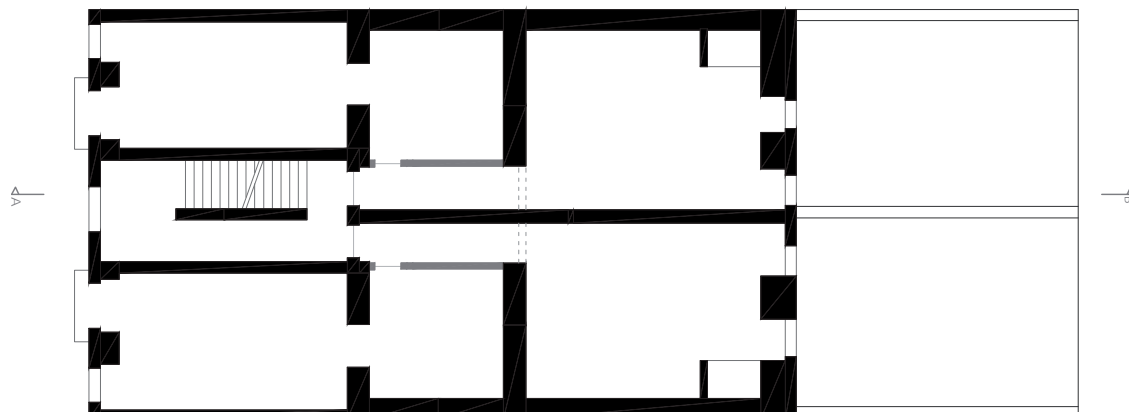
Compartimentos: Lineares, divididos em três módulos

Cobertura: Duas águas com trapeira

Breve descrição

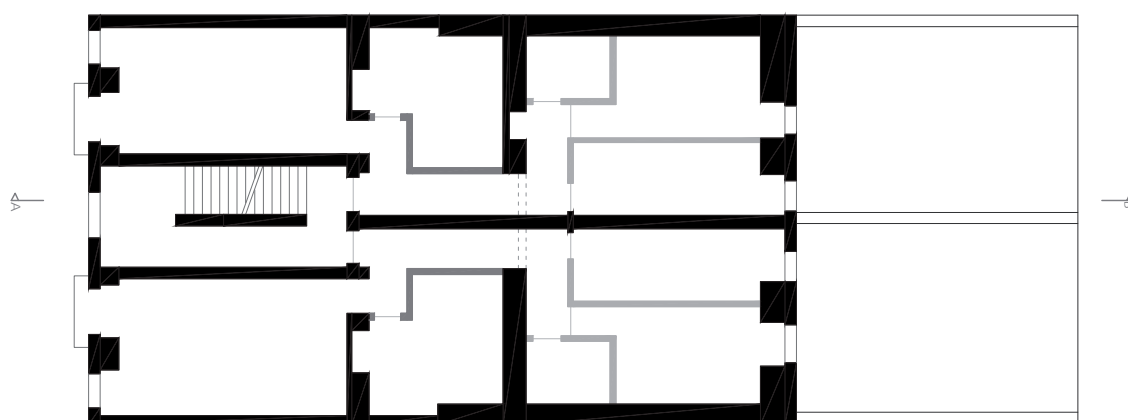
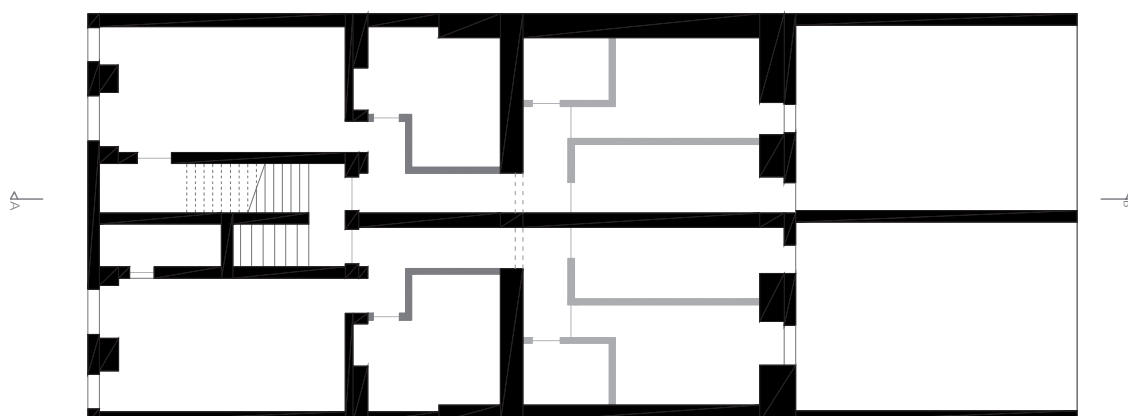
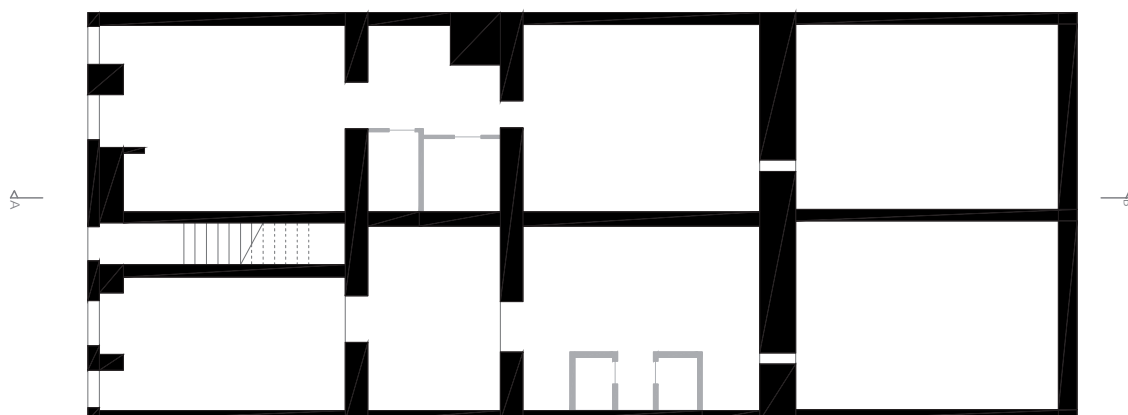
Fachada: Regular com vãos distribuídos em cinco eixos. Porta de acesso às escadas coincidente com o eixo de simetria, tal como duas janelas de peitoril de iluminação da caixa de escada. A cada um dos lados do eixo abrem-se dois vãos, uma janela de sacada e outra de peitoril nos 2º e 3º andares, duas de peitoril no 1º. Entradas independentes para os dois fogos do R/C.

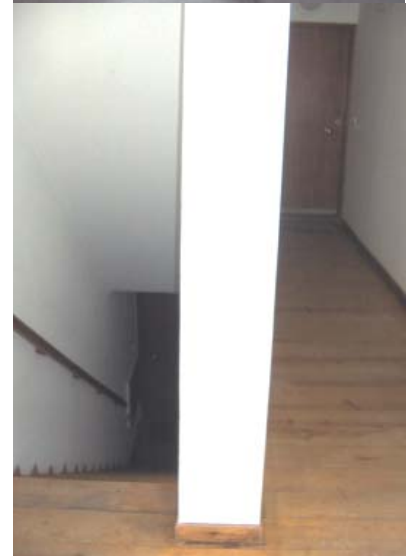
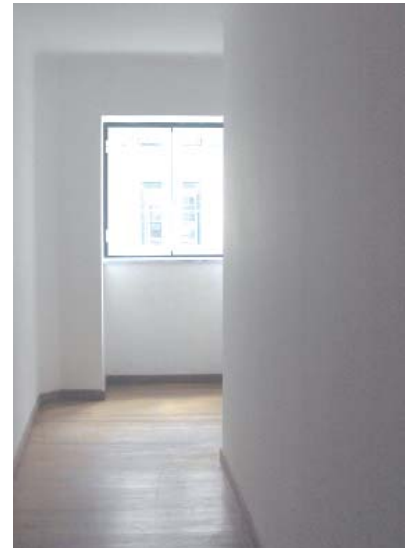
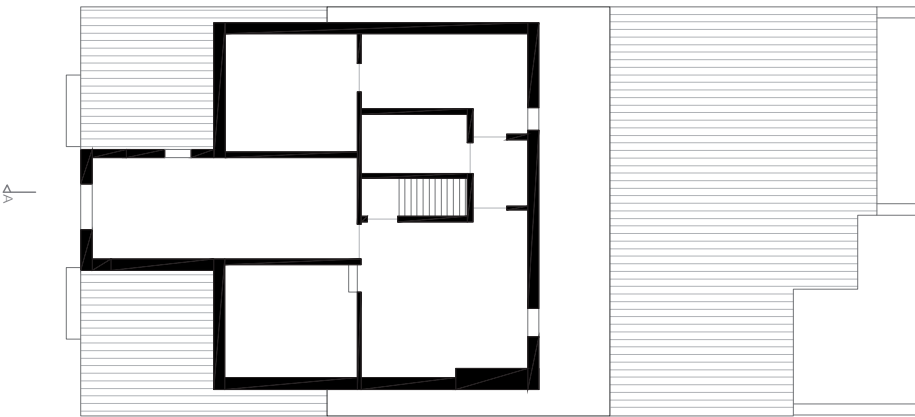
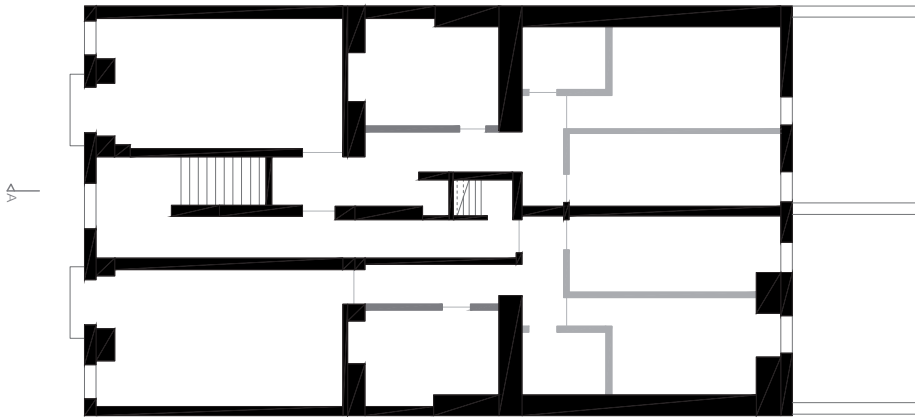
Alterações documentadas: Recuperado em 2008.



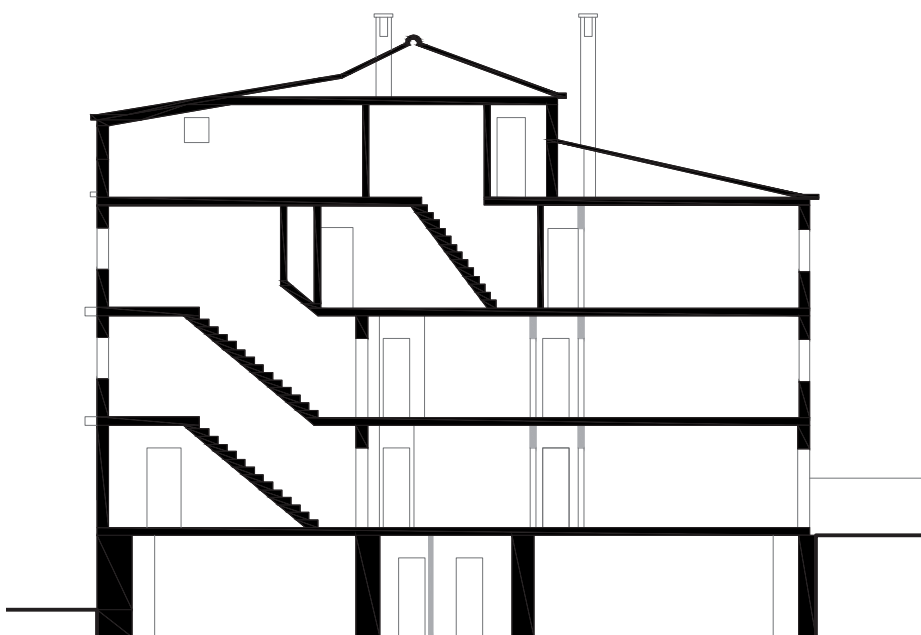
1:200

Hipótese de reconstituição do estado original - 2º andar

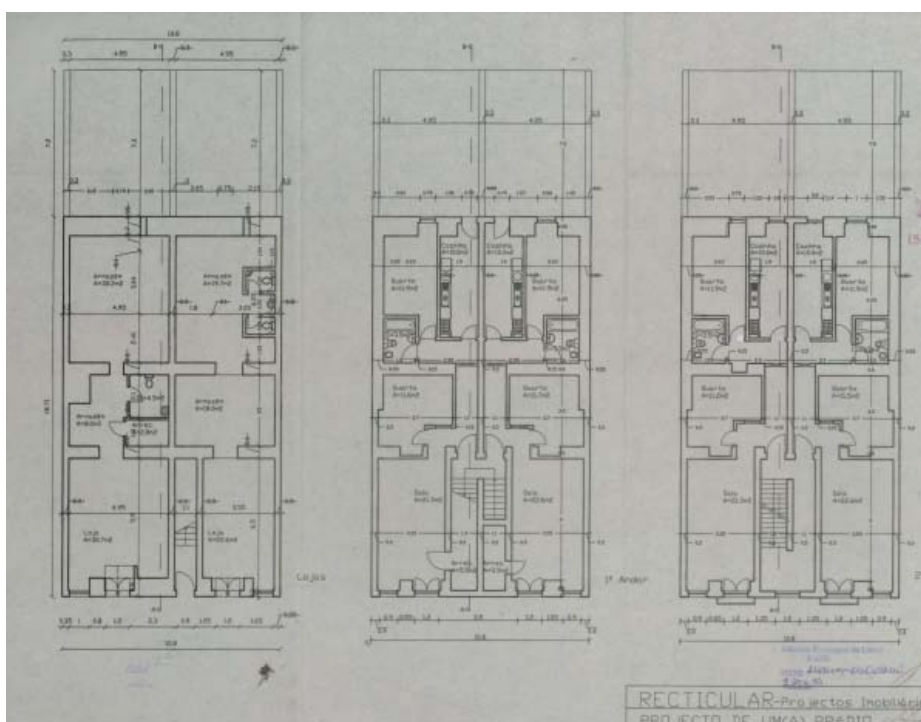




Estado actual
Plantas dos andares e cobertura
1:200



Corte
1:200

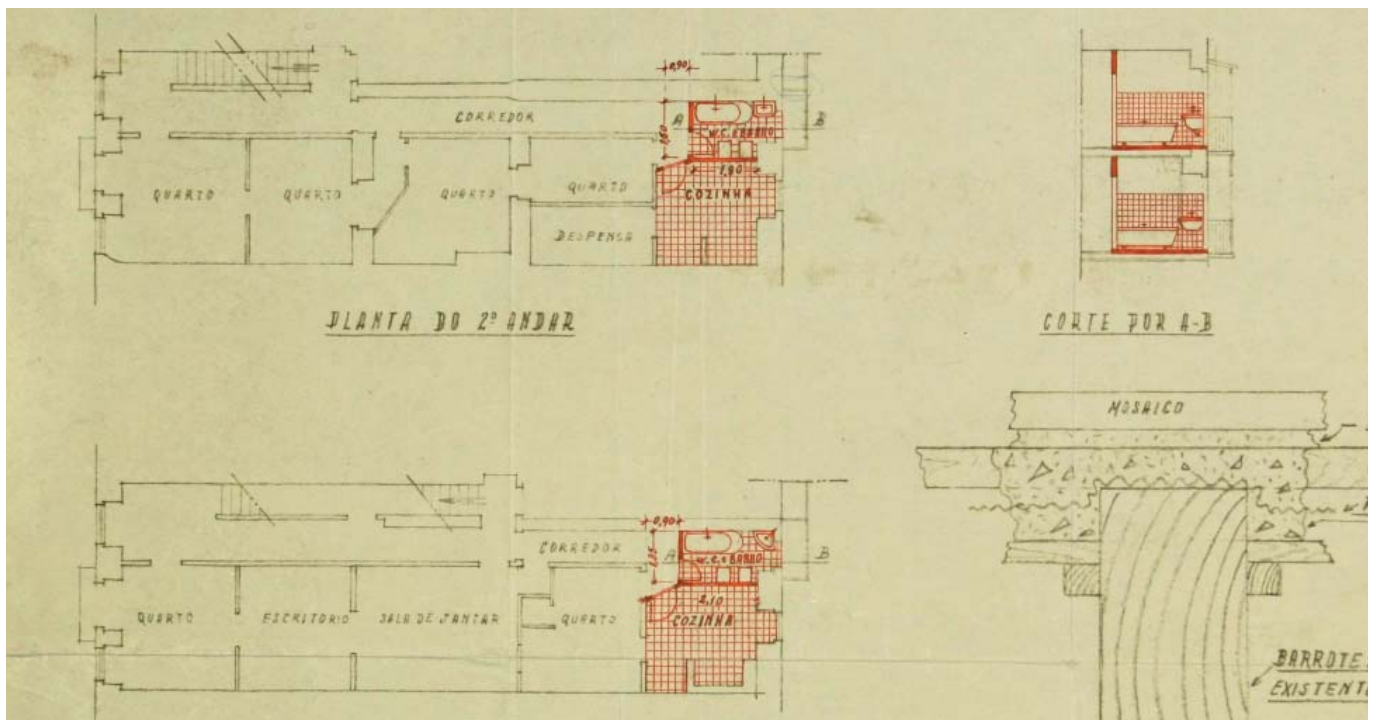




Alçado
1:200

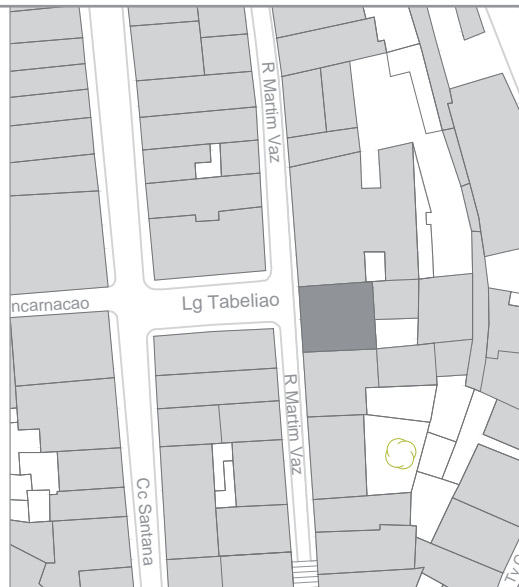


Ao centro
Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal



RUA MARTIM VAZ, 36

Processo de obra
36177



Planta de localização
1:1000

Lote: (m)

Pisos: 3 + sótão

Tipo: Lote quadrado, dois fogos por piso

Escada: De lances sobrepostos, com corredor paralelo

Compartimentos: Três divisões em linha

Cobertura: Mansarda

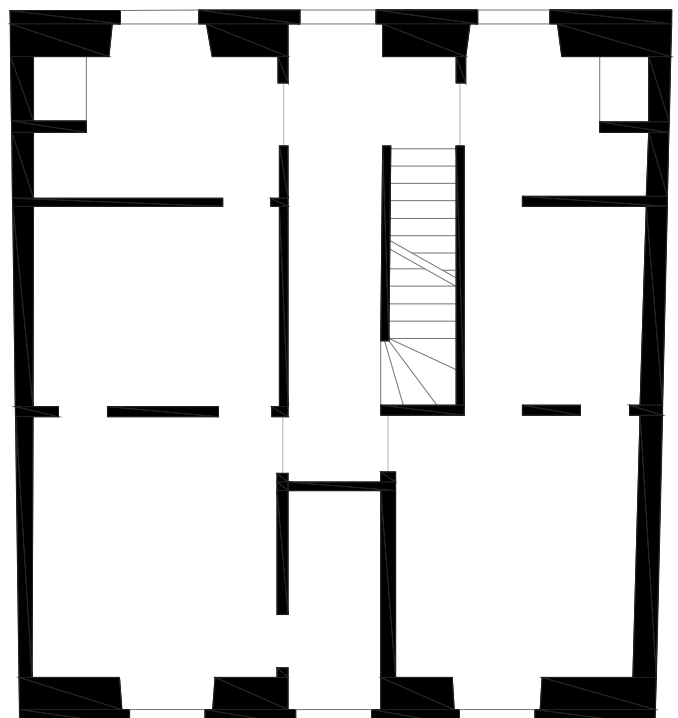
Breve descrição

Fachada: Bastante alterada em 1891, apresenta vãos esbeltos emoldurados por cantarias de pouca espessura e dois frisos a assinalar os pavimentos.

Interior: Funcionou no quintal da casa um pátio conhecido como 'pátio do José António', por isso o corredor do rés-do-chão se estende da porta de entrada à porta do quintal. A partir deste corredor nasce a escada, integralmente de lances sobrepostos. A entrada aos fogos faz-se pelo patamar junto à fachada principal.

Alterações documentadas:

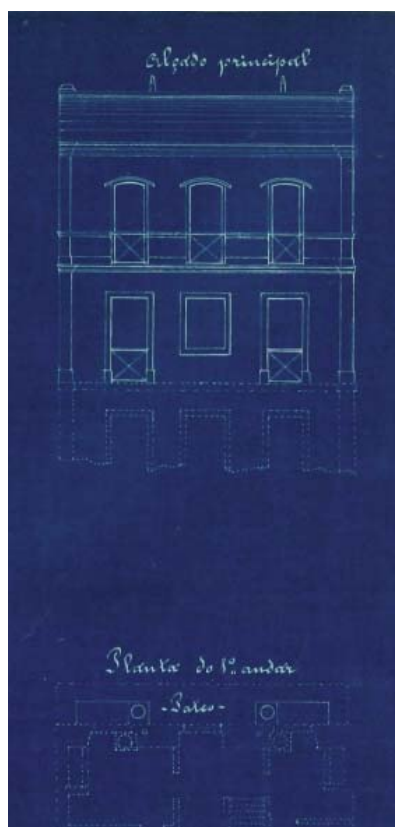
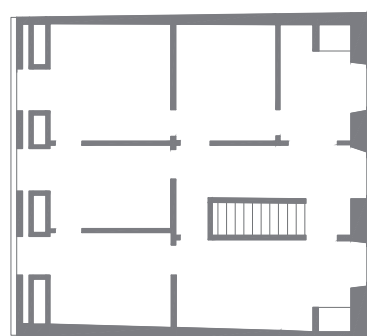
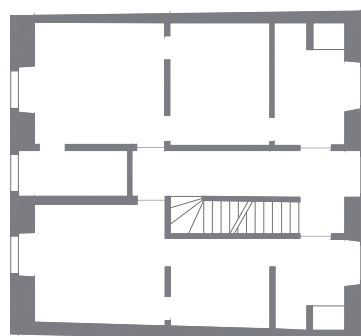
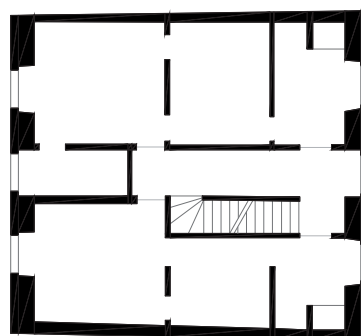
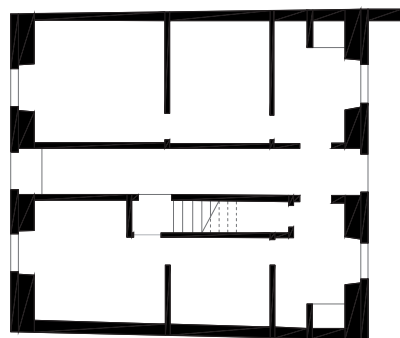
Foi muito alterado em 1891 quando se acrescentou o segundo andar e mansarda. Toda a fachada foi renovada. Desconhece-se quando começou a funcionar como pátio.



1:100

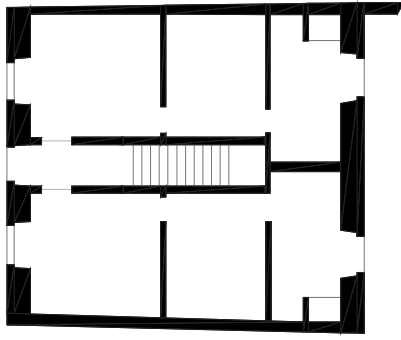
Estado actual - 1º andar

Estado actual - Plantas dos andares
1:200

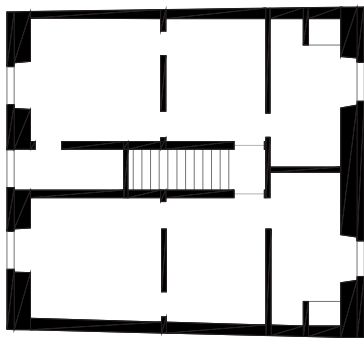


Desenhos Processo de Obra,
Arquivo Municipal, 1891.
Consultados a 1 de Março de 2013.

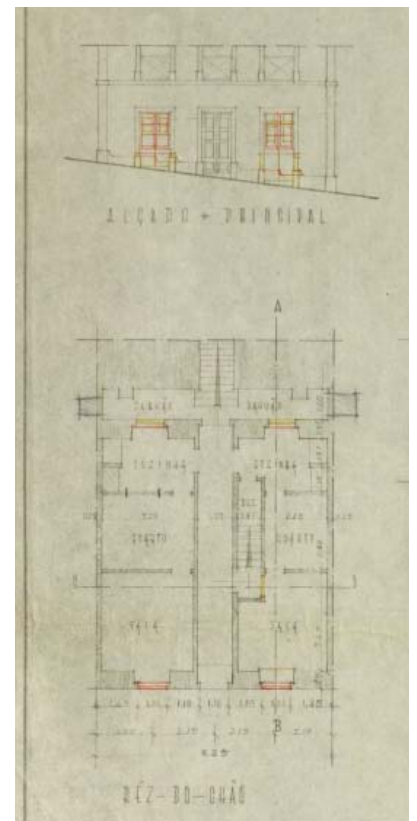




Hipótese de reconstituição do estado original - Plantas
1:200



Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal



Desenhos Processo de Obra,
Arquivo Municipal, 1947.
Consultados a 1 de Março de 2013.

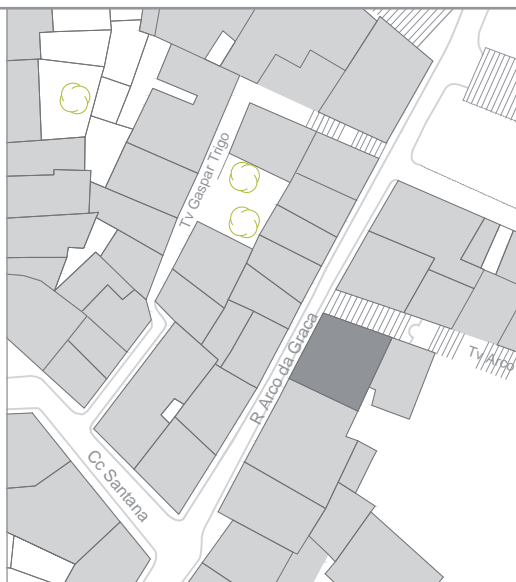


Casos de Tipo D

Casos de edifícios de dois fogos por piso com distribuição interior em sistema de frente-trás. Duplicação do tipo B. É visível um aumento da complexidade interior de caso para caso, e aceita vários tipos de escada.

RUA do ARCO da GRAÇA, 14 a 18

Processo de obra
33548



Planta de localização
1:1000

Lote: 9,70 x 9,25 (m)

Pisos: 4 + sótão

Tipo: Lote quadrangular de esquina, com dois fogos por piso.

Escada: De um lance por piso, em lances paralelos.

Compartimentos: Planta quadrangular é dividida em quartos. Cozinha nas traseiras.

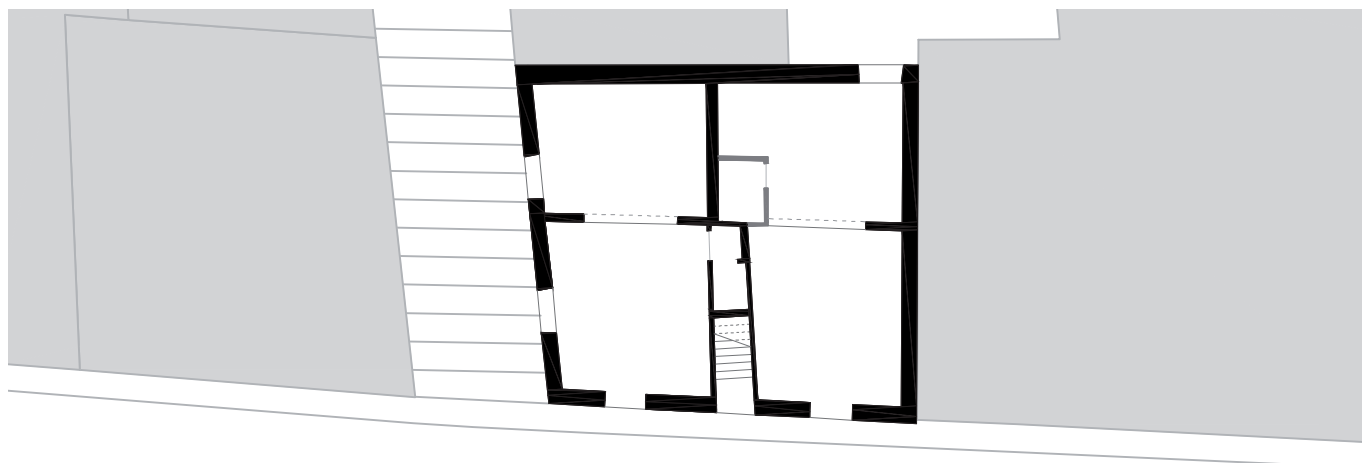
Cobertura: Três águas com águas-furtadas.

Breve descrição

Fachada: Larga e regular, com vãos alinhados em três eixos. Janelas de sacada nos eixos laterais no primeiro e segundo andares. As demais janelas são de peitoril. Cunhal em pedra ao nível do R/C. O telhado termina em beirado assente em cornija.

Interior: Escadas em posição central, com fogos dispostos em direito e esquerdo, simétricos. Cada fogo tem, actualmente, três zonas: sala junto à fachada principal, quarto no canto traseiro exterior, e cozinha e WC no canto traseiro interior - com pouca ou nenhuma iluminação.

Alterações documentadas: Obras de reabilitação em 1999.

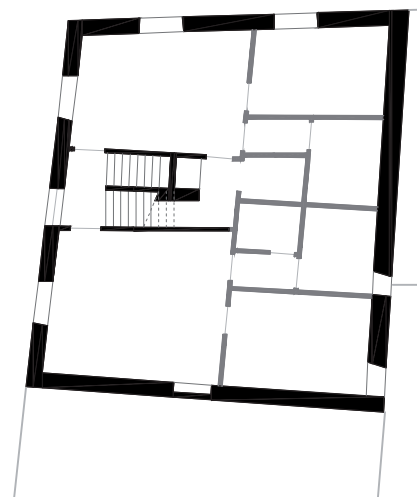


RUA do ARCO da GRAÇA, 14 a 18

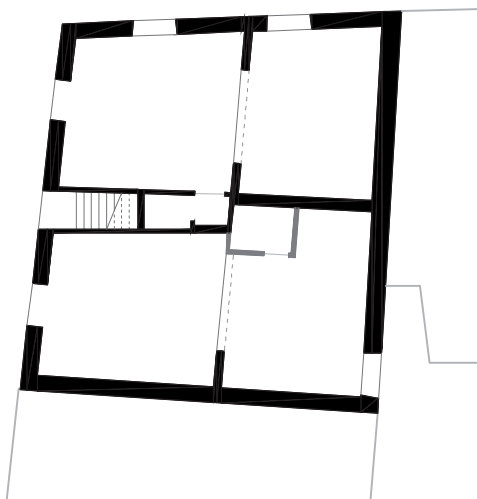
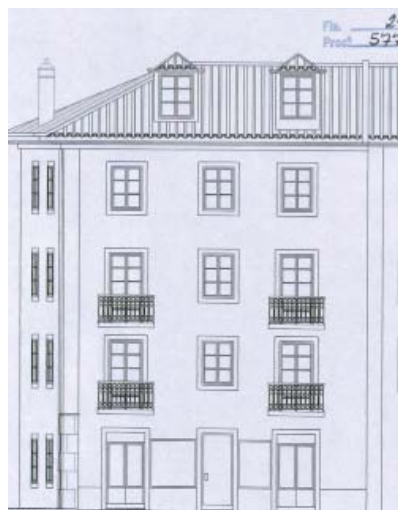
Estado actual
Plantas dos andares
1:200



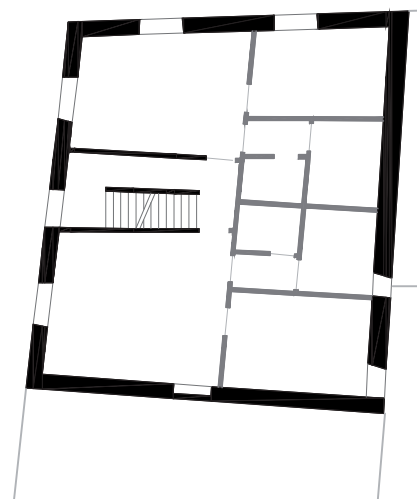
Cave



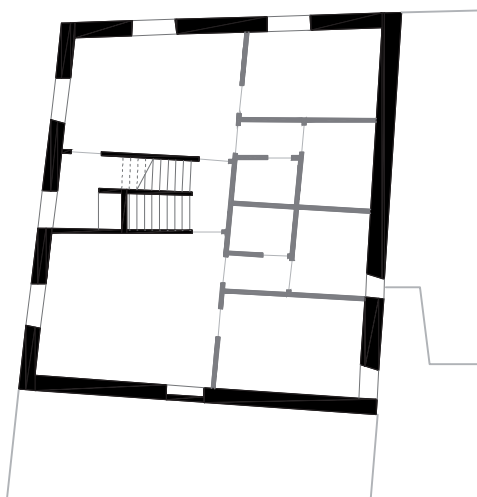
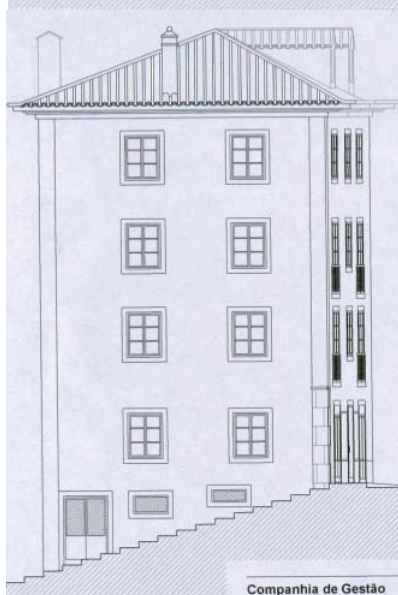
2º andar



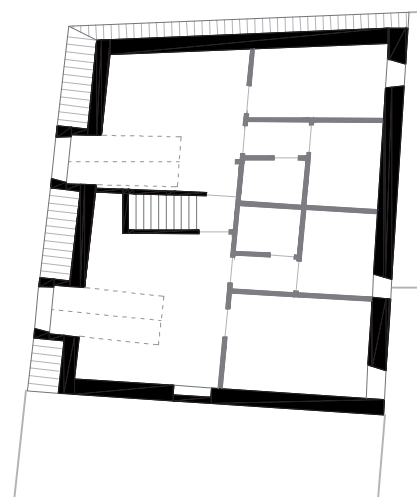
R/C



3º andar



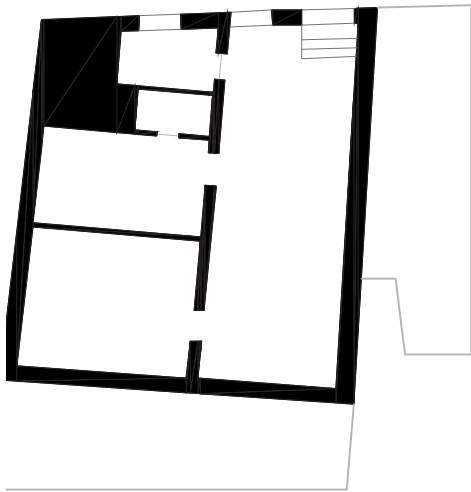
1º andar



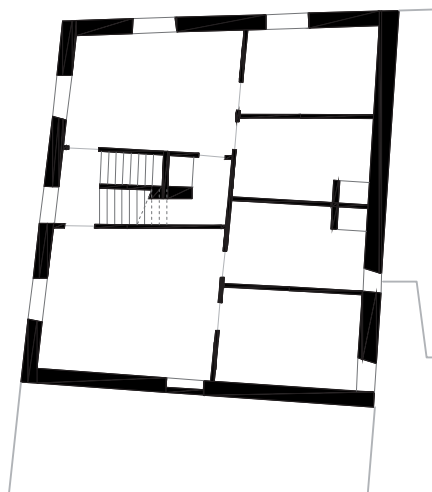
4º andar

Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1999.
Consultados a 13 de Outubro 2012.

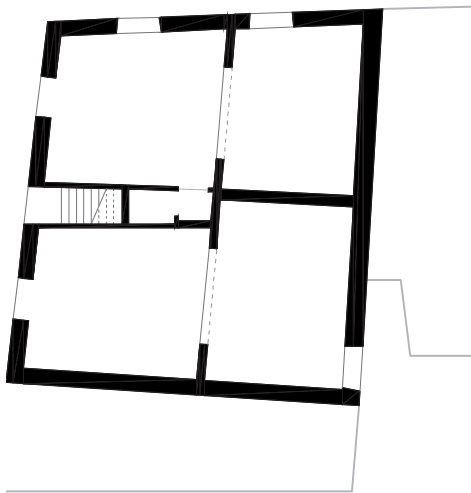
Hipótese de reconstituição do estado original
Plantas dos andares
1:200



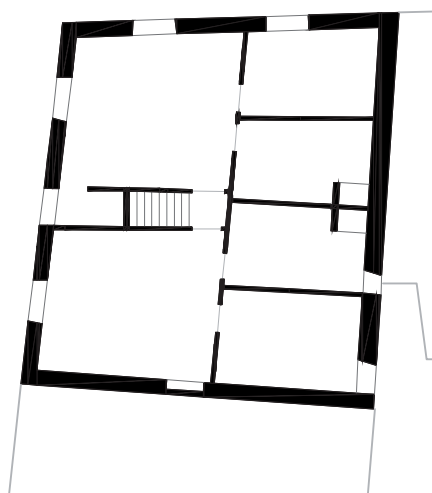
Cave



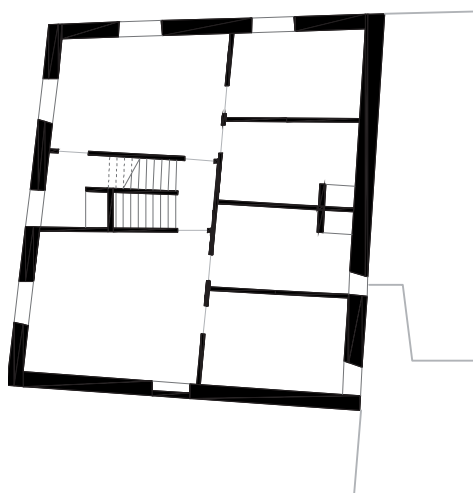
2º andar



R/C



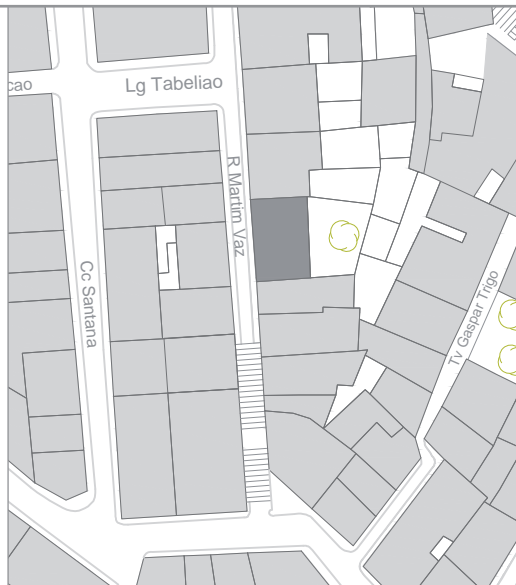
3º andar



1º andar

RUA MARTIM VAZ, 24 a 26

Processo de obra
43841



Planta de localização
1:1000

Lote: 10,5 x 7 (m)

Pisos: 3 + sótão

Tipo: Dois fogos por piso, escadas centrais

Escada: Primeiro lance de tiro, dois lances opostos com patamar intermédio a partir do 1º andar

Compartimentos: Dois junto à fachada, dois a tardoz

Cobertura: De duas águas com duas trapeiras

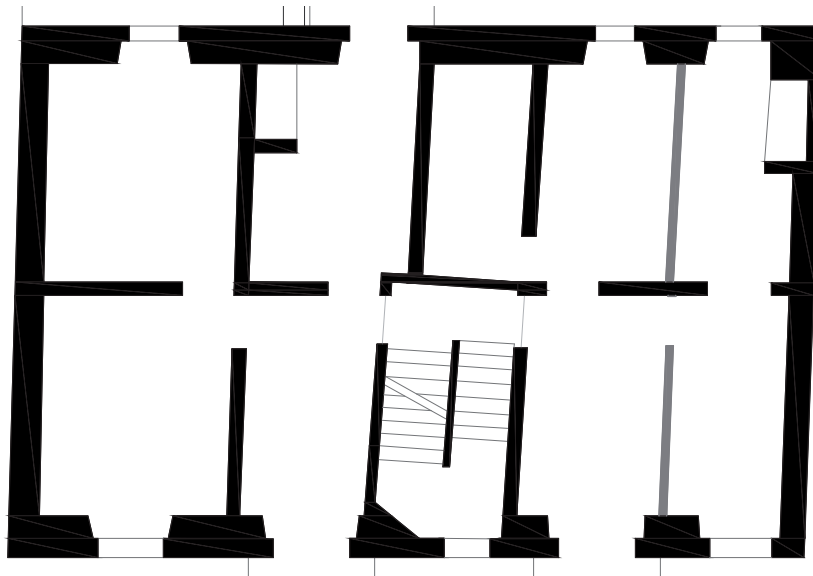
Breve descrição

Fachada: Larga, com eixo de simetria coincidente com a caixa de escada. Abrem-se quatro vãos por piso, dois por fogo, com as sacadas a aparecerem apenas ao nível do 3º piso, tal como um óculo redondo central de iluminação de escada. As portas e janelas do R/C são de alinhamento irregular por acompanharem o desnível da rua. A fachada é rematada por beirado assente em cornija, interrompido pelas duas trapeiras que começam no plano de fachada.

Interior: No interior existem dois fogos por piso, servidos por escada central. Divisões dispostas em frente-trás, com sala, cozinha e dois quartos.

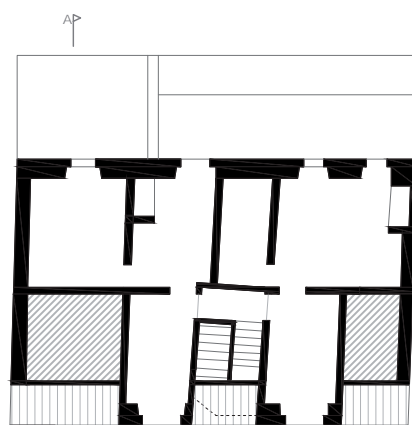
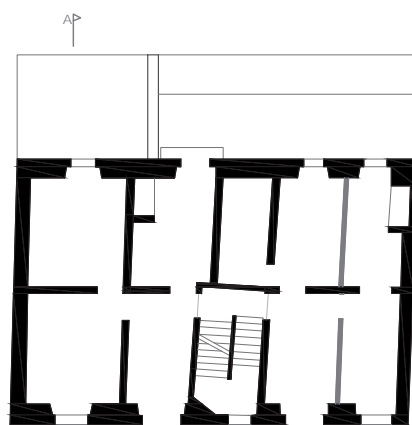
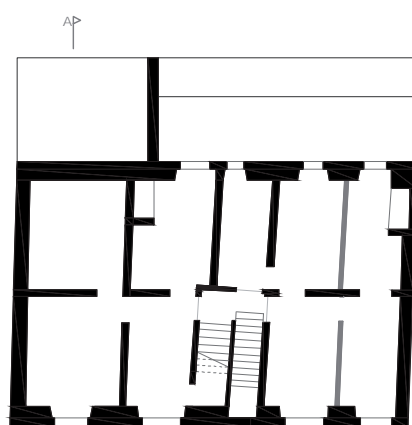
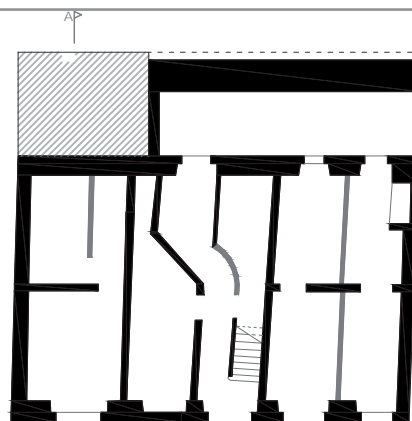
Alterações documentadas:

Alterações de paredes no R/C e novas aberturas de vãos em 1914.

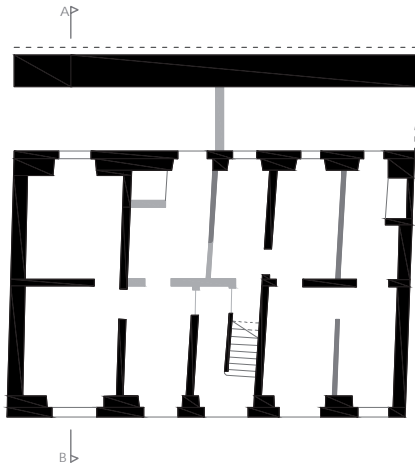


1:100

Hipótese de reconstituição do estado original - 3º piso



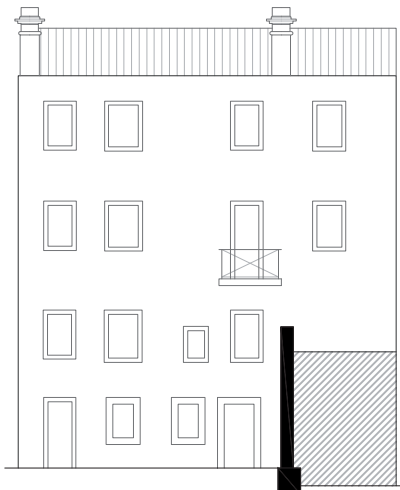
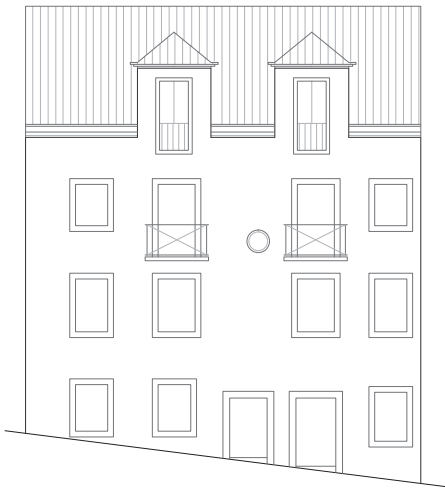
Hipótese de reconstituição do estado original - Plantas
1:200



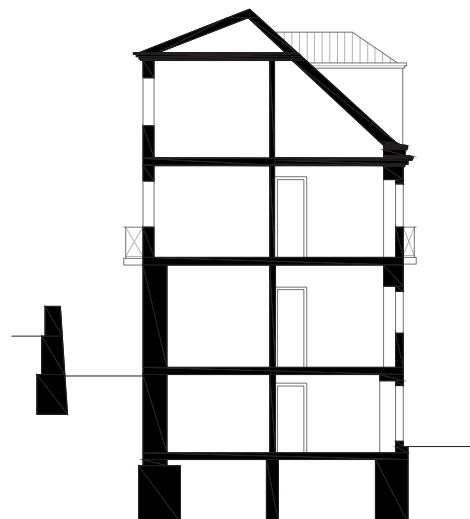
Estado actual - Planta do R/C e Alçado
1:200



Centro - trecho do edifício
Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

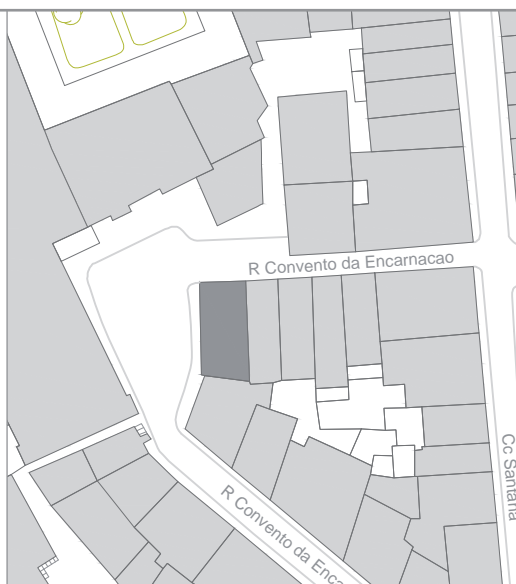


Hipótese de reconstituição do estado original - Corte e Alçado tardoz
1:200



Processo de obra
12070

Planta de localização
1:1000



Lote: 12,20 x 6,20 (m)

Pisos: 4 + sótão.

Tipo: Protopombalino: escada central e dois fogos por piso - esquerdo e direito.

Escada: Primeiro lance de tiro, de degraus em madeira, e continua em lances sobrepostos com corredor paralelo. Dois degraus antes do patamar intermédio atenuam a diferença de cota. Patamar iluminado por janela de peitoril.

Compartimentos: Duas divisões junto à fachada principal, duas - quarto e cozinha - junto à fachada traseira.

Cobertura: Quatro águas com duas trapeiras.

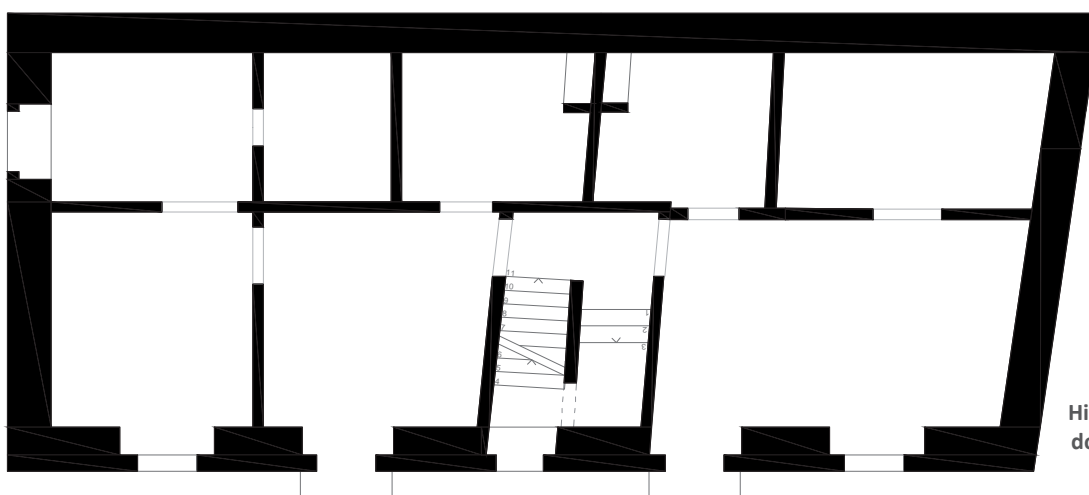
Breve descrição

Fachada: Fachada larga definida pela regularidade e simetria, com cinco eixos verticais. No R/C as três portas - de acesso às escadas e duas de loja - encontram-se nos três eixos centrais. Os eixos laterais apenas têm janelas de peitoril, o eixo de simetria tem porta e janelas de peitoril de iluminação das escadas, e os dois restantes têm janelas de sacada. Dois frisos assinalam os pavimentos do 1º e 3º andares. A cada canto existe uma pilastra e o telhado termina em beirado assente em cornija. As duas trapeiras alinham com as janelas de sacada. Fogos com quatro compartimentos, aos quais foi acrescentado um WC junto ou dentro da cozinha.

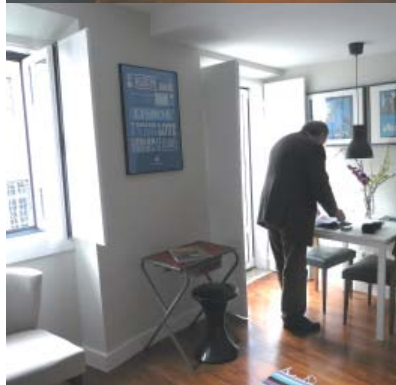
Interior:

Alterações documentadas:

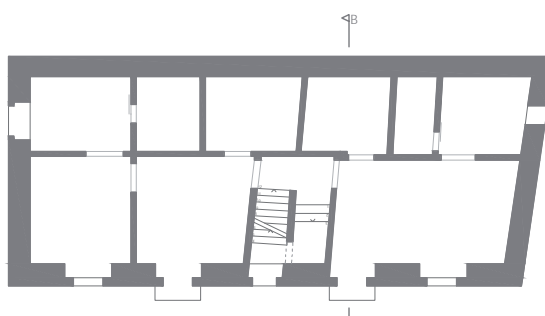
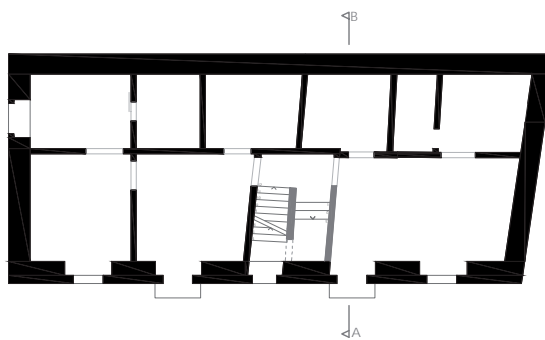
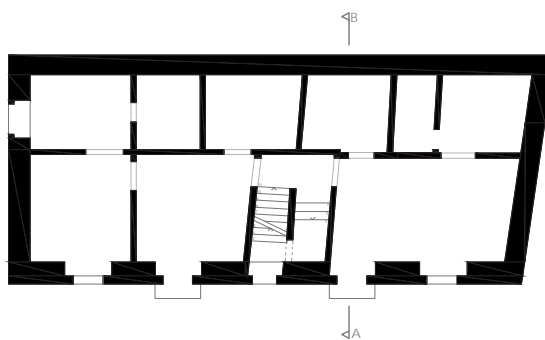
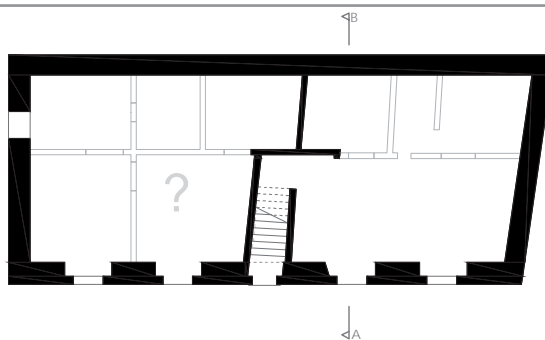
Não é improvável que o terceiro andar seja um acrescento, devido à existência de friso a assinalar o pavimento e da espessura das cantarias reduzir em relação aos outros andares. Também o pé-direito é sensivelmente mais reduzido - 2,30 m contra os 2,60 dos demais.

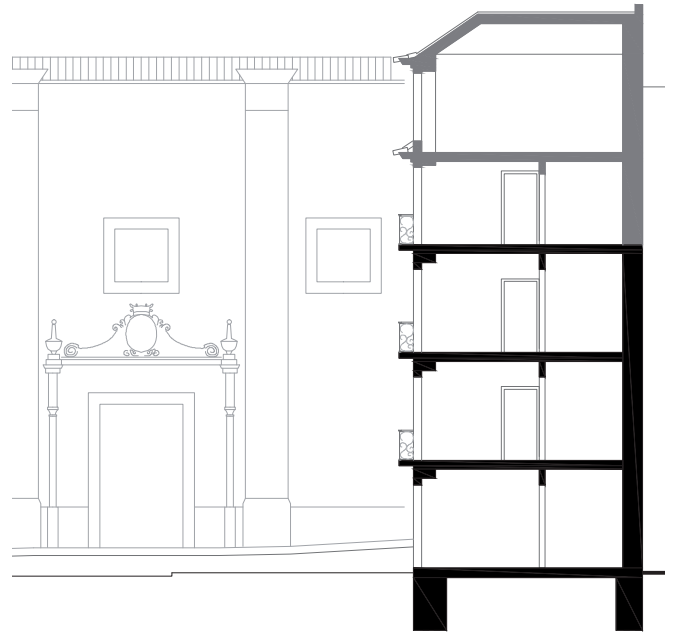
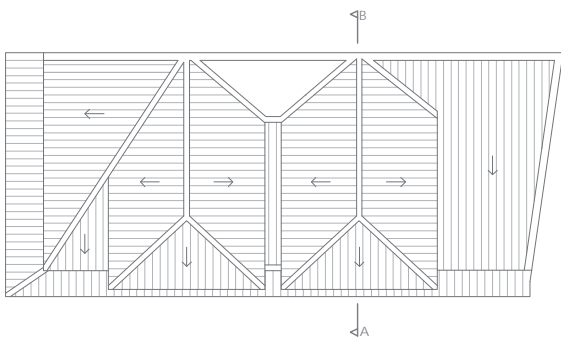
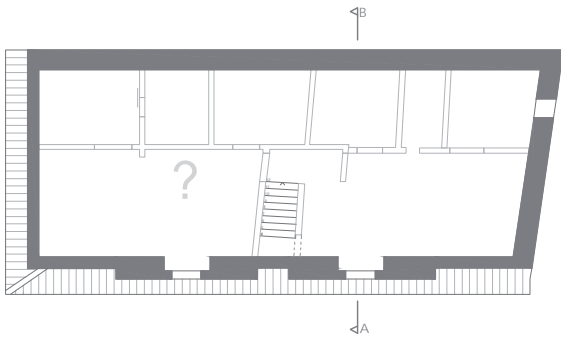


1:100
Hipótese de reconstituição
do estado original - 1º piso



Interior
Escada
Fogo direito
21 de Março 2013





Estado actual

Plantas dos andares e cobertura
1:200

Corte
1:200





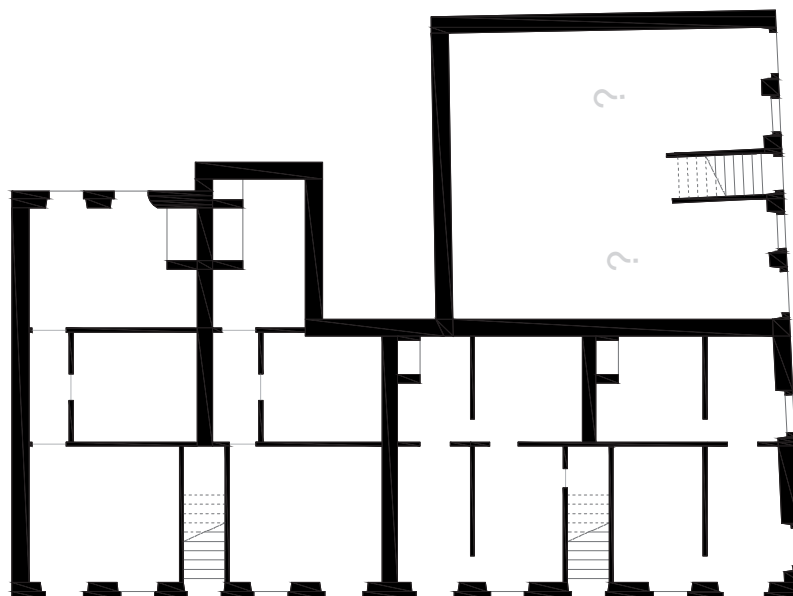
Casos de tipo E - em banda ou correnteza

Prédios caracterizados por uma forma baixa - de dois pisos - e alongada com entradas directas para os fogos do R/C e várias escadas de acesso aos fogos do 1º andar, numa repetição quase modular. Encontra-se em zonas periféricas, e foi uma solução prolongada no pós-terramoto.

Processo de obra

Planta de localização
1:1000**Lote:** 20,9 x 7,40 + 15,60 x 9,30 (m)**Pisos:** 2 + sótão**Tipo:** Em banda ou correnteza**Escada:** De tiro; lance de acesso às águas-furtadas sobreposto ao principal**Compartimentos:** Em lógica frente-trás**Cobertura:** Quatro águas em L**Breve descrição***Fachada:*

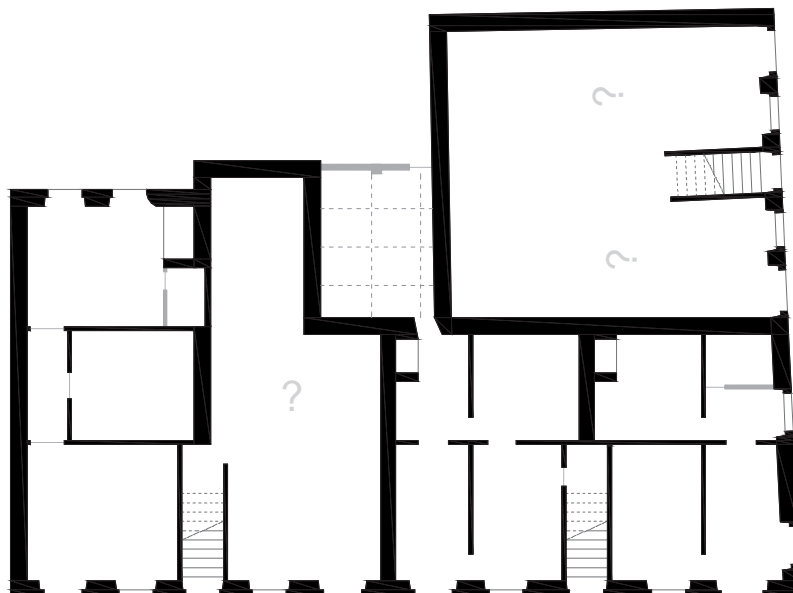
Edifício comprido e baixo, com dois pisos e constituído por dois corpos em L. Apresenta vãos ritmados, correspondendo aos três módulos que compõe o lote. Cada módulo agrupa quatro fogos em redor de uma escada de tiro: dois fogos no rés-do-chão com acesso pela rua, dois no primeiro andar com acesso pela escada. Sobre as portas de acesso à escada o ritmo dos vãos é interrompido por parede cega. Remate em beirado sobre cornija.



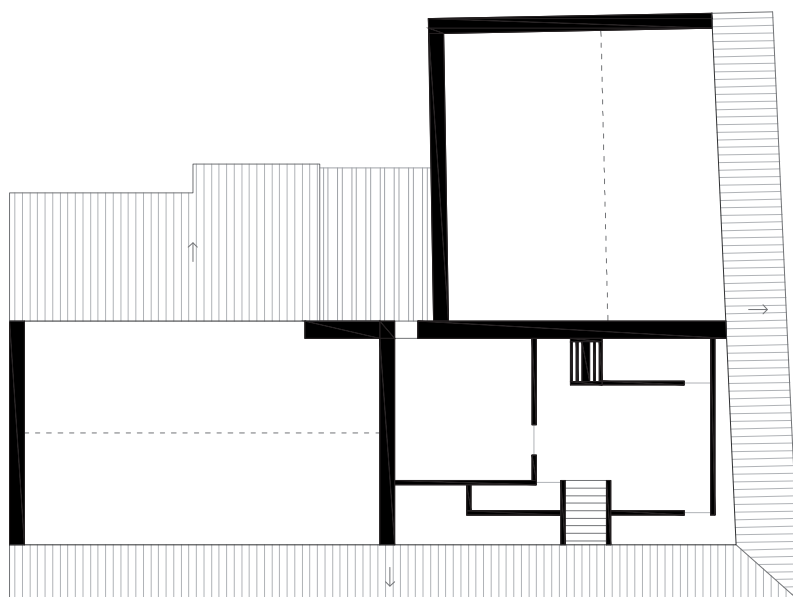
1:200

Hipótese de reconstituição do estado original - Rés-do-chão

TRAVESSA do FORNO do TOREL, 13 a 23

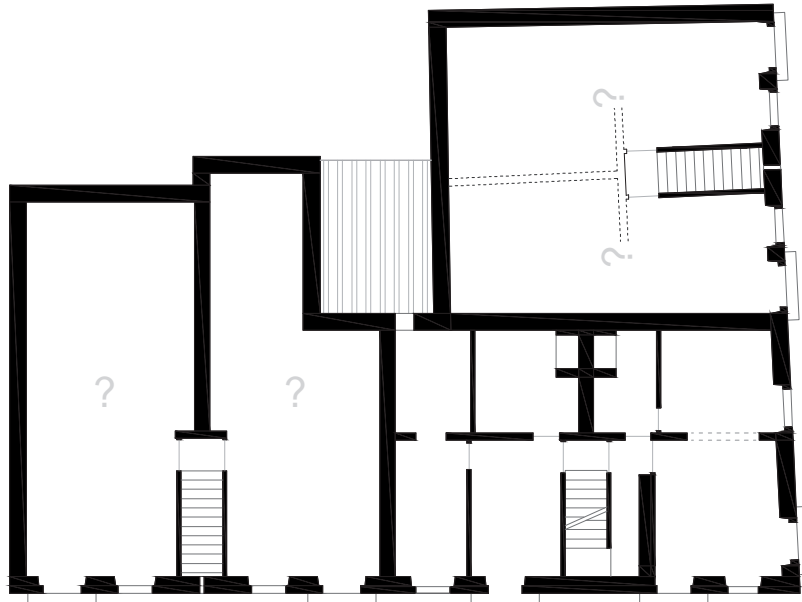


Rés-do-chão



Sotão

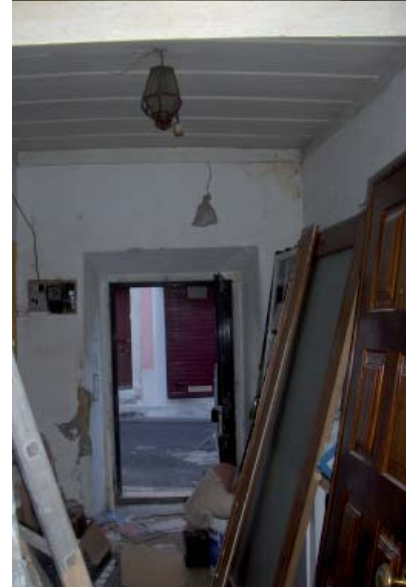
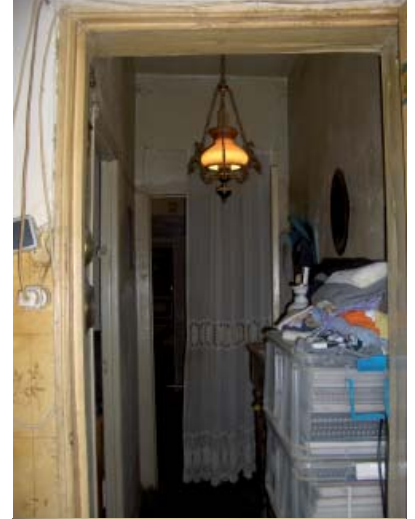
Escada do nº 21
Interior 1º andar dir. - sala
Interior 1º andar esq. - cozinha e quarto



1º andar



Cobertura



Interior nº 13 - cozinha, corredor, tecto
Interior nº 19 - entrada

TRAVESSA do FORNO do TOREL, 2 a 10

Processo de obra
25020

Planta de localização
1:1000



Lote: 15,00 x 11,15 (m)

Pisos: 2 + sótão

Tipo: Em banda ou correnteza

Escada: De tiro; lance de acesso às águas-furtadas sobreposto ao principal

Compartimentos: ?

Cobertura: Três águas

Breve descrição

Fachada: Edifício comprido e baixo, com dois pisos. Tem duas portas na fachada principal - acesso ao 1º andar - e duas na fachada lateral - acesso aos fogos do R/C. Os dois portões que hoje dão acesso a garagens, poderiam ter sido portas de entrada a fogos independentes no R/C. Os óculos sobre as portas são recentes. Cobertura de três águas com trapeiras, termina em beirado duplo.

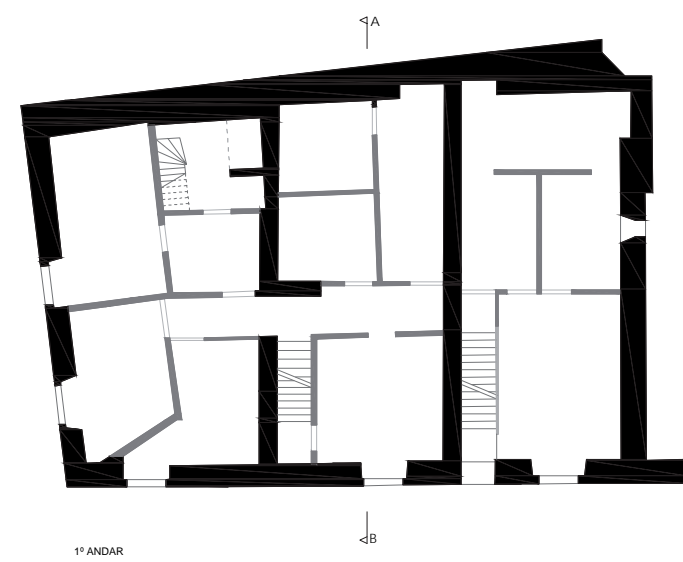
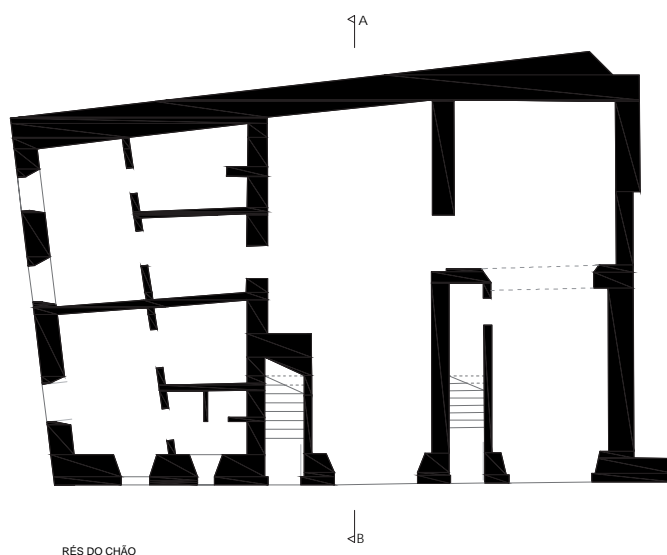
Alterações documentadas: Obras de recuperação em 2006, com demolição de algumas paredes.

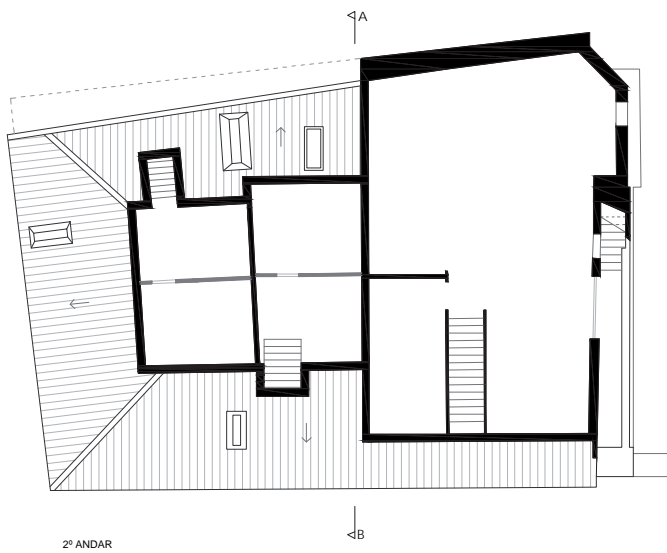


1:200

Hipótese de reconstituição do estado original - 1º andar

TRAVESSA do FORNO do TOREL, 2 a 10

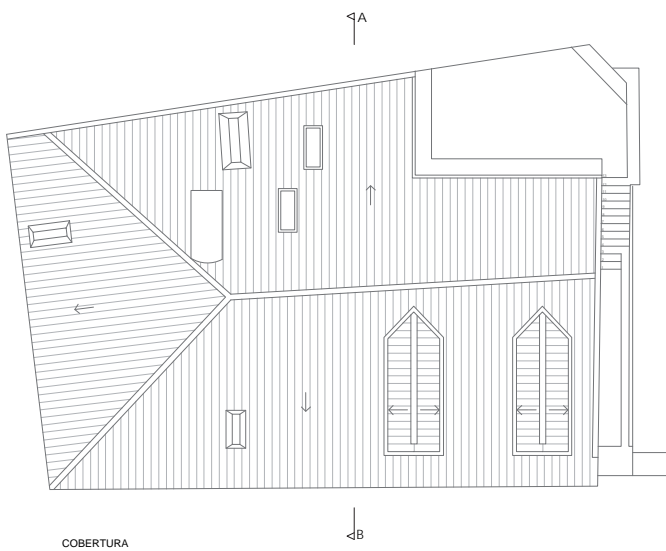




2º ANDAR



Artur Goulart; s.d.
Arquivo Fotográfico Municipal



COBERTURA

Estado actual do edificio
Plantas
1:200



Alçados
1:200



Casos de exceção

Inclui os casos estudados que não se enquadram nos tipos anteriormente apresentados, seja pela irregularidade do lote onde se inserem - que leva à adaptação de soluções - seja pela modificação espacial de elementos - escadas paralelas à fachada, p.e. - que não encontram semelhante nesta zona. Podem, no entanto, vir a ser encontrados casos similares noutras zonas da cidade, pelo que serão aqui expostos todos os dados obtidos.

RUA do ARCO da GRAÇA, 13 a 17

Processo de obra
12034

Planta de localização
1:1000



Lote: 8,90 x 8,80 (m)

Pisos: 3 + águas furtadas

Tipo: Lote de frente larga, composto por dois blocos rectangulares. Um fogo por piso.

Escada: Dois lances - um por piso - dispostos em 'L', ate ao 2º andar. Dois lances paralelos com patamar intermédio do 2º piso para o sótão.

Compartimentos: Planta quadrangular é dividida em quartos. Cozinha num dos compartimentos traseiros.

Cobertura: Duas águas.

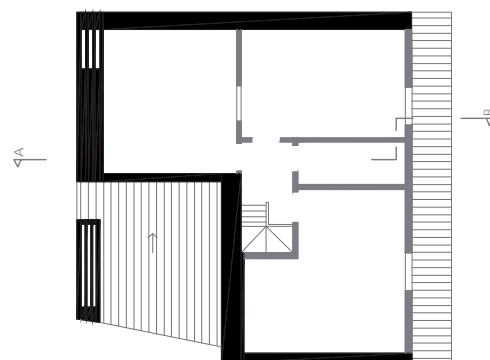
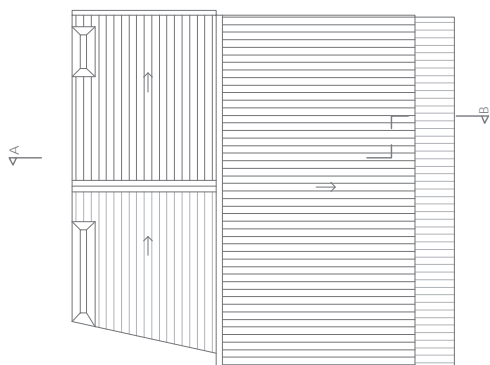
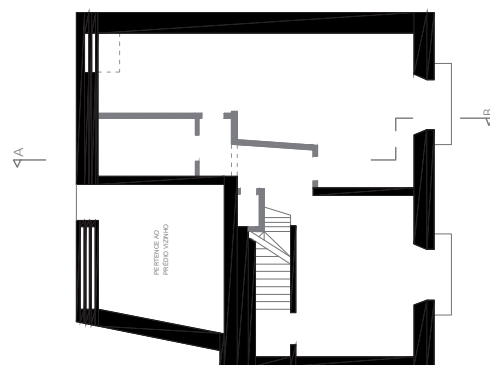
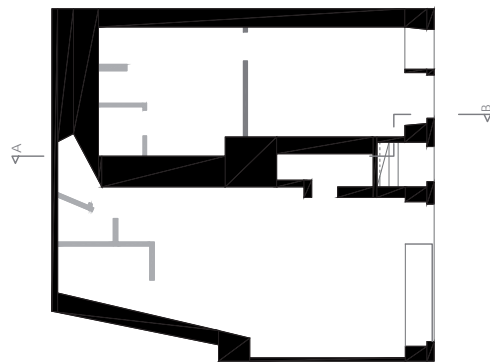
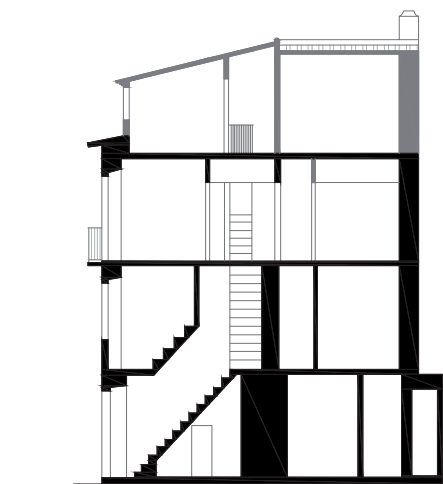
Breve descrição

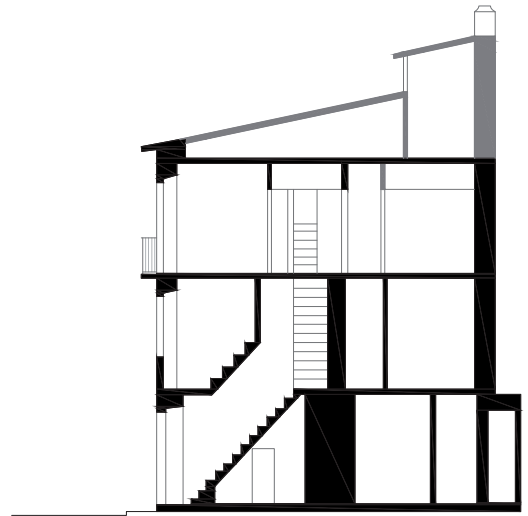
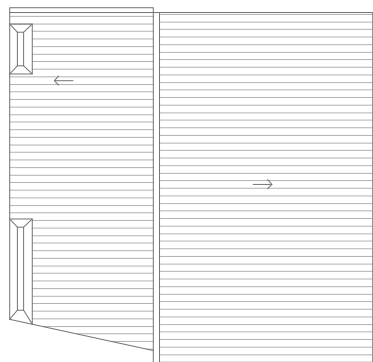
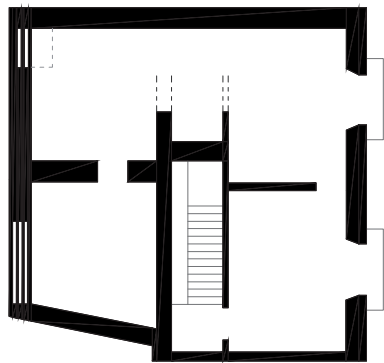
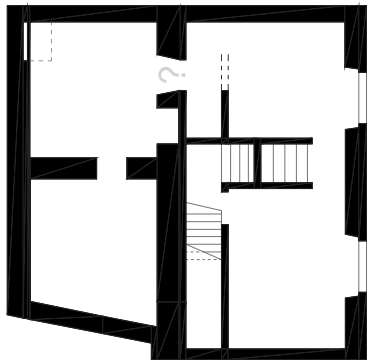
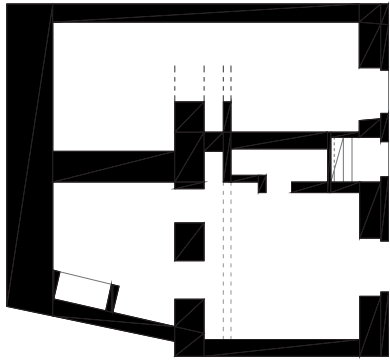
Fachada: Simétrica com dois vãos por piso, duas janelas de peitoril no 1º andar, e duas de sacada no 2º. Apresenta elemento metálico de ancoragem ao nível do pavimento do 2º andar. Porta de acesso às escadas em posição central, com duas lojas a cada lado. Pintada actualmente de cor verde.

Interior: De assinalar a elevada espessura das paredes exteriores e interiores, à excepção das águas furtadas. A partir do segundo andar, o canto superior esquerdo do lote pertence ao nº6 da Tv Gaspar Trigo, um edifício pertencente ao lote e usado como armazém até à década de 40.

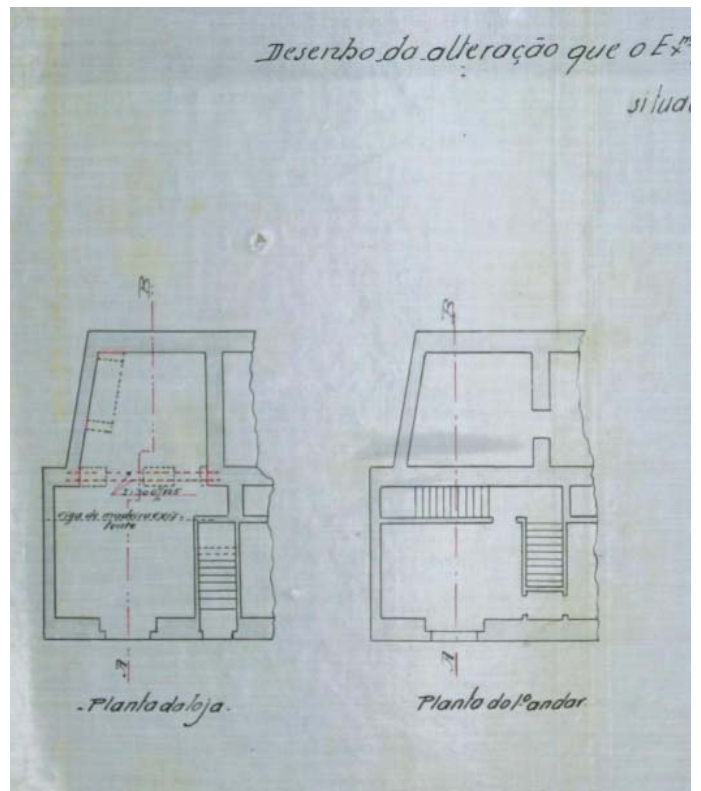
Alterações documentadas: Pequenas alterações como substituição de paredes por vigas e instalação de WC's.





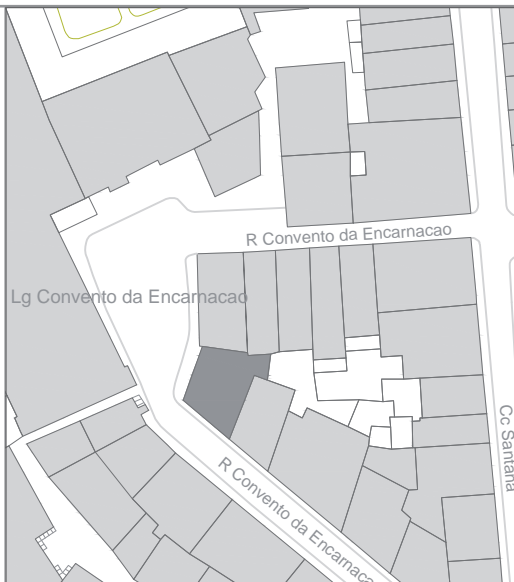


Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1933. Consultados a 11 de Outubro 2012.



LARGO do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 7 a 9

Processo de obra
37593



Planta de localização
1:1000

Lote: ~7,50 x 7,70 (m)

Pisos: 3

Tipo: Esquina

Escada: De tiro, dois lances

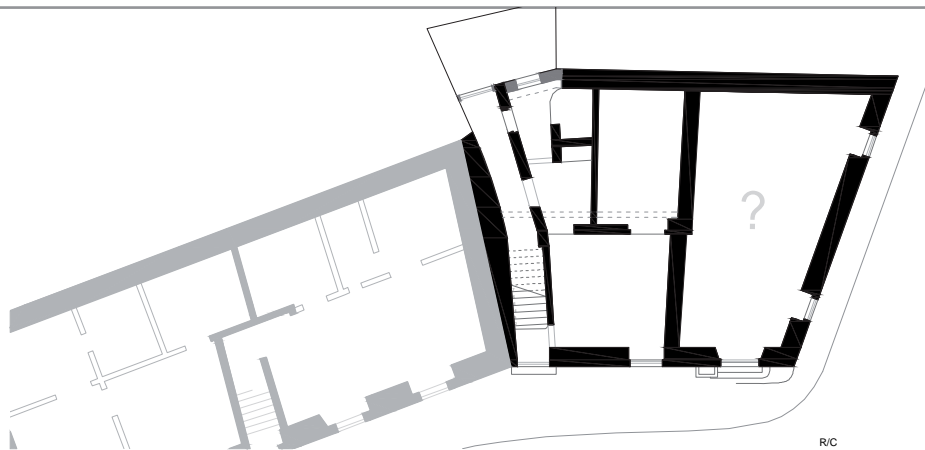
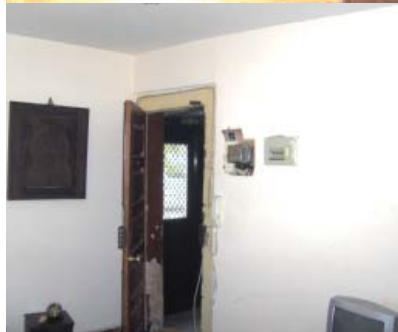
Compartimentos: ?

Cobertura: Quatro águas

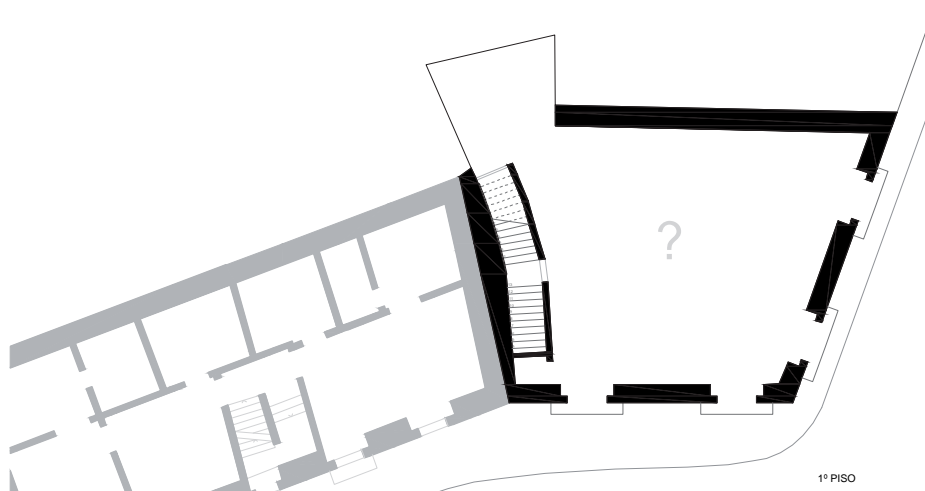
Alterações documentadas: Construção de platibanda em 1920.



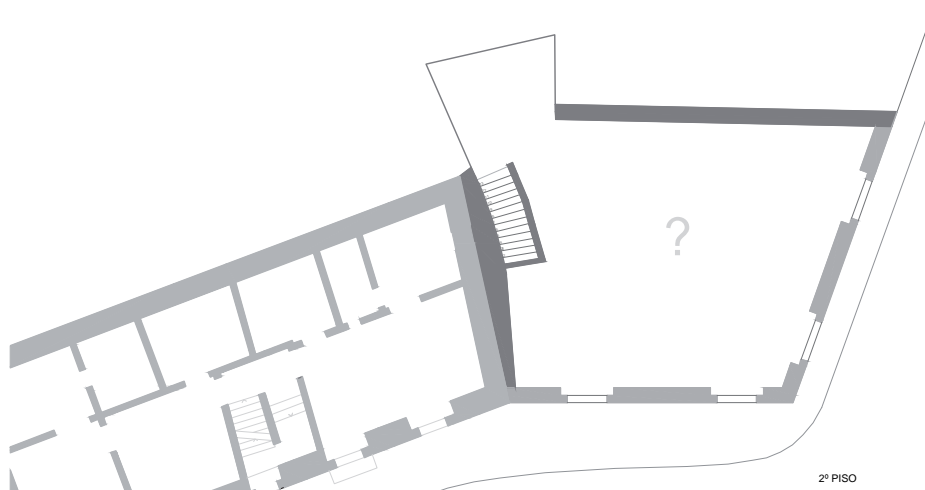
LARGO do CONVENTO da ENCARNAÇÃO, 7 a 9



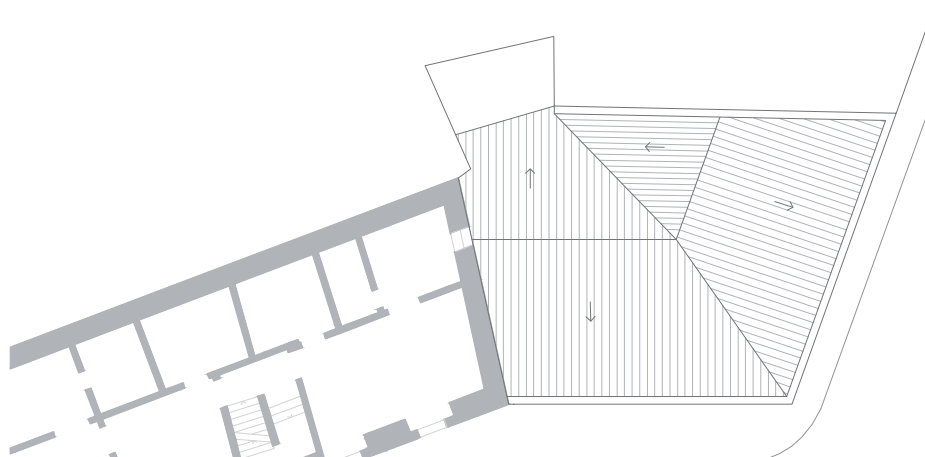
R/C

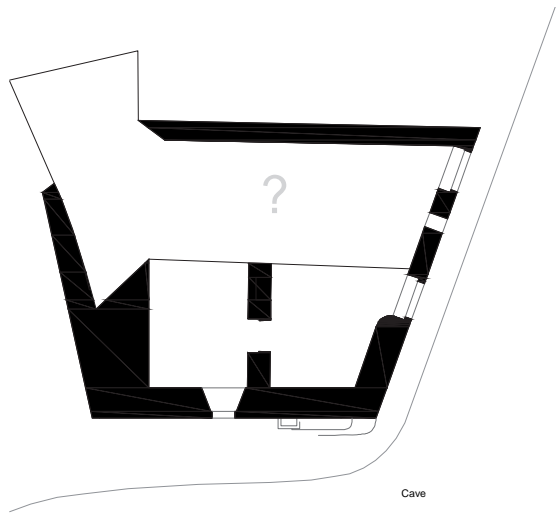


1º PISO



2º PISO





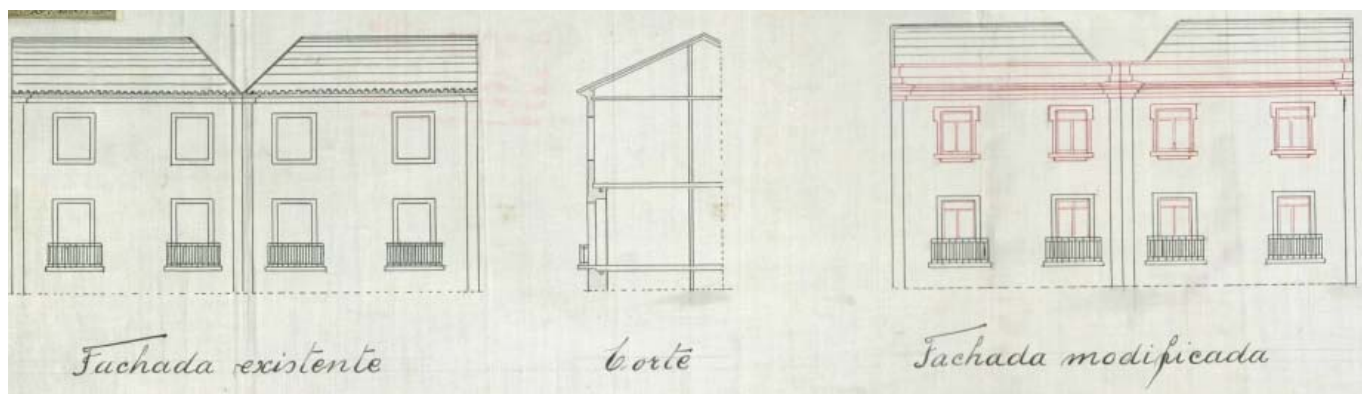
Estado actual

Plantas da cave, dos andares e cobertura
1:200

Autor NI; entre 1898 a 1908; Arquivo Fotográfico Municipal



Alçados
1:200



Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1920. Consultados a 12 de Outubro 2012.

CALÇADA de SANTANA, 18 a 22

Processo de obra
33955



Planta de localização
1:1000

Lote: ~ 7,70 x 9,10 (m)

Pisos: 4 + águas-furtadas.

Tipo: Lote trapezoidal de esquina.

Escada: Lances de dois tramos paralelos, com patamar intermédio. Junto à parede traseira, à maneira pombalina.

Compartimentos: Disposição semi-circular em redor da caixa de escada; funções principais junto à fachada.

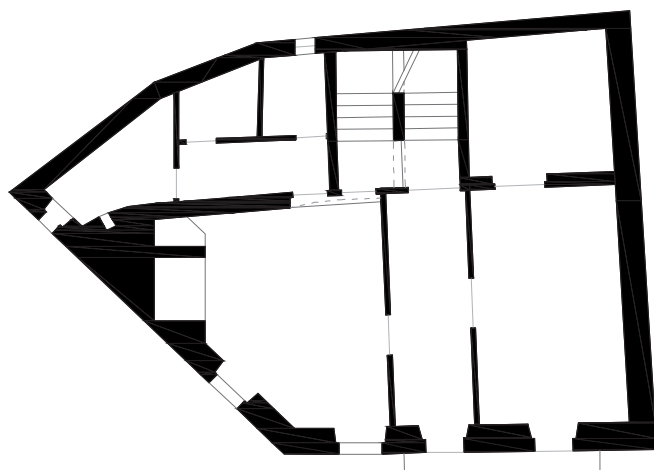
Cobertura: Duas águas oblíquas.

Breve descrição

Fachada: Regular, com três alinhamentos de vãos. Duas janelas de sacada por piso e uma de peitoril, correspondente à cozinha. Remate em cornija e beirado, com uma trapeira alta em posição central. A fachada lateral apresenta quatro aberturas de pequena dimensão, dois deles alinhados sobre a porta de acesso aos andares elevados.

Interior: De destacar a existência de hall de entrada, e divisão clara entre zonas de serviço e zonas de habitar. À esq. do hall encontra-se a cozinha e, posterior a esta, a zona de serviço; à dir. abre-se a sala, através da qual se acede ao quarto de dormir.

Alterações documentadas: -



1:150

Planta do estado actual do edifício - 3º andar



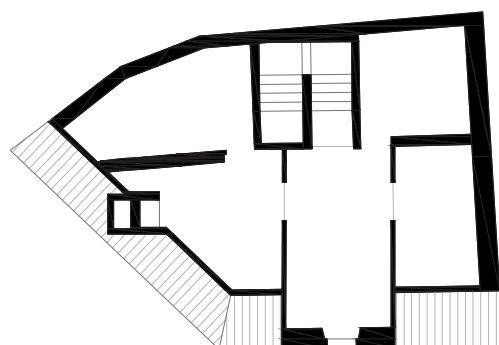
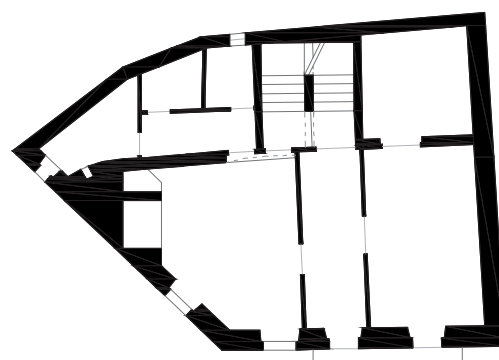
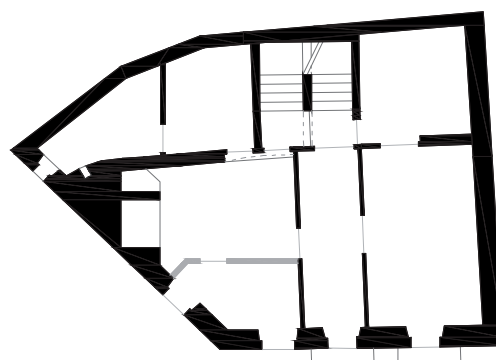
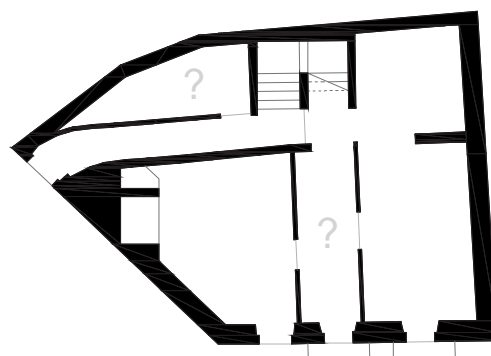
Fachada lateral.
07 de Junho 2013



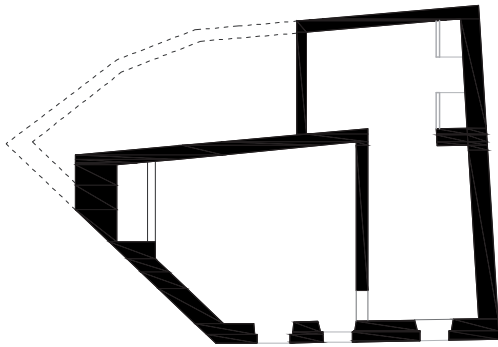
Interior
Detalhe da escada
07 de Junho 2013



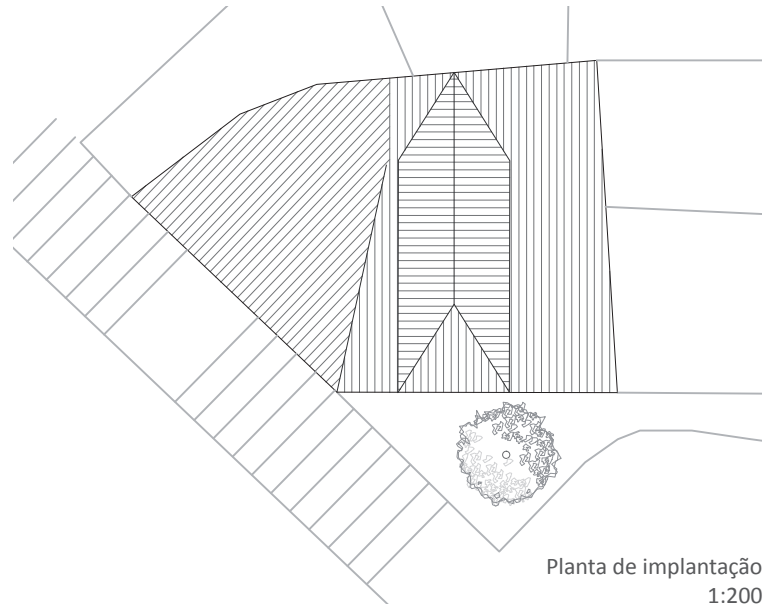
Interior
Entrada
07 de Junho 2013



Plantas dos andares
1:200



Planta do Rés-do-chão
1:200



Planta de implantação
1:200

Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

Interior
Sala e chaminé
07 de Junho 2013



CALÇADA de SANTANA, 132 a 134

Processo de obra
2629



Planta de localização
1:1000



Autor NI; entre 1898 a 1908;
Arquivo Fotográfico Municipal

Lote: 9,14 x 16,50 (m)

Pisos: 2 pisos e meio até 1927; 4 actualmente

Pré-intervenção:

Escada: De tiro, com dois lances - um por piso - em posição central no lote.

Compartimentos: Compartimentos dispostos em 'U' em redor da caixa de escada central. Existência de zonas de circulação - corredores e antecâmaras.

Cobertura: Três águas no corpo frontal, duas no tardoz.

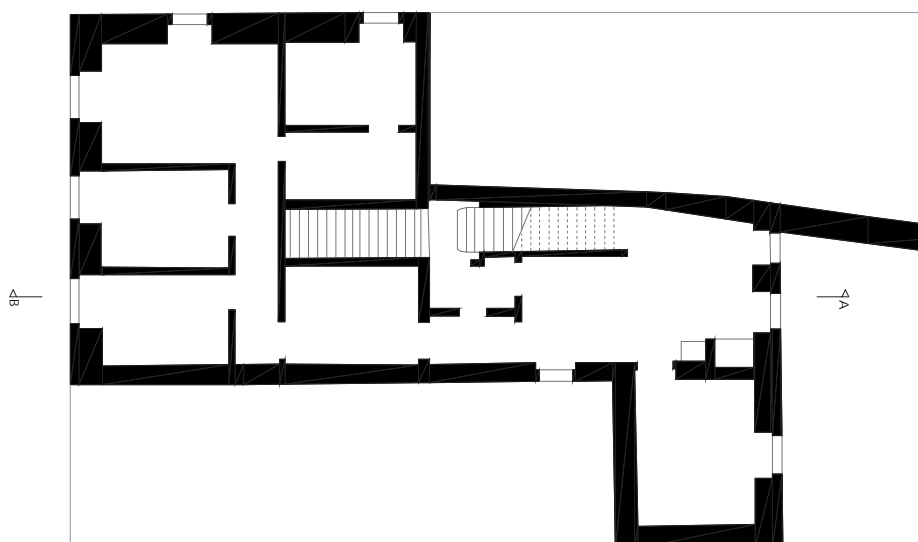
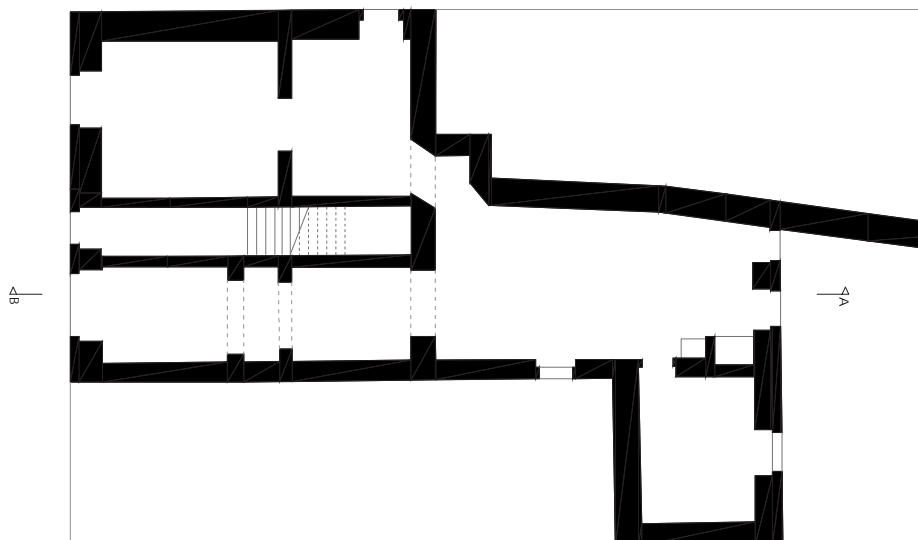
Breve descrição

Fachada: Fachada principal simétrica, com 4 portas no R/C e três janelas de sacada no primeiro piso. Um friso assinala o pavimento do primeiro piso em ambas as fachadas e o do 2º piso na fachada lateral.

Interior: O uso específico do prédio como padaria marca fortemente a sua organização interior, sobretudo na distribuição de espaços no R/C e na relação entre os pisos. No primeiro andar, zona de habitação, três divisões encostam à fachada principal. Pequenos compartimentos sucedem-se a cada lado da caixa de escada e a cozinha e zonas de serventia encontram-se junto à fachada posterior.

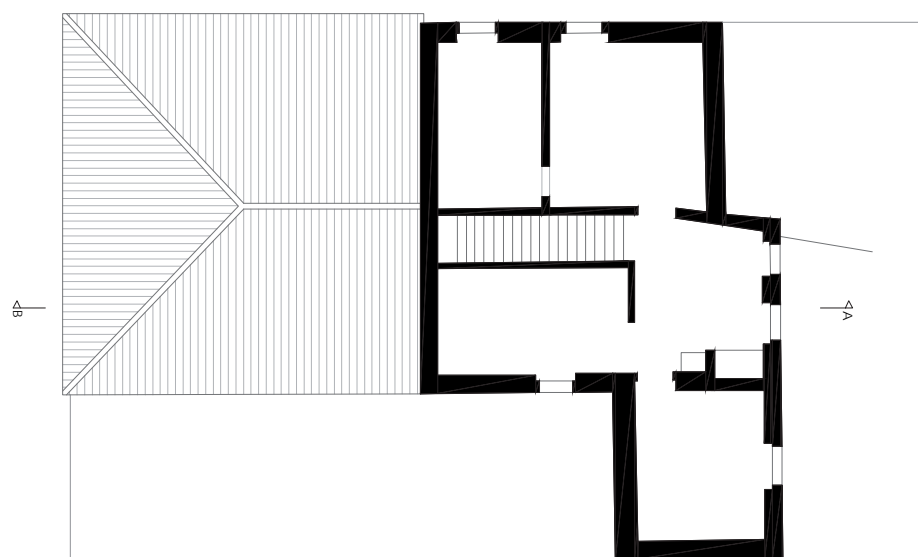
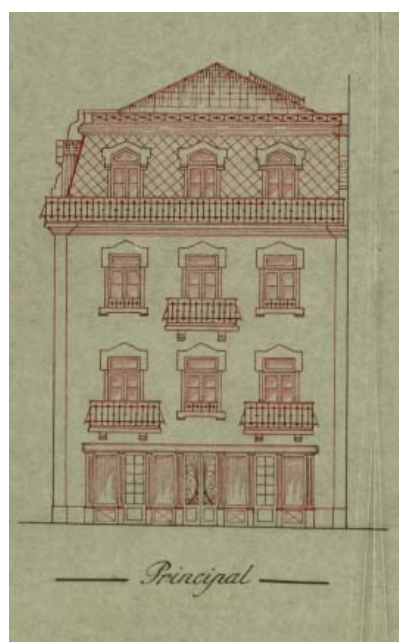
Alterações documentadas:

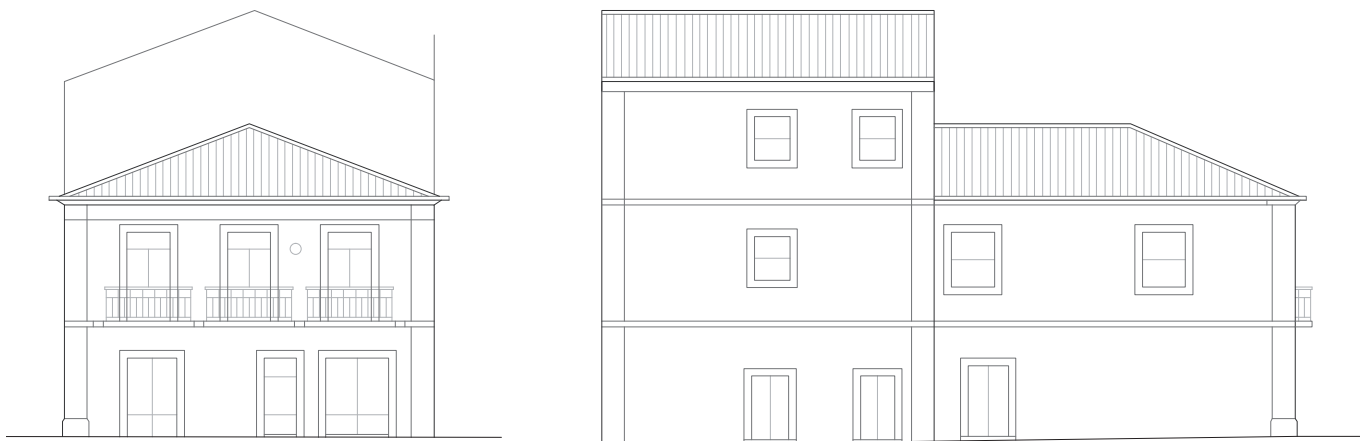
As variadas espessuras e direcções das paredes parecem sugerir já várias adaptações. A grande alteração sofrida por este prédio desde que há registo - e possivelmente de toda a sua história - ocorre em 1927, com a transformação completa tanto do seu interior como alçados. Embora, felizmente, haja registos anteriores, há que ter presente que o estado do edifício pré-1927 também já se encontrava alterado.



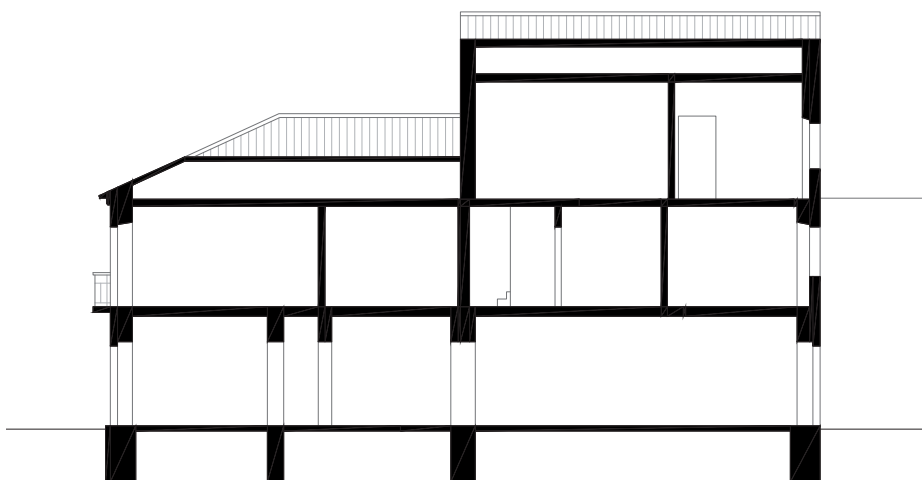
Alçado actual

Desenhos Processo de Obra, Arquivo Municipal, 1927.
Consultados a 11 de Outubro 2012.

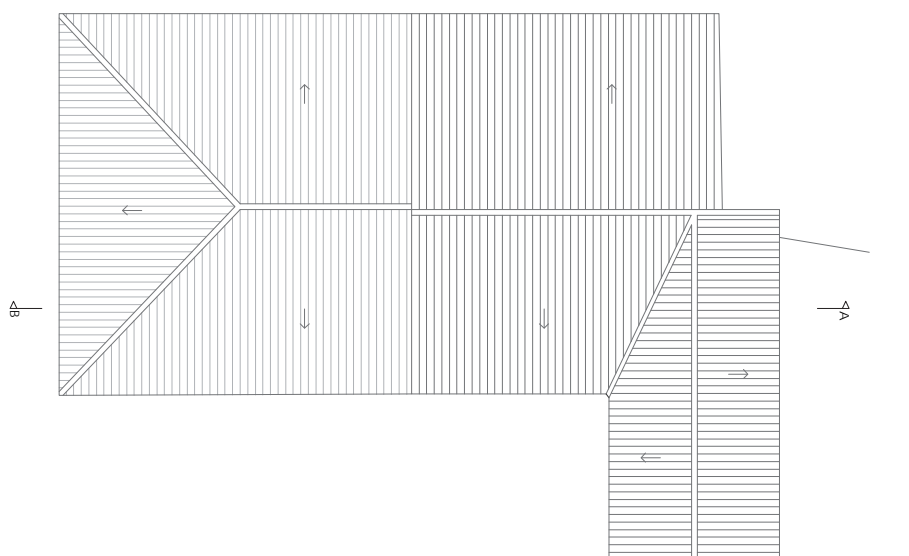




Alçado frontal e lateral
1:200



Corte AB
1:200



Plantas de cobertura - pré-1927
1:200

Alçado actual

5 de Outubro de 2012



CALÇADA de SANTANA, 160 a 164

Processo de obra
29591



Planta de localização
1:1000

Lote: 8,75 x 15,00 (m)

Pisos: 4

Tipo: ?

Escada: De tiro, disposta transversalmente ao lote, até ao 2º andar. De três lances com dois patamares intermédios e bomba quadrangular do 2º ao 3º andar - acrescento de 1931.

Compartimentos:

Cobertura: Duas águas.

Breve descrição

Fachada: Regular, com três vãos alinhados em cada piso. No terceiro andar, acrescentado posteriormente, as sacadas abrem sobre varanda corrida na cornija. Remate em platibanda.

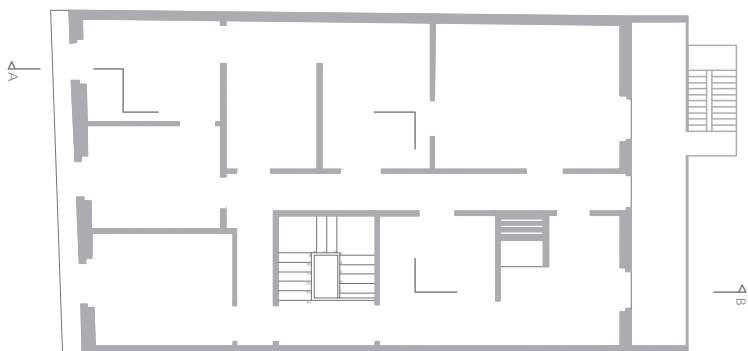
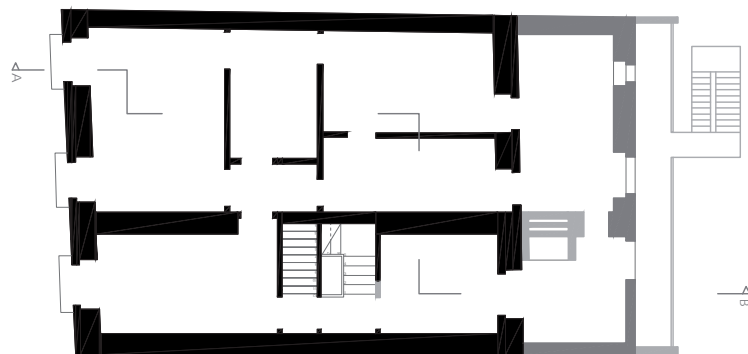
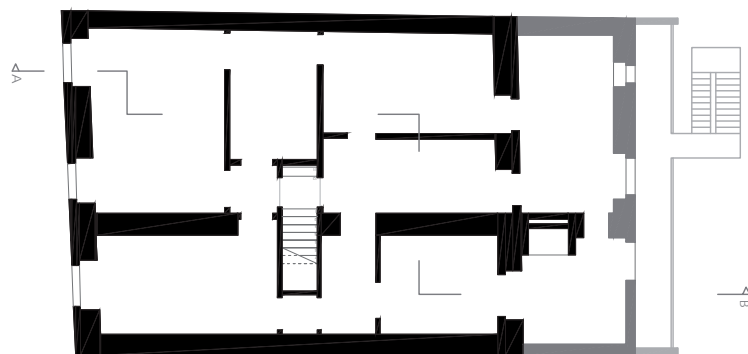
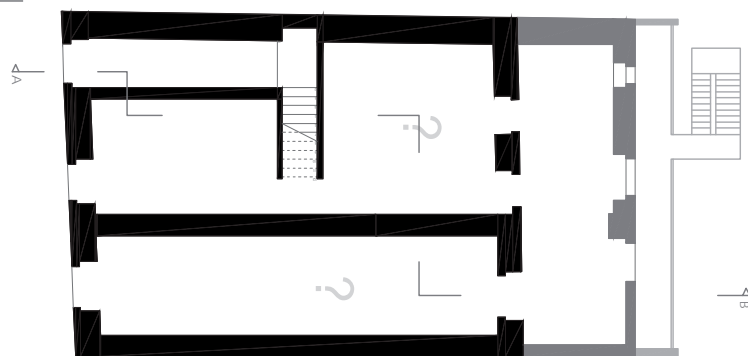
Interior: A divisão interior faz-se de forma circular, em redor da caixa de escada. Os espaços sociais continuam a ocupar a fachada principal e os espaços utilitários a fachada tardoz, mas assiste-se já a uma maior compartimentação e variação no uso dos espaços intermédios.

Alterações documentadas: Acrescento de piso em 1931.

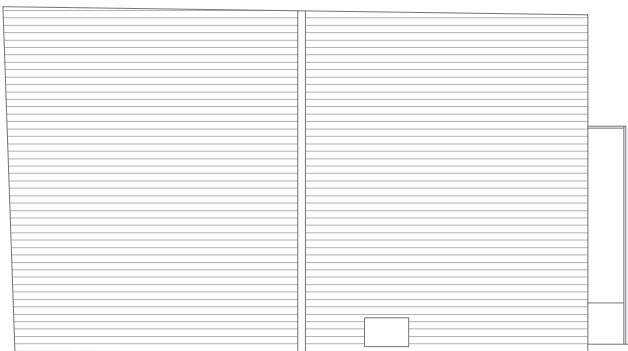
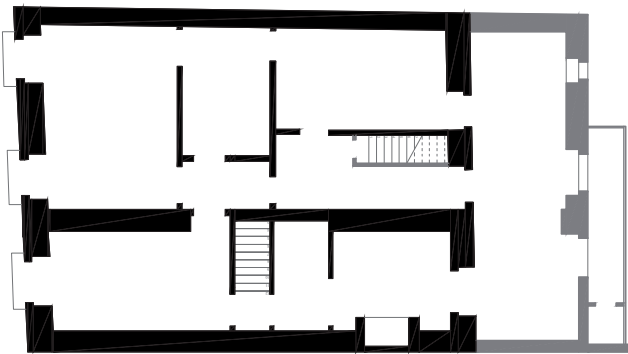
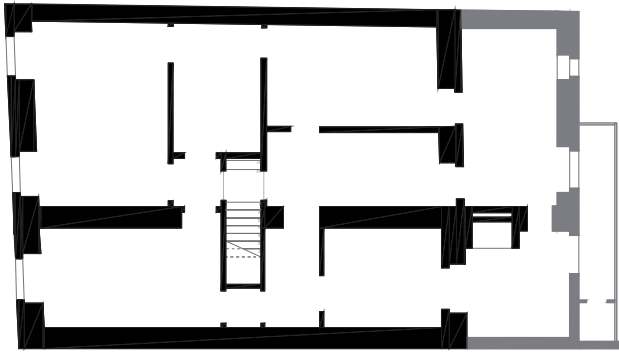
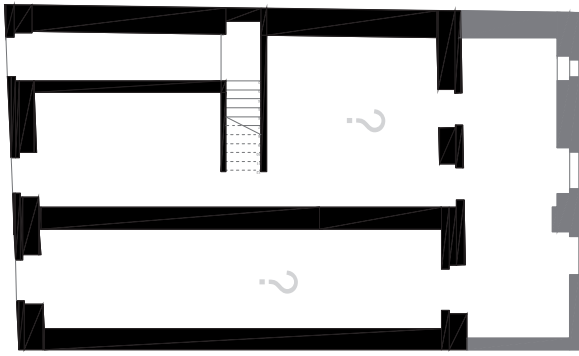


1:100

Estado actual - Corte

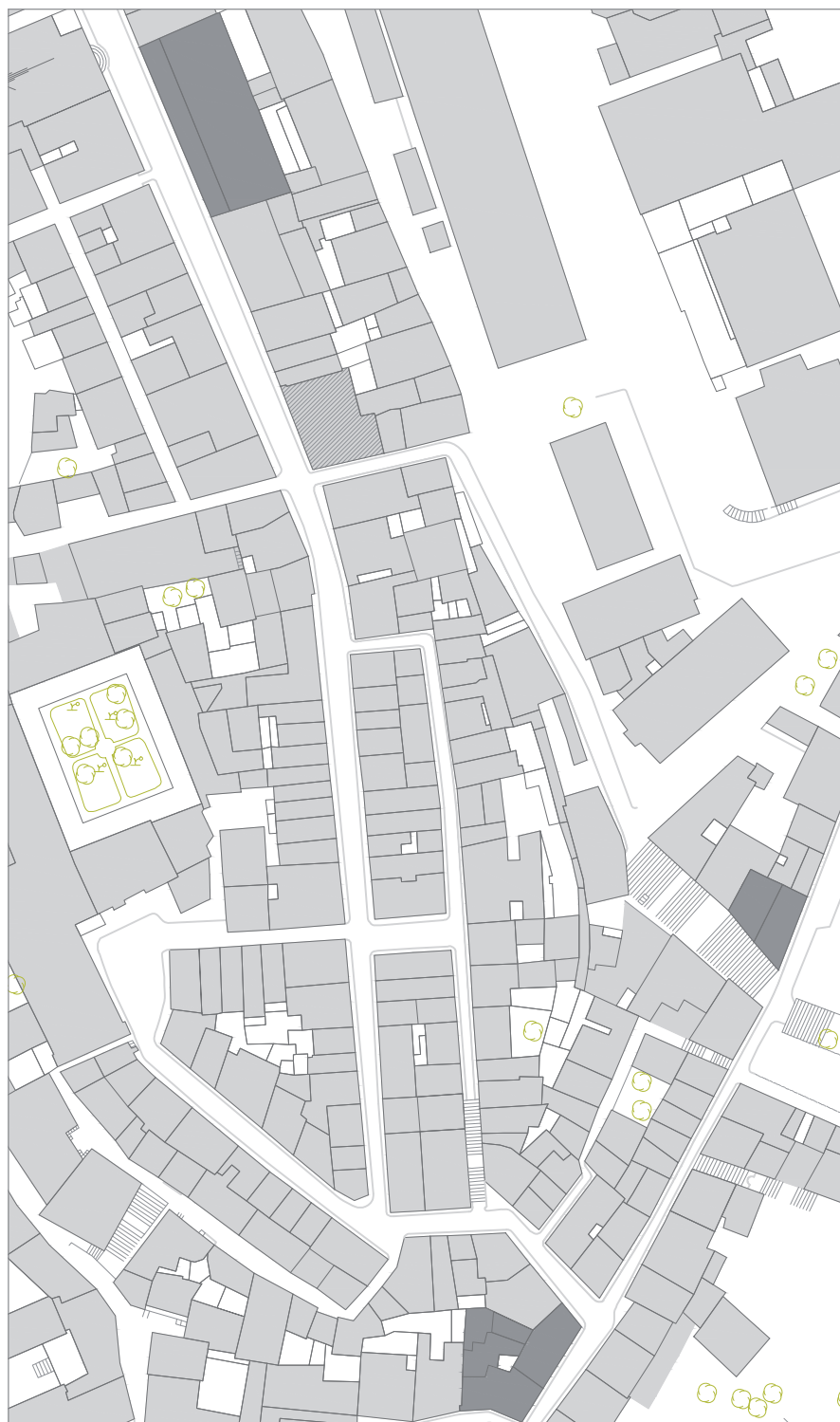
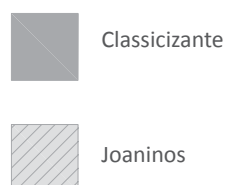


Estado actual
Plantas dos andares
1:200



Hipótese de reconstituição do estado original
Planta dos andares | Alçado
1:200

Implantação dos casos de estudo
1:1500



HABITAÇÃO ERUDITA

'(...) mesmo nos traçados mais regulares verifica-se uma grande diversidade de edifícios de habitação, sobrepondo-se diferentes épocas e coexistindo geralmente formas pluri-familiares com residências uni-familiares, quer se trate de antiga nobreza, da burguesia ou mesmo de modestas casas da pequena burguesia citadina.'

Irene Buarque, Nuno Teotónio Pereira, *Prédios e Vilas de Lisboa*, 1994

CALÇADA do GARCIA, 15 a 33

Processo de obra
16607



Planta de localização
1:1000



Lote: ~13,15 x 23,10 x 16,15 (m)

Tipologia: Casa nobre

Pisos: 5

Estilo: Classicizante

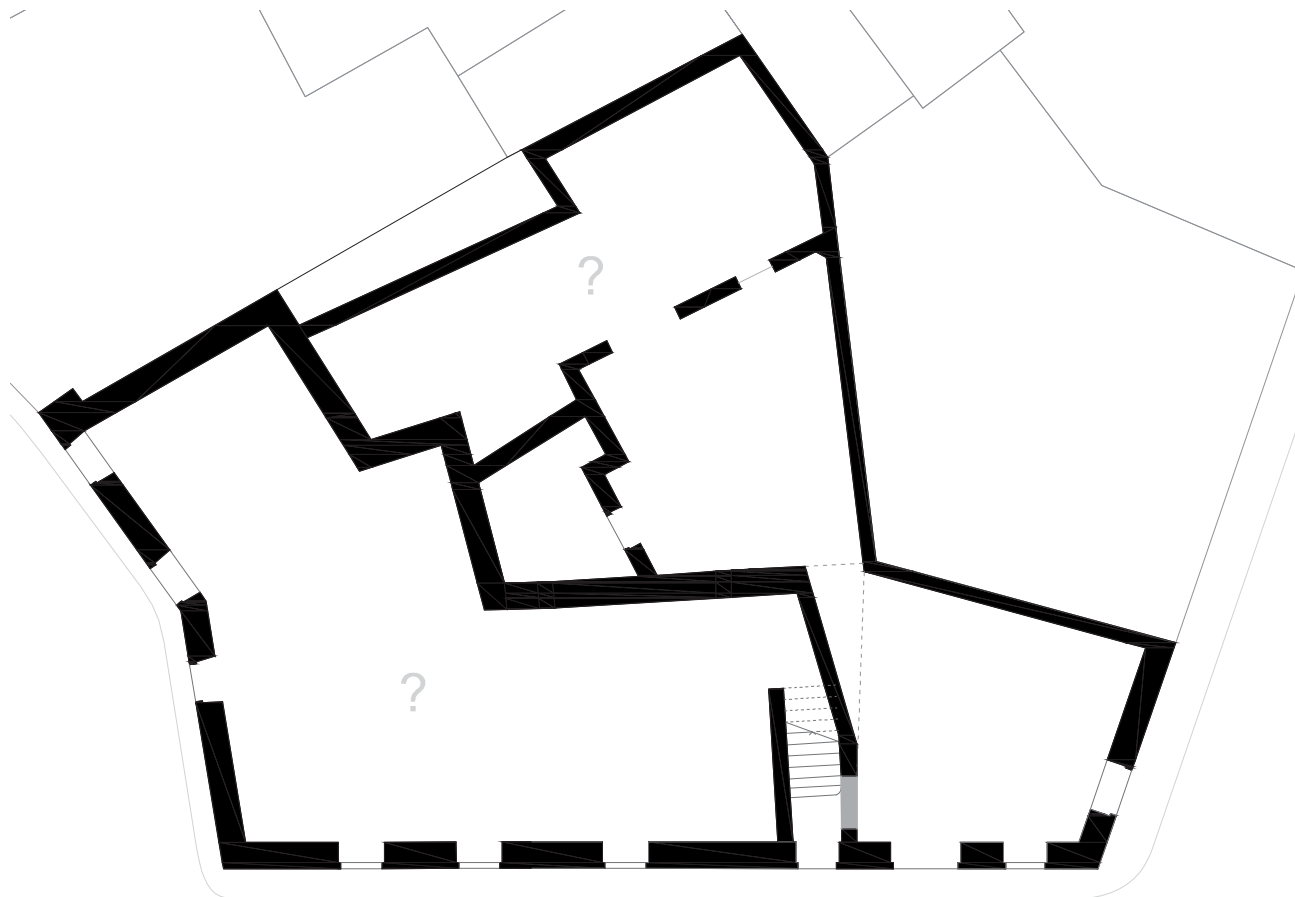
Escada: Dois lances paralelos com patamar intermédio, acrescento de lance e patamar em madeira.

Fachada: Três frentes de rua, muito irregulares na distribuição e dimensão dos vãos.

Interior: Piso nobre com divisões em redor de pátio central, último piso com divisões em sequência linear

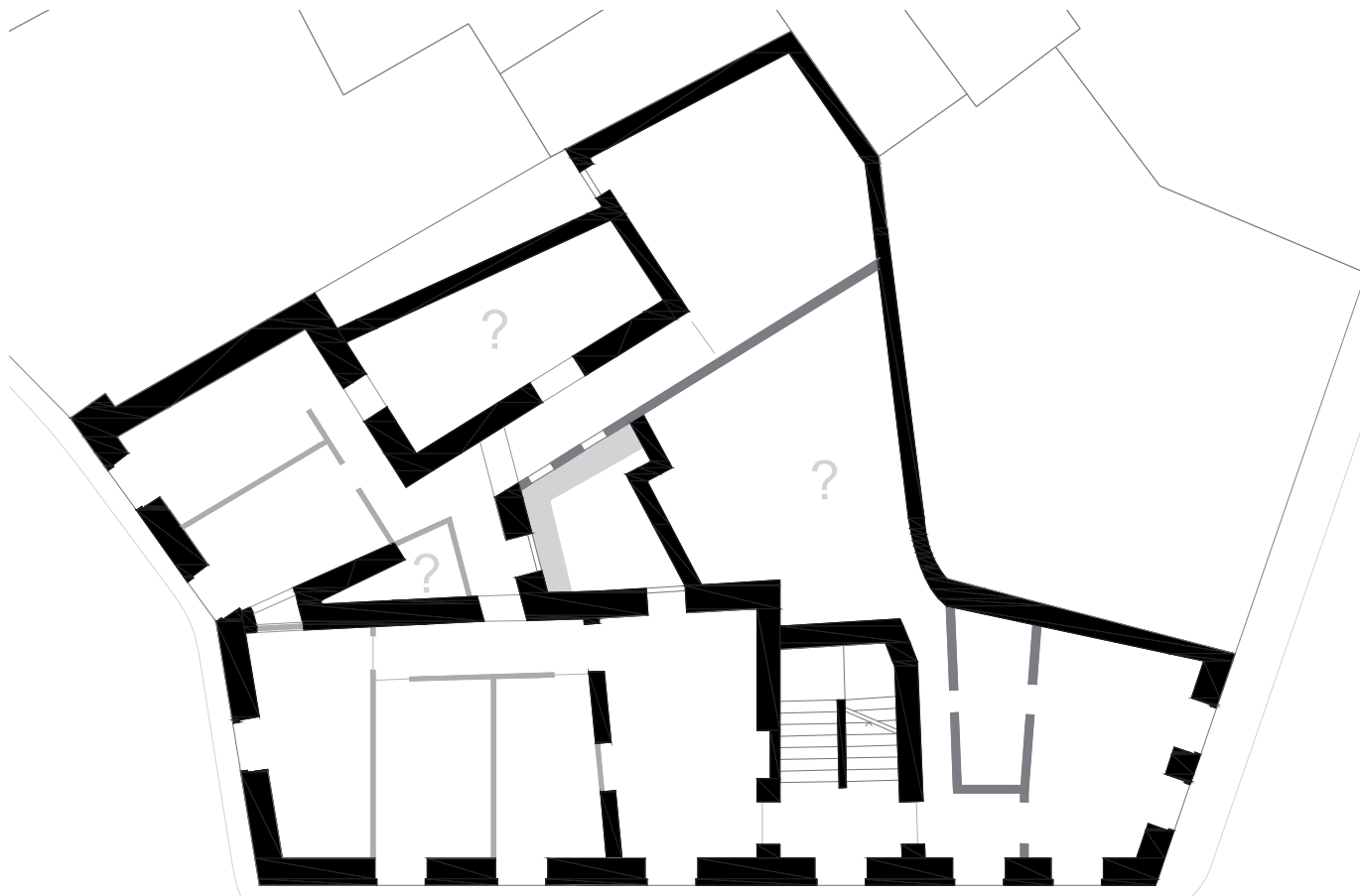
Alterações documentadas: Adaptação do R/C a restaurante, adição de cozinha no último piso.





Planta esquemática do rés-do-chão
1:200

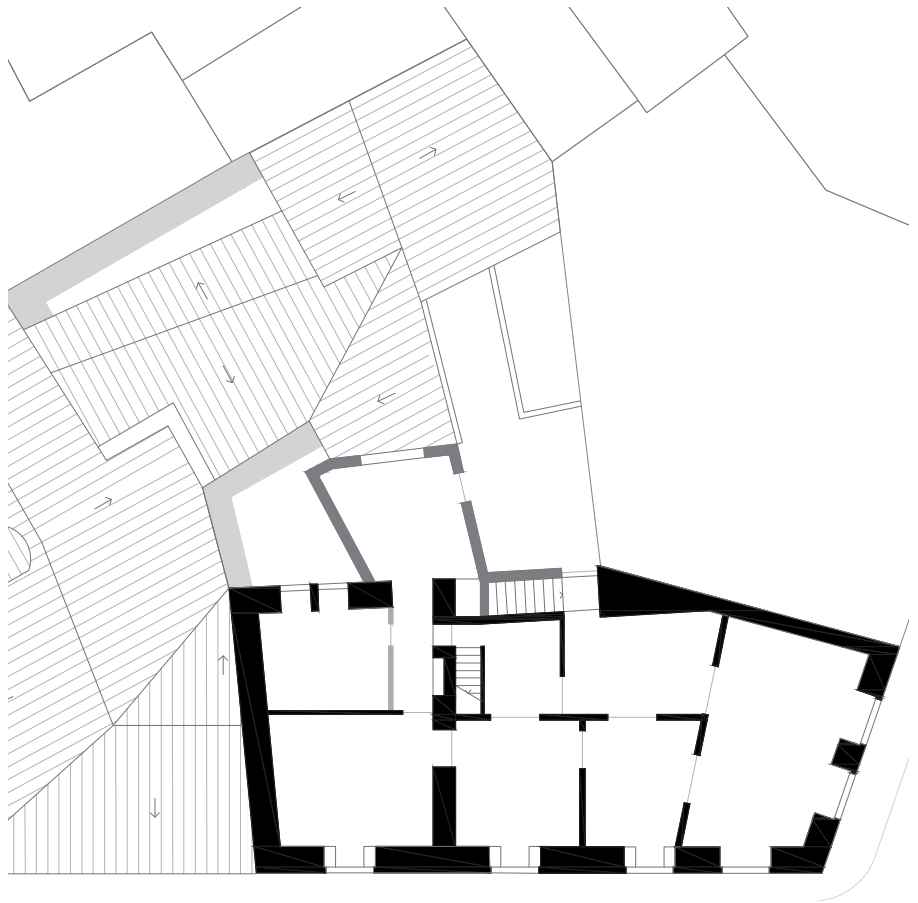
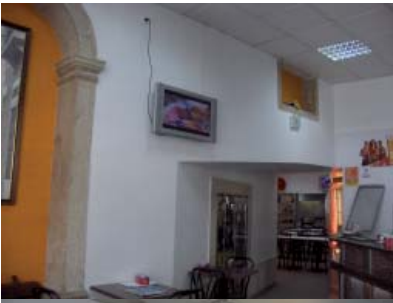




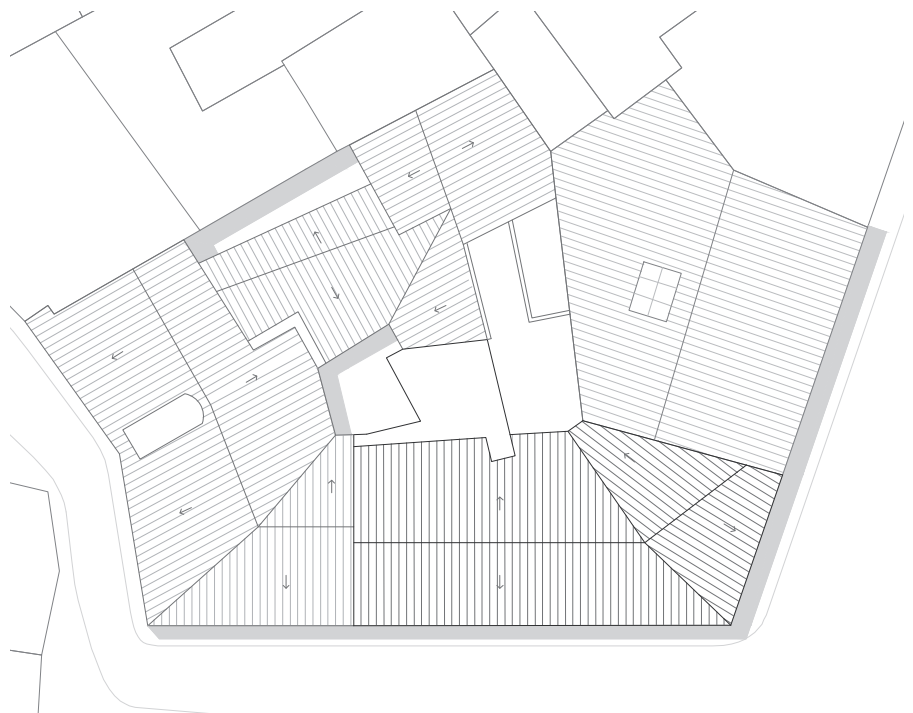
Planta esquemática do piso nobre - 1º andar
1:200



Estado actual - Alçado
1:200



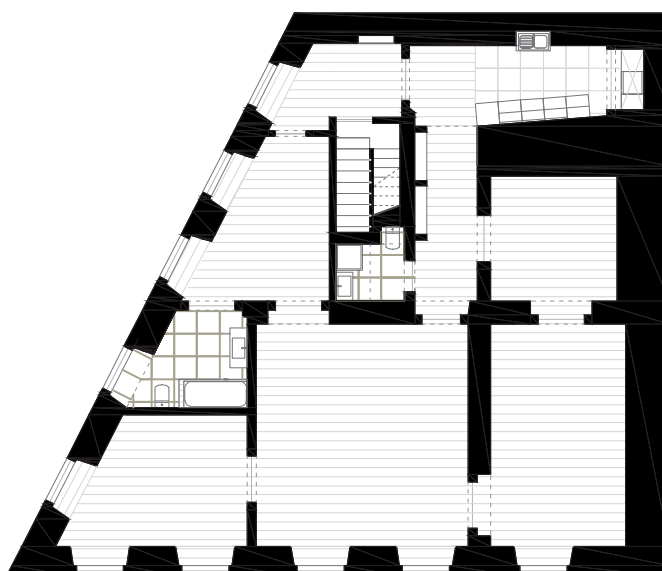
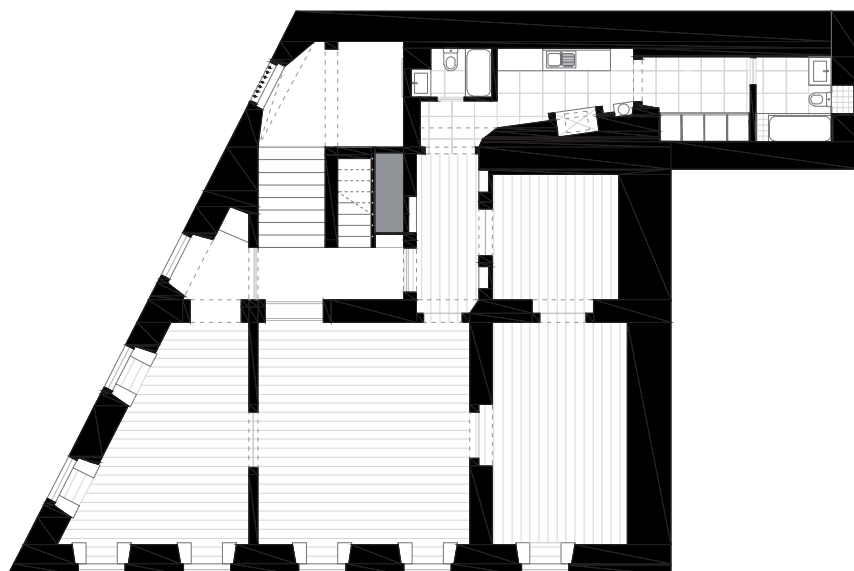
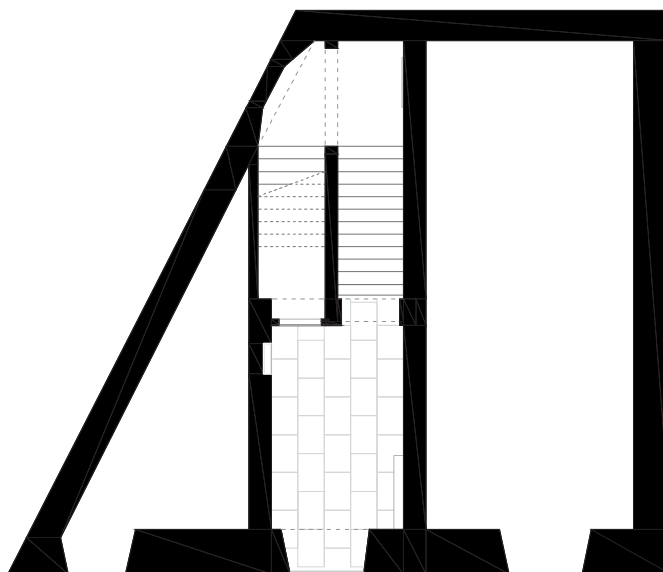
Planta esquemática - 2º andar
1:200

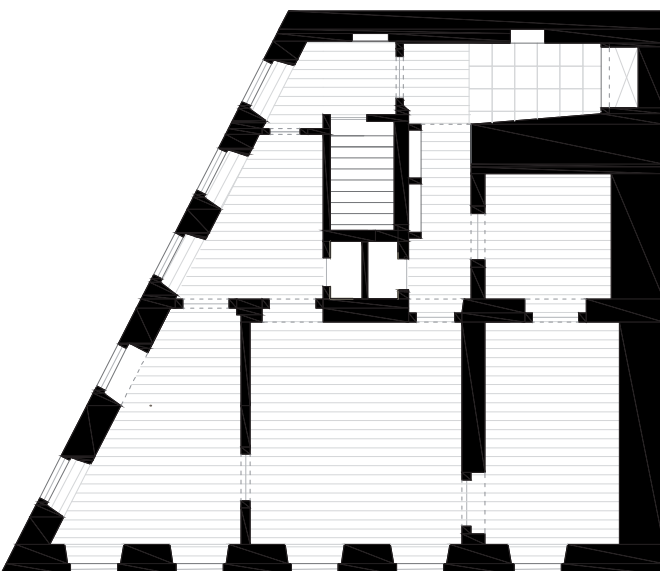
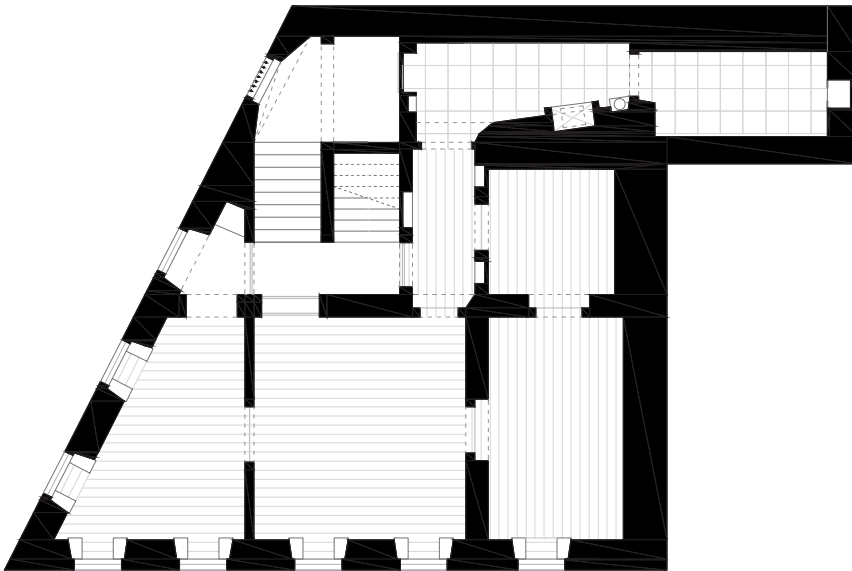
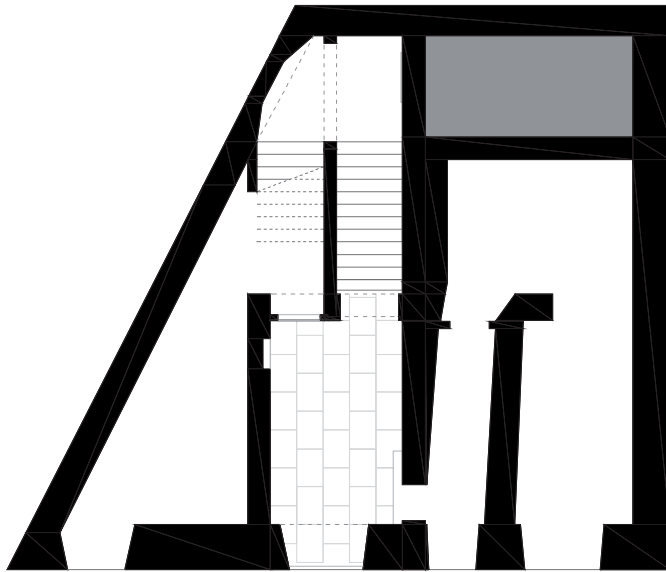


Planta de cobertura
1:200

Lote:	16,50 x 14,00 (m)
Tipologia:	Casa nobre
Pisos:	3 + águas furtadas
Estilo:	Classicizante
Escada:	Em posição central, após vestíbulo. Lances opostos e sobrepostos
Fachada:	Duas frentes de rua, regulares.
Interior:	Compartimentos dispostos em redor da caixa de escada.
Alterações documentadas:	Acrescento de divisões no sótão e consequente adaptação da escada. Obra de reabilitação 2007









Processo de obra
1832



Planta de localização
1:1000



Lote: 37,30 x 17,50 (m)

Tipologia: Palácio

Pisos: 3 + águas furtadas

Estilo: Classicizante

Escada: Em posição central, após vestíbulo. Dois lances paralelos com patamar intarmédio em pedra.

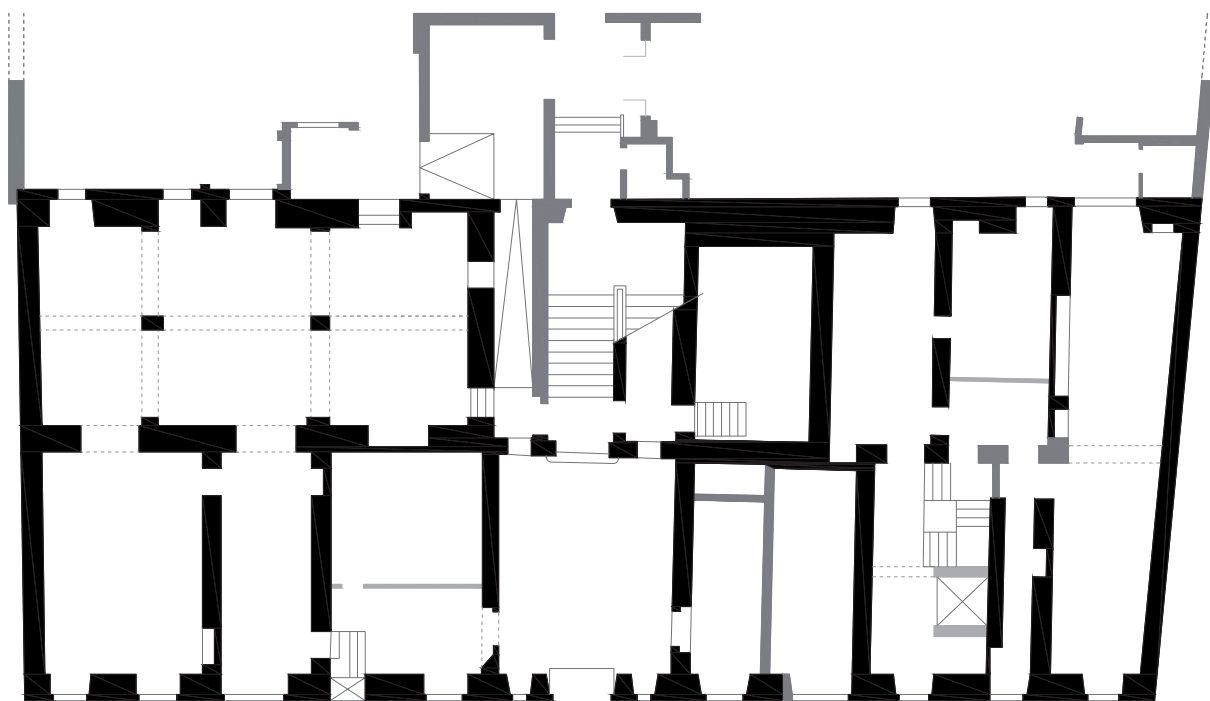
Fachada: Uma frente de rua, muito regular.

Interior: Compartimentos em sequência linear.

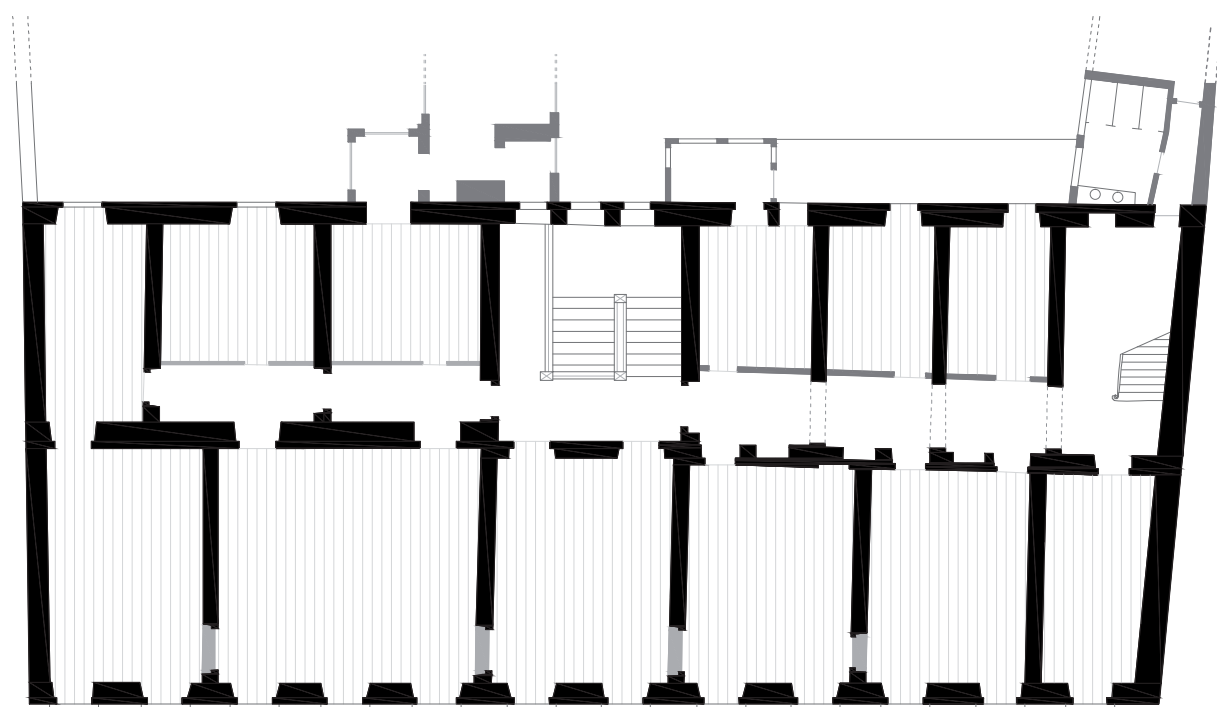
Alterações documentadas: Acrescento de novo edifício a tardo do lote, várias alterações para adaptação a sede da fundação INATEL.



Estado actual - Alçado
1:200

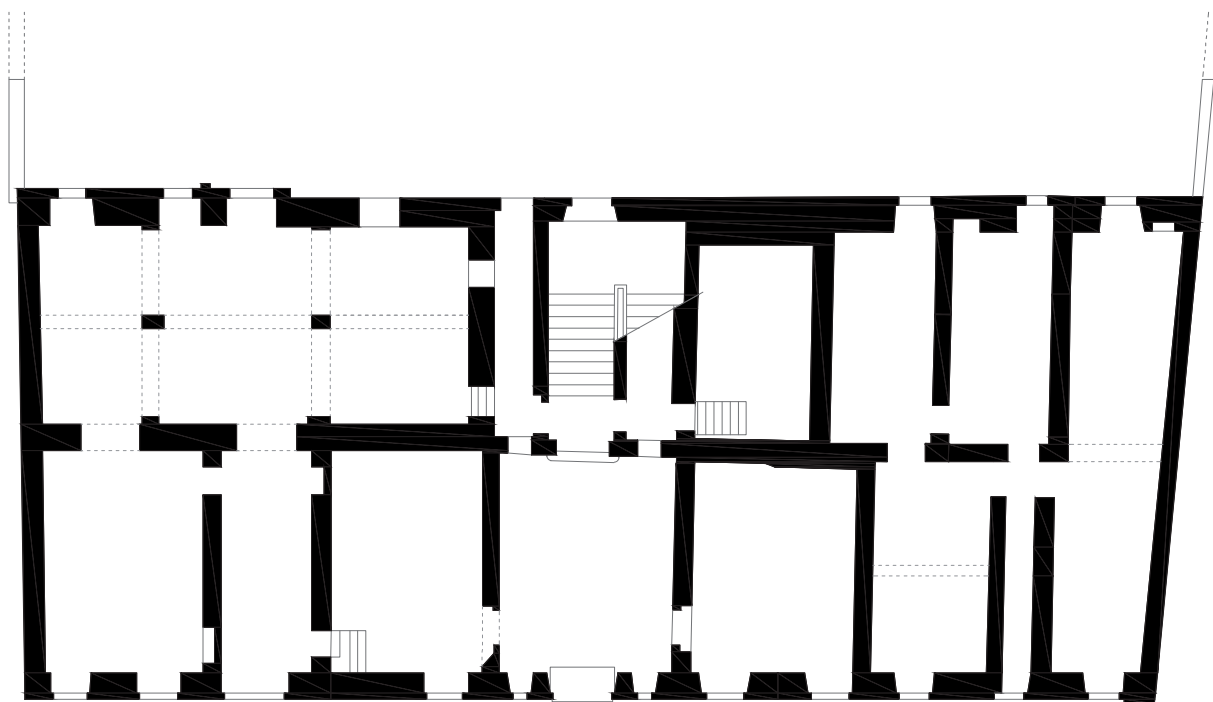


Rés-do-chão

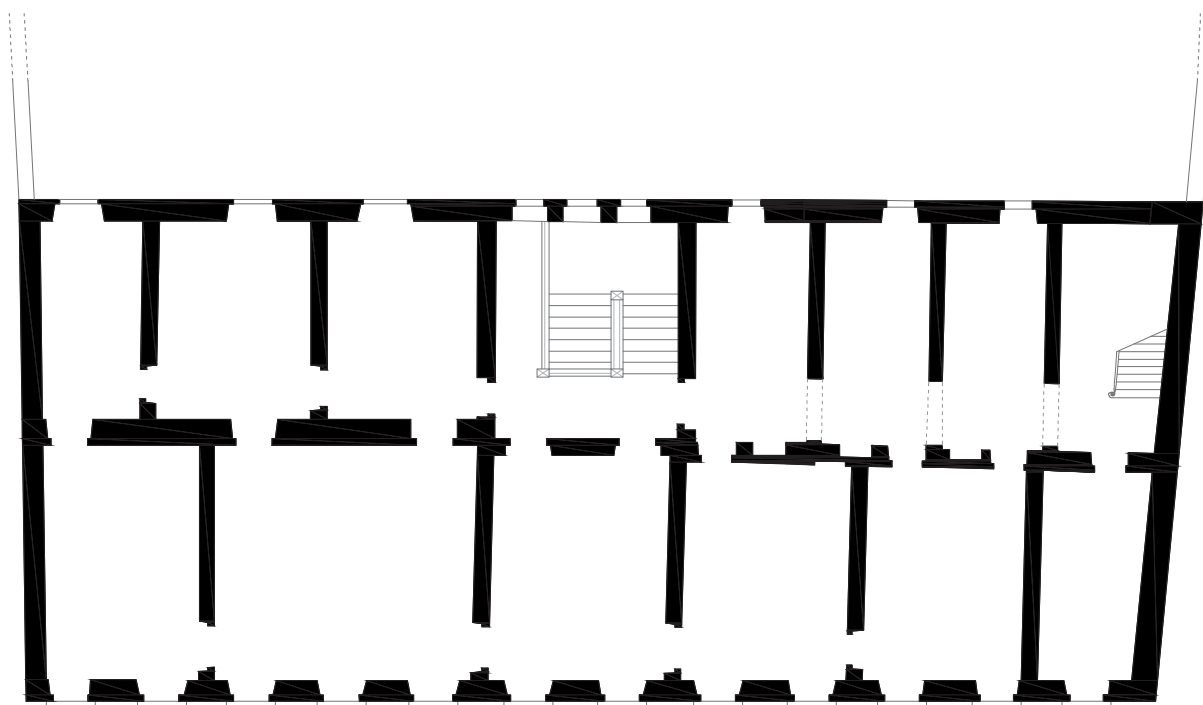


1º andar

Hipótese de reconstituição do estado original
Plantas dos andares | 1:200



Rés-do-chão



1º andar

Processo de obra
1459



Planta de localização
1:1000



Lote: 17,75 x 16,15 (m)

Tipologia: Casa nobre

Pisos: 4 + sótão

Estilo: Joanino

Escada: Início em L, junto à fachada. Lanços rectos contínuos até ao 2º andar.

Fachada: Duas frentes de rua, muito regulares.

Interior: Dois fogos por piso.

Alterações documentadas: Construção de um ginásio no logradouro, pertencente à Escola Nacional Republicana. Registos de avançado estado de degradação a partir dos anos 90, eminência de ruína em 2005.



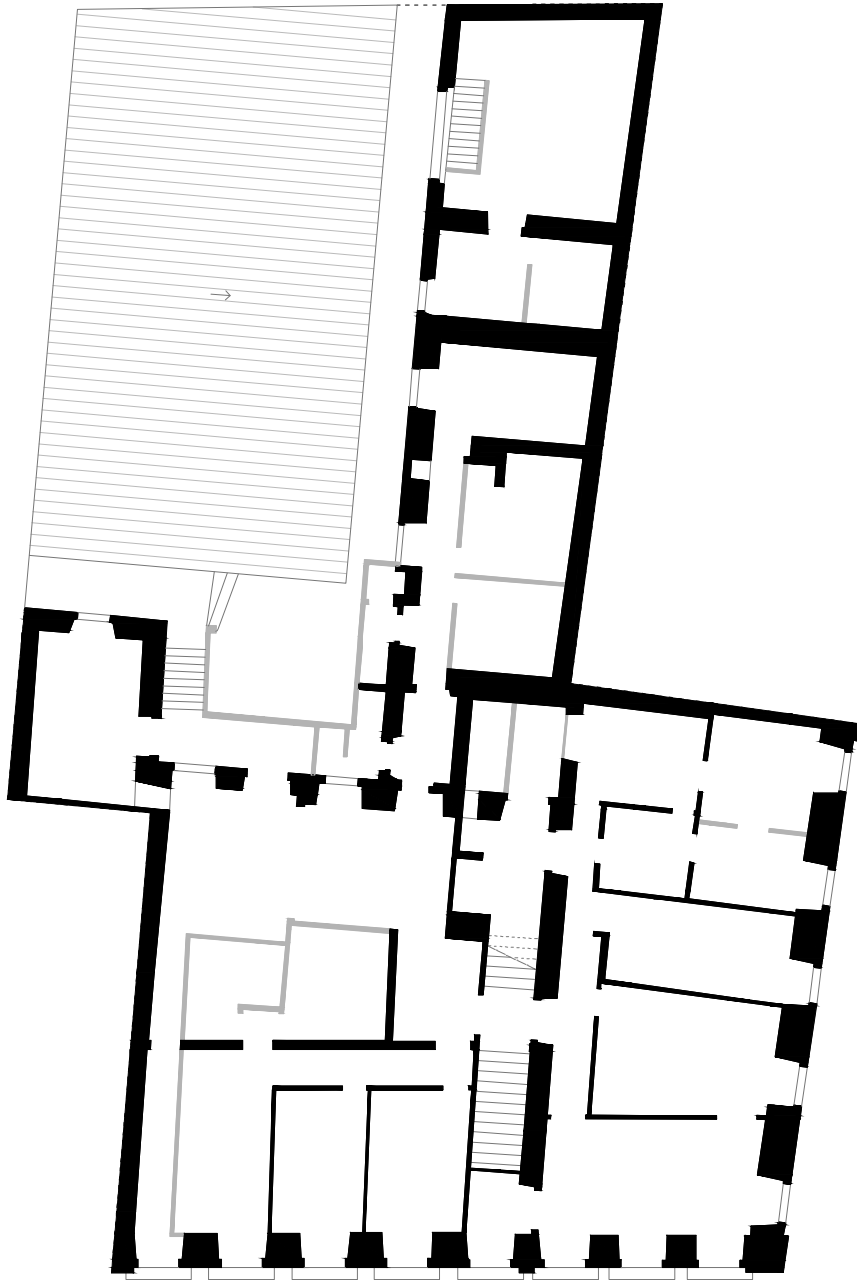
1:200

Estado actual - Alçado

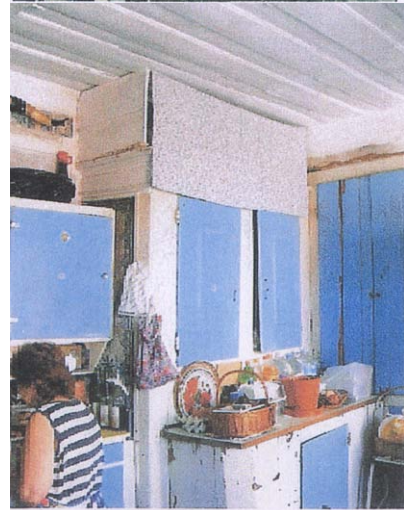
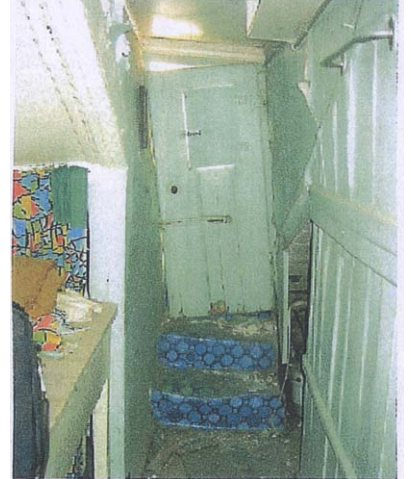
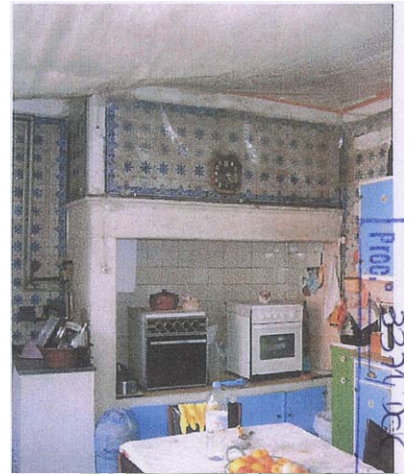


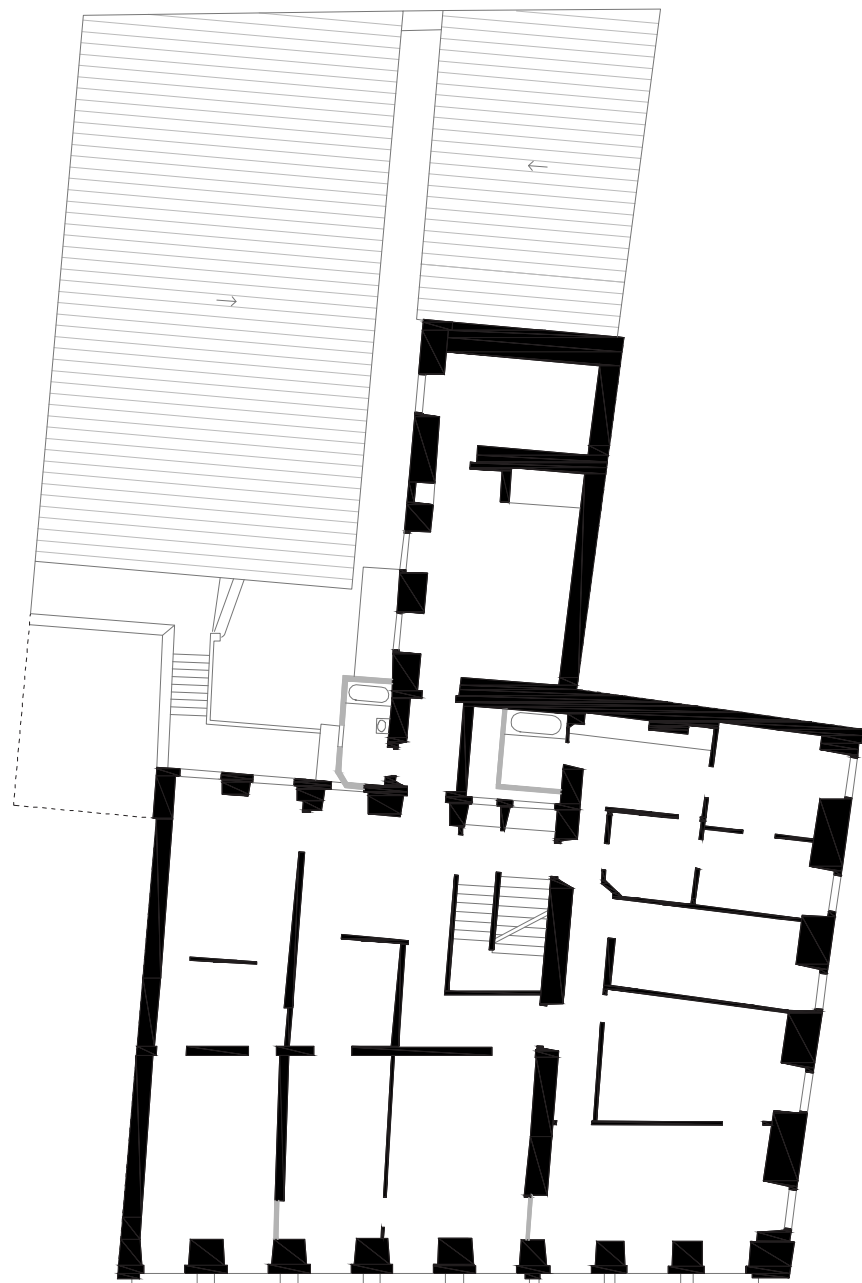
Cave

Rés-do-chão

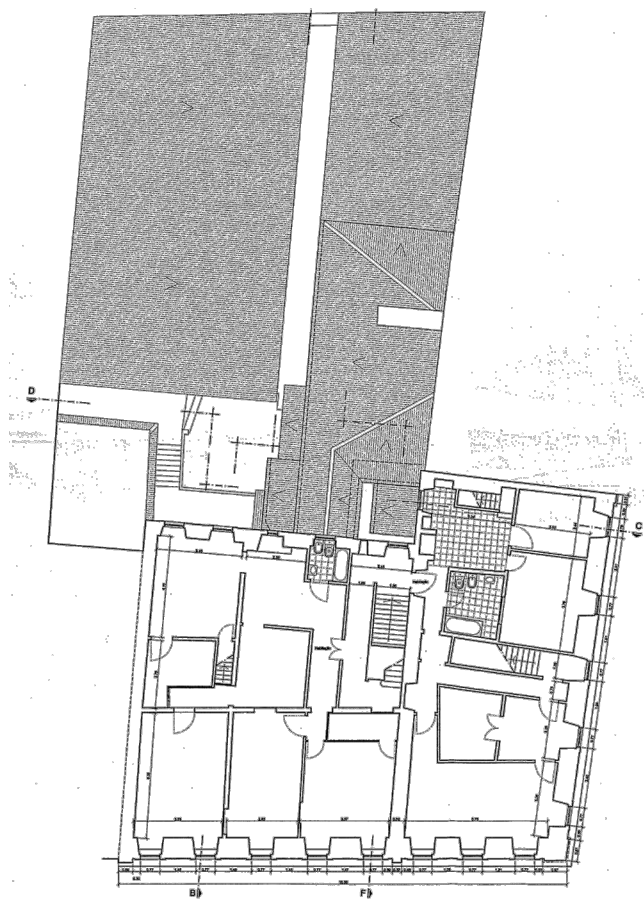


1º andar

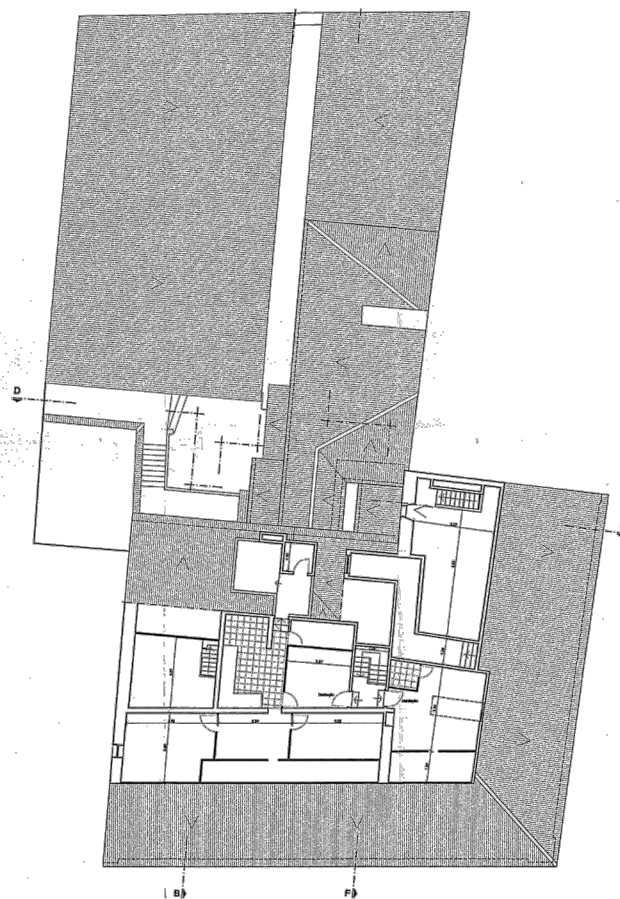




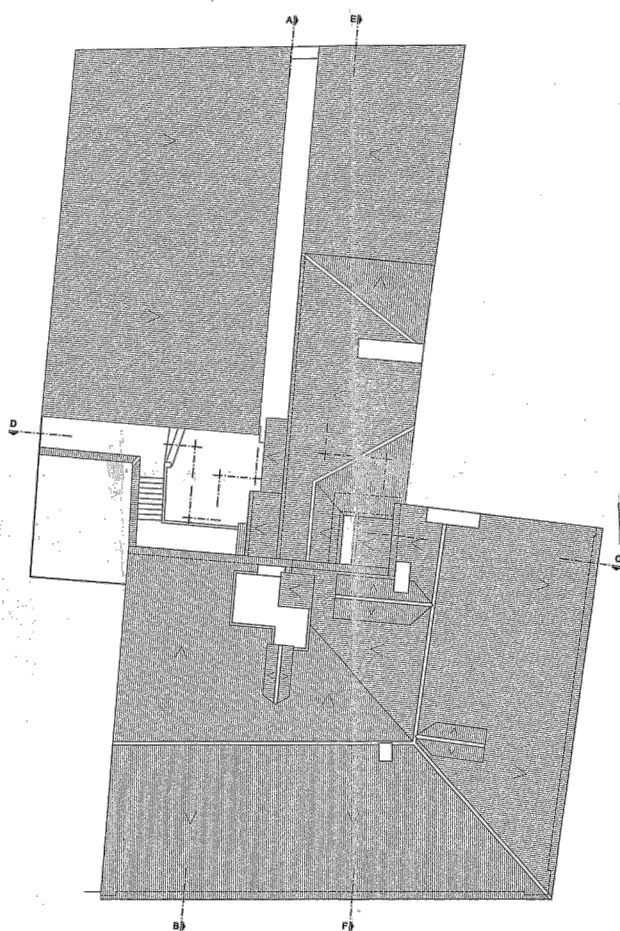
2º andar



Planta do piso 3



Planta dos sótãos



Planta de coberturas